

C&P

CONJUNTURA & PLANEJAMENTO

161 out./dez. 2008

Sumário

5

Carta do editor

Economia em destaque

6

A crise financeira internacional e os impactos nas economias brasileira e baiana

Carla do Nascimento,
João Paulo C. Santos

Entrevista

17

Segurança pública não é só polícia

César Nunes

Artigos

20

A interface da criminalidade no turismo em Salvador

João Apolinário da Silva

40

Uma análise estatística dos indicadores de criminalidade em Salvador

Jair Sampaio,
Aloísio Machado da Silva Filho, Rogério Quintella,
Gilney Figueira Zebende

30

Terceirização de estabelecimentos penais na Bahia: algumas evidências empíricas

Sandro Cabral

50

Copa do Mundo de futebol em Salvador: uma oportunidade de desenvolvimento urbano e regional

Celia Regina Sganzerla
Santana, Thiago Reis Góes

Expediente

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
JAQUES WAGNER

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO
RONALD DE ARANTES LOBATO

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA
JOSÉ GERALDO DOS REIS SANTOS

CONSELHO EDITORIAL
Antônio Plínio Pires de Moura, Celeste Maria Philigret Baptista, Edmundo Sá Barreto Figueirôa, Jair Sampaio Soares Junior, José Ribeiro Soares Guimarães, Laumar Neves de Souza, Marcus Verhine, Roberto Fortuna Carneiro

DIRETORIA DE INDICADORES E ESTATÍSTICAS
Edmundo Sá Barreto Figueirôa

COORDENAÇÃO GERAL
Luiz Mário Ribeiro Vieira

COORDENAÇÃO EDITORIAL
Elissandra Alves de Britto,
João Paulo Caetano Santos

EQUIPE TÉCNICA
Carla Janira Souza do Nascimento, Joseanie Aquino Mendonça, Patrícia Cerqueira, Rosângela Ferreira Conceição

REVISÃO DE LINGUAGEM
Luís Fernando Sarno

COORDENAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO E BIBLIOTECA – COBI
Ana Paula Sampaio

NORMALIZAÇÃO
Raimundo Pereira Santos

COORDENAÇÃO DE DISSEMINAÇÃO DE INFORMAÇÕES – CODIN
Márcia Santos

EDITORIA DE ARTE E DE ESTILO
Elisabete Cristina Teixeira Barretto

PRODUÇÃO EXECUTIVA
Mariana Oliveira

DESIGN GRÁFICO/EDITORIAÇÃO/ ILUSTRAÇÕES
Nando Cordeiro

FOTOS
Agecom, Mariana Gusmão, Stock XCHNG, Zena Tomio

IMPRESSÃO
EGBA

TIRAGEM
1.000

60

A crise americana e as dúvidas sobre a validade metodológica do *hard core* da teoria econômica

Thiago Reis Góes,
Urandi Roberto Paiva
Freitas

68

Economia baiana registra crescimento no terceiro trimestre de 2008 e deverá encerrar o ano com expansão de 4,8% no PIB

Denis Veloso da Silva,
Gustavo Casseb Pessoti

Sessão especial

76

PNAD 2007: principais características socioeconômicas da Bahia

Equipes da Copes e
Copesp

Ponto de vista

92

País precisa de uma estratégia contra a crise

Clemente Ganz Lúcio

Investimentos na Bahia

94

Investimentos industriais previstos para a Bahia deverão gerar, até 2012, um volume de aproximadamente R\$ 20,7 bilhões

98

Livros

100

Conjuntura Econômica Baiana

Indicadores Conjunturais

111

Indicadores econômicos

117

Indicadores sociais

127

Finanças públicas

Colaboraram com este número as jornalistas Ana Paula Porto e Luzia Luna

Os artigos publicados são de inteira responsabilidade de seus autores. As opiniões neles emitidas não exprimem, necessariamente, o ponto de vista da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). É permitida a reprodução total ou parcial dos textos desta revista, desde que seja citada a fonte. Esta publicação está indexada no Ulrich's International Periodicals Directory e no Qualis.

Conjuntura & Planejamento / Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. n. 1 (jun. 1994) - Salvador: SEI, 1994 - .

Trimestral
Continuação de: Síntese Executiva. Periodicidade: Mensal até o número 154.
ISSN 1413-1536

1.Planejamento econômico - Bahia. I. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia.

CDU 338(813.8)



Av. Luiz Viana Filho, 435 – 4ª Avenida – 2º and. – CAB
Cep: 41.745-002 – Salvador – Bahia
Tel.: (71) 3115 4822 Fax: (71) 3116 1781
www.sei.ba.gov.br sei@sei.ba.gov.br

Roberto, Eduardo Jefferson, Verônica, Paula, Valéria, Aline, Carmo, Zaira, Caio, Rafael, Tiago, Cristina, Helena, André, Sílvia, Ana, Maria, Edson, Helder, Lúcia, Edson, Bernadete, Alex, Gibson, Susana, Carlos, Souza, Regina, Flávia, Manoel, Helena, Dina, Alana, Fatima, Vera, Mario, Alvaro, Carmen, Rodrigo, Rosa, Bruno, Elcio, Vera, Eneida, Zaira, Sandra, Carlos, Marcos, Rita, Diego, Romulo, David, Cleber, Vani, Darlene, Alton, João, Roberto, Gibson, Nilton, Júnior, Douglas, Grimaldo, Vera, Cássia, Amilton, Amanda, Valme, Clóvis, Carmo, Al, Me, Camila, Ivan, Marcos, Galvão, Ednei, Edilene, Elvina, Debora, Amélia, Edson, Alana, Bruno, Cintia, Aline, Fátima, Geisa, Edilene, Izabel, Alexandre, Claudia, Zimmo, Lurdes, Carlos, Alton, Nilton, Celso, Adriana, Patrícia, Sonia, Mar, Lúcia, Luciana, Patrícia, Marta, Rute, Tânia, Jandira, Leide, Cassiane, Ana, Reginaldo, Renato, Zilda, Carlos, Dilerse, Edson, Malen, Suleten, Alina, Américo, Pasquino, Tadeu, Susana, Beldete, Gildária, Paulo, Gustavo, Gilmar, Danilo, Maximiliano, Octaviano, Sônia, Armando, Amanda, Cezari, Luana, Fernando, Damiano, Margarida, Sidel, Jan, Jai, Vinícius, Ernesto, Glorinda, Reginaldo, Danilo, Emílio, Margarida, Diego, Nereia, Zacarias, Danilo, Galvão, Paulo, Emílio, Ricardo, Janile, Vânia, Al, Gibson, Jackson, Fernanda, Hugo, Rafael, Kenia, Nalissa, Crispa, Flávia, Camila, Yuri, Ester, Virgínia, Jotilio, Abner, Lúdimelo, Momalino, Gilberto, Leon, Kelly, Michel, Rafael, Joel, Jandira, Lúcia, Helen, Comila, Iza, Vera, Alex, Lúcia, Lúcia, Yara, Gustavo, Bianca, Lucas, Diego, Edilene, Emílio, Danilo, Mirão, Graziela, Adamastor, Xavier, Pamela, Thais, Abreu, Zacarias, Sergio, Tereza, Jairo, Rogério, Zilda, Vanda, Virgínia, Cleber, Edson, Renato, Damila, Naira, Ciro, Augusto, Elivan, Solange, Aline, Cibele, Juli, Carlos, Mauro, Nilton, Hilton, Alberto, Tamiro, Adalberto, Onório, Adalfo, Frederico, Zaqueu, Romulo, Jani, Ennio, Célio, Arnaldo, Edvânia, Antonio, Marcelo, Agostinho, Angelo, Rosane, Andreia, Afonso, Jane, Lenilda, Padilha, Léia, Cosme, Celso, Bruno, Itamar, Jafeline, Ana, Lúcia, Jovildo, Roberto, Eduardo, Carmen, Verônica, Paula, Valéria, Carmo, Zaira, Caio, Rafael, Valério, Oth, Frederico, Amélia, Catarina, Roldão, João, Beleno, E, par, Ingrid, Gleis, on, Eniel, Tina, Adalberto, Leilane, Isaltino, Weltemilson, Jafar, Marcelo, Debona, Paulo, Susana, Alinéia, Dalvina, Lurdes, Níbia, Jane, Delina, Tamara, Ode, R, Nilton, Edson, Gustavo, Alana, Il, a, 100

**MAIS DE 171 MIL BAIANOS JÁ COMEÇARAM A ESCREVER,
COM AS PRÓPRIAS MÃOS, A NOVA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NA BAHIA.**

Educação agora é tratada como prioridade e como vetor de transformação social. A Bahia implementou o maior programa de alfabetização em curso no país. O governo firmou parceria com 363 municípios e com mais 170 entidades de movimentos sociais e sindicais, numa grande mobilização envolvendo 14.092 professores, mais de mil coordenadores de turma e 89 intérpretes de libras. Os resultados já começaram a aparecer: a primeira etapa do Programa Todos Pela Alfabetização superou todas as expectativas e já alfabetizou mais de 171 mil pessoas, que vão continuar os estudos. Isso é muito bom. Mas o melhor é ter a certeza que, até 2010, um milhão de baianos entrarão no mundo das palavras para nunca mais sair. Acelera Bahia. É a terra de todos nós que já está acontecendo.



ACELERA BAHIA
Desenvolvimento com Democracia e Inclusão Social

TOPA
TODOS PELA ALFABETIZAÇÃO

EDUCAÇÃO É INCLUSÃO SOCIAL.

Basileia, Ulisses, Vanda, Cleia, Karim, Wagner, Jailson, Melcia, Janete, Lúcia, Dina, Manoel, Gaudêncio, Wilian, Itamar, Jafar, Dina, Andreia, Wam, Jandira, Valéria, C, Dina, Jorgem, Vera

Carta do editor

A atual crise econômica mundial provoca mudança de comportamento de instituições financeiras, de empresas, governos e dos consumidores. Essa mudança se dá no sentido de buscar não apenas a eficiência de mercado e de governo, como também a racionalização, em seu sentido mais estrito, de todos os entes envolvidos no ambiente econômico. Tal transformação pode ser expressa nas seguintes situações: maior fiscalização dos governos em relação aos mercados financeiros, impondo regras que visem a transparência das operações realizadas pelos mesmos; quanto aos mercados financeiros, agirem de forma ordenada, buscando não apenas maximizar os seus lucros, mas também minimizar os riscos de suas operações, de forma a garantir não apenas a rentabilidade desejável, mas a possível. Quanto às empresas, a crise impõe a solução da seguinte situação: o financiamento de suas atividades no mercado de ações. Nessa perspectiva, as empresas sucumbiram à extrema volatilidade no valor das suas ações, ora supervalorizados – em momentos de expansão econômica –, ora superdesvalorizados – em momentos de incerteza e retração econômica –, implicando, em ambos os casos, não no valor real das empresas, mas somente nas previsões especulativas.

Finalmente, para os consumidores a crise chegou para rasgar o cheque em branco que estava em seu poder. O período recente de crescimento da economia mundial disseminou entre os consumidores a prática dos grandes e infundáveis financiamentos de suas despesas. Via sistema financeiro, os gastos eram financiados e refinanciados e assim por diante, gerando uma espiral crescente que envolvia o crédito e o consumo, onde um dependia do outro.

A conjunção dessas quatro situações produziu uma soma de dinheiro altamente fictício e inimaginável aos olhos do mais liberal dos economistas, algo em torno de US\$ 500 trilhões. Para se ter uma idéia do quão fictício é esse valor, sabe-se que a soma de todas as riquezas produzidas no mundo não alcança sequer 10% de tudo isso. Ou seja, a espiral gerada pela atuação dessas quatro forças gerou um gigantesco elefante branco – descontrolado e faminto – que agora assombra toda a humanidade, ameaçando ruir e levar consigo toda a estrutura econômica atualmente vigente.

Os eventos futuros dirão se o elefante branco da economia vai ser saciado a partir das ações dos governantes ou se ele vai tombar. Em qualquer das hipóteses, a crise financeira de 2008 será contada nos manuais de economia como um dos grandes momentos vividos pela economia capitalista.

A crise financeira internacional e os impactos nas economias brasileira e baiana¹

Carla do Nascimento*
João Paulo C. Santos**

PANORAMA DA CRISE MUNDIAL

O agravamento da crise econômica nos Estados Unidos da América no segundo semestre de 2008 impôs à economia brasileira, em que antes se visualizava uma estabilidade progressiva nos resultados dos seus indicadores, a convivência com a incerteza do ambiente econômico no curto e médio prazos.

A atual crise teve início com a inadimplência nas hipotecas do mercado imobiliário americano, derivando posteriormente para uma crise financeira que atingiu os principais bancos americanos e, conseqüentemente, todo o mercado financeiro mundial. A crise do mercado imobiliário americano, que se iniciou no segundo semestre de 2007, entrou em seu momento mais crítico nos meses de agosto e setembro de 2008, com a falência de grandes instituições financeiras americanas, as quais foram compradas ou se fundiram com outras instituições. A turbulência do sistema financeiro americano transferiu a crise, que se iniciara com os títulos "podres" no mercado imobiliário, para o conjunto da economia real. O primeiro sintoma dessa transmissão foi observado com as quedas recordes nas bolsas de valores americanas e posteriormente

¹ Os autores agradecem os comentários e sugestões de Jorge Tadeu Caffé

* Economista e técnica da SEI. carlajanira@sei.ba.gov.br

** Economista e técnico da SEI. joaopaulo@sei.ba.gov.br



em todas as bolsas mundiais. Finalmente, a queda na demanda e a dificuldade de se obter crédito por parte de algumas empresas americanas, sobretudo aquelas do setor automobilístico, determinaram a contaminação da economia real.

Os principais fatores que conduziram a essa crise foram: mercados financeiros globalizados e a excessiva alavancagem, tanto de instituições financeiras quanto das famílias. O elevado grau de alavancagem deveu-se principalmente à ausência de regulamentação e à falta de fiscalização dos bancos de investimentos pelas autoridades monetárias, provocando o alto grau de endividamento na economia americana. Em meio a esse quadro, as autoridades

americanas, européias e de outras economias avançadas implementaram um conjunto de medidas tendo como objetivo salvaguardar as instituições financeiras que estavam envolvidas diretamente com a crise.

Em outubro, o Congresso americano aprovou um pacote de ajuda ao sistema financeiro no valor de US\$ 700 bilhões, objetivando frear os efeitos da crise sobre a economia real.

No entanto, tornaram-se evidentes os indicadores pouco significativos em relação à economia americana, como, por exemplo, aumento do desemprego, queda no consumo, queda na produção industrial – como no caso do



setor de automóveis – e mais recentemente, deflação. O mesmo ocorreu em relação às principais economias mundiais – Grã-Bretanha, Alemanha, Japão, Zona do Euro –, as quais passaram a declarar oficialmente processo de retração significativa nas taxas de crescimento.

O BRASIL E A CRISE MUNDIAL

Apesar de muito se dizer, com otimismo, que a crise mundial não traria impactos sobre a economia brasileira, haja vista a trajetória de bons indicadores apresentados ao longo do ano, a verdade é que pouco a pouco os sintomas da crise estão sendo constatados, principalmente em relação às empresas que estão inseridas no contexto do comércio internacional, para as quais as linhas de crédito se reduziram, contraindo assim a disponibilidade de recursos para financiar as atividades de exportação. Na verdade, o próprio processo de retração da atividade econômica, caracterizado por ausência de crédito e endividamento de empresas e famílias nas economias avançadas, determina em grande medida a redução do consumo e da demanda por bens e serviços produzidos globalmente, afetando os preços das *commodities*. Além disso, as sucessivas desvalorizações da bolsa de valores e do real em relação ao dólar denotam que o Brasil não está imune aos efeitos da crise.

No âmbito das atividades da economia produtiva, as principais conseqüências para o ambiente nacional evidenciadas recentemente referem-se ao crédito, que tem ficado escasso e mais caro por conta da instabilidade macroeconômica e a da incerteza quanto ao futuro da economia. Com relação a esse aspecto, as grandes empresas, que buscam o crédito para manter principalmente o capital de giro, têm recorrido às instituições financeiras do governo federal para obter empréstimos, uma vez que o crédito externo está restringido para as empresas nacionais. Muitas vezes, o acordo com as instituições financeiras nacionais age no sentido destas últimas atuarem como avalistas para que o crédito seja concedido por instituições internacionais. No caso do crédito corporativo observa-se, ademais, uma clara contração acompanhada de desaceleração dos novos empréstimos às famílias. Esses aspectos mostram claramente a crise de confiança entre os agentes econômicos para o próximo ano.

A incerteza quanto aos rumos da economia fez com que as autoridades econômicas, no Brasil, definissem medidas de caráter monetário, tendo como objetivo aumentar a liquidez e evitar o aperto no crédito, impedindo que a ausência deste afetasse principalmente instituições financeiras de pequeno porte e o mercado real.

Entre as medidas postas em prática pelo Governo, após o agravamento da crise, tem-se: redução dos compulsórios; venda de divisas no mercado à vista e de proteção contra a variação cambial; alimentação das linhas de crédito ao comércio exterior com reservas internacionais; garantia de volume de crédito para várias atividades por meio dos bancos públicos (CARNEIRO, 2008).

Diante desse breve retrospecto, pode-se constatar que os desdobramentos da crise americana podem ser muito mais extensos do que em outros momentos recentes, uma vez que os problemas se originaram nas economias centrais, as quais respondem por quase metade de tudo que é produzido no mundo e mais da metade das transações comerciais que ocorrem no planeta. Dessa forma, a retração na atividade nessas economias implica numa menor disponibilidade de produção e circulação de mercadorias, fatores esses que desencadeiam problemas em todas as outras economias do mundo.

Dentro desse contexto, o presente artigo expõe alguns aspectos da crise mundial e seus prováveis desdobramentos sobre as economias brasileira e baiana no curto prazo.

PRINCIPAIS EVENTOS DESENCADEADOS NA ECONOMIA BRASILEIRA

A crise financeira atingiu o Brasil tanto no comércio internacional quanto nas expectativas dos agentes econômicos, mas principalmente pelo lado do crédito, com a redução das linhas de crédito internacional. Em decorrência disso, alguns setores industriais acabaram sentindo mais os efeitos do fenômeno, haja vista que as atividades de determinadas indústrias dependem diretamente do sistema creditício para serem executadas e das relações com o comércio exterior.

No último trimestre de 2008 verificam-se, no âmbito das grandes empresas e ramos importantes para o valor agregado do PIB nacional, paradas na produção industrial. De acordo com os empresários, as paradas estão ocorrendo em função de manutenção técnica, ou devido ao sucateamento das instalações, o que tem acarretado elevado custo/benefício (VALE..., 2008). No entanto, percebe-se que as paralisações na produção e conseqüentemente as férias coletivas (em alguns casos até desligamentos) estão relacionadas à queda na demanda por produtos – internamente e, sobretudo, externamente –, influenciadas pelo ambiente turbulento dos últimos meses. Como exemplo, tem-se o caso da indústria automotiva (GOVERNO..., 2008).

Outro exemplo de importante setor da indústria brasileira é a siderúrgica, que tem sofrido com o recuo na demanda por parte da China. Como conseqüência da retração na demanda por produtos siderúrgicos, a indústria nacional parou a produção em determinadas unidades e deu férias coletivas a parte dos operários no mês de novembro (VALE..., 2008). Nesse aspecto, cabe destacar ainda que a crise no setor siderúrgico é mundial, e reflete as paralisações em vários setores de atividade em diversos países, com destaque para o setor automotivo, grande demandante de aço em vários países. A China, que produz mais de 1/3 do aço consumido no mundo, foi um dos mercados mais afetados, pois apresentou recuo na produção de 17% em outubro, comparado com o mesmo mês do ano de 2007. Ademais, a demanda neste país encontra-se retraída em razão da redução em obras de construção civil e de infra-estrutura que alavancaram o setor siderúrgico nos últimos anos (CRISE..., 2008a).

No que se refere ao setor agropecuário, os efeitos negativos decorrem também da restrição ao crédito bem como da queda nos preços das *commodities* agrícolas que são exportadas pelo Brasil. Assim, o maior risco de perdas não está associado à queda da safra futura, mas sim com relação à comercialização da mesma na medida em que o descompasso entre oferta (elevada ou estável) e demanda (em queda) forçará os preços para um nível ainda mais baixo do que o atual. Nesse sentido, caberá ao governo implementar políticas que estabilizem os preços das *commodities*, de forma a garantir a remuneração

suficiente para o plantio de safras futuras. Essa política pode ser no sentido de autorizar financiamentos aos produtores durante a comercialização através de empréstimos, da aquisição direta dos produtos e utilização da Conab como intermediária nas operações do mercado (CRISE..., 2008b).

AÇÕES DO GOVERNO BRASILEIRO PARA REDUZIR IMPACTOS DA CRISE

Diante dos primeiros sinais de contaminação da economia brasileira pela crise mundial, tem-se implementado uma série de medidas com vistas a reduzir os impactos na atividade econômica doméstica. O principal objetivo pretendido pelas medidas emergenciais e de curto prazo postas em prática pelo governo federal é completar o ciclo econômico que já estava em andamento quando a crise se tornou mais aguda e, dessa forma, evitar que o País apresente queda no nível de atividade, acompanhando o movimento das principais economias mundiais.

Até o início de novembro, o governo brasileiro já havia gastado aproximadamente US\$ 30 bilhões para irrigar o mercado de crédito – disponibilizando recursos para empréstimo – e o mercado cambial – para conter a desvalorização do real. No entanto, muito mais pode ser gasto uma vez que o Banco Central informou que pode utilizar até US\$ 50 bilhões em operações de *swaps* para impedir que o dólar se valorize excessivamente (BC USARÁ..., 2008).

Ainda na área financeira, o governo brasileiro acenou com a possibilidade de permitir que bancos públicos comprem bancos privados, bem como liberou a Caixa Econômica para ter participação acionária em empresas da Construção Civil (BB É AUTORIZADO..., 2008). A implementação de tais medidas significa a garantia dada pelo governo de que o sistema financeiro tem amplo respaldo de ação governamental, no sentido de garantir o seu pleno funcionamento; com relação à medida atribuída à Caixa Econômica Federal, vê-se que o objetivo maior foi o de garantir tanto a manutenção dos atuais projetos em execução no País, quanto o emprego de um grande número de trabalhadores.

Cabe ainda destacar três outras medidas implementadas pelo governo brasileiro que, em conjunto, contribuem diretamente para a estabilidade do funcionamento da economia no curto prazo. A primeira medida refere-se à possibilidade de adiar a cobrança de tributos das empresas em até 60 dias. Com essa medida, as empresas, sobretudo as pequenas e médias, ganharão folga no caixa, aumentando assim a oferta de capital de giro (GOVERNO..., 2008a). Além disso, o governo brasileiro resolveu, também, socorrer o setor automotivo, disponibilizando um valor próximo de R\$ 5 bilhões com o objetivo de financiar a compra de automóveis (VEÍCULOS..., 2008). Nessa mesma linha, foi disponibilizado crédito de R\$ 2,5 bilhões de reais para a agricultura e de R\$ 4,0 bilhões para a construção civil. Estas ações visam combater a crise, no primeiro caso, em razão da redução de crédito para o setor agrícola e da queda dos preços das *commodities*, e no segundo, para manter o ritmo de expansão do setor imobiliário (BANCOS..., 2008).

Apesar de todo o esforço empreendido pelas autoridades brasileiras, alguns aspectos negativos da crise já podem ser vislumbrados para o ano de 2009. Além de uma possível redução na oferta de empregos, tem-se a possibilidade de cortes no orçamento. Tal redução impactará diretamente o orçamento dos ministérios, fato esse que fez com que o governo brasileiro admitisse reduzir o superávit fiscal em 2009 para 3,8% do PIB. Na prática, a medida implica na maior disponibilidade de recursos na economia, agindo assim em sentido contrário à possível redução da atividade econômica (GOVERNO..., 2008b).

Mesmo diante da possibilidade de retração da atividade econômica, na última reunião do Comitê de Política Monetária do Banco Central (em outubro), o Banco Central decidiu manter a taxa Selic no patamar (elevado) de 13,75%. Os principais pontos colocados pelas autoridades monetárias, tendo por base os indicadores econômicos – visando à manutenção da taxa Selic em 13,75%, uma vez que estas (as autoridades) consideram que as pressões alistas dos preços ainda não cessaram –, foram:

1. ainda não se consolidou o processo de reversão da tendência de progressivo afastamento da inflação em relação à trajetória de metas, que vem se verificando desde o final de 2007;
2. os indicadores conjunturais recentes da indústria apontavam para a continuidade do ciclo de crescimento industrial, ainda que possa ocorrer acomodação na margem, em função de restrições à expansão da oferta em certos segmentos, bem como dos efeitos da mudança de postura da política monetária no Brasil e da turbulência financeira internacional;
3. a demanda doméstica continua se expandindo a taxas robustas e sustenta o dinamismo da atividade econômica, inclusive em setores pouco expostos à competição externa, quando os efeitos de fatores de estímulo, como o crescimento da renda, ainda estão agindo sobre a economia;
4. o Copom avalia que, diante dos sinais de aquecimento da economia, no que se refere, por exemplo, aos dados disponíveis sobre o mercado de trabalho e taxas de utilização da capacidade na indústria, e do comportamento das expectativas de inflação, continuam sendo relevantes os riscos para a concretização de um cenário inflacionário benigno, no qual o IPCA voltaria a evoluir de forma consistente com a trajetória das metas (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2008).

INDICADORES DA ECONOMIA BRASILEIRA PÓS-CRISE

Apesar de todos os esforços do governo brasileiro em conter os efeitos da crise na economia brasileira, bem como dos bons fundamentos econômicos do país, é oportuno afirmar que a atividade econômica no Brasil será afetada em alguma medida pela retração já registrada nas principais economias mundiais. Essa constatação torna-se mais enfática na medida em que o País, apesar de apresentar bons indicadores econômicos, é uma economia que está inserida no ambiente econômico mundial. Nessa circunstância, a retração nas principais economias mundiais evidentemente afetará a demanda por produtos brasileiros, o que, por sua vez, implicará na redução da atividade econômica, sobretudo das empresas que operam com o mercado externo.

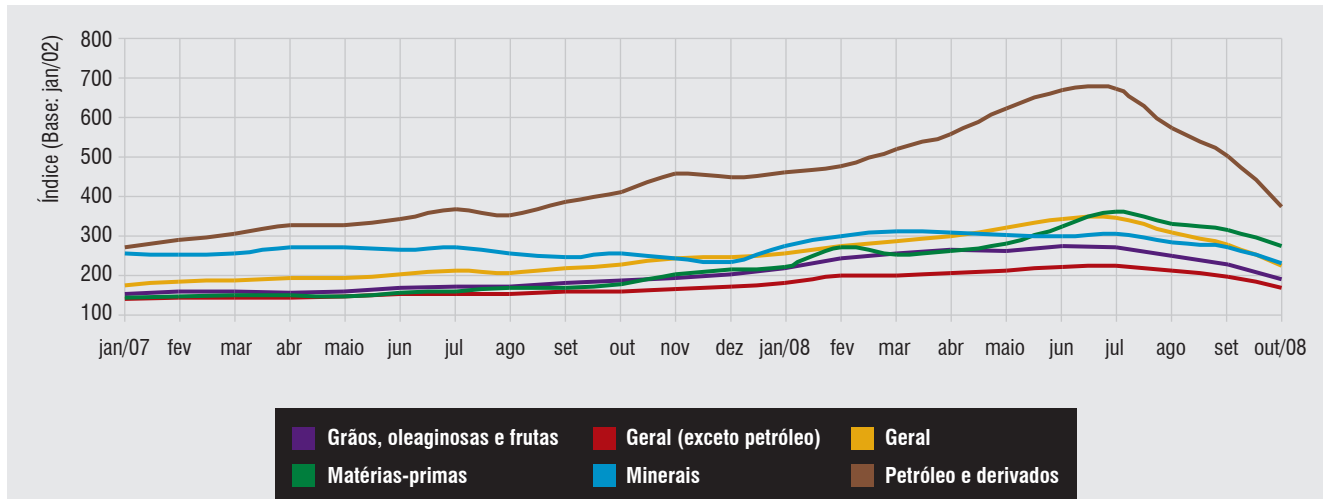


Gráfico 1
Preço de commodities – jan 2007-out 2008

Fonte: MDIC

Como extensão, pode-se então esperar queda no nível de exportações e importações, aumento do desemprego, queda na arrecadação tributária, dentre outros efeitos. Essa mesma realidade pode ser vislumbrada em nível de Bahia, visto que também tem grande inserção no mercado externo.

A seguir são apresentados alguns dos primeiros indicadores da economia brasileira no contexto da crise mundial. Em geral, observa-se que os recentes resultados mostram uma suave retração na demanda, principalmente externamente, que devem contribuir para desencadear movimento de queda em vários segmentos de atividade econômica.

Commodities

Com base nos dados do IPEA (2008) apresentados no Gráfico 1, observa-se que ocorreu queda generalizada nos preços das *commodities*. No indicador geral a redução é de 19,5% no mês de outubro de 2008 em relação a setembro do mesmo ano. Na comparação mensal, outubro/08-outubro/07, o recuo foi de 1,9%. Já no terceiro trimestre, encerrado em outubro, comparado ao trimestre exatamente anterior, a queda é de 19,4%, o que mostra a tendência de queda nos preços internacionais, o que impacta diretamente no saldo

comercial brasileiro. Apesar das quedas verificadas após o agravamento da crise, o resultado para o acumulado do ano ainda é bastante significativo, com incremento de 45,3% no período. Considerando-se os grupos grãos, oleaginosas e frutas; matérias-primas; minerais; e petróleo e derivados, é importante destacar que o último destes apresentou a queda mais acentuada entre outubro e setembro (-25,3%), registrando também taxa negativa na comparação com o mesmo mês do ano anterior (-9,3%).

Segundo o Copom (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2008), "os preços do petróleo continuam altamente voláteis, mas recuaram de forma expressiva. Os preços de outras *commodities* também mostraram reduções importantes desde a última reunião do Copom, reagindo tanto ao maior pessimismo sobre as perspectivas para o crescimento da economia mundial, quanto à intensificação da turbulência nos mercados financeiros globais."

Veículos

Outro setor que pode contribuir fortemente para o recuo na atividade econômica é o automotivo (Gráfico 2), dada a grande integração da sua cadeia produtiva com a de outros setores, a exemplo de aço e plásticos, entre outros.

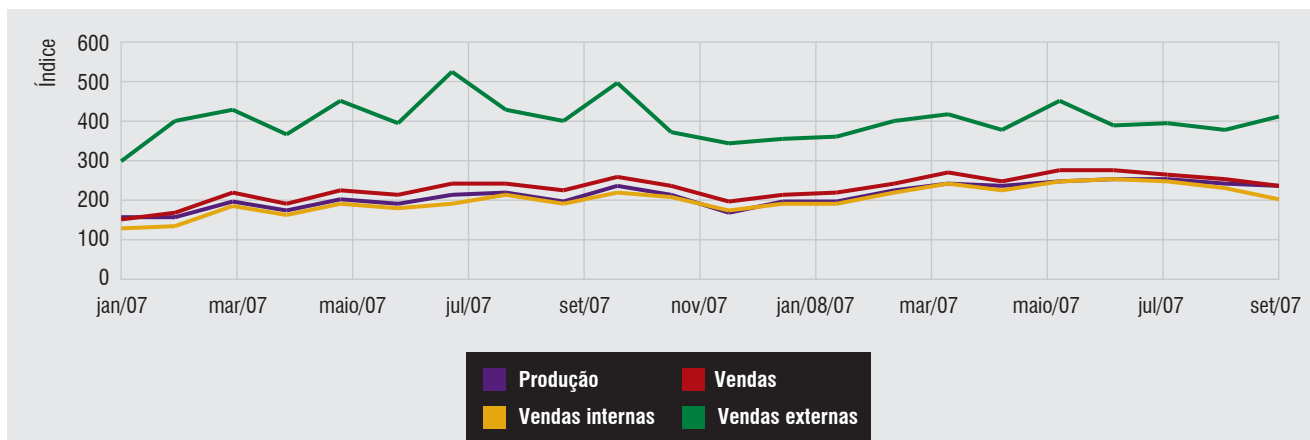


Gráfico 2
Produção e vendas de autoveículos
2007-2008

Fonte: Anfavea

Em outubro, a produção de autoveículos atingiu 296,3 mil unidades, segundo a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea) (CARTA DA ANFAVEA, 2008), quantidade 0,04% inferior à registrada no mesmo mês de 2007. Considerando dados dessazonalizados pelo Banco Central, a produção de autoveículos caiu 7,3% em outubro, comparativamente a setembro. No ano, até outubro, a produção de autoveículos aumentou 17,7%, comparativamente ao período de janeiro a outubro de 2007. Na mesma base de comparação, as vendas de autoveículos no mercado interno cresceram 23,4%, enquanto as exportações recuaram 5,6%.

Conforme análise do IEDI (2008),

Veículos automotores foi um setor que contribuiu com cerca de 25% para o crescimento da produção global. Máquinas e equipamentos representaram cerca de 12% da evolução total. Estamos falando, por conseguinte, de dois setores, de um total de 27, que em conjunto comandaram quase 40% do dinamismo industrial brasileiro. Ocorre que esses dois setores estão entre os que deverão ser os mais afetados pela crise econômica (INDÚSTRIA..., 2008).

Em resumo, a citação acima chama a atenção para a necessidade de se implementar medidas que objetivem minimizar os efeitos negativos da crise sobre esses

setores, os quais determinaram parte significativa da dinâmica produtiva do País e, por conseguinte, foram essenciais para a geração de postos de trabalho.

Com relação a esses setores, a expectativa, para os próximos meses, é de que haja um recuo de 10% a 15% nas vendas, fato esse decorrente da redução da demanda interna e, principalmente, da demanda externa (MON-TADORAS..., 2008). Para 2009, a indústria automotiva brasileira espera crescimento nulo. Parte dessa previsão se deve à expectativa de se exportar 80 mil unidades a menos do que em 2008 (APÓS..., 2008).

Comércio exterior

Os resultados do comércio exterior para o mês de outubro apontam uma leve queda no valor das exportações nacionais. De acordo com dados do MDIC (BRASIL, 2008), apresentados no Gráfico 3, na variação acumulada em 12 meses, a taxa recuou de 27,0% em setembro para 26,3% em outubro. Este movimento reflete principalmente o comportamento nos setores de produtos básicos e semimanufaturados, a exemplo de *commodities* agrícolas e laminados de aço.

Apesar de se manterem em patamar bastante elevado, as importações também apresentaram pequeno recuo no

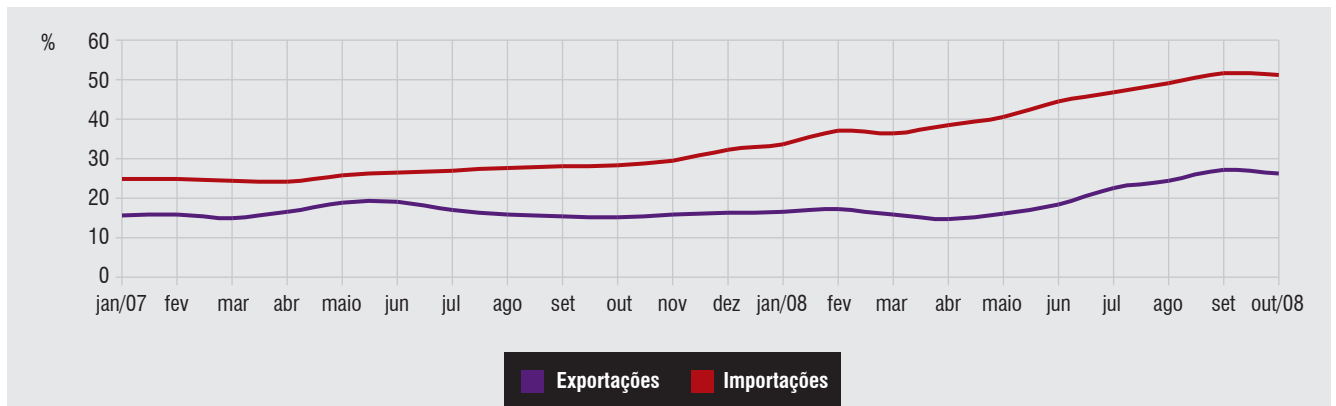


Gráfico 3
Balança comercial – Brasil, jan 2007-out 2008

Fonte: MDIC/SECEX

ritmo de crescimento, passando, no acumulado dos 12 meses, de 50,7% em setembro para 50,3% em outubro.

Comércio varejista

No comércio varejista os resultados mantiveram-se positivos até o mês de setembro, apesar de se observar pequena desaceleração em determinados segmentos, como é o caso de veículos, que recuou de 23,2% no segundo semestre para 18,0% no terceiro trimestre. De forma geral, os indicadores conjunturais da atividade comercial ainda apontam processo de expansão da vendas, sugerindo que esta atividade ainda não foi atingida pela crise. Somente com a divulgação de novos dados é que se poderá ter a dimensão exata dos efeitos da crise sobre a atividade varejista.

Emprego

O nível de emprego com carteira assinada no País, segundo dados do Caged (2008), apresentou aumento de apenas 0,2% em outubro, em relação ao estoque de assalariados do mês anterior, representando um aumento mensal de 61.401 postos de trabalho formais. Esse resultado é considerado abaixo da média para o mês de outubro (neste mesmo mês em 2007 o aumento foi de 205.260 postos de trabalho), podendo-se afirmar que reflete a recente crise financeira mundial. Como várias indústrias estão

programando férias ou mesmo a interrupção de parte de seus processos produtivos, é possível que nos próximos meses a geração de empregos seja ainda menor.

INDICADORES DA ECONOMIA BAIANA

Assim como a economia brasileira, a economia baiana deve ser atingida com a contração do crédito; com a queda nos preços das *commodities*, essencialmente nos setores agrícola, de metalurgia do cobre, celulose, automóveis e petroquímicos; com a alta do dólar no mercado interno, principalmente no setor turístico e no comércio de produtos eletro-eletrônicos. Em conjunto, esses eventos podem culminar na redução das vendas de automóveis e do comércio varejista como um todo, na retração da atividade industrial e na redução das exportações do estado.

Para o ano de 2008, é pouco provável que essas consequências afetem o crescimento do PIB da Bahia, considerando-se os resultados significativamente positivos observados no decorrer do ano, principalmente nos setores do comércio varejista, da construção civil e até da indústria de transformação.

No entanto, em 2009 os resultados podem se modificar consideravelmente, uma vez que já se observa nos indicadores atuais uma leve desaceleração no crescimento de algumas atividades, principalmente aquelas relacionadas à indústria de transformação.

Segundo dados do IBGE (PESQUISA INDUSTRIAL MENSAL, 2008), na indústria baiana os resultados da produção física mostram-se deteriorados apenas na comparação com o mês anterior, quando ocorre leve retração de 0,6% no mês de setembro em relação ao mês de agosto. No entanto, a taxa anualizada entre julho e setembro passa de 3,5% para 5,1% no período, indicando ascendência na produção da indústria baiana.

Apresentando indicadores bem mais significativos, o comércio varejista já evidencia leve desaceleração na taxa anualizada entre julho e setembro, passando de 8,8% para 8,5%; apesar da leve retração, dificilmente esses indicadores apresentarão taxas abaixo de 2% até o final do ano, ainda que ocorram fortes reduções no crédito e nos prazos de financiamentos, haja vista que o último trimestre do ano caracteriza-se pelo crescimento das vendas do setor, devido aos festejos natalinos. Entre os ramos do setor que têm apresentado forte contração no período destaca-se o automotivo, que caiu de 21,0% para 18,7% entre julho e setembro. No entanto, esta queda é bem menor do que a evidenciada pelo comércio varejista nacional, como observada anteriormente (PESQUISA MENSAL DO COMÉRCIO, 2008).

Os indicadores do comércio exterior baiano ainda não mostram de forma clara os impactos da crise internacional sobre os fluxos comerciais da Bahia com o resto do mundo. De acordo com dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (2008), na variação acumulada em 12 meses, a taxa do valor das exportações recuou de 29,3% em setembro para 28,4% em outubro. Avaliando as exportações pontualmente, a redução ocorrida entre setembro e outubro pode ser entendida como um sinalizador de contaminação da crise. No entanto, somente os dados de novembro e dezembro podem expressar a dimensão real dos impactos da crise internacional sobre as exportações da Bahia. Com relação às importações, mantiveram a tendência de expansão, registrando crescimento de 18,7% em setembro e de 28,4% no mês de outubro, no indicador acumulado dos últimos 12 meses.

Com relação ao emprego formal, em outubro de 2008 o número de postos de trabalho com carteira assinada na Bahia apresentou recuo de 0,5% em relação ao estoque

de assalariados do mês anterior, representando uma queda mensal de 6.446 postos de trabalho formais. Considerando-se as atividades econômicas, o setor de construção civil apresentou o pior desempenho mediante a eliminação de 3.834 empregos em razão do término de obras. O setor agrícola fechou 2.899 vagas, por conta do final da colheita na safra anual. E a indústria de transformação também apresentou desempenho negativo ao eliminar 333 empregos, bastante influenciado pelo segmento de calçados, que foi responsável pela redução de 215 postos de trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, conclui-se que a tendência é que as capacidades de consumo e de financiamento da economia brasileira declinem devido ao adverso ambiente externo. Esse fato pode ser verificado a partir da queda das exportações e dos fluxos de investimento e financiamento externo. Nesse sentido, o investimento produtivo deverá ficar mais caro, além de que a capacidade de importar diminuirá em decorrência de retração na demanda interna.

Apesar da ocorrência dos eventos mencionados acima, o fato da economia brasileira encontrar-se com os fundamentos mais consistentes do que em anos anteriores permite uma maior ação governamental com vistas a minimizar os efeitos provocados pela crise econômica mundial, realizando políticas anticíclicas – fiscal e de liquidez.

No âmbito fiscal, o governo pode agir a partir da redução de impostos, do aumento nos gastos e dos investimentos; neste último caso, garantindo os recursos destinados ao PAC, para que este mantenha a posição estratégica de garantir a expansão e consolidação do mercado doméstico. Deve ainda o governo estar atento para não extrapolar o nível dos gastos a ponto de provocar desequilíbrios nas contas públicas. Até o momento, como já citado anteriormente, a única medida nesta linha foi o adiamento do prazo de recolhimento de tributos federais.

Pelo lado monetário, a principal arma é o controle dos juros. No caso especial da economia nacional, as taxas de juros estão elevadíssimas, e há espaço suficiente para

se praticar uma política agressiva de redução dos juros a fim de induzir o crescimento econômico. Apesar dessa “flexibilidade”, o Banco Central mantém-se cauteloso quanto a esta decisão, devido ao aumento nos índices de preços ao longo do ano, que prejudicou as metas inflacionárias para 2008. Outro mecanismo seria incentivar os investidores privados em direção aos investimentos produtivos. No entanto, essa opção encontra obstáculo com a retração do crédito e as perspectivas de queda na demanda, além do elevado juro.

Ao mesmo tempo, o capital privado deve estar atento para não perder competitividade frente a outros países, que podem aproveitar o momento crítico para conquistar novos mercados. Diante desses desafios, o papel dos bancos de fomento é fundamental para incentivar o capital nacional a investir no mercado interno.

Assim, as expectativas de impacto sobre a economia brasileira e, por extensão, para a economia baiana em 2009 ainda dependem muito do grau de estabilidade alcançado pelo mercado internacional, das ações governamentais definidas pelas autoridades brasileiras e das reações dos agentes econômicos frente ao ambiente externo e interno.

REFERÊNCIAS

APÓS recorde, montadoras prevêem crescimento zero. *Valor Econômico*, São Paulo, 11 nov. 2008. Caderno B8.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Atas do Copom, 2008*. Brasília: BC, 2008. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 18 nov. 2008.

BANCOS oficiais ampliam empréstimos contra crise. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 21 out. 2008. Caderno Dinheiro, p.1.

BB É AUTORIZADO a ir às compras e Caixa a assumir construtoras. *Valor Econômico*, São Paulo, p. C1, 23 nov. 2008.

BC USARÁ até US\$ 50 bi para normalizar o câmbio. *Valor Econômico*, São Paulo, p. C1, 24, 25 e 26 out. 2008.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. *Estatísticas de comércio exterior*. [Brasília]: MDIC, 2008. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br>>. Acesso em: 19 nov. 2008.

CAGED. [Brasília]: MTE, out. 2008. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br>>. Acesso em: 28 nov. 2008.

CARNEIRO, Ricardo. Um Banco Central peculiar. *Carta Maior*, São Paulo, out. 2008. Disponível em: <www.carta-maior.com.br>. Acesso em: 3 nov. 2008.

CARTA DA ANFAVEA. São Paulo, n. 270, nov. 2008. Disponível em: <<http://www.anfavea.com.br/cartas/Carta270.pdf>>. Acesso em: 18 nov. 2008.

CRISE faz produção de aço no mundo cair 12% em outubro. *Valor Econômico*, São Paulo, 21, 22 e 23 nov. 2008a. Caderno B7.

CRISE no campo atrofia saldo comercial. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 16 nov. 2008b. Caderno Dinheiro, p. B1.

GOVERNO pode adiar tributo para empresa. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 29 out. 2008a. Caderno Dinheiro, p. 2.

GOVERNO reduz superávit de 2009 para 3,8%. *Valor Econômico*, São Paulo, p. A16, 31 out., 1, 2 nov. 2008b.

INDÚSTRIA. Passado e futuro da produção industrial. *Análise IEDI*, São Paulo, 7 nov. 2008. Disponível em: <<http://www.iedi.org.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?from%5Finfo%5Findex=11&sid=73&UserActiveTemplate=iedi&inoid=3940>>.

IPEA. *Indicadores macroeconômicos*. Brasília, [2008]. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br>>. Acesso em: 18 nov. 2008.

MONTADORAS já se ajustam ao ritmo da desaceleração. *Valor Econômico*, São Paulo, p. B9, 28 out. 2008.

PESQUISA INDUSTRIAL MENSAL. Rio de Janeiro: IBGE, set. 2008. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 11 nov. 2008.

PESQUISA MENSAL DO COMÉRCIO. Rio de Janeiro: IBGE, set. 2008. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 20 nov. 2008.

PROJETOS de infra-estrutura já sofrem cortes. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 20 out. 2008. Caderno Dinheiro, p. B1, B3.

VALE corta produção e dá férias coletivas. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 1 nov. 2008. Caderno Dinheiro 1, p. B1.

VEÍCULO: BB amplia financiamento. *A Tarde*, Salvador, 24 out. 2008. Caderno Economia, p. 17.



Considerada uma das áreas mais complexas do governo baiano, a segurança pública vem passando por uma reforma profunda em sua estrutura. O secretário da pasta e ex-superintendente da Polícia Federal da Bahia, César Nunes, vem remontando o aparato tecnológico e de efetivo para enfrentar a precária situação da violência no estado. Nesta entrevista à revista C&P, ele explica como a Secretaria de Segurança Pública está se paramentando, com investimentos na polícia científica e nos instrumentos de comunicação e monitoramento. Fala da importância da integração entre as polícias técnica, civil e militar, com o comando único, e alguns resultados práticos dessas iniciativas, a exemplo do Programa Ronda nos Bairros. Mas isso ainda é pouco: “Sempre se pensou em segurança pública como polícia, viatura, munição, armamento. Está errado. Isso aí é polícia, isso não é segurança pública.”

Entrevista César Nunes

Segurança pública não é só polícia

C&P – Como funciona a inter-relação da Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia com os outros estados?

César Nunes – Não existia uma parceria com os outros estados, como ainda não há de fato. O que estamos buscando é o trabalho conjunto com as polícias interestaduais, inclusive com a Polícia Federal, para que possamos combater efetivamente a criminalidade, principalmente o crime organizado e as grandes quadrilhas que têm atuação mais intensa, tanto no tráfico de drogas quanto no roubo de veículos, que envolvem outros delitos como o homicídio. Temos um número de homicídios muito elevado em decorrência do tráfico de drogas.

C&P – Foi esta atuação em parceria com a Polícia do Ceará que permitiu a prisão do traficante Cláudio Campanha?

CN – A quadrilha do Cláudio Campanha, a de maior atuação no nosso estado, estava vinculada a São Paulo e comandava o tráfico de drogas na Bahia, a partir do Ceará. Essas investigações que fizemos em parceria com a polícia do Ceará e a conseqüente prisão do

Cláudio Campanha estão permitindo o esclarecimento de vários homicídios. A quadrilha dele vinha matando opositores, pessoas que deixavam de pagar dívidas com o tráfico. Outro grupo do Campanha perpetrava roubos, assaltos, como foi na empresa de ônibus União. Toda essa criminalidade está interligada, e tivemos que trabalhar com serviços de inteligência e investigações para poder provar a autoria desses crimes. (Carlos Eduardo Campanha da Silva, o “Malhado”, bandido mais procurado pelas autoridades policiais baianas, foi preso na Região Metropolitana de Fortaleza, em uma operação conjunta entre as polícias estaduais da Bahia e do Ceará).

C&P – Quais são os serviços de inteligência utilizados pela polícia baiana?

CN – Existe o Infoseg, um sistema de informações nacional ao qual todas as secretarias estaduais têm acesso, o IDS, banco de dados de armas e munições, o AFIS, um sistema de informações criminais que o estado da Bahia adquiriu, e o Codis, um banco de dados de DNA forense. O AFIS é um banco de dados de impressões digitais. Quem detém esta tecnologia hoje é a Polícia Federal, o estado da Bahia comprou e conseguiu, através de convênio, que esses bancos estejam interligados. Ou seja, quanto maior a base de dados de um banco, mais eficiente será o sistema. A Bahia é um dos poucos estados (são

“A Bahia é um dos poucos estados que tem um banco de dados de DNA forense, o Codis”

apenas quatro) que tem um banco de dados de DNA forense, o Codis. É um avanço incrível. Nós temos três certificações internacionais para o nosso laboratório, o que nos permite, hoje, fazer qualquer perícia de DNA forense internacionalmente. Isso é o crescimento da polícia científica.

C&P – Secretário, como se dá, hoje, a integração das diversas polícias?

CN – Quando fui chamado para ser secretário, uma das coisas que eu disse ao governador foi da necessidade de integração das polícias, principalmente as do nosso estado. A polícia técnica faz todos os exames de perícia, a civil faz a parte de polícia judiciária, de investigação, e a polícia militar faz o policiamento ostensivo e a repressão primeira, quando ocorre um crime. Tem que estar tudo integrado, elas têm que trabalhar irmanadas. Agora, como fazer essa integração? Primeiro: o governador determinou comando único na Secretaria de Segurança Pública. Hoje, a função precípua da Secretaria de Segurança Pública é fazer a integração entre as polícias e

exercer o comando único. Segundo: estamos realizando cursos e integrando os policiais civis com os policiais militares e a polícia técnica. Em 2008, realizamos várias operações conjuntas.

C&P – O senhor avalia que houve avanço nessas realizações?

CN – Muito, muito. O Programa Ronda nos Bairros, por exemplo, é resultado da união das duas polícias, sem isso não seria possível. A gente já está pensando em expandir para mais duas áreas, porque estamos implantando o programa aos poucos. Por exemplo, na área de Tancredo Neves, que é a 11ª delegacia, são onze viaturas, onze motocicletas e 180 policiais. Na área da 5ª delegacia são seis viaturas, seis motocicletas e algo em torno de 120 policiais. É um efetivo 24 horas. Dentro de cada área delimitada de até três quilômetros quadrados nós temos uma equipe de policiais, uma viatura e uma motocicleta. Essa viatura tem um rádio com GPS, ele delimita a área de atuação, se a viatura sair dessa área, o sistema acusa na Central. Cada viatura tem um telefone celular, cujo número foi disponibilizado para a população daquele perímetro de até três quilômetros. A população liga para a viatura e o policial atende direto, o que permite uma resposta mais rápida. Os resultados estão aí, tivemos uma diminuição significativa dos crimes nessas áreas, principalmente de estupro, roubo em coletivo, em casas comerciais e a transeuntes.

C&P – Como está a dotação orçamentária da Secretaria? Ela tem

“Salvador e Região Metropolitana vão ser interligadas com o sistema mais moderno de comunicação que há no mundo”

sido suficiente para a demanda do serviço de segurança pública?

CN – Os recursos que nos foram disponibilizados foram suficientes, não posso dizer que está bem, precisa melhorar muito. Mas, devido à burocracia do estado, não conseguimos executar.

C&P – E em relação à qualificação dos profissionais de segurança pública do estado da Bahia, eles estão apropriadamente qualificados?

CN – Não, não estão. É uma meta. Temos hoje policiais com vinte e tantos anos de polícia que só fizeram curso de formação. Estamos investindo na qualificação da nossa polícia. Fizemos, por exemplo, um convênio com a Secretaria Nacional de Justiça, e o Dr. Romeu Tuma disponibilizou para a Bahia um laboratório de combate à lavagem de dinheiro e à corrupção. São investimentos em equipamentos da ordem de três milhões de reais. Junto com esse convênio já temos incorporado a capacitação de equipes policiais na área de investigação financeira. A quadrilha do Campanha, por exemplo, já pedimos a indisponibilidade dos bens dele, do sítio que ele comprou em Fortaleza, dos bens que ele tem aqui, de veículos, de

“Segurança pública são ações, políticas públicas, sociais, que visem a diminuir essa exclusão social e integrar a sociedade. Isso é o que pensa o Pronasci”

tudo. Isso é investigação financeira, e nossos policiais serão capacitados nessa área.

C&P – Secretário, em relação ao Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci), quais as principais ações previstas para a Bahia?

CN – Nunca antes na história desse país se pensou em segurança pública com a ótica que o Pronasci está fazendo. Sempre se pensou em segurança pública como polícia, viatura, munição, armamento. Está errado, isso aí é polícia, isso não é segurança pública. Segurança pública são ações, políticas públicas, sociais, que visem a diminuir essa exclusão social e integrar a sociedade. Isso é o que pensa o Pronasci. O maior volume de recursos do programa é para capacitação de policiais, e também ações sociais, a exemplo do Programa Mulheres da Paz, onde mães de comunidades com alto índice de criminalidade são orientadas para trabalhar com os jovens e direcioná-los para atividades lícitas.

C&P – Em que aspectos a segurança pública melhorou nos últimos anos?

“[...] os centros do interior do estado falarão por rádio com a capital. Hoje não existe isso, ninguém fala com ninguém”

CN – Precisa melhorar muito. Precisa melhorar a capacidade investigativa, para se combater o crime organizado, as grandes quadrilhas. Precisa melhorar a situação de exclusão social. Precisa capacitar, pagar melhor aos policiais para que eles tenham um vencimento razoável, para que possam viver condignamente. Salário melhor para os policiais, investimento em segurança pública, em equipamentos e tecnologia. O sistema de comunicação da polícia que está sendo implantado é importantíssimo para o combate ao crime. Uma viatura, hoje, sai de Salvador e antes de Simões Filho perde sua capacidade de comunicação. Uma viatura está aqui (Centro Administrativo – CAB) e não fala com outra que está em Itapuã. Não é assim que se faz segurança pública. Agora, Salvador e Região Metropolitana vão ser interligadas com o sistema mais moderno de comunicação que há no mundo, um sistema digital de comunicação instantânea com alta qualidade, o Sistema Terrestre Trunked Radio (Tetra). Isso vai permitir que os carros da polícia civil falem com os carros da polícia militar. Comunicação é imprescindível em segurança pública. Hoje nós temos quinze Sites (Sistema Tetra Digital) dentro de Salvador e Região Metropolitana, e estamos fazendo mais três, para ampliar para a Linha Verde.

C&P – Esses sites permitem a comunicação entre as polícias de Salvador e Região Metropolitana. E no interior do estado?

CN – Nós estamos construindo vinte e dois centros de telecomunicações

“Precisamos recompor o efetivo. A Bahia teve 31 mil policiais militares em 2003, hoje tem 27 mil”

para o interior do estado. Cada centro terá uma região de abrangência. Por exemplo, Juazeiro é um dos centros e coordenará sua região, os centros do interior do estado falarão por rádio com a capital. Hoje não existe isso, ninguém fala com ninguém. Então, em tecnologia o estado está avançando bastante.

C&P – Em que ainda precisa melhorar?

CN – Precisamos recompor o efetivo. A Bahia teve 31 mil policiais militares em 2003, hoje tem 27 mil. Foi realizado um concurso em 2007 e, no mês passado, 3.200 homens da PM entraram em efetivo exercício. Nós já contratamos também 170 policiais civis no primeiro semestre de 2008. Estamos formando mais 761 policiais civis, já estão na academia fazendo curso. A polícia civil, que já teve 7.800 homens, hoje tem pouco mais de quatro mil. E policial não é um funcionário público que você faz um concurso e a pessoa é contratada de imediato. São várias fases: psicotécnico, exame de conhecimento, investigação social. Depois tem o curso de formação, para daí o policial entrar em exercício. Estamos precisando de muita coisa ainda na segurança pública, mas vai melhorar.

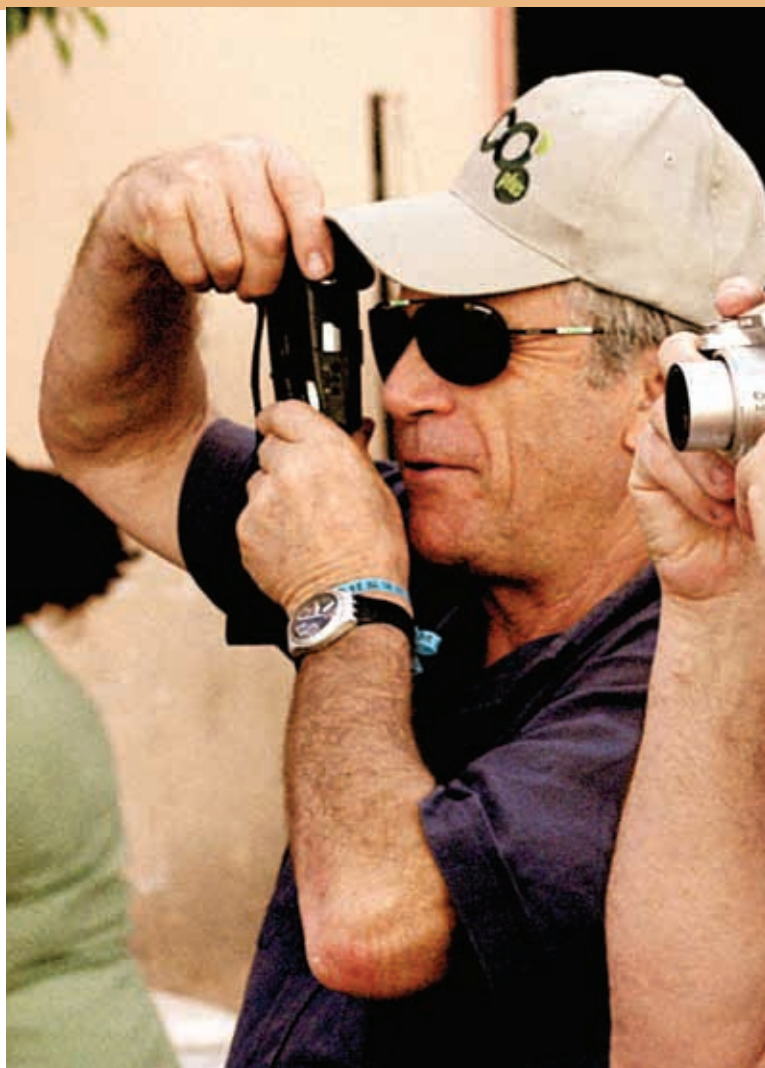
A interface da criminalidade no turismo em Salvador

João Apolinário da Silva*

INTRODUÇÃO

Uma das questões mais emergentes que passam pelo fio de diversas discussões nos países que são integrantes do grande comércio de turismo no mundo é a criminalidade presente nos centros urbanos das grandes metrópoles. Essas cidades fazem parte dos principais roteiros turísticos preferidos pela maior parte dos turistas, porém as atenções dispensadas para proteção dos visitantes não são suficientes para transformar essas localidades em territórios imunes a crimes. Enquanto o turismo representa um crescimento considerável para a atividade econômica nessas diversas localidades, algumas autoridades públicas não destinam atenção especial para contenção da criminalidade.

* Doutorando em Planejamento Territorial Urbano, mestre em Análise Regional, especialista em Assessoria em Métodos Quantitativos (UnB), graduado em Segurança Pública – Academia de Polícia Militar da Bahia – curso de Formação de Oficiais da PM, em Matemática (UCSal), em Administração (FBB) e em Psicanálise (EBPP). Membro do Observatório Interdisciplinar de Segurança Pública do Estado da Bahia (OSPB). apolináriosilva@oi.com.br



No Brasil, embora se tenha inúmeras ações voltadas para contenção do crime nas várias metrópoles, nota-se que as atenções estão mais voltadas para a infra-estrutura do turismo propriamente dita. Nesses mesmos territórios a segurança da população residente e do turista não evoluiu na mesma proporção. Examinando-se a região Nordeste brasileira, nota-se que, em termos numéricos, a infra-estrutura de turismo teve um investimento de quase um bilhão de dólares (US\$ 994.413.000, segundo resumo executivo do PEDITS/Prodetur NE II). Essa verba foi empregada na conclusão de obras no setor de transporte, aeroportos, energia elétrica, saneamento, urbanização, patrimônio histórico, preservação ambiental, limpeza urbana e outros.

Embora tais investimentos redundem em melhoria na qualidade dos serviços prestados, principalmente no setor de segurança física e patrimonial, não há nenhuma ação que resulte em mais investimentos no setor de



segurança pública. No caso da Bahia, especificamente em Salvador, no setor de segurança pública criou-se uma pequena estrutura voltada para a proteção do turista. Essa estrutura conta com a Delegacia do Turista (Deltur) e com um Batalhão de Polícia Militar (18º BPM), sediados no Centro Histórico da cidade. Outra ação voltada para a proteção do turista em Salvador foi a aplicação de policiamento ostensivo voltado para roteiros turísticos da cidade (Policiamento do Corredor Turístico).

No período de 2000 a 2006 ocorre um aumento gradual e sucessivo da atividade turística na cidade, entretanto tem-se, também, o aumento da criminalidade, principalmente de crimes contra o patrimônio e de homicídios, os quais atingem a população local, podendo ser dirigida ainda para a população que visita Salvador. Nesse sentido, este trabalho pretende discutir alguns aspectos relevantes da interface da criminalidade no turismo em Salvador, pois a partir dessa discussão é possível compreender o quanto

a criminalidade interfere na atividade turística na cidade e de que maneira essa interferência poderá influenciar na escolha do destino turístico da capital baiana. Além disso, o estudo busca investigar o quanto a criminalidade que atinge a população residente atinge também a atividade turística em Salvador. Especificamente, pretende-se conhecer se o turista é atingido por todos os tipos de crimes que a população residente já sofre; descrever a infra-estrutura que é dirigida para a proteção do turista em Salvador; e avaliar se a proporção de crimes contra turistas é a mesma da população residente.

O escopo do trabalho visa a trazer para a sociedade o quanto se tem, na atualidade, de crimes contra o público visitante na capital baiana e apontar as incidências nas diversas localidades da cidade, buscando-se avaliar os tipos de crimes que atingem grupos específicos de turistas, bem como avaliar se há predileção de criminosos por roteiros turísticos para o cometimento de tipos específicos de crimes contra os visitantes. Essas e outras assertivas fazem parte do rol das justificativas que nortearam essa atividade de pesquisa, a qual partiu dos seguintes pressupostos básicos: os crimes contra turistas possuem a mesma proporção da prática presente na população residente; os turistas são vítimas de tipos específicos de crimes; os serviços de segurança voltados para roteiros específicos tornam os demais roteiros vulneráveis a crimes contra turistas; e o desconhecimento dos turistas da vulnerabilidade criminal dos roteiros turísticos os faz vítimas ideais para os criminosos locais.

A CRIMINALIDADE E SUAS TEORIAS EXPLICATIVAS

O controle da criminalidade nos centros urbanos que possuem grande atratividade turística tem se tornado uma das grandes preocupações atuais. Existem vários diagnósticos indicando soluções para se resolver esse problema, que tem se agravado nos tempos atuais, principalmente nas sociedades livres de modelos autoritários.

A atividade criminosa tem sido uma das consequências mais danosas dentro dos processos de concentração de riquezas e aumento da população pobre espalhada em

vários espaços urbanos, e possível causa da diminuição da atividade turística para certas regiões. Enquanto o turismo cresce continuamente, principalmente por causa do progresso tecnológico, produzindo o encurtamento entre os destinos em razão da melhoria dos transportes, nota-se ainda o aumento do tempo livre, mais bem utilizado para as atividades de entretenimento e lazer. O que não se verifica entre essas várias formas de crescimento é a importância dada pelo estado para que haja crescimento do turismo e priorizar a redução dos riscos gerados ao turista, decorrentes da atividade criminosa.

Segundo Rabahy (2003), o turismo está entre as cinco principais atividades econômicas geradoras de divisas na economia mundial. O autor (RABAHY, 2003, p. 8,9) também ressalta diversos eventos que impactaram diretamente na economia do turismo; entre eles verifica-se que grande parte está ligada a episódios que estão diretamente relacionados com atividade criminosa ou com aspectos violentos contra pessoas. No ano de 1991, houve a Guerra do Golfo; em 1992, o conflito da Bósnia; em 1993 ocorreu o conflito gerado pela divisão da Tchecoslováquia; em 1998, a invasão do Iraque realizada pelos Estados Unidos e pela Inglaterra; no ano 2000, Israel interrompe as negociações de paz com a Palestina, intensificando os conflitos regionais; em 2001 tem-se o atentado de 11 de setembro nos Estados Unidos; e em 2003 os Estados Unidos e a Inglaterra voltam a invadir o Iraque. Nota-se que tais conflitos tornam alguns territórios lugares com alto grau de periculosidade para o exercício da atividade de turismo, fazendo com que sua demanda potencial se volte para outros destinos.

Noutro sentido, a violência e a criminalidade têm contornos diferenciados, principalmente quando relacionadas com aspectos ligados diretamente ao destino do turista. O visitante fica exposto em outro território e devido ao aspecto sociocultural, diferindo-o da população local, torna-se uma vítima ideal. A prevenção de crimes contra turista não passa apenas pelo crivo dos governos locais. Para Frate e Kesteren (2004) a prevenção da criminalidade urbana está relacionada às técnicas necessárias para se identificar o lócus de sua existência a fim de se efetuar a prevenção com base fundada na cooperação do Estado e da sociedade. Nesse caso, é preciso primeiro identificar o local do crime para, num segundo momento, determinar as suas técnicas de prevenção.

“O controle da criminalidade nos centros urbanos que possuem grande atratividade turística tem se tornado uma das grandes preocupações atuais”

Outro sentido da análise das causas criminais que atingem a população de turistas refere-se aos aspectos mutantes do crime, tanto no que diz respeito ao tipo de crime quanto aos espaços em que eles ocorrem. Existe a necessidade de se ter uma visão desses espaços sob a perspectiva analítica da compreensão das mudanças socioeconômicas, a fim de se entender o sujeito, a sociedade e os espaços de reprodução social, buscando os vieses das transformações dentro de um novo mundo, que concentra centros urbanos superpovoados e globalmente interligados.

Estudos recentes sobre a ocorrência de crime em algumas cidades brasileiras (SOUZA, 2000; RIO CALDEIRA, 2000; MISSE 2003) indicam a existência de transformações da criminalidade nas suas dimensões qualitativa e quantitativa. Particularmente, para Salvador, Silva (2004) mostrou, através de pesquisa, que a transformação da criminalidade se deu junto com as transformações urbanas, socioeconômicas, no recorte temporal compreendido entre as duas décadas finais do século passado. Esse fenômeno não ocorreu de forma isolada dentro do Brasil. Para as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro foi constatado também que houve esse mesmo processo de transformação do crime, segundo Rio Caldeira (2000) e Souza (2000). Os crimes, nessas cidades, assim como ocorreu em Salvador, ficaram mais frequentes e mais violentos. As ações criminosas passaram a ser cometidas com maior requinte de perversidade, e a população desenvolveu, diante do medo crescente, novas formas de convívio dentro das cidades. Nesses centros urbanos, os moradores não se sentem tão seguros quanto no passado, buscando,

através do isolamento em condomínios fechados ou atrás de grandes muros e grades fortificadas, proteção contra as ações violentas dos criminosos.

Esse fenômeno, também notificado por Souza (2000), foi exaustivamente analisado pelo autor, o qual assegura que a década de 1980 foi marcada por uma profunda crise econômica e social no Brasil, transformando, definitivamente, os centros urbanos em zonas de conflitos sociais, principalmente com o aprofundamento da pobreza e a desigualdade social.

Embora as atenções estejam voltadas para as grandes metrópoles, aquelas que são as capitais dos estados, nota-se que o fenômeno da criminalidade alcança outros centros urbanos de menor porte, notadamente as cidades que se destacam como núcleos concentradores das atividades econômicas de certa região. Essas cidades possuem características regionais e econômicas bem distintas, porém a criminalidade é o fator comum entre elas.

Segundo Knox (2004), ao estudar os efeitos de indicadores de crimes graves no Havaí relacionados ao turismo, constata-se que a ação criminosa tem diversos efeitos sobre a atividade turística. A pesquisa de Knox (2004) constatou a existência de aderência entre o crime de roubo e a população de turistas; já noutras localidades houve evidências estatísticas da atividade criminosa de furtos voltada para o turismo. Já em outras localidades buscou-se a relação entre homicídios e crimes de estupro contra turistas que freqüentavam a localidade. Entretanto, no Havaí encontrou-se uma relação muito forte entre roubos e a atividade de turismo, o mesmo não sendo comprovado para os estupro e homicídios.

Knox (2004) indica que há vários modos de se verificar se há correlação entre atividade criminosa dirigida especificamente para a atividade turística. Neste caso, basta avaliar se a incidência de crimes contra turistas é maior que os mesmos crimes praticados contra a população local.

No trabalho de pesquisa efetuado por Albuquerque e McElroy (1999) intitulado "Tourism and crime in the Caribbean", foram identificados cinco cenários em que o turista pode se envolver como vítima de crimes. O primeiro

refere-se ao fato do turista ser uma vítima accidental, o visitante está no local e hora errada, assim ele ou ela será a vítima presente. No segundo cenário o turista é dado à prática de visitação a locais que possuem tendência criminógena, tais como: locais de intensa vida noturna, intensa vida hedonística e onde se faz uso de drogas lícitas (álcool) ou ilícitas. No terceiro cenário o turista tem o hábito de não observar, durante as férias, os mesmos cuidados que tem durante sua vida cotidiana, quando este realiza seus hábitos domésticos. Já no quarto cenário, o turista promove transgressões em suas vidas sociais e domésticas e se envolvem com prostitutas e uso não controlado de álcool, tornando-se vítimas ideais. O quinto e último cenário descreve o turista como sendo representante legítimo de estados capitalistas e, neste caso, são vítimas potenciais de grupos terroristas que se opõem ao capitalismo global.

Observa-se que nesses cenários pode-se enquadrar grande parte de crimes que são cometidos contra turistas num determinado destino. Mas a segurança ao turista envolve esforços públicos e da população local para conservar sua integridade física e psíquica. Outra categoria de segurança perpassa os cinco cenários descritos acima, envolve, também, segurança coletiva em eventos, tais como: congressos em hotéis ou centros de convenções, shows musicais, jogos internacionais (Copa do Mundo de Futebol, Jogos Pan-americanos, Olimpíadas, entre outros), segurança de dignitários, enfim, há um rol extenso de aplicações do estudo de segurança pública ou privada aplicada ao turismo e, assim, tem-se o envolvimento de uma multiplicidade de atores e conhecimentos.

Dentro desse contexto, deve-se ter uma preocupação mais acentuada sobre a segurança pública aplicada ao turismo, considerando que a segurança pública aqui será entendida, segundo a perspectiva de Bayley (2001), como a base na qual todos os processos sociais se apóiam e onde se tem como princípio a manutenção da ordem pública, visto que essa é a função essencial do governo. Assim, pode-se crer que aspectos relacionados à manutenção das boas condições sociais, patrocinadas pela igualdade entre os indivíduos, sob todos os aspectos, gera a legitimidade da ação do Estado e, por conseguinte, melhorias nas condições da segurança da coletividade.

“Se por um lado há certa complexidade em construir alguma linha argumentativa que consiga relacionar ao crime algumas atividades humanas, tais como pobreza e crime, por outro, cresce a estigmatização do ‘pobre’, apontando-o como ator principal das barbáries criminais [...]”

Já para se compreender como se dá o crime praticado contra turistas no meio urbano, e, principalmente na cidade de Salvador, foi preciso entender o meio urbano e seus processos sociais. A compreensão do meio urbano foi edificada como parte de algumas teorias “[...] que se esforçam por explicar a cidade como fenômeno espacial” (LYNCH, 1999, p. 44). Lynch (1999) ressaltava três teorias, a saber: “teoria da decisão”, “teoria funcional” e “teoria normativa”. Tais teorias se importam com objetos de estudo bem diferenciados. A primeira se ocupa com o processo de planejamento da cidade e as complexas formas de decisão de aplicação das políticas públicas que devem ser tomadas em relação ao desenvolvimento da cidade. A segunda se preocupa com as diversas funcionalidades presentes nas partes da cidade. Já a terceira teoria “[...] trata das ligações generalizáveis entre os valores humanos e a forma das aglomerações populacionais [...]” (LYNCH, 1999, p. 43). Nessa última teoria residem as compatibilidades de estudo entre as relações sociais presentes nas coletividades formadoras dos vários espaços urbanos, pois através delas é possível compreender a organização e o funcionamento da sociedade, a distribuição sócio-espacial, movimentos da população, comportamentos, atividades dos indivíduos e da coletividade, e o dinamismo coletivo da cidade.

Insere-se, nesse contexto, o estudo da criminalidade urbana enquanto fenômeno derivado da concentração humana em grandes cidades.

Tem-se para o fenômeno da criminalidade urbana uma multiplicidade de explicações. Enquanto fato social, a sociologia oferece alguns esclarecimentos que são adicionados aos modelos explicativos. A psicologia explica o viés da psique enquanto elemento que alicerça a tendência dos sujeitos ao crime. Nesse mesmo sentido, outras ciências têm procurado ofertar as suas argumentações acerca da lógica do crime, cabendo aos estudos urbanos identificar o quanto a forma urbana contribui para o aparecimento, amadurecimento e/ou potencialização das atividades criminosas.

Se por um lado há certa complexidade em construir alguma linha argumentativa que consiga relacionar ao crime algumas atividades humanas, tais como pobreza e crime, por outro, cresce a estigmatização do “pobre”, apontando-o como ator principal das barbáries criminais perpetradas nos centros urbanos. Busca-se atribuir aos habitantes de moradias subnormais e aos favelados ou aos que não possuem qualquer tipo de moradia toda espécie de ação criminosa, atualizando-se, cada vez mais, o “mito da marginalidade” (SOUZA, 2000), atribuindo-se ao sujeito despossuído o papel principal de criminoso contumaz.

Esse tipo de construção do sujeito criminoso é flagrante em todos os grandes centros urbanos, porém nota-se que essa tipologia tem se estendido para além das grandes capitais dos estados e tem chegado a algumas cidades de menor porte, mas que concentram certa atividade industrial ou comercial de uma região.

A ATIVIDADE TURÍSTICA EM SALVADOR

O desenvolvimento da atividade turística em Salvador cresceu substancialmente no período decorrente de 1991 a 2004, conforme se constata através dos registros de hóspedes efetuados pelos meios de hospedagem, como mostra o Gráfico 1.

Ocorre no período uma elevação do fluxo de turistas para a cidade, notadamente de turistas nacionais, embora se

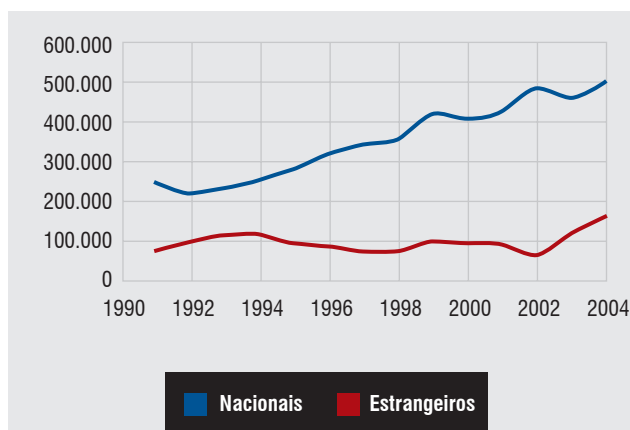


Gráfico 1
Hóspedes registrados nos MHS classificados
segundo a residência permanente
Salvador – 1991-2004

Fonte: SCT/Bahia

notasse que nos anos finais do período observado há uma ligeira queda na proporção de turistas nacionais em relação ao fluxo de turistas estrangeiros.

A elevação da proporção do fluxo demonstra o aumento da atratividade pelo destino, principalmente como fruto do deslocamento do eixo de destino proporcionado por meio

do aumento dos conflitos internacionais decorrente do risco eminente da atividade de terrorismo internacional. O paradoxo presente nessa suposição é que o aumento do fluxo turístico se deu em razão de uma atividade criminosa de abrangência global, resultando em ganhos para uma instância local. O crime enquanto atividade danosa para certos territórios proporcionou ganhos para outros destinos.

Os ganhos decorrentes da atividade turística deveriam despertar uma atenção mais acurada para a oferta de serviços mais especializados e mais eficientes para o público demandante. A receita decorrente dessa atividade tornou-se crescente nos últimos anos analisados; a infra-estrutura para a atividade turística também tem sido crescente. O que se espera é o acréscimo gradual e sucessivo de melhorias do serviço de segurança pública para garantir o desenvolvimento sustentável da atividade.

A necessidade de conversão de maiores investimentos para o setor de segurança voltada para a atividade turística na cidade de Salvador deverá atender ao perfil do turismo praticado no território soteropolitano, bem como em razão das maiores críticas oferecidas pela população que visita a cidade.



Gráfico 2
Proporção de hóspedes registrados nos MHS classificados, segundo a residência permanente
Salvador – 1991-2004

Fonte: SCT/Bahia

O perfil global dos visitantes de Salvador, segundo pesquisa realizada pela Secretaria de Cultura e Turismo do estado da Bahia, é constituído da seguinte forma: o motivo da viagem para a cidade é o lazer (36,3% dos pesquisados), seguido de negócios/congressos/convenções (31,8%) e visitas a familiares e amigos (frequência percentual de 20,1% dos pesquisados). Outro fator pesquisado foi o tipo de alojamento: a “casa de amigos e parentes” é o local preferido para a estadia durante a permanência na cidade (41,9%), seguido de hotéis (35,6%) e pousadas (6,9%).

Dentro dessas duas variáveis aqui evidenciadas aparecem fatores que dificultam a aplicação de serviços de segurança dirigidos para alcançar um número maior de visitantes de Salvador. O primeiro aspecto é a maneira difusa do meio de hospedagem preferencial para permanecer na cidade, e o segundo é o motivo de viagem, isto é, os destinos são difusos.

Outro resultado que aparece na pesquisa efetuada pela Secretaria de Turismo é a avaliação de serviços disponíveis na cidade. Dentre os serviços pesquisados que receberam críticas dos turistas, o serviço de segurança pública aparece em primeiro lugar, segundo a Tabela 1.

Tabela 1
Avaliação crítica global dos serviços prestados aos turistas na cidade de Salvador – 2004

Maiores críticas dos turistas	(%)
Segurança pública	6,5
Limpeza pública	6,1
Transporte urbano	3,9
Sinalização turística	3,8
Táxi	1,0
Diversões noturnas	0,6
Comunicações	0,4

Fonte: SCT/Bahia

Dentre os diversos serviços oferecidos aos turistas, evidenciam-se como os que têm maior nível de reprovação aqueles prestados pelo setor público, serviços estes que são, também, de primeira necessidade para a população residente. Nesse sentido, o turista possui a mesma percepção da população local.

SEGURANÇA PÚBLICA E CRIME CONTRA TURISTA EM SALVADOR

Os crimes contra turistas apresentam dificuldades adicionais para seu controle ou repressão. Uma delas é a ausência (em alguns casos) da capacidade das vítimas prosseguirem com a ação penal em razão de não residirem no local da ocorrência dos fatos. Outras são a dificuldade de reconhecimento por parte das vítimas dos autores dos delitos e a descrição mais exata da localidade onde os fatos ocorreram. Outro fator interveniente é a dissonância de língua entre as partes e as autoridades que encaminham as apurações dos crimes.

O turista é vítima de crimes em razão de não conhecer ou não ser alertado sobre as condições da localidade onde faz a visitação. O desconhecimento dos perigos presentes na localidade o coloca como vítima potencial de criminosos habituais que dirigem suas ações, especificamente, para turistas, aumentando sua chance de ser vítima de crimes que são comuns à população local. O turista carrega consigo a aparência de ser portador de dinheiro ou objetos pessoais valiosos (filmadoras, máquinas fotográficas, entre outros), que servem como estímulo ao flagício dos delinquentes habituais.

Os delinquentes têm suas ações dirigidas para locais específicos onde, certamente, encontrarão suas vítimas. Os roteiros turísticos e os pontos de visitação turística, assim como os locais onde os visitantes convergem, são ideais para ação delituosa contra turistas. Os crimes de furto, roubos, estupros e outros são coincidentes em termos geográficos com pontos

“O turista é vítima de crimes em razão de não conhecer ou não ser alertado sobre as condições da localidade onde faz a visitação”

de visitação turística. Os aeroportos, rodoviárias, portos, centros históricos, praias são áreas preferenciais para ação de grupos que cometem crimes contra turistas.

Embora os crimes cometidos contra turistas devessem fazer parte de levantamento diferenciado para algumas localidades que têm o turismo como atividade em pleno crescimento, não se vê no Brasil, e particularmente em Salvador, um banco de dados exclusivo para essa finalidade. Embora existam estruturas policiais específicas para atendê-los, as autoridades conhecem uma parcela muito pequena dos delitos que atingem tais pessoas. Notadamente, algumas autoridades policiais conhecem individualmente o fenômeno, porém não se tem informações públicas sobre a problemática.

Dentro deste contexto tem-se a construção de cenários próprios para a ocorrência de crimes contra turistas: o visitante possui características fisionômicas que o diferenciam da população residente, suas vestimentas e comportamentos indicam que não está integrado ao meio visitado, o fato de portar objetos de certo valor comercial impulsiona os desejos dos meliantes e a atividade que eles desenvolvem por estarem afastados de seus locais de moradia potencializa o risco de serem vítimas ideais.

O crime contra turista promove danos à imagem da localidade, fazendo com que a preferência pelo destino seja preterida em detrimento de uma instância de lazer que ofereça melhores condições de segurança para a visitação. Nunes (2004, p. 1), ao analisar o comprometimento do turismo brasileiro em decorrência do aumento da criminalidade, revela que:

O turista precisa sentir segurança para conhecer o Brasil, desfrutar de suas belezas e trazer divisas para gastar aqui. Ora, ninguém quer conhecer uma localidade que está sempre em conflito, ou onde a miséria reina absoluta. O turismo é um lugar para os sonhos se realizarem, as pessoas esperam ser bem atendidas e querem desfrutar de exuberantes paisagens e museus, sem o risco de serem assaltadas a qualquer momento. Claro que outros países também possuem seu índice de criminalidade, mas convenhamos, o Brasil é tido por

muitos estrangeiros como um lugar exótico e perigoso e não adianta só divulgarmos o país, se não melhorarmos a infra-estrutura e recepção.

Um dos aspectos a ser analisado é o quanto a população de turistas é acometida por crimes de forma diferenciada dos moradores locais. Nesse sentido, o foco principal deste trabalho é investigar o nível de envolvimento em ocorrências por parte da população de turistas que visita Salvador. Para efeito desta comparação, será considerada como população de turistas que ingressam em Salvador todos aqueles que foram registrados nos diversos meios de hospedagem (MH), cadastrados e que fizeram parte da pesquisa conduzida pela Secretaria de Cultura e Turismo da Bahia.

Considerando o caráter difuso das informações e a baixa notificação efetuada por turistas, visto que as notificações de furto ou roubo nem sempre são levadas ao conhecimento da polícia. Segundo Fonseca (2005),

Os casos de furtos praticados contra turistas, na maioria das vezes, não são registrados na Delegacia de Proteção (Deltur), porque os turistas e as próprias agências de viagens preferem evitar a exposição do visitante aos constrangimentos em público. Quando um grupo de turistas é roubado, os próprios guias cuidam de evitar, ao máximo, os traumas que sofrem os visitantes "simplesmente eles não voltam", diz o presidente do Conselho Comunitário do Centro Histórico, José Iglesias.

Há, nesse sentido, uma subnotificação de crimes contra turistas na cidade de Salvador e, provavelmente, em outros territórios brasileiros. O indicador mais confiável para se avaliar se há, intencionalmente, ação criminosa direcionada aos grupos de visitantes na capital baiana é o índice de homicídios, já que essa categoria de crime tem notificação obrigatória, forçando os guias ou as agências de viagens a recorrerem aos corpos policiais para efetuarem os registros.

Um exemplo de acompanhamento de tal atividade é mostrado por Albuquerque e McElroy (1999) na Tabela 2, na qual constam os crimes cometidos contra visitantes e população residente no Caribe nos anos de 1989–1993.

Tabela 2
Crimes cometidos contra visitantes e população residente no Caribe¹ – 1989-1993

	1989	1990	1991	1992	1993
<i>Murder</i>	0 (18)	0 (30)	0 (19)	0 (19)	0 (17)
<i>Wounding (major)</i>	3 (272)	0 (264)	6 (346)	5 (344)	2 (364)
<i>Rape</i>	0 (64)	0 (71)	4 (79)	5 (85)	3 (96)
<i>Robbery</i>	31 (153)	46 (293)	113 (549)	126 (827)	84 (641)
<i>Burglary/House breaking</i>	215 (2202)	207 (2650)	92 (2443)	86 (2561)	108 (3342)
<i>Larceny—vehicle</i>	61 (560)	44 (452)	25 (504)	19 (487)	11 (487)
<i>Larceny—person</i>	67 (221)	65 (227)	85 (335)	90 (366)	44 (209)
<i>Larceny—accom.</i>	218 (409)	250 (419)	232 (401)	181 (331)	202 (388)
<i>Larceny—beaches</i>	87 (NA)	100 (NA)	63 (NA)	64 (NA)	58 (NA)

¹ Fonte: *The Royal Barbados Police Force* (1994). *Crimes against local residents are in parentheses*

Tabela extraída de Albuquerque e McElroy (1999) com o título de: “*Serious Crimes Against Visitors and Residents*”

Por outro lado, o índice de homicídio é um dos indicadores mundiais para comparação de violência contra qualquer que seja o grupo envolvido em estudos de violência e criminalidade. Para o caso de Salvador, o índice de homicídio para turistas que se hospedaram na cidade entre os anos de 1999 e 2004 se comportou de forma discreta, conforme mostra a Tabela 3. Comparando-se os indicadores de homicídios para a população residente no mesmo período, vê-se que a população de turistas tem uma vitimização de crimes letais bem inferior aos moradores locais, o que evidencia certo grau de segurança nessa categoria de crime.

A comparação de Salvador ao longo de uma série de tempo evidencia uma flutuação irregular nos períodos analisados, restando a necessidade de se comparar com os indicadores que foram registrados em outra localidade ou a evolução de crimes violentos contra turista, para fins de aplicação do princípio da comparabilidade.

Tabela 3
Índice de homicídio contra turistas que visitam Salvador e população residente na cidade – 1999-2004

Ano	Índice de homicídios contra turistas	Índice de homicídios contra população residente
1999	0,19	31,5
2000	0,40	28,8
2001	0,39	32,6
2002	0,18	33,5
2003	0,69	40,4
2004	0,30	43,3

Fonte: SISAP/IML/SSP

Embora os crimes contra turistas tenham grande visibilidade no meio policial, nota-se que tais delitos só tomam relevância quando são cometidos contra turistas estrangeiros ou quando as vítimas pertencem aos estratos da sociedade que possuem maior poder aquisitivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O crime tem sido uma das experiências humanas que merecem maior atenção por parte da sociedade. Os delitos voltados para grupos específicos da localidade não permitem o desenvolvimento de diversas atividades, dentre elas o turismo. A economia gerada pelo turismo faz desenvolver diversos setores de uma região. Assim, tanto os poderes públicos quanto a população local precisam ter uma vigilância especial para os crimes que são dirigidos não somente para a população, mas também para os seus visitantes.

A infra-estrutura de receptivo para os turistas não deve estar voltada apenas para meios de hospedagem, transporte e outras formas de acolhimento aos visitantes. Devem também ter cuidados especiais com o direito à vida e à liberdade, já que o turismo representa a forma mais proeminente do exercício da liberdade e do gozo pleno da vida. A segurança pública deve fazer parte do cotidiano do planejamento dessa importante atividade econômica.

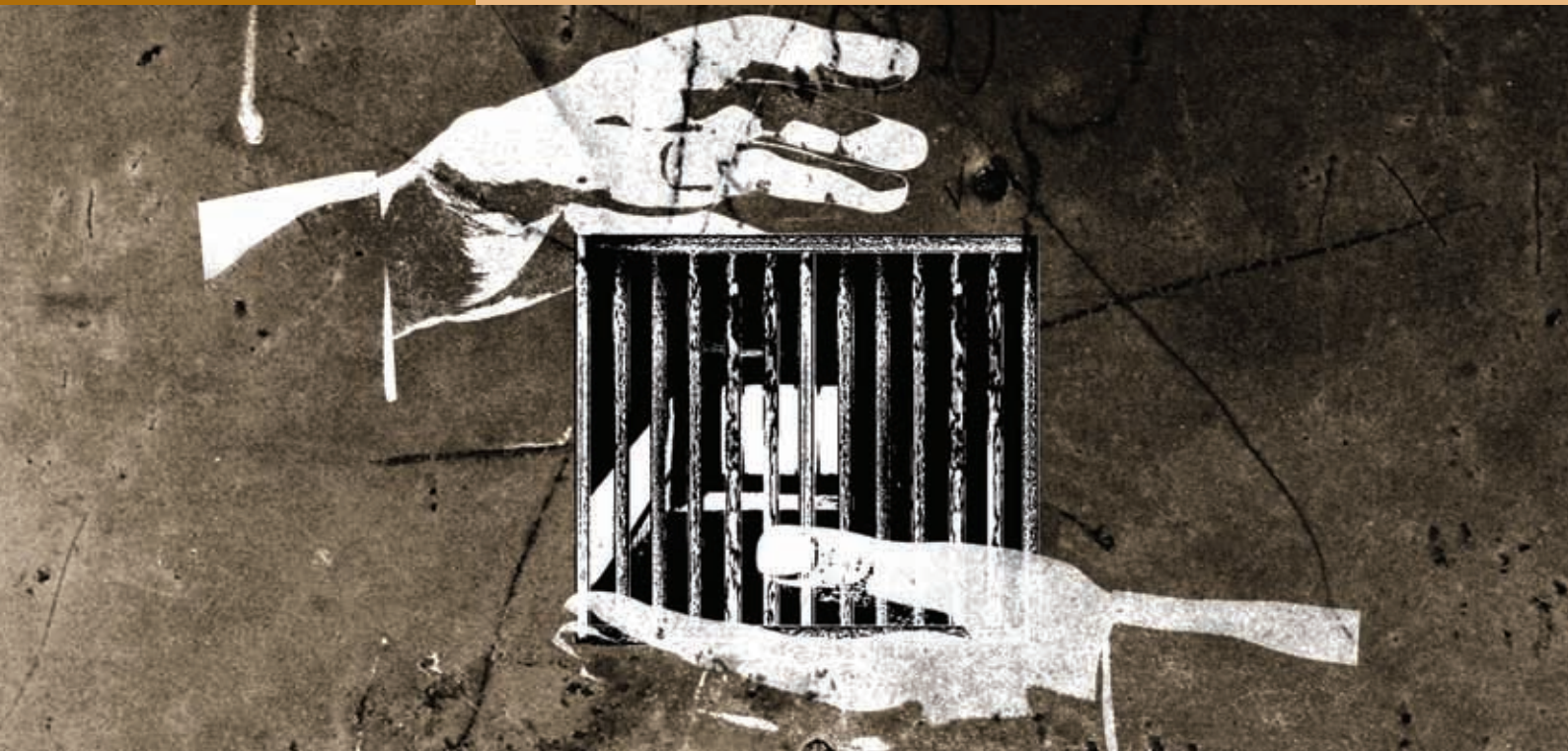
Outra necessidade urgente sobre a temática de proteção ao turista é a necessidade de se informar ao visitante

quanto aos aspectos territoriais que são palco de ação de delinquentes de um modo geral. Os agentes envolvidos no *trade* turístico devem reforçar o receptivo turístico com base em planejamento conjunto com as autoridades responsáveis pelo serviço público de segurança, fazendo com que haja maior esforço para a proteção dos turistas.

Nota-se a necessidade de sistematização de coleta de dados sobre a atividade criminosa que atinge a população de turistas de todas as regiões que fazem parte dos destinos turísticos do Brasil, bem como a sua socialização para fins de informação aos diversos segmentos da sociedade e aos possíveis visitantes. Busca-se, assim, proporcionar maior segurança para todos e evitar os delitos, principalmente os graves, bem como exercer os efeitos da prevenção a partir da ação dos vitimados.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE Klaus de; MCELROY Jerome. *Tourism and crime in the Caribbean*: Annals of Tourism Research, v. 26, n. 4, 1999. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/journal/01607383>>. Acesso em: 5 mar.2007.
- BAYLEY, David H. *Padrões de policiamento*: uma análise internacional comparativa. Tradução de René Alexandre Belmonte. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001. (Polícia e sociedade, n.1).
- FONSÊCA, Adilson. Policiais assumem função de guias: atuação de marginais disfarçados de profissionais de turismo faz soldados acompanharem visitantes no Pelourinho. *A Tarde*, Salvador, 21 ago. 2005. Caderno Local. p. 9.
- FRATE, Anna Alvazzi del; KESTEREN, John van. *Criminal victimisation in urban europe*. United Nations. International Crime and Justice Research Institute. Disponível em: <<http://www.unicri.it/icvs>>. Acesso em: 22 jun.2004.
- GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1994.
- JOHNSON, Allan G. *Dicionário de sociologia*: guia prático de linguagem sociológica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- KERLINGER, Fed Nichols. *Metodologia da pesquisa em ciências sociais*. São Paulo: EPU, 1980.
- KNOX, John M. *Tourism and crime in Hawai`i*. Hawai`i State Department of the Attorney General, Crime Prevention and Justice Assistance Division, 2004 Disponível em: <<http://hawaii.gov/ag/cpja>>. Acesso em: 5 mar.2007
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Metodologia do trabalho científico*: procedimento básico, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2001.
- LEFEBVRE, Henri. *Lógica formal, lógica dialética*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.
- LYNCH, Kevin. *A boa forma da cidade*. Lisboa: Edições 70, 1999.
- MISSE, Michel. *As ligações perigosas*. Rio de Janeiro: 2003. 26 p. Disponível em: <<http://www.ifcs.ufrj.br/~misse/textos/perigo.pdf>>. Acesso em: 2 nov.2003.
- NUNES, Dagmar Sodré. Violência compromete o potencial turístico do país. *Revista Turismo*. 2004. Disponível em: <[http://www.revistaturismo.com/Turismo e criminalidade\ Revista Turismo - Violência compromete o potencial turístico do país 10-06-04.htm](http://www.revistaturismo.com/Turismo%20e%20criminalidade/Revista%20Turismo%20-%20Viol%C3%ancia%20compromete%20o%20potencial%20tur%C3%stico%20do%20pa%C3%ADs%2010-06-04.htm)>
- PELFREY William V. Tourism and Crime: a preliminary assessment of the relationship of crime to the number of visitors at selected sites. *International Journal of Comparative and Applied Criminal Justice Fall*, v. 22, n. 2, 1998. Disponível em: <http://www.popcenter.org/problems/Supplemental_Material/crime-sagainsttourists/Pelfrey_1998.pdf>. Acesso em: 5 mar. 2007.
- RABAHY, Wilson Abraão. *Turismo e desenvolvimento*: estudos econômicos e estatísticos no planejamento. São Paulo: Manole, 2003.
- RIO CALDEIRA, Tereza Pires do. *Cidade de muros*: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: EDUSP; Editora 34, 2000.
- SILVA, João Apolinário da. *Transformações urbana, socioeconômica e da criminalidade em Salvador (1980 – 2000)*. 2004. Dissertação (Mestrado em Análise regional)–Universidade Salvador. Salvador, 2004.
- SOUZA, Marcelo José Lopes de. *Urbanização e desenvolvimento no Brasil atual*. Rio de Janeiro: Ática, 1996.
- _____. *O desafio metropolitano*: um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- TARLOW, Peter E. *Event risk mangemente and safety*. USA: John Wiley & Sons, Inc, 2002.



Terceirização de estabelecimentos penais na Bahia: algumas evidências empíricas

Sandro Cabral*

INTRODUÇÃO

A participação de empresas privadas na provisão de serviços de utilidade pública tem aumentado ao longo dos últimos anos. Privatizações, concessões, terceirizações e Parcerias Público–Privada (PPP) são algumas das alternativas utilizadas pelos governos para a delegação de atividades anteriormente viabilizadas por agentes públicos, tais como: eletricidade, telecomunicações, água e saneamento, estradas, ferrovias e, mais recentemente, prisões.

A participação privada na gestão e operação de prisões ganhou notoriedade a partir da experiência estadunidense na década de 1980. A partir desta iniciativa, países como Inglaterra, França, Austrália, África do Sul e Brasil passaram a adotar soluções privadas em resposta ao aumento da população carcerária e de seus custos correlatos, à deterioração das condições de encarceramento e às pressões sociais para o endurecimento das penas. Os modos de intervenção de atores privados variam

* Professor NPGA (UFBA.)
sandro.cabral@uol.com.br

da privatização integral do estabelecimento penal – a exemplo de Estados Unidos, Inglaterra e Austrália – à utilização de estruturas híbridas de governança, combinando a atuação conjunta no interior da unidade de agentes públicos e operadores privados – a exemplo do modelo francês e do modelo brasileiro, o qual reserva ao Estado as atividades de direção e segurança armada da unidade.

No Brasil, a atuação de empresas privadas na operação de estabelecimentos penais tem início em 1999, no estado do Paraná. Atualmente há no País 16 unidades prisionais operadas por empresas privadas, cinco delas no estado da Bahia. Pouco se sabe, no entanto, sobre o desempenho das prisões operadas dentro desta modalidade alternativa de gestão. É nessa lacuna que se posiciona este trabalho, ao analisar as duas estruturas de governança, pública e híbrida com participação de atores privados. Para tanto, compara-se duas prisões similares, localizadas no mesmo estado, a Bahia, sujeitas ao mesmo ambiente institucional e que comungam do mesmo projeto arquitetônico, diferindo, entretanto, pela estrutura de governança empregada. As diferenças observadas entre as duas formas de provisão são analisadas por meio dos instrumentais teóricos agrupados sob a Nova Economia das Instituições (NORTH, 1990; WILLIAMSON, 1996, 1999, 2000; SHIRLEY; MÉNARD, 2002; MÉNARD, 2004) e sob a abordagem de contratos incompletos (HART; SHLEIFER; VISHNY, 1997; HART, 2003).

O DILEMA “PÚBLICO VERSUS PRIVADO”: UMA SÍNTESE A PARTIR DA LITERATURA DE ADMINISTRAÇÃO E ECONOMIA

Sem qualquer sombra de dúvida, a produção das ciências administrativas e econômicas pode ser útil na análise das estruturas de governança do setor prisional e, por conseguinte, no desenho de políticas públicas. Nesta linha, as prisões podem ser classificadas como bens públicos puros, uma vez que as externalidades geradas são coletivas e as possibilidades de exclusão de indivíduos que não contribuem para a manutenção do serviço são quase inexistentes (OSTROM, 1977).

“Geralmente os governos são os provedores dos serviços prisionais, o que implica na estrutura de governança pública”

Os conteúdos da Nova Economia das Instituições podem auxiliar na compreensão de algumas particularidades do setor prisional com impactos diretos sobre o desenho regulatório e sobre o desempenho público e privado. Dentre essas contribuições destacam-se a análise de estruturas de governança como reposta à presença de ativos específicos e não-reempregáveis (WILLIAMSON, 1996), como é o caso de instalações prisionais, e o fato de o número de beneficiários do serviço ser, normalmente, superior ao eleitorado da região (LEVY; SPILLER, 1994). Em adição, prisões não apresentam externalidades de rede e os mesmos padrões de economias de escala de outras utilidades públicas (CABRAL; AZEVEDO, 2008).

Sob o ponto de vista formal, quatro conjuntos de instituições são relevantes: instituições reguladoras, judiciais, políticas e externas (SHIRLEY; MÉNARD, 2002). Além disso, o papel das instituições informais no setor prisional não pode ser ignorado. Nesta seara se incluem as regras estabelecidas pelos próprios internos e os arranjos ilícitos entre funcionários do estabelecimento e prisioneiros.

Em função da existência dos fatores acima, esquemas de monitoramento e incentivos são extremamente importantes no setor prisional, seja sob a gestão pública ou sob a gestão privada. Desta forma, três componentes utilizados no desenho de estruturas de governança para serviços de utilidade pública podem ser perfeitamente aplicados ao setor prisional: a) assimetria de informações; b) estruturas de recompensas e punições; c) mecanismos de compromisso confiável entre as partes (SHIRLEY; MÉNARD, 2002). Estes três elementos moldam as estruturas de incentivos dos atores envolvidos na provisão do serviço.

Geralmente os governos são os provedores dos serviços prisionais, o que implica na estrutura de governança pública. Williamson (1999) identifica algumas diferenças entre as modalidades pública e privada de gestão. Os atributos principais das formas privadas estariam ligados à intensidade dos incentivos, aos menores níveis de controles administrativos e ao uso do judiciário para resolução de eventuais conflitos. Sob a governança pública, por outro lado, os incentivos seriam menores, os controles mais rígidos e a própria organização atua como instância de solução de conflitos.

PRISÕES PÚBLICAS E OPERADAS POR EMPRESAS PRIVADAS: O QUE A LITERATURA DE ECONOMIA E GESTÃO TEM PRODUZIDO

Sob o ponto de vista teórico, o artigo de Hart, Shleifer e Vishny (1997) é o trabalho mais reconhecido na literatura econômica a abordar o dilema público *versus* privado em prisões. Os autores utilizam a abordagem de contratos incompletos, em que os direitos residuais de controle do operador privado poderiam contribuir para a redução de custos em detrimento da qualidade. De acordo com seu modelo, devido aos custos e aos investimentos necessários, o operador privado possuiria incentivos para prover níveis inferiores de qualidade. Além disso, os serviços providos pelo operador, embora sejam observáveis, são de difícil especificação contratual. Como especificar, por exemplo, o nível de força a ser empregado pelos agentes de disciplina para conter os internos no caso de quaisquer anomalias?

Na mesma linha, Williamson (1999) sustenta que a delegação da gestão e operação de prisões a atores privados deve ser vista com cautela em função da presença de ativos de alta especificidade e, mais importante, por conta da necessidade de aspectos relacionados à honestidade e lealdade aos princípios governamentais.

Sob o ponto de vista empírico, igualmente não há muitos estudos comparativos. Alguns trabalhos comparam o desempenho de prisões públicas e privadas nos Estados Unidos (ARCHEOEMBEAULT; DEIS, 1996; MITCHELL, 2003; BLUSTEIN; COHEN, 2003; GUPPY, 2003; BAYER;

POZEN, 2005). Em linhas gerais, os achados desses trabalhos confirmam as proposições de Hart, Shleifer e Vishny (1997) relacionadas ao efeito adverso de custos sobre a qualidade, não incorporando, no entanto, os efeitos de estruturas alternativas híbridas de governança. De fato, entre as duas modalidades polares de provisão – gestão pública tradicional e privatização total do estabelecimento penal – há uma miríade de possibilidades (concessões, terceirizações, PPP para construção e operação, contratos de gestão junto a organizações do terceiro setor, dentre outras). Nestes diversos arranjos contratuais os governos podem delegar um número superior ou inferior de atividades aos operadores privados. Com isto, os termos e as estruturas de incentivos estabelecidas podem variar significativamente, e com isso, os resultados observados (CABRAL, 2006).

Antes de se apresentar as evidências empíricas do caso baiano e os efeitos da gestão compartilhada sobre os indicadores de desempenho do setor, na próxima seção discutem-se, de maneira breve, as possíveis formas de participação privada na gestão e operação de prisões.

Modelos de governança privada em prisões

Basicamente, podem ser identificados dois grandes modelos de participação privada na gestão e operação de prisões: o modelo estadunidense e o modelo francês (ARAÚJO, 1995).

No primeiro, naturalmente de acordo com as leis de cada estado, os operadores privados podem se envolver com todas as dimensões do serviço prisional, da construção de novas unidades à operação e gerenciamento total, o que inclui a parte de hotelaria, assistência aos internos e atividades de segurança. Em geral os operadores privados cobram dos governos (seus clientes finais) uma taxa diária por cada interno. Desta forma, o desempenho financeiro é dependente do número da taxa de “homens-dia”, o que cria fortes incentivos para a manutenção destas prisões à plena capacidade (CABRAL; AZEVEDO, 2008).

Em contraste, no modelo francês o governo permanece como responsável pelas atividades de direção, vigilância

“Cabe ao operador privado a provisão de todos os serviços necessários à operação da unidade, o que inclui alimentação, limpeza, serviços de saúde, educação, atividades laborais e supervisão dos internos”

interna e externa, controle de fluxo de presos (*greffe*) e, se for o caso, punição dos internos. Combina-se assim a atuação de funcionários públicos e da empresa privada na mesma unidade, sob o comando dos primeiros. O operador privado fica encarregado do suprimento da parte de hotelaria (alimentação, vestuário, limpeza, etc.) e por atividades ligadas à reinserção do indivíduo, tais como: gestão dos canteiros de trabalho, educação básica e profissionalizante (CABRAL, 2006). Contudo, 80% dos funcionários nestas prisões são funcionários públicos (LAZERGES, 1997), o que indica uma tendência de manutenção do controle estatal sobre o setor prisional.

No Brasil, a primeira experiência de participação privada teve início em 1999, no estado do Paraná, na Penitenciária Industrial de Guarapuava (PIG), dentro da modalidade de terceirização de serviços, seguindo as linhas mestras do modelo francês. No Brasil, porém, as atividades de vigilância interna, executadas por agentes de disciplina, podem ser delegadas a operadores privados, de modo que, em relação à França, a participação privada no interior do estabelecimento é mais abrangente.

No Brasil, todos os contratos assinados entre operadores privados e autoridades públicas estaduais são bastante similares. O governo é responsável pela licitação para a construção da prisão e, durante ou após o final da obra, por promover outra licitação para concessão dos serviços de operação da prisão. Cabe ao operador privado a provisão de todos os serviços necessários à operação da unidade, o que

inclui alimentação, limpeza, serviços de saúde, educação, atividades laborais e supervisão dos internos. Por conta de restrições legais, o governo permanece responsável pelas atividades de direção e coordenação de segurança da unidade. A vigilância externa permanece sob responsabilidade da Polícia Militar, de forma a conservar com o governo a prerrogativa de uso legítimo da força (CABRAL, 2006). Contrapondo-se a essa tendência, em 2008 o estado de Pernambuco anunciou o primeiro programa de Parcerias Público-Privada (PPP) para o sistema prisional brasileiro, no qual uma empresa privada será a responsável pela construção e operação de um complexo penitenciário dentro da modalidade híbrida de gestão.

TERCEIRIZAÇÃO DE PRISÕES: O CASO BAIANO

Nesta seção, são apresentadas as evidências empíricas da participação de atores privados na gestão de prisões. Primeiramente, são apresentadas as características do ambiente institucional que afetam o setor prisional, uma vez que tais fatores são fundamentais à avaliação dos diferentes modos de governança e para o desenho de políticas públicas.

Em seguida, demonstram-se as estruturas metodológicas adotadas na análise comparativa discreta empreendida, para posteriormente se apresentar os dados empíricos coletados.

Regras formais e informais no sistema prisional

O setor prisional no Brasil é regulado pela Lei de Execuções Penais (Lei 7210.84), a qual atribui aos estados membros da federação a responsabilidade pela custódia dos internos. Os estabelecimentos penais teriam, desta forma, os seguintes papéis: punir os transgressores do ordenamento jurídico vigente, proteger a sociedade de novos crimes e prover as condições necessárias à reinserção do indivíduo ao convívio social.

Em adição às diversas organizações encarregadas pelas atividades penais em cada estado, há outras envolvidas

no processo de custódia, tais como o Departamento Penitenciário Nacional (Depen) e os conselhos de política criminal e penitenciária, ambos com funções consultivas e regulatórias. Entre as instituições judiciais envolvidas encontram-se os tribunais, juizes, promotores e defensores públicos. Cabe ao juiz de execução penal determinar onde o sentenciado será custodiado. Normalmente, os internos são alocados em estabelecimentos próximos ao seu núcleo familiar, como forma de facilitar a futura reinserção.

O setor prisional também é sujeito à pressão de organizações políticas, tais como câmaras de deputados e assembleias legislativas, que representam interesses dos mais diversos matizes, dos advogados do endurecimento das penas e das soluções pró-cárcere aos defensores dos direitos humanos e da implementação de penas alternativas. Diversas organizações externas ao sistema prisional vêm condicionando as ações dos gestores do setor. Dentre estas se destacam as ONGs ligadas à defesa dos direitos humanos e as organizações religiosas.

A organização social intramuros e as normas sociais estabelecidas pelos internos são fatores de conhecimento público. A emergência e a cristalização das regras informais são associadas aos códigos de conduta inerentes às atividades criminais e às restrições formais impostas.

Há uma clara hierarquia social interna, baseada, sobretudo, na capacidade e responsabilidade de *enforcement* das normas sociais dos presidiários. A eficácia do sistema de monitoramento depende do entendimento da ordenação social dos presidiários e suas normas de conduta. Com efeito, freqüentemente são utilizadas estruturas de informantes recrutados entre os próprios internos. A partir destas informações são tomadas as ações pela direção, como a execução de revistas minuciosas nas celas e nos pertences dos internos e o aumento no rigor das revistas realizadas junto a visitantes. Além do uso de informantes, a gestão do presídio dialoga com representantes dos presos sobre assuntos diversos que afetam decisões operacionais do presídio, como alimentação, alocação de presos em celas e pavilhões, entre outros. Nesse caso, o conhecimento do ordenamento social dos presos é um fator fundamental à gestão, uma vez que revela a representatividade desses interlocutores e as possíveis consequências – como rebeliões e assassinatos – do conflito entre as rotinas gerenciais

e as normas sociais dos presidiários. Uma discussão mais aprofundada das instituições do sistema prisional pode ser vista em Cabral (2006).

É nesse meio particular, em que as normas sociais dos internos afetam o desempenho do serviço prisional, que as governanças pública e privada são comparadas. Uma síntese dos principais resultados é apresentada na próxima seção.

Estudos de caso e métodos de investigação

O presente estudo executa uma análise comparativa entre dois estabelecimentos penais de idêntico tamanho (capacidade para 268 internos) e mesmo projeto arquitetônico: Conjunto Penal de Teixeira de Freitas (CPTF), regido pela governança pública tradicional, e Conjunto Penal de Valença (CPV), operado na modalidade de terceirização de serviços. Ambas as unidades são de segurança máxima e estão localizadas no interior do estado da Bahia. Os internos dos dois estabelecimentos possuíam os mesmos perfis criminológicos à época da pesquisa, realizada entre 2003 e 2006. A escolha de dois casos no mesmo estado também contribui para o controle do efeito das variáveis institucionais, uma vez que no Brasil, em função de suas proporções geográficas e de sua própria diversidade cultural, as regras formais e informais podem variar significativamente.

Os dados utilizados cobrem os anos de 2003 e 2004 e foram obtidos junto à Superintendência de Assuntos Penais (SAP) da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos do Governo do Estado da Bahia (SJDH-BA). Foram disponibilizadas informações estatísticas, contratos e os estatutos internos das unidades. A estes se somam informações qualitativas colhidas por meio de 18 (dezoito) entrevistas semi-estruturadas aplicadas junto aos gestores das unidades e a outros atores que possuam algum tipo de influência sobre os estabelecimentos penais analisados, como por exemplo, representantes da defensoria pública, de instituições reguladoras, políticas, judiciais e sindicais. O método de investigação se inspira em Shirley e Ménard (2002) e combina análises quantitativas e qualitativas, com a finalidade de compreender os papéis

dos(as): a) fatores de incentivo (assimetria de informações, recompensas e punições, e mecanismos de compromisso confiável); b) instituições formais e informais; c) rotinas gerenciais no desempenho de cada unidade.

No CPTF, em concordância com as leis brasileiras, os empregados, aprovados mediante concurso, gozam de estabilidade no emprego e não podem ser demitidos, a não ser depois de constatada alguma falta grave. O processo de desligamento é moroso e muito raramente culmina em demissão. Por sua vez, os empregados da operadora do CPV estão submetidos à CLT (Consolidação das Leis de Trabalho).

Alguns resultados empíricos

Os indicadores de desempenho das duas unidades são comparados em três dimensões: administrativa, segurança e serviços propiciados aos internos. Embora as unidades sejam similares, é possível encontrar diferenças expressivas de desempenho.

Primeiro, em relação aos indicadores administrativos, tem-se que a prisão pública emprega 20% a mais de funcionários e reporta taxas de absenteísmo 3 (três) vezes mais altas que a prisão terceirizada. Entretanto, os salários dos agentes penitenciários no CPV são 60% inferiores em relação aos seus colegas do CPTF. Enquanto dois empregados foram demitidos na prisão pública, no mesmo período, na prisão operada pela empresa privada, 15 pessoas foram demitidas. O CPTF gasta 3 (três) vezes mais com despesas de água e eletricidade e investiu 50% menos em manutenção da unidade, em relação ao CPV, nos anos de 2003 e 2004. As despesas com salários e com água e eletricidade perfazem algo em torno de 60% do custo direto de operação.

Segundo, os indicadores de segurança e ordem dos resultados também diferem substancialmente. No período analisado, nenhuma fuga ou tentativa de fuga foi registrada no CPV, ao passo que na prisão pública os números foram respectivamente de 8 (oito) e 25 (vinte e cinco). Uma rebelião ocorreu no estabelecimento operado pela empresa privada. As despesas relativas a este evento (ao redor de US\$ 15.000) foram absorvidas pela operadora. O ambiente interno do CPTF é mais violento que o do

CPV, uma vez que foram registradas 8 (oito) agressões de internos contra empregados, ao passo que em Valença nenhuma ocorrência foi registrada. No mesmo período, o número de agressões entre os próprios internos foi 12 (doze) vezes maior na prisão pública.

Terceiro, no que se refere aos indicadores de serviços oferecidos aos internos, tem-se que a prisão operada pela empresa privada apresenta indicadores de desempenho superiores em quesitos como assistência médica (10 vezes maior) e assistência psicológica. A prisão pública, no entanto, apresentou um número ligeiramente superior de consultas odontológicas (ao redor de 8%). O número de atendimentos jurídicos é maior em 20 (vinte) vezes no CPV, em relação ao CPTF, o que decorre do modo como a governança privada lida com a ineficiência do sistema jurisdicional local, ponto este desenvolvido em maior detalhe na próxima seção. Vale lembrar que a falta de assistência jurídica é uma das principais causas de eventos indesejados no interior das prisões.

Em suma, os indicadores de desempenho revelam que a estrutura privada de governança apresenta resultados superiores em termos administrativos, de ordem e segurança e de serviços prestados aos internos.

POR QUE AS DIFERENÇAS OCORREM? ALGUMAS POSSÍVEIS RAZÕES

A primeira razão está relacionada aos instrumentos disponíveis nas formas privadas de provisão para a redução dos adversos efeitos da assimetria de informações. Seja trabalhando em prisões públicas ou terceirizadas, os agentes de disciplina (maior contingente de funcionários das prisões) estão propensos a esconder de seus superiores informações relativas aos eventuais esquemas de corrupção e ao uso da violência contra os internos. O contrato assinado entre governo e operador privado prevê mecanismos de monitoramento por parte do estado e ameaças críveis em termos de punição que permitem a redução dos efeitos da informação assimétrica. O operador privado é obrigado a enviar cópias dos pagamentos das despesas com água, energia e recolhimento de impostos trabalhistas. No caso da modalidade privada, a

separação entre operação e gestão facilita a efetivação de sanções na ocorrência de falhas contratuais. Neste caso, o diretor da unidade (representante do estado) pode não autorizar o pagamento da fatura de prestação de serviços, causando problemas no fluxo de caixa da operadora, criando, desta forma, incentivos para o cumprimento contratual (BRICKLEY; COLES; JARREL, 1997).

A segunda razão está relacionada aos diferentes incentivos para lidar com as ineficiências do sistema legal. O contrato assinado entre operadora e governo prevê a custódia de 268 internos, mediante o recebimento de um valor fixo, independentemente do número de internos presentes na unidade. Deste modo, as margens de lucro do operador privado aumentam à medida que o número de internos sob sua responsabilidade diminui. Tal fato faz com que os ganhos do operador privado sejam muito sensíveis à eficiência de assuntos legais relacionados a pedidos para liberdade condicional e relaxamento de prisão. Desse modo, há um forte incentivo ao operador privado para utilizar os meios disponíveis que tornem os processos dos presidiários mais céleres. Adicionalmente, os custos associados a rebeliões podem ser repassados ao operador privado, o que reforça o interesse do operador privado na eficiência do setor judiciário, na medida em que tal fator pode mitigar os conflitos internos.

Em resposta a estes incentivos, o operador privado contrata advogados para o atendimento jurídico dos presos,

em contraposição à governança pública, que tem de fazer uso de defensores públicos no caso de internos que não podem arcar com os custos de sua defesa.

Como resultado, o CPV apresenta maiores índices de consultas jurídicas em relação ao CPTF. Essa disparidade se deve, sobretudo, à falta de defensores públicos para atender as demandas da prisão pública. À época da realização da pesquisa, havia apenas um defensor para toda a cidade de Teixeira de Freitas. Como forma de contornar as restrições relacionadas à lentidão das cortes, a operadora do CPV contratou três assistentes administrativos para auxiliar as atividades operacionais da comarca que atende a unidade. Tal medida apresentou um forte impacto na agilidade de apreciação dos casos dos internos da unidade, o que é crucial para pacificar o ambiente interno à prisão. A prisão pública, por sua vez, possui poucas chances de contornar as restrições do setor judiciário que impactam em seu cotidiano. Os efeitos observados que podem ser associados a essa estrutura de incentivos distinta são a redução de conflitos e o aumento do número de atendimentos jurídicos.

A terceira razão está relacionada aos mecanismos de monitoramento e recompensas. Os incentivos que a governança privada provê para a redução de rebeliões e conflitos internos também se manifestam nos esforços de monitoramento. Conforme relato de um diretor da empresa contratada: "... o governo, ao contratar, quer se ver livre dos problemas. Minha missão é me antecipar aos problemas e, caso eles ocorram, resolvê-los antes que cheguem ao conhecimento do contratante".

Com a anuência do governo, a operadora investiu em uma série de melhorias com o intuito de aumentar a segurança, como, por exemplo, no monitoramento eletrônico por meio de câmeras, em obras civis para correção do projeto original, o que inclui a substituição de grades, a colocação de portões adicionais, instalação de cercas elétricas, construção de celas especiais de isolamento e um canil. Segundo a empresa contratada, os investimentos, da ordem de US\$ 400 mil, foram realizados por iniciativa própria da empresa, sem nenhuma contrapartida do governo do estado. Uma vez que o operador privado se apropria, ao menos de parte considerável, do retorno decorrente da redução de conflitos internos e motins,

“O contrato assinado entre governo e operador privado prevê mecanismos de monitoramento por parte do estado e ameaças críveis em termos de punição que permitem a redução dos efeitos da informação assimétrica”

estão dados os incentivos econômicos para a realização desses investimentos. Adicionalmente, a redução de fugas também impacta positivamente o fluxo de renda futura do operador privado, por abrir novas oportunidades de gestão de presídios.

Os efeitos desta conduta se refletiram nas licitações para operação de novas unidades prisionais no estado da Bahia (Juazeiro, Serrinha, Lauro de Freitas e Itabuna), à medida que o governo incorporou aos editais a exigência do fornecimento destas diretivas de segurança. Fruto do conhecimento da estrutura de custos da operadora privada, o governo nestas licitações especificou também o valor máximo a ser pago pelos serviços de operação.

As normas sociais que disciplinam o comportamento dos presidiários tornam os esquemas de monitoramento mais complexos. A percepção da regras informais inerentes ao sistema prisional, sua apreensão e o uso conjunto com as regras formais não é algo trivial. Como fruto da convivência com os internos, a qual se dá, muitas vezes, na tênue linha entre a legalidade e a ilegalidade, é de se esperar que alguns dos agentes penitenciários sejam suscetíveis à corrupção. A fim de minimizar estas possibilidades, a operadora privada conduz periodicamente investigações particulares sobre as condutas externas e sobre as condições socioeconômicas de seus agentes de disciplina como forma de detectar eventuais ligações de seus funcionários com internos. Como resultado, durante 2003 e 2004, 15 (quinze) agentes foram demitidos. O próprio operador admite que, em parte, estas demissões podem não ser totalmente justas, porém ele se vale da máxima: “Na dúvida, demite-se!” Dificilmente em qualquer unidade sob gestão integral do estado seria possível tanto a execução de investigações sistemáticas deste quilate quanto a apuração e a aplicação de punições aos transgressores em prazo tão rápido.

A possibilidade de rescisão do contrato de trabalho na governança privada constitui-se em forte instrumento para inibir a corrupção de funcionários por presidiários e seus parceiros que ainda operam atividades criminais fora da unidade prisional. Em contrapartida, aumentam-se os custos decorrentes da rotatividade de pessoal, sobretudo aqueles ligados à perda de capital humano específico (WILLIAMSON, 1996), estes últimos com implicações

negativas no que se refere ao conhecimento das normas dos internos. Os efeitos nocivos da perda de capital humano na modalidade privada precisam ser avaliados em uma perspectiva de longo prazo.

Em função da inexistência de cláusulas contratuais que penalizem o operador privado no caso de fugas, poderia se supor uma possível cumplicidade da empresa com internos, de modo a facilitar fugas. Contudo, observando-se os números de fugas – zero no período analisado –, refuta-se esta suposição. Dois fatores explicam esse tipo de comportamento: o constante monitoramento dos funcionários do estado e, principalmente, a preocupação da empresa privada com sua reputação, essencial para sua habilitação em novas licitações no futuro. Como exemplo emblemático, tem-se que a operadora do CPV, à época da realização da pesquisa, venceu posteriormente outras três licitações no estado da Bahia e, mais importante, a primeira concorrência de PPP no sistema prisional do País.

A quarta razão está relacionada ao nível ótimo de delegação de autoridade e de direitos de decisão. Um problema da governança pública é a impossibilidade de delegar formalmente direitos de decisão às esferas administrativas inferiores, o que pode ser desejável se houver custos distintos de obtenção e processamento da informação nos diferentes níveis administrativos (AGHION; TIROLE, 1997). Para que esses direitos formais constituam direitos econômicos (BARZEL, 1997), é necessário incorrer em custos de mensuração de informação para garantir tais direitos. Dado que, na governança pública, os direitos

“Em função da inexistência de cláusulas contratuais que penalizem o operador privado no caso de fugas, poderia se supor uma possível cumplicidade da empresa com internos, de modo a facilitar fugas”

formais não podem ser delegados às esferas administrativas inferiores, há maiores custos decorrentes de mensuração da informação, cuja observação ocorre muitas vezes nas esferas inferiores.

Efetivamente, a direção, embora detenha os direitos formais, não dispõe de informação suficiente para exercê-los eficientemente, com desdobramentos negativos para a flexibilidade e agilidade da operação. Em contraste, o contrato firmado entre governo e empresa prevê a delegação de uma série de direitos formais, tais como responsabilidade por compras e contratação de pessoal. Conforme asserta Hart (2003), a delegação de atividades pode moldar os incentivos dos agentes econômicos. Por outro lado, sob a perspectiva de quem delega, esta conduta pode contribuir para a focalização sobre as atividades essenciais. No caso da forma pública, os gestores responsáveis pela unidade necessitam também interagir com uma série de outras agências governamentais para garantir, por exemplo, o suprimento de saúde, educação e trabalho aos internos, o que engendra fricções (ou custos de transação) e, conseqüentemente, maior lentidão para a obtenção dos fatores necessários ao correto funcionamento da unidade. Se a delegação ocorre – como no modelo de governança privado aqui analisado –, os esforços de coordenação e monitoramento diminuem, uma vez que o número de interlocutores é reduzido. Desta forma, ao menos no presente caso, a flexibilidade propiciada pelas formas privadas demonstra-se como positiva.

Os controles impostos pela administração pública vêm influenciando negativamente o desempenho do CPTF. De um lado, eles são ambíguos e falham na inibição de condutas indesejáveis dos funcionários públicos, por outro, eles são rígidos a ponto de tornarem as operações inflexíveis, sobretudo no que se refere aos procedimentos de compra e de contratação de funcionários. Conforme observado, a superior flexibilidade no CPV é responsável pelos melhores índices de assistência médica providos aos internos, visto que a contratação de um novo profissional não requer a abertura e a realização de concurso público.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As evidências empíricas da terceirização de prisões na Bahia demonstram que a operadora privada atingiu

indicadores superiores de desempenho nas esferas administrativas, ligadas à segurança e ordem da unidade e no que se refere aos serviços de bem-estar oferecido aos internos. Quatro grandes fatores podem explicar tais diferenças: a) menores níveis de controles administrativos; b) incentivos mais fortes na governança híbrida para monitoramento dos empregados e cumprimento contratual; c) busca de soluções às restrições institucionais encontradas, como, por exemplo, ineficiências do judiciário; d) presença de funcionários públicos no interior da unidade terceirizada, com efeitos na redução do nível de informação assimétrica.

Igualmente, a implementação de mecanismos de recompensas e punições é essencial para a gestão adequada de unidades prisionais. Neste sentido, a modalidade híbrida de governança utiliza a possibilidade de rescisão contratual como instrumento de prevenção de arranjos ilícitos. As altas taxas de rotatividade (*turnover*), por outro lado, limitam a acumulação de capital humano específico, sobretudo no que tange ao conhecimento das normas informais dos internos. O *trade-off* entre risco de corrupção e ganhos decorrentes do aprendizado das normas sociais dos internos determina o nível ótimo de *turnover*, necessitando ser analisado de forma mais cuidadosa em estudos futuros. Corroborando Williamson (1999), os menores níveis de controles administrativos conferem ao operador privado maior flexibilidade, face às restrições encontradas, sobretudo àquelas ligadas a procedimentos de compras e assuntos legais.

Percebeu-se também que os agentes estatais puderam, por conta da convivência com atores privados, melhorar as especificações *ex-ante* em novos contratos de concessão, o que pode contribuir para a diminuição dos custos de transação *ex-post*.

Pesquisas futuras podem coletar informações sobre diversos estabelecimentos penais regidos por estruturas de governança pública, privada e ligadas ao terceiro setor em diversas regiões do Brasil, como forma de testar as hipóteses derivadas das principais conclusões aqui formuladas. A realização de pesquisas adicionais, no entanto, ainda esbarra em um grande obstáculo: a dificuldade de obtenção de informações sobre o setor, seja por conta da inexistência de dados consolidados, seja por dificuldades

impostas pelas administrações penitenciárias para sua disponibilização, sobretudo as informações ligadas a desvios de conduta na administração e no interior do cárcere. O desafio consiste justamente em contornar tais dificuldades para poder, desta forma, aumentar os conhecimentos sobre os temas ligados ao mundo prisional, o que é imprescindível para o desenho de políticas públicas futuras para esse setor tão pouco visitado por economistas e administradores (DILULIO, 1996).

REFERÊNCIAS

- AGHION, P.; TIROLE, J. Formal and real authority in organizations. *Journal of Political Economy*, v. 105, n. 1, p.1-29, Feb.1997.
- ARAUJO, J. M. *Privatização das prisões*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1995.
- ARCHEOEMBEAULT, W. G.; DEIS, D. R. *Cost-Effective comparisons of private versus public prisons in Louisiana*: a comprehensive analysis of Allen, Avoyelles ad Winn Correctional Centers. Reserach paper. Lousiana State University, 1996. 79 p.
- BARZEL, Y. *Economic analysis of property rights*. 2. ed. Cambridge Univ. Press, 1997.
- BAYER, Patrick; POZEN, David. The effectiveness of juvenile correctional facilities: public versus private management" *Journal of Law and Economics*, v. 48, , p.549-589. Oct. 2005.
- BLUSTEIN, James F.; COHEN, Marc A. *The interrelationship between public and private prisons*: does the existence of prisoners under private management affect the rate of growth in expenditures on prisoners under public management. ACSME: Lousiana, 2003. 11 p. Mimeo.
- BRICKLEY, J.; COLES, J.; JARREL, G. Leadership structure: separating the CEO and Chairman of the Board. *Journal of Corporate Finance*, n.3, p. 189-220, 1997.
- CABRAL, Sandro. *Além das grades: uma análise comparada das modalidades de gestão do sistema prisional*. 2006. 292 f. Tese (Doutorado)-Núcleo de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2006.
- CABRAL, Sandro; AZEVEDO, Paulo. The modes of provision of prison services in a comparative perspective. *Brazilian Administration Review*, v. 5, n. 1, p.53-69, 2008.
- DILULIO, J. J. Help Wanted: economists, crimes and public policy. *Journal of Economic Perspectives*, v. 10, n. 1, p. 3-24. Winter 1996.
- GUPPY, Paul. *Private prisons and the public interest: improving quality and reducing cost through competition*. Washington Policy Center, Feb. 2003. 13 p.
- HART, O.; SHLEIFER, A.; VISHNY, R. W. The Proper Scope of Government: theory and an application to prisons." *Quarterly Journal of Economics* v.112, issue 4, nov. 1997. p.1127-1161.
- HART, Oliver. Incomplete contracts and public ownership: remarks and application to public-private-partnerships. *Economic Journal, Royal Economic Society*, v. 113, n. 486, p. C69-C76, 2003.
- LAZERGES, Christine Les établissements pénitentiaires à gestion mixte: à l'épreuve de l'observation. In: LAFARGE, Philippe. *Établissements pénitentiaires à gestion mixte: actes du Colloque de Montpellier*. Paris: Pedone, 1997. 79 p.
- LEVY, Brian ; SPILLER, Pablo T. The institutional foundations of Regulatory Commitment: a comparative analysis of telecommunications regulation. *The Journal of Law, Economics and Organization*. v. 10, p. 201-246, 1994.
- MÉNARD, Claude. The economics of hybrid organizations. *Journal of Institutional and Theoretical Economics*. v.160, n. 3, p. 1-32, 2004.
- MITCHELL, Matthew. *The Pros of Privately-Housed Cons: new evidence on the Cost Savings of Private Prisons*. New México: Rio Grande Foundation. mar. 2003. 21 p.
- NORTH, Douglass. *Institutions, Institutional Change and Economic Performance*. Cambridge University Press, 1990. 152 p.
- OSTROM, Vincent; OSTROM, Elinor. Public Goods and Public Choices. In: SAVAS, E. S. (Ed.). *Alternatives for delivering public services: toward improved performance*. Boulder: Westview Press, 1977. p. 7- 49.
- SHIRLEY, Mary; MÉNARD, Claude Cities awash: a synthesis of the country cases. In: SHIRLEY, Mary (Ed.). *Thirsting for efficiency: the economics and politics of urban Water System Reform*. Oxford: Elsevier Science, 2002. p.1-42.
- WILLIAMSON, Oliver. *The mechanisms of governance*. Oxford: Oxford University Press, 1996.
- _____. Public and private bureaucracies: a transaction cost economics perspective. *Journal of Law, Economics and Organization*. v. 15, n. 1, .p-306-342. Mar. 1999.
- _____. (The new institutional economics: taking stock, looking ahead. *Journal of Economic Literature*, v. 38, p. 595-613, Sept. 2000.

Uma análise estatística dos indicadores de criminalidade em Salvador¹

Jair Sampaio*

Aloísio Machado da Silva Filho**

Rogério Quintella***

Gilney Figueira Zebende****

INTRODUÇÃO

A sociedade contemporânea apresenta uma complexa gama de contradições e conflitos que é evidenciada por meio de fatores como urbanização acelerada, desemprego, má distribuição de renda, serviços precários de educação, saúde, saneamento, habitação, segurança, etc. Estes fatores estão diretamente relacionados aos problemas sociais, cujo interesse constitui a tônica predominante entre estudiosos do desenvolvimento social.

No universo de problemas sociais, talvez seja, hoje, a criminalidade aquele que desperta maior atenção pela

¹ A primeira versão deste texto foi publicada nos Anais do XI Encontro de Modelagem Computacional realizado em novembro de 2008 em Volta Redonda – Rio de Janeiro.

* Estatístico e doutorando em Administração Pública (UFBA). Pesquisador da Superintendência de Econômicos e Sociais (SEI). jairsoaresjr@gmail.com

** Estatístico e mestrando em Modelagem Computacional e Tecnologia Industrial (Senai/Cimatec). Técnico da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais (SEI). aloisioestatistico@yahoo.com.br

*** Professor do Núcleo de Pós-Graduação em Administração (UFBA). rogerio@ufba.br

**** Professor do programa de Mestrado Interdisciplinar em Modelagem Computacional e Tecnologia Industrial (Senai/Cimatec). gfezende@hotmail.com

ameaça que representa ao desenvolvimento social. Diante dessa nova realidade, a sociedade brasileira parece reconhecer que o aparelho estatal tem falhado no cumprimento de uma das suas funções básicas: oferecer segurança aos seus cidadãos.

Ademais, a segurança pública é também um problema político, visto que os meios necessários para reprimir os crimes envolvem a participação efetiva e integrada dos governos e a aplicação de recursos para esse fim. Felizmente, parece haver consenso entre pesquisadores e governantes que o crescimento acentuado dos crimes no Brasil tem alcançado proporções alarmantes. Esses fatores, aliados à necessidade de monitorar as transformações sociais daí resultantes, fizeram ressurgir o interesse e as possibilidades de aplicação de novas métricas para subsidiar a tomada de decisão por parte de governantes e organismos públicos.

Diante da problemática da criminalidade, mensurar este fenômeno no tempo e no espaço passou a ser uma das preocupações entre os estudiosos no assunto. Nessa perspectiva, este trabalho tem como objetivo medir a correlação de longo alcance em séries temporais de registros oficiais de homicídio doloso e furto ou roubo de veículos, divulgados pela Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia (SSP-BA), utilizando o *Knowledge Discovery in Databases* (KDD), mais especificamente a função associação e a técnica *Detrended Fluctuation Analysis* (DFA).

KNOWLEDGE DISCOVERY IN DATABASES

O KDD engloba as etapas que produzem conhecimentos a partir de dados relacionados e sua principal característica é a extração não-trivial de informações e conhecimentos implicitamente contidos em uma base de dados. Essas informações e conhecimentos são, usualmente, de difícil detecção por métodos tradicionais de análise, sendo também típicos e potencialmente úteis na tomada de decisões (FRAWLEY; PIATETSKY-SCHAPIRO; MATHEUS; FAYYAD; PIATETSKY-SCHAPIRO; SMYTH, 1992). Assim, enquanto os métodos tradicionais são capazes de tratar apenas as informações explícitas, o KDD é capaz de

detectar informações armazenadas nas bases de dados, transformando-as em conhecimento.

O KDD é composto por um conjunto de etapas que, em geral, podem ser reunidas em três fases: preparação, análise e interpretação (ADRIAANS; ZANTIGE, 1996; BRACHMAN; ANAND, 1996; BRACHMAN et al, 1996; FAYYAD; PIATETSKY-SHAPIRO; SMYTH, 1996; HAN; KAMBER, 2000). Todas essas fases são críticas, sendo usualmente a fase de análise a mais complexa. Ela compreende, entre outras, a etapa de mineração de dados, que tem como objetivo encontrar padrões nos dados armazenados. Esta etapa é freqüentemente confundida na literatura com o próprio processo de KDD (HAN; KAMBER, 2000).

Na literatura brasileira da área, o que se observa é uma quase total ausência de trabalhos com abordagem de KDD em dados públicos. Praticamente toda a pesquisa nacional tem sido desenvolvida com enfoque em mineração de dados e *business intelligence*. Uma exceção é o trabalho em que Soares Junior e Quintella (2003, p.89) descrevem o KDD de forma muito simplificada como "o processo não-trivial para geração de conhecimento a partir da busca sistemática de padrões em grandes volumes de dados". Tal definição confunde-se com o entendimento geral do que é *data mining* (DM).

Como já mencionado, o DM é tratado como uma das etapas da descoberta de conhecimento em bases de dados. Reconhece-se, no entanto, que nem todo processo de *data mining* é conduzido em um contexto de KDD. Han e Kamber (2000, p.8) conceituam *data mining* como "uma etapa na descoberta do conhecimento em bancos de dados que consiste no processo de analisar grandes volumes de dados sob diferentes perspectivas, a fim de descobrir informações úteis que normalmente não estão sendo visíveis".

As técnicas empregadas em DM podem ser divididas em dois grandes grupos: heurísticas e matemáticas. Entre as heurísticas, as redes neurais artificiais são as que mais se destacam, seguidas da inteligência artificial simbolista. Dentro do grupo da matemática, por sua vez, destacam-se a análise estatística e a modelagem matemática.

Os algoritmos de DM mais empregados são comumente divididos em cinco funções: classificação, regressão, associação, clustering e sumarização. Para este estudo serão empregadas as funções associação, regressão e sumarização.

A função associação identifica relações significativas existentes entre os eventos ocorridos em determinada ocasião baseada em modelos de dependência. Cabena e outros (1998) descrevem a função associação como o processo de interconexão de objetos, na tentativa de expor características e tendências. Os principais métodos são regras de associação e característica seqüencial.

A regressão é similar à classificação, diferencia-se desta por objetivar a predição de um valor real em vez de um atributo nominal ou uma categoria. Atualmente, as ferramentas de análise de regressão são encontradas nos diversos níveis de plataformas de computação, até mesmo no popular MS-Excel. Existem, no entanto, outros modelos de regressão mais complexos, envolvendo maior número de variáveis explicativas e relacionamentos não-lineares, e entre eles destacam-se a regressão múltipla (RLM), o probito e a regressão não-linear.

Por fim, a sumarização engloba a organização e o resumo dos dados. Visa, principalmente, a orientar e motivar análises posteriores mais complexas. Pode ser relacionada à estatística, mais especificamente à análise exploratória de dados ou à estatística descritiva. A sumarização utiliza as funções complementares de caracterização e visualização para observar a presença de alguma característica estrutural nos dados.

“A função associação identifica relações significativas existentes entre os eventos ocorridos em determinada ocasião baseada em modelos de dependência”

Como um exercício da aplicação do KDD, elegeu-se neste artigo a temática referente à modelagem e mensuração da criminalidade na cidade de Salvador, utilizando-se da série de 2003 a 2007 dos registros diários oficiais de homicídio doloso (Código Penal, art. 121) e furto ou roubo de veículos (Código Penal, art. 155 e art. 157, respectivamente), divulgados pela Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia (SSP-BA).

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nesta seção, descreve-se resumidamente o procedimento utilizado para analisar, utilizando o *Knowledge Discovery in Databases* (KDD), a série temporal de três dos mais representativos indicadores de criminalidade da capital baiana. A série histórica estudada baseou-se em dados oficiais e secundários do Centro de Documentação e Estatística Policial (Cedep), publicados pela Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia (SSP-BA).

Entre outros objetivos, este artigo pretende, através do KDD, modelar a criminalidade a partir de bases de dados públicas. Para isso, é utilizado um conjunto de indicadores de criminalidade que, presumivelmente, tem um impacto sobre a situação de segurança pública e que serão descritos e discutidos a seguir.

O objeto do estudo aqui descrito é o *Knowledge Discovery in Databases* (KDD), mais especificamente em bases de dados públicas, tendo como recorte sua aplicação ao estudo da criminalidade na cidade de Salvador. O recorte foi escolhido por ser foco de atenção cada vez maior por parte da sociedade civil, dos governos, organizações não-governamentais nacionais e internacionais. Já o recorte geográfico pode ser justificado por tratar-se da terceira maior região metropolitana do País, simultânea e paradoxalmente uma das mais violentas. Observa-se ainda que não há literatura suficiente tratando de aplicações de KDD na área de segurança pública no Brasil. Nos poucos trabalhos existentes, observa-se a falta de uma estruturação específica de fases do processo KDD para bases de dados públicas.

A bibliografia descreve diversas abordagens para o KDD. Para este estudo, optou-se por um modelo híbrido derivado

das propostas encontradas na literatura. Aqui são descritas as duas fases principais: prospecção e mineração de dados. A fase de prospecção compreende as etapas: identificação de objetivos; levantamento (identificação e classificação das fontes existentes e definição do modelo de análise); reunião; seleção e criação das bases de dados; consistência (limpeza ou eliminação de ruído e enriquecimento) das bases de dados e compatibilização das bases de dados. Já a fase de mineração abrange as etapas: transformação dos dados; função; técnicas e algoritmos e avaliação dos resultados.

A fase inicial de prospecção destina-se à delimitação das perguntas de pesquisa, definição dos objetivos, organização da equipe de trabalho e planejamento das atividades a serem executadas.

No contexto deste artigo, o emprego do KDD tem como objetivos: mensurar o fenômeno criminalidade e delimitar e estruturar uma base de dados de porte e relevância social para uso do KDD para fins do estudo da criminalidade na cidade de Salvador.

Na etapa de levantamento foi feita a identificação e classificação das principais fontes de informação públicas visando identificar bases de dados com capacidade para suprir as necessidades da pesquisa. Foi utilizada a série histórica do Centro de Documentação e Estatística Policial (Cedep), disponibilizada pela SSP-BA. Em seguida, foi definido o modelo de análise e seus respectivos indicadores. A partir desta estruturação, buscou-se medir um fenômeno de caráter multidimensional – a criminalidade. Para a modelagem da criminalidade, foram selecionados os indicadores de furtos e roubos de veículos (Código Penal, art. 155 e art. 157, respectivamente) e do número de vítimas de homicídios classificados como intencional (Código Penal, art. 121). As razões para esta opção serão descritas resumidamente a seguir.

Em sintonia com o que é preconizado na literatura, os indicadores de criminalidade foram selecionados a partir das taxas identificadas nos registros existentes no rol disponibilizado pela Secretaria de Segurança Pública da Bahia. A escolha desse conjunto de indicadores considerou alguns critérios pragmáticos defendidos por Tironi e outros (1991), Soares Junior e Quintella (2003) e Trzesniak (1998).

Entre os principais critérios observados destacam-se: relevância, gradação de intensidade, univocidade, padronização, rastreabilidade, estabilidade, representatividade e simplicidade.

Uma vez estabelecidos os objetivos, feita a identificação e a classificação das fontes, definido o modelo de análise a ser utilizado com suas respectivas dimensões, selecionados, avaliados e justificados os indicadores, deu-se início à criação da base de dados efetiva – jazida de dados – que serviu ao processo KDD.

A partir desse ponto, os dados foram trabalhados com o objetivo de estruturar a jazida de dados para atender à mineração de dados. Para atingir este objetivo, foram empregadas as etapas do KDD: reunião, seleção, criação e consistência. O produto destas etapas foi um arquivo, totalizando 5.478 registros, em formato compatível com o conjunto de softwares empregados. A população da pesquisa, portanto, foi constituída de todas as ocorrências policiais registradas na cidade de Salvador entre 1º de janeiro de 2003 e 31 de dezembro de 2007. Por fim, na etapa de compatibilização foram unificadas as diferentes bases de dados originais já consistidas, resultando na jazida de dados. Após a etapa de compatibilização, a jazida de dados passa a ter o formato requerido para as transformações sintáticas e semânticas que compõem o início da mineração de dados.

Após o desenlace do processo de prospecção, dá-se início à mineração de dados. Observa-se aqui que este segundo processo é mais complexo que o primeiro, embora, paradoxalmente, seja o que exige menor tempo para sua execução. No KDD, assim como na pesquisa mineral, frequentemente dedica-se mais tempo à delimitação da jazida que a sua exploração.

No decorrer da mineração de dados realizada durante esta pesquisa, foram executadas as tarefas de transformação dos dados; escolha da função de mineração; técnica e algoritmo de busca e avaliação dos resultados.

A etapa de transformação consiste na transformação sintática e semântica da jazida de dados. A transformação sintática é aquela que não altera o significado dos dados, visa apenas a atender os requisitos das ferramentas e

algoritmos da mineração utilizados nas etapas subsequentes. Já a transformação semântica busca atender, com o cálculo de indicadores, ao modelo de análise previamente definido.

Após todo o trabalho de prospecção e de delimitação da jazida de dados transformada, dá-se início à escolha da função ou conjunto de funções. A seleção da função determina a maneira como é feita a busca por reconhecimento de padrões e relacionamentos complexos. O sucesso desta seleção, para Diniz e Louzada Neto (2000, p.28), “está diretamente ligado à experiência e intuição do analista”.

Neste artigo, o conjunto de funções selecionadas para esta etapa foi: a) Análise preliminar dos dados pela sumarização; b) Mensuração da tendência na incidência dos crimes para todos os indicadores (variáveis); c) Emprego da função associação para avaliação da persistência ou antipersistência da tendência para cada crime estudado.

Definido o conjunto de funções e seu respectivo encaideamento, partiu-se então para a busca do grupo de técnicas e algoritmos mais apropriados para cada função. Embora pudessem ser utilizados algoritmos de origem heurística, nesta pesquisa optou-se por trabalhar com algoritmos derivados da análise estatística. Descreve-se, a seguir, cada uma dessas etapas.

A sumarização foi aplicada no estudo preliminar dos indicadores selecionados e armazenados na jazida de dados, bem como a orientação quanto à escolha das técnicas para as funções de mineração, associação e regressão. Foi aplicada a função complementar caracterização, optando-se por estatística descritiva por mera questão de disponibilidade de software. Cabe ressaltar que também poderiam ser utilizadas as técnicas de SQL tradicional ou OLAP, entre outras. A função complementar visualização, por sua vez, contribuiu de forma significativa para a interpretação dos resultados.

Para atender à função associação foi escolhido o método de Análise das Séries Temporais (AST), mais especificamente Média Móvel Trimestral (MMT). Com a MMT foi possível identificar a tendência de cada um dos indicadores analisados.

Por fim, foi utilizada a Detrended Fluctuation Analysis (DFA) para obter os escores fatoriais de cada setor censitário, com o objetivo de encontrar o expoente α de correlação de longo alcance. A modelagem da criminalidade através do KDD possibilitou avaliar as correlações de longo alcance das séries temporais dos crimes na capital baiana.

FUNÇÃO ASSOCIAÇÃO DO KDD: ANÁLISE DAS SÉRIES TEMPORAIS

Embora o estudo cronológico (dia a dia) da criminalidade utilizando técnicas estatísticas seja uma iniciativa inovadora, quando comparada às outras abordagens, a Análise de Séries Temporais das estatísticas criminais é necessária e pode ser realizada.

Para Morettin e Tolo (2004, p.1), uma série temporal pode ser definida como um conjunto de observações ordenadas no tempo. Seja Y a variável observada e t a variável tempo, uma série temporal é definida pelos valores: $Y_1, Y_2, Y_3, \dots, Y_n$, nos tempos: $t_1, t_2, t_3, \dots, t_n$. Assim, Y é uma junção de t simbolizada por

$$Y=f(t) \quad (1)$$

Onde:

Y : valor da variável em estudo;

t : período a que ela se refere;

f : regra que relaciona o valor da variável com o período a que ela se refere.

A Análise de Série Temporal (AST) é o procedimento pelo qual são identificados e segregados os fatores relacionados com o tempo que influenciam os valores observados na série. Uma vez identificadas, estas informações podem ser usadas para auxiliar na interpretação e na projeção de valores da série temporal (KAZMIER, 1982, p.329). Para o autor, a abordagem clássica da análise das séries temporais deve contemplar quatro componentes:

$$f(\text{série}) = (\text{tendência} + \text{variações cíclicas} + \text{variações sazonais} + \text{variações irregulares}).$$

As variações cíclicas mostram as oscilações de longo prazo, de subida ou descida, que se observam na tendência. Já as variações sazonais são padrões que variam segundo algum período específico da série, enquanto as variações irregulares recebem tal nomeação porque não obedecem a um padrão uniforme e são causadas por eventos aleatórios de muito curto prazo. Além das propriedades da abordagem clássica, uma outra propriedade pertinente em uma série temporal é a correlação, isto é, se a série de dados possui memória de longa duração ao longo do tempo. É possível mensurar a existência de correlação em séries temporais através de diversas técnicas (TAQUU et al, 1995).

Atualmente, modernas técnicas estatísticas de Análise de Séries Temporais (AST) estão disponíveis e têm sido utilizadas para diagnosticar o comportamento de determinados fenômenos em função do tempo; entre os mais recentes, o método Detrended Fluctuation Analysis (DFA) vem sendo aplicado com sucesso no estudo de séries temporais (PENG et al, 1994).

Denominado análise de flutuações sem tendência, o DFA pode ser aplicado para analisar correlações de longo alcance em séries temporais não-estacionárias. O método DFA é uma evolução da análise R/S de um *random walk* e sua principal vantagem é permitir a identificação de correlações de longo alcance em sinais com tendências polinomiais, que podem mascarar as verdadeiras correlações (KANTELHARDT et al, 2001).

A técnica DFA tem sido aplicada com sucesso em diversas áreas do conhecimento, como por exemplo: sequência de DNA (BULDYREV et al, 1995) e (PENG et al, 1995); dinâmica do batimento cardíaco (PENG et al, 1998); Correlação de longo alcance em disquetes de computador (ZEBENDE et al, 1998); análise de raios-X estelar oriundos de sistemas binários (MORET et al, 2003); séries temporais em economia e mercados de capitais (LIU et al, 1999), além de diversos outros campos de aplicação.

Para modelar estatisticamente a DFA, conforme orienta Peng et al (1994), é preciso seguir ao menos três passos principais:

Seja uma série temporal do indicador estudado u_i , por exemplo, de homicídios dolosos, com i variando de 1 a N (número total de observações da série).

- I. Inicialmente é preciso calcular o desvio de cada registro em relação à incidência média daquele dia na série completa, ou seja, integrando assim o sinal u_i obtendo

$$y(k) = \sum_{i=1}^k u_i - \langle u \rangle \quad (2)$$

onde $\langle u \rangle$ é valor médio de u_i . Esse procedimento permite eliminar o grande número de oscilações e assim obter uma série estacionária, ou seja, apropriada para aplicar o método. Em seguida, a série integrada $y(k)$ é dividida em intervalos de igual tamanho de amplitude (box) n não sobrepostos.

- II. Para cada amplitude (box) de tamanho n é necessário ajustar um polinômio de grau 1 a $y(k)$, que pode ser denominado como $y_n(k)$, e esta estatística representa a tendência local na amplitude (box) de tamanho n . A série $y(k)$ é subtraída de $y_n(k)$ em cada amplitude (box) de tamanho n . Assim, para cada amplitude (box) de tamanho n a sua raiz quadrática média $F(n)$ é computada, isto é:

$$F(n) = \sqrt{\frac{1}{N_{max}} \sum_{k=1}^N [y(k) - y_n(k)]^2} \quad (3)$$

É importante destacar que o cálculo descrito anteriormente deve ser repetido sistematicamente para diferentes amplitudes (boxes) de tamanho n .

- III. Por fim, como a função $F(n)$ comporta-se como uma lei de potência, do tipo

$$F(n) \propto n^a$$

em que a é o expoente de correlação de longo alcance, esta relação pode ser linearizada em um gráfico $\log F(n) \times \log(n)$ e é representada por uma reta cuja inclinação a representa o expoente procurado.

Para séries não correlacionadas espera-se que $F(n) \propto n^{1/2}$, o que significa expoente $a=0,50$ representando uma série descorrelacionada, caso típico do movimento

browniano usual. Em contrapartida, quando o expoente $\alpha > 0,50$, pode-se inferir que a série apresenta persistência, e o expoente $\alpha < 0,50$, um comportamento antipersistente (FEDER, 1988, p. 171).

Como é apresentada na próxima seção, a aplicação dos passos da técnica DFA permite medir a correlação de longo alcance dos indicadores de criminalidade que mais afetam a vida cotidiana do soteropolitano.

ANÁLISE DOS RESULTADOS

O aumento da incidência dos crimes pode ser percebido por toda a população e sua distribuição não se manifesta homogeneamente, nem no tempo e nem no espaço. A criminalidade possui especificidades que estão condicionadas ao espaço geográfico e ao tempo em questão. Estudos recentes revelam que a incidência de delitos em áreas periféricas, por exemplo, tendem aos crimes contra a pessoa, enquanto nas áreas centrais, mais abastadas economicamente, aos crimes contra o patrimônio (FELIX, 2002, p.3).

O emprego do KDD e a análise da série temporal dos registros diários selecionados permitem descrever o comportamento do fenômeno social, além de oferecer indícios que podem subsidiar a elaboração de políticas públicas que favoreçam a redução da incidência de

crimes e contribuam com o desenvolvimento social da capital baiana.

Com o objetivo de observar a tendência da série, optou-se pela suavização da série de alguns indicadores com auxílio da Média Móvel Trimestral.

O resultado da aplicação da função Associação do KDD – Média Móvel Trimestral (MMT), apresentado na Figura 1, permite identificar uma tendência de crescimento dos roubos de veículos a partir do segundo trimestre de 2005.

Já para os registros de furto de veículo, a aplicação da MMT sugere uma tendência de diminuição no acontecimento dos crimes (Figura 2). O comportamento da série dos registros de furto e roubo de veículos parece apresentar uma relação de complementaridade, onde a redução do furto é 'compensada' com o aumento do roubo de veículos, resultando em tendência crescente para série acumulada dos dois delitos.

O comportamento do homicídio doloso em Salvador no período em análise também apresentou tendência de crescimento a partir do primeiro trimestre de 2006 (Figura 3), o qual permite inferir, assim como no caso do roubo de veículo, sobre a necessidade de ampliar as políticas e ações governamentais voltadas para combater a incidência desses crimes.

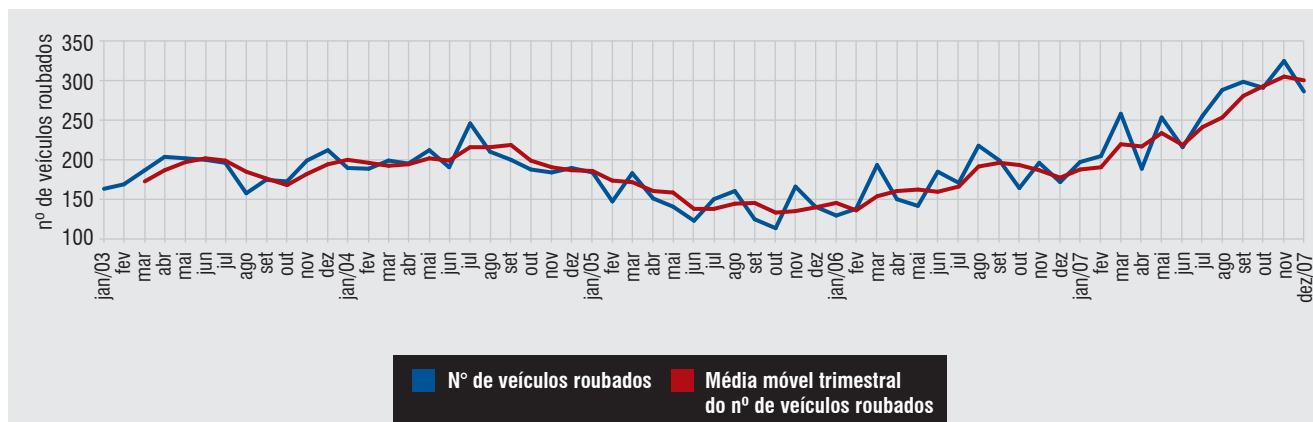


Figura 1
Média móvel trimestral do roubo de veículo em Salvador-BA – jan 2003-jan 2007

Fonte: Cedep

Nota: Cálculos dos autores

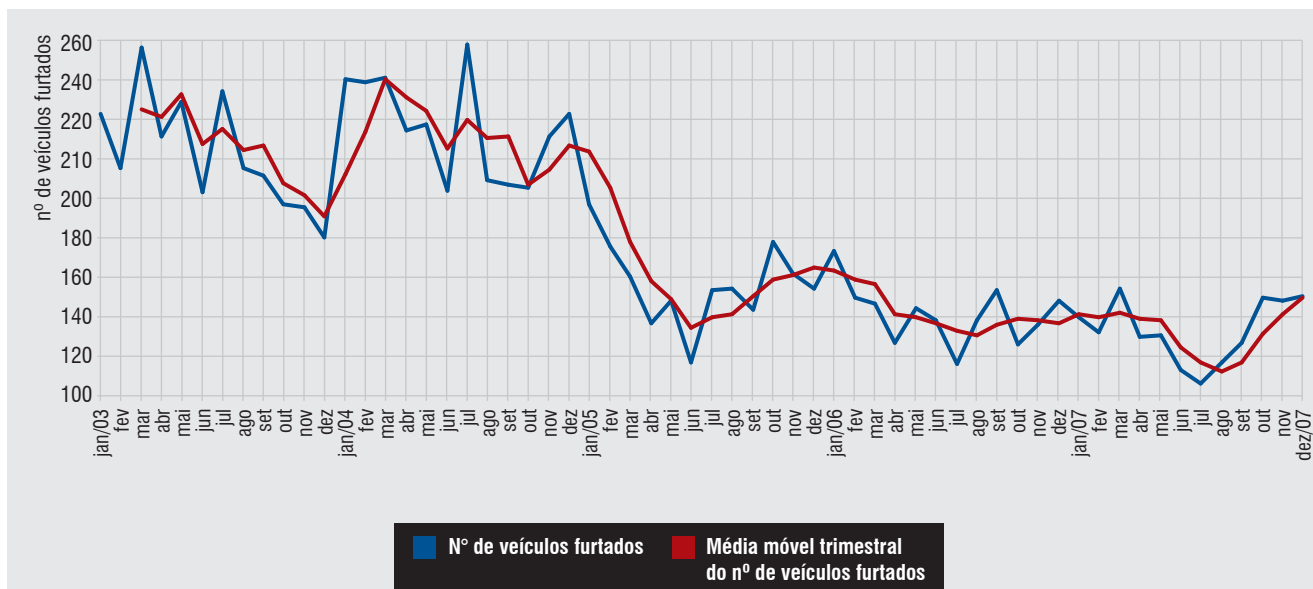


Figura 2
Média móvel trimestral do furto de veículo em Salvador-BA – jan 2003-jan 2007

Fonte: Cedep

Nota: Cálculos dos autores

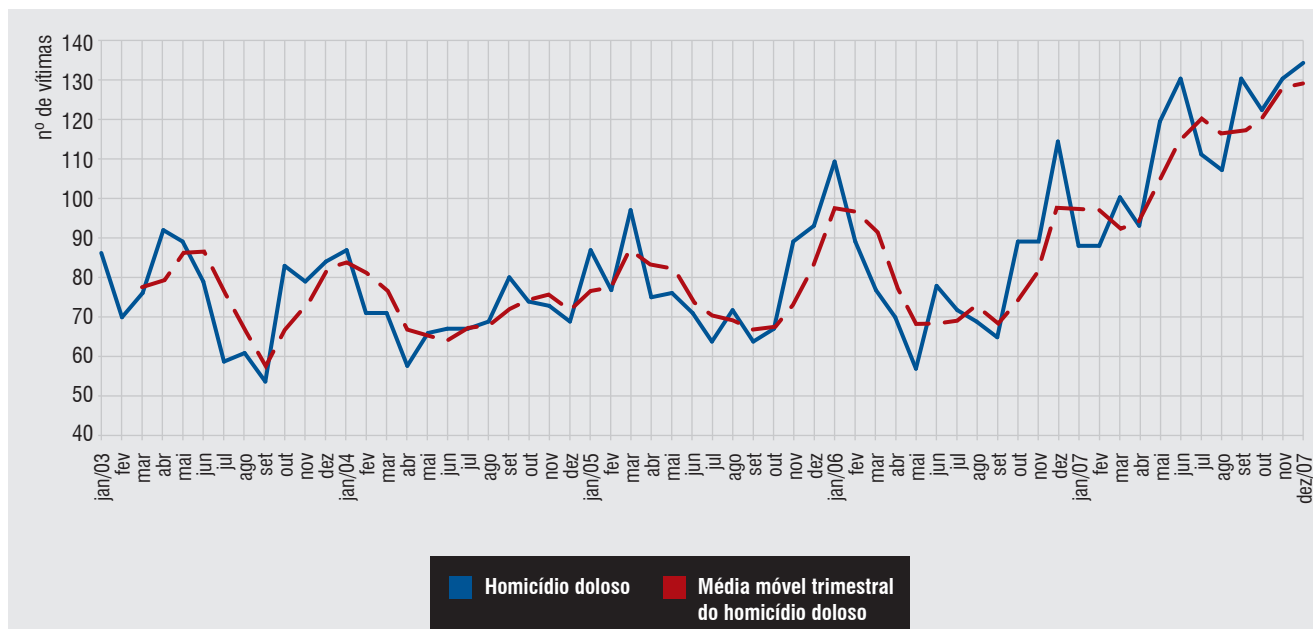


Figura 3
Média móvel trimestral do homicídio doloso em Salvador-BA – jan 2003-jan 2007

Fonte: Cedep

Nota: Cálculos dos autores

Como a análise do comportamento da tendência pode ser complementada pela análise da persistência ou antipersistência da série, neste trabalho optou-se por calcular os expoentes de correlação de longo alcance (α) através da função associação do KDD, mais especificamente do método DFA. A função associação foi utilizada para identificar as propriedades de correlação dos sinais das séries originais dos indicadores de criminalidade estudados. Ou seja, o expoente α , obtido através do DFA, permite avaliar em que medida a tendência observada na série temporal passada implica em manutenção do comportamento no futuro, indicando um efeito de memória de longa duração na série.

Tabela 1
Comportamento do expoente α de alguns delitos de Salvador-Ba – 2003-2007

Delitos	Expoente α	Erro
Roubo de veículo	0,64	0,01
Furto de veículo	0,62	0,01
Homicídio doloso	0,58	0,02

Fonte: Cedep

Nota: Cálculos dos autores

A análise conjunta dos expoentes (α) calculados a partir da série temporal dos indicadores de criminalidade soteropolitanos (Tabela 1) permite avaliar se a série apresenta comportamento persistente, antipersistente ou descorrelacionado.

Grosso modo, a interpretação do expoente α deve considerar as seguintes situações: i) expoente igual a 0,50 revela que a sequência de dados é descorrelacionada, ou seja, não se pode relacionar o comportamento de uma série passada com o comportamento de uma série futura; ii) expoente α menor que 0,50 indica uma expectativa de inflexão na trajetória da série futura, por exemplo, se a série estudada apresenta um comportamento antipersistente e uma tendência de crescimento, isso implicará em uma tendência de redução futura e vice-versa; e iii) expoente α maior que 0,50, a série é dita persistente e o comportamento de uma série passada tende a continuar no futuro.

Neste estudo, os expoentes α calculados apresentaram persistência ($\alpha > 0,50$) para todas as séries temporais

analisadas. Em se tratando de análise do desenvolvimento social, mais especificamente da criminalidade utilizando DFA, a situação esperada para correlação de longo alcance é um expoente $\alpha > 0,50$, ou seja, comportamento persistente, combinado com uma tendência de decrescimento ao longo da série.

Essa expectativa de comportamento foi constatada apenas nos registros oficiais de furto de veículo. Contudo, a situação observada nos registros de roubo de veículo e homicídio doloso é preocupante e evidencia uma tendência de crescimento do número de delitos aliada a um comportamento persistente da série. Esta constatação suscita ações imediatas do poder público no sentido de reverter tal tendência, sob o risco da sociedade arcar com as conseqüências nefastas que este cenário denuncia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi possível observar que a aplicação do KDD em bases de dados públicas permitiu identificar, mesmo com as limitações impostas pelas bases de dados utilizadas, que, através da relação entre o expoente α obtido a partir do DFA com a tendência da série de indicadores, é possível afirmar que existe uma expectativa de redução do furto de veículo, enquanto o roubo de veículo e o homicídio doloso tendem a manter um comportamento crescente.

Neste artigo, diversas contribuições foram apresentadas ao estudo do KDD; entre as principais destacam-se: elaboração de uma proposta de estruturação e sistematização de etapas para o processo KDD em bases de dados públicas e a modelagem do subdesenvolvimento por meio do fenômeno social da criminalidade.

Como o DFA tem por princípio fornecer uma noção de futuro, o método pode ser também utilizado como ferramenta auxiliar para o planejamento nos órgãos de Segurança Pública. Após aplicação do DFA em séries de alguns indicadores de criminalidade pode-se pensar em propostas futuras de utilização da técnica nestes e em outros indicadores sociais para as demais capitais e regiões do Brasil. Sendo assim, a questão inovadora que este trabalho proporciona está relacionada à possibilidade

de utilização de séries temporais diárias de indicadores de criminalidade, permitindo uma melhor compreensão do fenômeno em estudo.

Os resultados deste estudo demonstram para os analistas de dados e especialistas do domínio que a utilização dos algoritmos disponíveis nos softwares de DM exige, além de uma postura responsável, o conhecimento aprofundado de cada etapa do processo, bem como do domínio que está sendo estudado. Espera-se que este artigo contribua para uma reflexão acerca da forma com que essas bases de dados públicas vêm sendo utilizadas.

Concluindo, a modelagem de estatísticas diárias dos delitos a partir do KDD pode gerar ações antecipadas por parte da sociedade e seus representantes legais. Espera-se que este trabalho possa oferecer subsídios para formulação de políticas e programas de governo voltados às questões da área de segurança pública, como também contribuir com futuros estudos sobre criminalidade, principalmente porque existem poucos trabalhos desenvolvidos utilizando técnicas estatísticas mais sofisticadas, fornecendo uma nova proposta para avaliar os indicadores de criminalidade no auxílio da gestão da segurança pública.

REFERÊNCIAS

- ADRIAANS, P.; ZANTIGE, D. , *Data mining*. Harlow: Addison-Wesley, 1996.
- BRACHMAN, R. J. et al. *Mining business databases*. Communications of the ACM. ACM Press, New York, v. 39, n. 11, p. 42-48, Nov.1996.
- BULDYREV, S. V. et. al. *Physical Review E*, n. 87, p.10, 1995.
- CABENA Pet al., *Discovering data mining: from concept to implementation*. New Jersey: Prentice Hall, 1998.
- DINIZ, Carlos Alberto R.; LOUZADA NETO, Francisco. *Data Mining: uma introdução*. São Paulo: ABE, 2000.
- FAYYAD, U.; PIATETSKY-SHAPIRO, G.; SMYTH, P. *Advances in knowledge discovery and data mining*. Menlo Park, CA: AAAI/MIT Press, 1996.
- FRAWLEY, W.; PIATETSKY-SHAPIRO, G.; MATHEUS, C. *Knowledge discovery in databases: an overview*. AI Magazine, Menlo Park, CA, p. 213-228, Fall 1992.
- FEDER, Jens. *Fractals*. Plenum Press: New York, 1988.
- FELIX, Sueli Andruccioli. *Geografia do crime: interdisciplinaridade e relevâncias*. Marília:Unesp-Publicações, 2002.
- HAN, J.; KAMBER, M. *Data mining: concepts and techniques*. New York: Morgan Kaufmann, 2000.
- KANTELHARDT, J. W. et. al. Detect long-range correlations with detrended fluctuation analysis. *Physica A*, n. 295, p. 441-454, 2001.
- KAZMIER, L. *Estatística aplicada à economia e administração*. São Paulo: McGraw-Hill, 1982.
- LIU, Y. et. al. Statistical properties of the volatility of price fluctuation. *Physical Review E*, v. 60, p. 1390-1400, 1999.
- MORET, Marcelo A. et. al. Fluctuations analysis of stellar X-Ray Binary Systems. *Physical Review E*, n. 68, p. 41104, 2003.
- MORETTIN, P. A.; TOLOI, C. M. C. *Análise de séries temporais*. São Paulo: Edgard Blucher, 2004.
- PENG, C. K. et. al. On the mosaic organization of DNA sequences. *Physical Review E*, n. 49, p. 1685-1689, 1994.
- _____. Statistical properties of DNA Sequences. *Physica A*, n. 221, p. 180, 1995.
- _____. Scaling and universality in heart rate variability distribution. *Physica A*, n. 249, p. 241, 1998.
- SOARES JUNIOR, Jair Sampaio; QUINTELLA, Rogério Hermida. Sistemas de apoio à decisão e descoberta de conhecimento em bases de dados: uma aplicação potencial em políticas públicas. *Organizações & Sociedade*, Salvador, v. 28, p. 83-98, 2003.
- TAQQU, M. S. et al. Estimators for long-range dependence: an empirical study. *Fractals*, London, v. 3, n. 4, p. 785-798, 1995.
- TIRONI, L. F. et al. Critérios para geração de indicadores de qualidade e produtividade no serviço público. Brasília: IPEA/MEFP, 1991.
- TRZESNIAK, P. Indicadores quantitativos: reflexões que antecedem seu estabelecimento. *Revista de Ciência da Informação*, Brasília, v. 27, n. 2, p. 159-164, maio/ago.1998.
- ZEBENDE, G. F. ; OLIVEIRA, P. M. C. de; PENNA, T. J. P. . Long-range Correlation in Computer Diskettes. *Physical Review E*, v. 57, p. 3311-3314, 1998.

Copa do Mundo de futebol em Salvador: uma **oportunidade de desenvolvimento** urbano e regional

Celia Regina Sganzerla Santana*
Thiago Reis Góes**



* Especialista em Planejamento Urbano e Gestão de Cidades (Unifacs). Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental da Diretoria de Estudos da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). celiaregina@sei.ba.gov.br

** Mestre em economia (UFBA). Coordenador de Estudos Especiais da Diretoria de Estudos da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). thiagogoes@sei.ba.gov.br

INTRODUÇÃO

As cidades têm demonstrado crescente interesse em sediar megaeventos, motivadas pelos efeitos positivos oriundos da sua realização. Tais efeitos vão desde a possibilidade de projeção da própria imagem da cidade para o mundo, até a geração de externalidades positivas no campo socioeconômico. De modo particular, os eventos se configuram como grande oportunidade para intervenções urbanísticas chanceladas pelo ambiente de coesão social gerado em torno de um objetivo comum. É um momento, portanto, propício para a transformação do espaço urbano, palco dos acontecimentos. Ademais, é no âmbito urbano que as decisões tomadas, em função dos eventos, materializam-se e permanecem no tempo, podendo ser visualizadas e mensuradas.

Ao candidatarem-se como cidades-sede para a realização de eventos, esportivos, as cidades são vistas como um destino de investimentos e de fluxos turísticos, tornando-se sujeitas a impactos – positivos e negativos – advindos dessa condição. Diante da possibilidade de sediar um megaevento esportivo como a Copa de 2014, a cidade pode fazer com que as intervenções necessárias para uma adequação da estrutura urbana destinada a hospedar os jogos não se limitem apenas a cumprir os requisitos das entidades esportivas dirigentes em relação a estádios, áreas para treinamento e equipamentos esportivos de apoio. Dessa forma, a partir da oportunidade gerada pela hospedagem dos megaeventos, algumas cidades conseguiram o impulso necessário para transformar algumas intervenções urbanas em instrumentos de desenvolvimento urbano e regional.

Tais iniciativas foram pré-definidas por meio de estratégias próprias e capazes de catalisar resultados socioeconômicos amplos e permanentes – o que justificaria os custos públicos e privados envolvidos. É este, portanto, o desafio diante do qual se encontra a cidade de Salvador, após ter apresentado sua pré-candidatura para sediar

os eventos esportivos da Copa do Mundo de futebol de 2014, em seminário específico¹, juntamente com outras 17 capitais brasileiras.

Assim sendo, a proposta deste artigo é destacar a importância do planejamento integrado como um poderoso instrumento de gestão da cidade, capaz de ampliar as chances de sucesso de eventos. Por tratar-se de uma discussão em torno da oportunidade propiciada pela Copa do Mundo de futebol de 2014 para a cidade de Salvador, o texto ficará restrito aos eventos esportivos. Ressalta-se que a colocação “sucesso do evento” aqui empregada, implica, necessariamente, um efetivo legado de melhorias urbanas para os habitantes da cidade hospedeira. Após essa introdução, o texto faz uma breve exposição do planejamento de algumas cidades que encararam o desafio de sediar um evento esportivo como uma oportunidade de implementar planos de melhoria urbana que foram bem sucedidos – tanto nas ações diretas quanto nos efeitos futuros por elas gerados. Por simplicidade, convencionou-se chamá-las de *cidades referência*. Na seção seguinte, apresentam-se alguns princípios do planejamento de eventos esportivos os quais servem de base para as recomendações que foram julgadas oportunas para a cidade de Salvador e são objeto da conclusão do texto.

ALGUMAS CIDADES REFERÊNCIA NO PLANEJAMENTO DE MEGAEVENTOS ESPORTIVOS

Considera-se que os megaeventos possuem a capacidade de alterar a morfologia de subespaços urbanos, conferindo-lhes novas funcionalidades que estimulam as atividades socioeconômicas locais. Com essa visão, algumas cidades que abrigam megaeventos os encaram

¹ SEMINÁRIO DAS CIDADES CANDIDATAS A SEDE DA COPA DO MUNDO DA FIFA BRASIL 2014. Rio de Janeiro: CBF, 2008.

“[...] cidades que abrigam megaeventos os encaram como uma estratégia de desenvolvimento urbano e regional, onde a requalificação urbana ganha relevância”

como uma estratégia de desenvolvimento urbano e regional, onde a requalificação urbana ganha relevância. Verifica-se que o processo de planejamento no sentido de credenciar os espaços para hospedar eventos, especialmente os esportivos, pode ser potencializado pelo grande poder de mobilização social gerado em torno da afirmação dos valores e do orgulho das comunidades hospedeiras. Assim sendo, por ocasião da realização de megaeventos, algumas cidades converteram necessidades pré-existentes em estratégias claras de planejamento, visando melhoria da infra-estrutura e recuperação do tecido urbano. O resultado nestes casos, geralmente, foi a intensificação da atividade socioeconômica com externalidades positivas desde o plano físico, como a recuperação de áreas estagnadas, ao plano mais abstrato do *marketing da cidade* e das habilidades desenvolvidas. Em que pesem as críticas existentes aos processos radicais de retirada ou realocação de populações pobres, geralmente localizadas em áreas de influência de equipamentos esportivos sujeitos a obras de reforma e requalificação para eventos, o presente texto ficará limitado aos impactos positivos causados pelas intervenções por entender que os riscos e os impactos negativos presentes em qualquer processo de intervenção física são também objeto do planejamento e da gestão, devendo ser previstos e minimizados.

Muitas cidades hospedeiras lograram sucesso em seus planos, conquistando um patamar de desenvolvimento mais elevado no período que sucedeu à realização dos eventos esportivos. A localização do *Stade de France*, palco da abertura e encerramento da Copa do Mundo de 1998, na França, por exemplo, foi uma clara estratégia

de requalificação de um espaço urbano degradado por perda de função, visto que o estádio está localizado na cidade de Saint-Denis, ao norte de Paris, uma antiga área industrial. Após a construção do estádio e de toda a infraestrutura urbana que o cerca, a região passou a ter uma nova função socioeconômica (MENDONÇA, 2007).

O planejamento para a Copa de 2002 na Coreia do Sul, que coincidiu com a desintegração do velho regime político, levou o país a pensar projetos urbanos com ênfase na renovação da cidade de Seoul, reafirmando a imagem da capital. O plano do estádio principal da Seoul de 2002 foi parte integrante de um esquema maior de reabilitação da região de entorno, que virou uma espécie de “cidade modelo de inovação” onde foram incorporados conceitos de ecologia, cultura e tecnologia de informação (KANG, 2004).

A Alemanha já contava com infra-estrutura avançada por ocasião da realização da Copa do Mundo de 2006. No entanto, o montante gasto pelo governo alemão na infra-estrutura da cidade de Munique correspondeu a aproximadamente 73% do valor investido na construção do Estádio *Allianz Arena* (CARVALHO, 2007). Ademais, este país aproveitou o momento propiciado pelo evento da Copa para melhorar sua imagem no mundo, do ponto de vista da conservação do meio ambiente, introduzindo conceitos de sustentabilidade no planejamento de seus estádios com foco em armazenagem e aproveitamento de águas pluviais, redução de resíduos sólidos, reúso de águas servidas e emprego de resíduo de construção reciclado.

Em relação às chamadas “cidades olímpicas”, cidades que se transformaram para sediar Jogos Olímpicos, os casos tornaram-se emblemáticos. Para além da funcionalidade com relação à natureza das provas esportivas ou o desenrolar das festividades, a escolha dos sítios olímpicos respondeu a uma vontade estratégica afirmada sobre a totalidade do espaço da região urbana e a um desejo de reconversão geral das infra-estruturas após os Jogos. Evidentemente, as olimpíadas, pelo seu porte e pelas suas características intrínsecas, possuem poder de impacto muito superior aos relacionados à Copa do Mundo de futebol. Todavia, destaca-se que, em termos da oportunidade de desenvolvimento urbano e regional, tanto para as cidades-sede das olimpíadas quanto para as cidades-sede das copas, o quadro é essencialmente o mesmo.

Atente-se ao exemplo de Atenas. Esta cidade empreendeu, em virtude dos Jogos Olímpicos de 2004, uma profunda reforma urbana, deslocando, inclusive, o eixo de crescimento da cidade em direção ao mar e requalificando áreas industriais antigas e degradadas. A organização dos Jogos mobilizou toda a atenção do Estado e da opinião pública durante anos (GURGEL, 2004).

Outros três exemplos de planejamento com estratégias bem definidas são os casos de Barcelona, Sydney e Beijing. A mudança na configuração urbana da cidade de Barcelona teve como catalisador os Jogos Olímpicos. Sua nomeação como sede dos Jogos foi a faísca que conduziu a aplicação de um plano urbano anteriormente estruturado. Num momento seguinte aos Jogos Olímpicos, registrou-se um salto de qualidade na percepção da cidade em si, especialmente em termos de planejamento urbano. Por sua vez, a história da construção dos recintos para os Jogos Olímpicos de Sydney (2000) foi dominada por dois objetivos: o desenvolvimento de modernas instalações esportivas de padrões mundiais e a proteção ao meio ambiente. Seu plano consistiu, basicamente, em transformar a degradada e abandonada Homebush Bay em um centro de instalações desportivas e recreativas, que seriam usadas pelo povo de Sydney e pelas gerações seguintes. Finalmente, o plano de ação para Beijing (2008), anunciado em 2002, previa não apenas a organização da cidade, de modo a receber delegações e turistas, e a construção de novas áreas para a realização das competições. A intenção era fazer uma completa remodelação em Beijing, com todo o tipo de investimento. Os planos incluíam as seguintes

linhas de ação: instalações esportivas, transporte e infra-estrutura, reformas urbanas e alta tecnologia (PRONI, et al, 2008).

Cumprir destacar que, para além de exemplos que deram certo, os projetos de sucesso das cidades referência são, sobretudo, fruto de um trabalho eficiente de planejamento e gestão, empreendido em longo prazo. Isso significa dizer que as cidades buscaram, a partir de suas necessidades, traçar planos integrados, implementando-os num momento favorável. Nesse sentido, as transformações urbanas acima descritas nada mais são do que a materialização de estratégias pré-estabelecidas.

ALGUNS PRINCÍPIOS DO PLANEJAMENTO E GESTÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS

A maximização dos benefícios e a minimização dos efeitos negativos para as cidades antes, durante e depois dos grandes eventos esportivos está diretamente ligada ao processo de planejamento e à gestão. Assim, para o sucesso de um evento como a Copa do Mundo, o planejamento deve pautar-se pelo princípio da totalidade. Tal princípio indica que um fenômeno (econômico, social) ou um objeto se apresenta como um todo coerente, onde os diferentes aspectos e dimensões são ligados entre si, condicionando-se reciprocamente. Dessa forma, nenhum fenômeno pode ser explicado isoladamente (COTRIN, 1997).

Para se traçar uma estratégia de planejamento bem sucedida para a Copa do Mundo, a mesma deve ser analisada dialeticamente, visto que a dialética é essencialmente uma visão de conjunto, do todo. A realidade é um todo e as determinações, recíprocas entre o todo e as partes, constituem a essência do método dialético (CORAZZA, 1996). A compreensão dialética se encontra em relação de intensa interação e conexão entre um aspecto com o todo (KOSIK, 1995).

Nesse sentido, um fenômeno específico, como o evento da Copa do Mundo, deve ser encarado como sendo multidimensional e, portanto, deve ser apreendido enquanto uma totalidade composta pelas várias

“[...] projetos de sucesso das cidades referência são, sobretudo, fruto de um trabalho eficiente de planejamento e gestão, empreendido em longo prazo”

dimensões (política, social, ambiental, urbana, econômica) que o determinam dialeticamente. Dessa forma, a Copa não deve ser concebida e planejada como um somatório dos diversos aspectos envolvidos, tomados separadamente, mas sim como um todo. Em síntese, os diferentes aspectos só fazem sentido em conjunto.

As partes que formam a totalidade não bastam para entender a Copa. Ao contrário, é a totalidade que permite entender as partes (Figura 1).

Com base em Barros e Cosenza (2008), propõem-se, de forma esquemática, alguns pontos fundamentais para

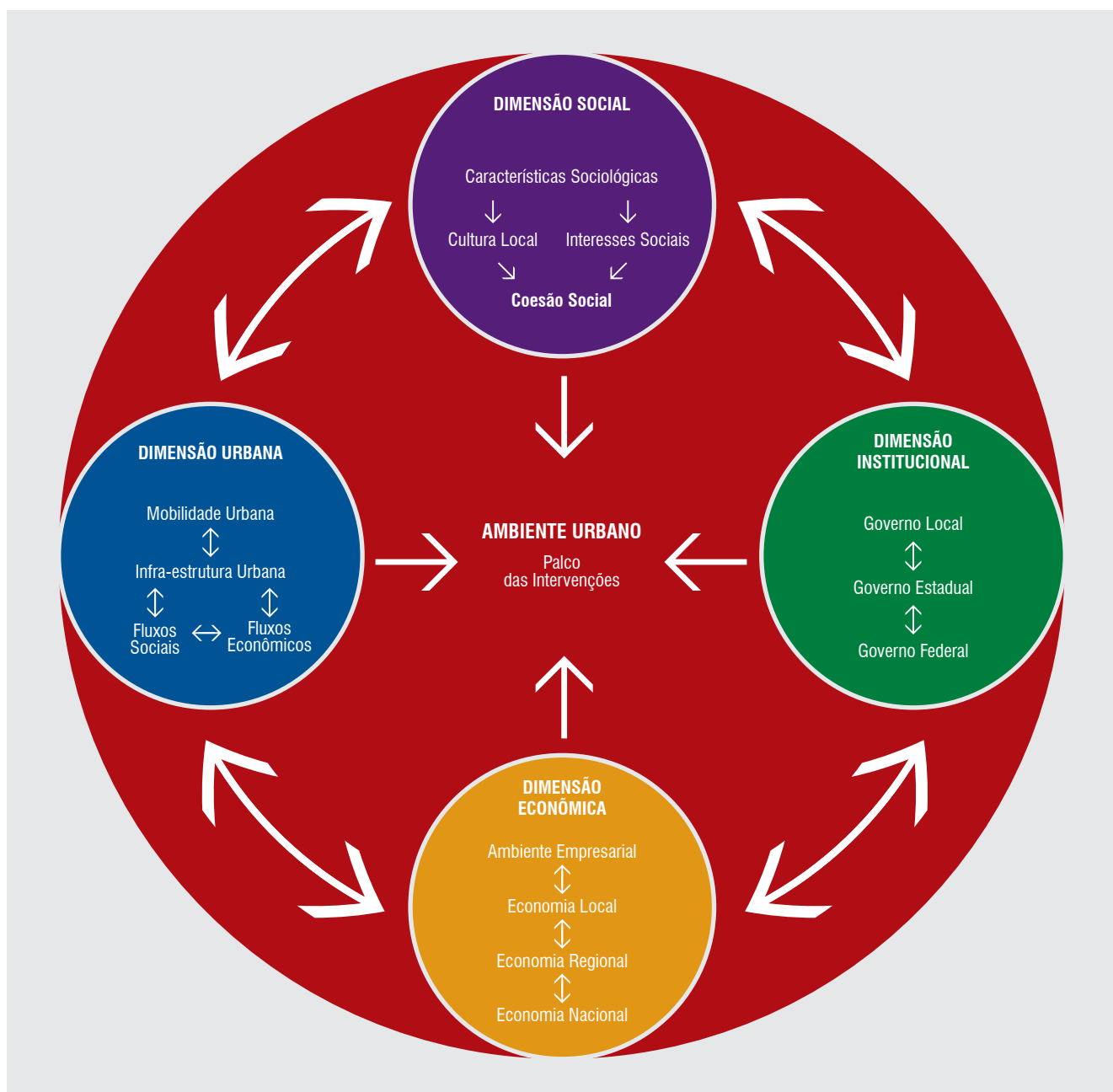


Figura 1
Diagrama multidimensional para um planejamento integrado da Copa de 2014

Fonte: Adaptado de Barros e Cosenza (2008)

planejar e gerir um evento como a Copa do Mundo, de modo que o mesmo gere as externalidades positivas a ele relacionadas:

- entender a Copa do Mundo como um conjunto de aspectos interligados;
- entender a importância do evento para a comunidade e identificar seus impactos sobre ela;
- estabelecer os atributos do evento e o grau de conhecimento requeridos para planejá-lo, operá-lo e geri-lo;
- envidar esforços no processo de planejamento e operação do evento para que ele contribua para a afirmação dos valores e orgulho da comunidade hospedeira;
- antecipar os impactos sociais, físicos, econômicos e ambientais do evento e orientar os esforços para geração de resultados positivos;
- avaliar o comportamento do público para as ações necessárias de contingência;
- avaliar o espaço físico disponível para a operação do evento;
- perceber o contexto político das decisões associadas ao evento;
- conceber o evento dentro de uma ótica de atividade sinérgica ao turismo, buscando seu incremento e aumento da permanência local;
- estimular o ambiente de negócios favorecendo a participação de empreendedores nas atividades econômicas de suporte ao evento;
- equilibrar as receitas e despesas do evento fazendo um planejamento físico-financeiro adequado no tempo;
- compreender a importância do processo de gestão/ planejamento como fator crítico de sucesso;
- estabelecer as necessidades de pessoal/especialistas para participação no processo de planejamento e gestão do evento;
- construir uma visão clara dos objetivos, que seja mensurável e viável, e a missão do evento;
- construir uma estrutura organizacional apropriada para suportar o processo de planejamento e operação do evento.

SALVADOR: ALGUMAS RECOMENDAÇÕES PARA UMA ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO REGIONAL

Princípio da totalidade: em primeiro lugar, torna-se necessário entender o evento em sua totalidade. Ou seja, sob o ponto de vista do planejamento e da gestão, para Salvador, a Copa do Mundo de futebol não seria apenas um evento esportivo, mas uma oportunidade de desenvolvimento regional através da requalificação da infra-estrutura urbana, dos serviços públicos e do *marketing* promocional do estado. Nesse sentido, o planejamento para a Copa do Mundo não pode ser normativo e reducionista, pautando-se

“[...] para Salvador, a Copa do Mundo de futebol não seria apenas um evento esportivo, mas uma oportunidade de desenvolvimento regional através da requalificação da infra-estrutura urbana, dos serviços públicos e do *marketing* promocional do estado”

exclusivamente no projeto do equipamento principal, nos projetos acessórios (no caso, o estádio de futebol e seus equipamentos de apoio) e no custo financeiro do evento. O planejamento deve pautar-se no princípio da totalidade, onde cada aspecto relacionado à Copa do Mundo poderia ser encarado como um conjunto de inter-relações mútuas, de modo que o processo fosse operado nos diversos aspectos, sejam eles políticos, sociais, ambientais, econômicos e urbanos, de forma relacionada, integrada e articulada.

Definição clara de objetivos: definir claramente o que a cidade de Salvador pretende, ao sediar uma Copa do Mundo de futebol, será fundamental para traçar seus objetivos estratégicos. Tais objetivos, uma vez detectados a partir das potencialidades locais, determinariam o montante dos recursos e os procedimentos necessários a sua realização. Ressalta-se que a definição dos objetivos não diz respeito apenas ao atendimento dos requisitos referentes à hospedagem do evento, mas também ao resultado geral esperado, entendido como um legado positivo gerado pelos esforços empreendidos.

Discussão ampla das estratégias: o legado urbano resultante de um processo de planejamento bem definido e bem gerido corresponde a um salto de desenvolvimento para a cidade no pós-evento e está fortemente associado ao entendimento dos problemas de Salvador no quadro da região onde está inserida. Identificar o que é melhor para a metrópole, enquanto sede dos eventos da Copa do Mundo, requer uma ampla discussão com os diversos atores da sua região de influência. Esse debate favorece a mobilização social, no que tange ao aumento da auto-estima, tanto dos atores diretamente envolvidos quanto da sociedade civil. A motivação, e conseqüente coesão social gerada na cidade-sede, também é importante para estimular as cidades vizinhas a traçarem suas metas de forma articulada, o que contribuiria para um efeito em cadeia na região. A compreensão dos diversos fatores envolvidos no planejamento, encarados como uma construção coletiva, facilitaria o reconhecimento de potencialidades e limitações existentes para enfrentamento do novo desafio pelo conjunto dos interessados.

Equipamentos esportivos avançados: no que diz respeito aos equipamentos esportivos disponíveis, é fato notório que os existentes não apresentam condições adequadas

e que obras de construção e recuperação constituem prioridade. No entanto, há também um consenso em termos da oportunidade ímpar que se apresenta no sentido de melhorar a infra-estrutura não só dos estádios, mas de todo o subespaço urbano onde estão localizados. O Estádio Otávio Mangabeira foi escolhido como palco principal para a realização dos jogos da Copa em Salvador. Embora tenha sido encaminhado, para ser examinado e avaliado pela comissão encarregada, um estudo preliminar visando detalhar as condições reais de realização de obras naquela praça de esportes, destaca-se que o conhecimento sobre o projeto de reforma e ampliação resultante ainda é muito difuso na cidade. Vale destacar que o conceito de projeto dos estádios modernos está associado às arenas multiuso visando a multiplicidade de funções ligadas não só ao esporte, mas também à arte e ao entretenimento. Por outro lado, a implantação de redes de arenas multiuso, em uma determinada região ou país, possibilita que se tenha maior participação em circuitos de espetáculos internacionais, com melhor aproveitamento do espaço e otimização de recursos investidos. A manutenção desses equipamentos no pós-evento, assim como das boas condições de seu entorno, são fatores de planejamento igualmente importantes.

Requalificação urbana includente: é preciso criar condições reais de atratividade, acesso e uso dos equipamentos esportivos e urbanos, com facilidades e custos baixos. Destacam-se a boa acessibilidade, o transporte de massa adequado e os bolsões de estacionamento. Vale a pena frisar que os conceitos ligados à reurbanização de áreas de entorno dos estádios e aqui recomendados não estão voltados apenas à criação de “cenários” que tendem a ter curta duração e não trazem benefício real para as comunidades residentes. Torna-se necessário incluir o pequeno comércio varejista e os seus serviços de apoio, atividades tradicionalmente presentes nesses subespaços que podem ser intensificadas e não simplesmente banidas, acarretando problemas sociais.

Articulação de áreas de interesse: do ponto de vista da requalificação urbana, há a necessidade de entender que um equipamento esportivo de grande porte, como é o caso do Estádio Otávio Mangabeira, encontra-se inserido em um subespaço da cidade que se relaciona e se articula com outros subespaços, dela mesma e da região. A área

do Dique do Tororó, adjacente ao estádio, por exemplo, é um espaço público atrativo não só pela sua beleza natural, mas por possuir condições de articulação com outros equipamentos de lazer e entretenimento e ter sido foco de investimentos de recuperação mais recentes. Em outras palavras, para entender a região do estádio de forma abrangente e integrada é necessária uma visão sistêmica do seu conjunto, analisando-se as diversas inter-relações espaciais. Deve-se, portanto, reconhecer, como oportunidade de desenvolvimento urbano para Salvador, a ligação entre as áreas da Fonte Nova e do Centro Histórico, visto que estão próximas, mas desligadas. Esta articulação poderia contribuir para evidenciar a cultura local e dinamizar as atividades sócio-culturais e turísticas do centro histórico pela atração dos fluxos provenientes das atividades esportivas nos estádios.

Infra-estrutura viária e transportes: para a Secretaria Nacional de Transporte e Mobilidade Urbana (Semob), vinculada ao Ministério das Cidades, a mobilidade urbana é um atributo associado à cidade e corresponde à facilidade de deslocamento de pessoas e bens na área urbana. Face à mobilidade, os indivíduos podem ser pedestres, ciclistas, usuários de transportes coletivos ou motoristas. Muito além de ser uma questão apenas de deslocamento e de uso de meios de transporte, a mobilidade traduz relações dos indivíduos com seu local de vida, com os objetos empregados no deslocamento e até mesmo relações com outros indivíduos. Ademais, a mobilidade é produto de processos históricos que refletem características culturais de uma sociedade. Conseqüentemente, ela é afetada por fatores como renda, idade, sexo, capacidade para compreender mensagens, capacidade para utilizar veículos e equipamentos de transporte, entre outras variáveis que podem implicar em redução permanente ou temporária de movimentação. Uma política de mobilidade adequada, portanto, tem por função proporcionar acesso amplo ao espaço urbano, condicionando todas as principais características da configuração da cidade (equipamentos, infra-estrutura de transporte, comunicação, circulação e distribuição), participando das suas possibilidades reais de desenvolvimento.

As ações públicas de estímulo a um sistema de transporte coletivo, eficiente e integrado regionalmente, na cidade de Salvador ainda são inconstantes e fragmentadas, o

que não a diferencia de outras capitais brasileiras onde predomina o modelo centrado no automóvel e a fraca intermodalidade nos deslocamentos urbanos. Para uma gestão da mobilidade integrada com vistas a um evento esportivo como a Copa de 2014, a cidade de Salvador tem dificuldades bem visíveis, pois o local do Estádio da Fonte Nova recebe importantes fluxos, como os das avenidas Vasco da Gama, Centenário e Bonocô, não dispondo de área para redistribuição de tráfego. É necessário pensar em sistemas circulares de veículos coletivos menores (micro-ônibus ou vans) que possam conduzir o público para bolsões de estacionamento mais distantes (na rótula da Lapa, por exemplo). Do mesmo modo, algumas dessas linhas podem fazer o percurso para o centro-histórico, direcionando o fluxo de turistas para áreas mais bem servidas de opções de transporte e onde se deseja dinamizar o comércio.

Gestão de recursos públicos e privados: deve-se destacar que as intervenções urbanísticas em questão requerem vultuosos investimentos, possíveis apenas por meio de associações entre as esferas pública e privada, que, ao constituir parcerias, contam com importante instrumento para a viabilização das obras necessárias à habilitação da cidade-sede. Após reconhecer a importância do objetivo almejado, deverão ser criadas as condições propícias para que tanto o estado quanto os empresários desempenhem seus papéis de forma competente e direcionada, de modo que as chances de sucesso das parcerias poderão ser incrementadas. Isso se traduz num ambiente em que o estado atua fomentando as oportunidades de negócios

“[...] deve-se destacar que as intervenções urbanísticas em questão requerem vultuosos investimentos, possíveis apenas por meio de associações entre as esferas pública e privada [...]”

que, necessariamente, são oportunidades de geração de lucro para o empresariado local e regional. Nesse sentido, o setor público direciona suas políticas e ações para que os empresários encarem o evento como um mercado promissor. Contudo, isso não elimina a necessidade de mobilização de grandes investimentos públicos para o setor de infra-estrutura. Salienta-se que tais investimentos podem ser compensados pelo aumento das receitas tributárias, fruto da dinamização da economia local. Ou seja, a viabilização dos recursos demandados pelas cidades-sede, com vistas à requalificação urbana para sediar a Copa do Mundo de futebol, depende da geração de receitas tanto para a esfera pública (via tributos) quanto para a esfera privada (via lucros).

Por último, cabe notar que, dentre as cidades brasileiras pré-candidatas a sediar a Copa do Mundo de 2014, cujo processo de planejamento em curso parece ter sido encarado como uma estratégia de desenvolvimento urbano e regional, estão Recife/Olinda, Porto Alegre e Belo Horizonte. Ao considerar os distintos efeitos, econômico e sócio-espacial, envolvidos, sob um prisma de totalidade, estas cidades desenvolveram planos integrados e articulados de modo que as intervenções físicas possam ter um caráter permanente e um razoável alcance social, com melhorias esperadas para o conjunto urbano e também regional. No caso específico de Recife e Olinda, o projeto do novo estádio para a Copa do Mundo é uma clara estratégia de desenvolvimento urbano, onde se busca revitalizar uma antiga área portuária, dando-lhe nova função. Ademais, o projeto *Pernambuco na Copa 2014*² é de amplo conhecimento e conta, inclusive, com um *embaixador* para divulgar o nome de Recife/Olinda pelo mundo, de maneira a fazer as articulações necessárias para que o conjunto das duas cidades seja uma das subsedes da Copa do Mundo de 2014 no Brasil, o que foi considerado fundamental para a mobilização social em torno do evento.

Em síntese, a ampliação e a modernização da infra-estrutura urbana para hospedar um evento como a Copa do Mundo de futebol de 2014 é um processo de longo prazo que envolve um grande esforço de planejamento e gestão. Além dos investimentos físicos em equipamentos

localizados, infra-estrutura e mobilidade urbana, tal processo contempla fundamentalmente aspectos relativos à qualificação dos serviços públicos de segurança, saúde hospitalar e pronto atendimento e de atendimento ao turista. Do mesmo modo, faz-se necessário estimular a qualificação dos serviços privados de hospitalidade envolvendo hotelaria, restaurantes, táxis, vans, estacionamentos, etc. Por outro lado, vale lembrar que o bom desempenho das reformas urbanas também depende de aspectos importantes de gestão ligados à modelagem dos empreendimentos e aos mecanismos de concessão para a esfera privada. Igualmente, a transparência das ações é uma condição essencial, sem a qual não mais se convive.

REFERÊNCIAS

- BARROS, C. F. O.; COSENZA, C. A. N. Usando Lógica Fuzzy em mega-eventos de esportes: um sistema de avaliação de impacto. *Rio's International Journal on Sciences of Industrial and Systems Engineering and Management*. Rio de Janeiro, 2008.
- BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Transportes e Mobilidade Urbana. *Gestão integrada da mobilidade urbana*. Brasília: Ministério das Cidades, 2006.
- CARVALHO, E. B. Uma chance para mudar São Paulo. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 30 out. 2007. Caderno Tendências/Debates.
- CORAZZA, G. O todo e as partes: uma introdução ao método da economia política. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 26, n. especial, p. 35-50, 1996.
- COTRIN, G. *Fundamentos de filosofia*. 13. ed. Saraiva: São Paulo, 1997.
- GURGEL, G. Atenas, o olimpismo à guisa de urbanismo. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, São Paulo, v. 6, n. 1, 2004.
- kang, Hong-Bin. Mega events as urban transformer – the experience of Seoul. *Seoul Studies, Seoul*, v. 5, n. 3, 2004.
- KOSIK, K. *Dialética do concreto*. São Paulo: Paz e Terra, 1995.
- kang, hMENDONÇA, A. de M. Revisitando as ruínas urbanas. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 13, 2007. Recife. *Anais...*, Recife, UFPE, 2007.
- PRONI, M. W. et al. *Leitura econômica dos jogos olímpicos: financiamento, organização e resultados*. Rio de Janeiro: IPEA, 2008. (Texto para discussão, 1356).

² Pernambuco na Copa 2014 é um Programa do Governo do estado de Pernambuco. Tal programa está disponível no site oficial do governo do estado.

↘ Crie seu cartograma no SideGeo



O site da SEI oferece uma nova ferramenta de integração de mapa georreferenciado do Estado com informações do Banco de Dados da instituição. O SideGeo permite ao usuário criar seu próprio cartograma, espacializando informações de seu interesse. Podem ser feitas pesquisas nas áreas social, econômica, geoambiental e de infra-estrutura. A ferramenta permite medir distâncias entre pontos localizados no território baiano, observar as coordenadas de um ponto escolhido, visualizar a divisão por Territórios de Identidade ou por Regiões Econômicas, averiguar os números da agropecuária, indústria e população da região pesquisada, entre outras informações.

Acesse www.sei.ba.gov.br e crie seu mapa.

A crise americana e as dúvidas sobre a validade metodológica do **hard core** da teoria econômica

Thiago Reis Góes*
Urandi Roberto Paiva Freitas**

INTRODUÇÃO

Os efeitos causadores da crise financeira norte-americana e seus desdobramentos, alinhados, posteriormente, com as ações intervencionistas e protecionistas das autoridades monetárias daquele país para conter a crise, puseram em questão um elemento fundamental da doutrina neoliberal, que por sua vez é fortemente influenciada pela escola neoclássica, qual seja: a auto-eficiência dos mercados e a conseqüente falta de necessidade de intervenção na economia.

* Mestre em economia (UFBA). Coordenador de Estudos Especiais da Diretoria de Estudos da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). thiagogoes@sei.ba.gov.br

** Mestre em economia (UFBA). Economista da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). urandifreitas@sei.ba.gov.br



No paradigma neoclássico, o agente econômico é visto como uma função objetiva que busca a melhor combinação de fatores para maximização de sua satisfação, sendo este seu objetivo básico. Os pressupostos teóricos da racionalidade substantiva maximizadora e do equilíbrio fazem do mercado o responsável pela coordenação das decisões individuais. Nesse contexto, ele é capaz de corrigir desequilíbrios, levando, conseqüentemente, o sistema econômico a uma situação de equilíbrio. Ou seja, a famosa “mão-invisível” de Adam Smith (...) atuaria no sentido de restabelecer o equilíbrio, não havendo, portanto, necessidade do Estado intervir na economia – o Estado deveria ser mínimo e passaria a prevalecer no sistema econômico a premissa do *laissez faire*.

A partir de tal paradigma, base da doutrina neoliberal, não se justificaria a intervenção do governo americano diante da crise financeira, a menos que houvesse falhas de mercado, o que não parece ser o caso. Entretanto, o governo vem atuando de forma ativa, inclusive instituindo “pacotes fiscais” e “estatizando” instituições financeiras, como a *Fannie Mae* e a *Freddie Mac*, bem como financiando um dos maiores grupos financeiros do mundo, a seguradora *American International Group* (AIG), com forte alegação que os custos da crise seriam majorados caso o Estado não atuasse de forma proativa.

Esse fenômeno, evidenciado na crise americana, guarda relação direta com as dúvidas sobre a real validade metodológica imposta pelo *hard core* da teoria econômica. Parece que quanto mais a teoria econômica relaxa seus pressupostos, menor é seu poder de explicação da realidade. Alguns pressupostos da teoria são tidos como fortes demais ou pouco realistas, quais sejam: atribui excesso de racionalidade aos agentes econômicos; o mercado é auto-regulável e leva sempre a uma solução ótima no

sentido de que seu ajuste traz resultados satisfatórios para o conjunto da economia; que os preços são determinados pelo mercado, não importando o papel das organizações; e, por último, que as instituições são neutras. Parece que o esforço da teoria econômica é resultado do seguinte conflito metodológico: tentar construir teorias essencialmente positivas no sentido de tentar explicar a realidade, harmonizando tal realidade a formalizações e modelos operacionais que não trazem resultados únicos na maioria das vezes, mas indeterminados, sem que isso traga prejuízo a sua construção teórica.

É devido a esse choque no fundamento metodológico neoliberal, observado em um dos países onde os preceitos neoliberais nasceram e ganharam corpo, que este artigo procura discutir, de forma breve, a questão do método na economia política, destacando, sobretudo, o método utilizado na abordagem neoclássica (ortodoxa) e nas abordagens heterodoxas, especialmente a marxiana, evidenciando a crítica à doutrina neoliberal, colocada em xeque devido a sua impossibilidade de entender e explicar a crise e a própria atuação do governo norte-americano a partir do seu instrumental metodológico.

O MÉTODO NA ECONOMIA POLÍTICA

É com o advento do capitalismo que a ciência econômica torna-se um campo específico para a teorização científica. Nesse sentido, torna-se imperativo a necessidade de procedimentos metodológicos para a investigação científica. No que se refere ao método, observa-se divergências, conflitos e um embate teórico e conceitual nos diferentes paradigmas da abordagem econômica. Assim, entender as ciências econômicas, nos seus diferentes paradigmas (*mainstream* e abordagem heterodoxa), requer entendê-la

com base nos seus fundamentos metodológicos, sobretudo no que diz respeito ao individualismo metodológico e coletivismo metodológico.

Procurando entender a fundamentação metodológica nos diferentes paradigmas, primeiramente será analisado o paradigma neoclássico – *mainstream* – e sua base metodológica, qual seja, o individualismo metodológico. Em um segundo momento, analisar-se-á a crítica marxiana à economia política, bem como o materialismo histórico e o método dialético, proposto por Marx, para análise da economia política.

A teoria neoclássica, dominante, foi fortemente influenciada pela teoria do conhecimento contida no positivismo. Dessa forma, é pertinente apresentar a noção positivista de ciência, como também sua influência no corpo da teoria neoclássica.

Um dos pontos fundamentais da visão positivista da ciência é a relação entre o sujeito e o objeto; há um distanciamento do sujeito perante o objeto. De acordo com a visão positivista (sobretudo em Kant), o conhecimento é puramente subjetivo, visto que só observamos os fenômenos, as manifestações do objeto, mas não o objeto em si. Ou seja, o objeto é construído pelo sujeito – não se pode, a partir da razão, fazer afirmações sobre o objeto em si, mas sim da forma como o mesmo se apresenta.

A incorporação do positivismo nas ciências sociais (e na ciência econômica) se traduz na abstração. Ou seja, a sociedade é regida por leis naturais gerais e regulares assim como as ciências naturais. Dessa forma, os aspectos históricos, culturais e institucionais desaparecem das ciências sociais. Observa-se aqui uma abstração, na medida em que desconsidera as particularidades dos diversos meios sociais. Tal abstração é fruto da separação entre sujeito e objeto, pois estas leis gerais (fenômeno) são construções subjetivas – resultado de uma abstração do objeto real feita pelo sujeito.

É com a idéia da abstração e do princípio da subjetividade (marco da modernidade) proposto por Hegel (PAULANI, 2005a) que a figura do indivíduo vem à tona. É em torno da figura do indivíduo, mais precisamente do individualismo

“É a partir da concepção do ‘homem econômico’ que a ciência da economia política é tida como autônoma, universal, portanto, de base positivista”

metodológico, que é pautada a concepção clássica da economia política (Smith, Ricardo e Mill) e, de forma mais radicalizada, também será o alicerce metodológico da teoria neoclássica.

Os clássicos, de forma mais explícita em Mill, consideram o indivíduo autônomo, soberano, independente e determinado pela natureza humana. Sendo o indivíduo, portanto, universal, abstrato e regido por motivações da própria natureza humana. É neste sentido, e influenciado pela doutrina utilitarista de Bentham¹, que Mill, no seu ensaio de 1836, constrói a figura do “homem econômico”. Segundo o mesmo autor, o indivíduo busca sempre a maior porção de riqueza, é da natureza humana agir por tal interesse. É a partir da concepção do “homem econômico” que a ciência da economia política é tida como autônoma, universal, portanto, de base positivista. Conforme destaca Paulani (2005a, p.51): “se o homem é um ser que é determinado, pela necessidade de sua natureza, a preferir uma maior porção de riqueza ao invés de menor em todos os casos, então a ciência econômica é de fato autônoma, os fenômenos que busca elucidar podem ser considerados como dependentes de uma única causa e, mais ainda, ela é uma ciência que se coloca acima dos fatores contingenciais representados pelos condicionantes históricos e culturais, o que indicaria a universalidade de seu método”.

¹ Bentham postula o “princípio da maior felicidade possível como objeto de toda legislação, sinalizando já a possibilidade de tornar princípio moral a utilidade e, por conseguinte, o interesse” (PAULANI, 2005a, p. 39). Ou seja, o mesmo reduz toda motivação humana ao desejo de maximizar a utilidade.

Do ponto de vista metodológico, tal concepção (da ciência econômica como sendo autônoma, universal e, portanto, abstrata, ancorada na figura do “homem econômico”) implica, de acordo com Paulani (2005a, p. 63), a ligação com o individualismo metodológico, “visto que é a partir do comportamento do homem como indivíduo necessariamente ávido por (mais) riqueza que todo o edifício da ciência deve ser construído”. Aqui, cabe ressaltar que Smith, influenciado pelos ideais liberais, aborda em “A Riqueza das Nações”, embora não de forma tão explícita como Mill, o papel da natureza do indivíduo na constituição de toda ciência econômica. Para Smith, o indivíduo é propenso a trocar e, procurando seu bem estar, seu interesse, de forma egoísta traria conseqüências positivas para a sociedade como um todo. Entretanto, de acordo com Paulani (2005a, p. 77), é Mill que, ao pôr o indivíduo como homem econômico no nível do discurso metateórico, abre as portas para sua efetiva posição também no nível do discurso teórico via revolução marginalista e, conseqüentemente, o domínio da teoria neoclássica.

O individualismo metodológico é um preceito metateórico atinente ao mundo dos fatos sociais e segundo o qual a explicação de um fenômeno social qualquer só pode ser considerada científica se, por intermédio dela, pudermos reduzir tal fenômeno às ações intencionais (particularmente ao grupo das concebidas como racionais) dos indivíduos e à forma como elas interagem (PAULANI, 2005a, p. 91).

A abordagem neoclássica despreza as classes econômicas, colocando em seu lugar agentes econômicos universais e radicalmente abstratos. A teoria neoclássica reduz todos os indivíduos a “átomos de comportamento idêntico e previsível” (PAULANI, 2005a, p. 123). Nesse sentido, os conceitos da referida teoria são constituídos de forma puramente abstrata, priorizando as características universais e gerais, sendo o indivíduo – agente econômico – sujeito pleno de suas ações, que são sempre racionalmente orientadas segundo seu interesse.

A teoria neoclássica articula todo arcabouço teórico a partir da visão preliminar que remete à racionalidade. No paradigma neoclássico o comportamento dos agentes é racional. A racionalidade substantiva confere ao indivíduo racional capacidade sem restrições para otimizar

“A teoria neoclássica coroa a noção positivista na ciência econômica ao retirar o conteúdo histórico e social dos conceitos econômicos”

e atingir seu objetivo. Assim, a racionalidade ilimitada remete à onisciência do indivíduo, já que o mesmo é capaz de escolher a melhor alternativa de acordo com seus objetivos (PRADO, 1994, 1996). Para Prado (1994, p.3), “a racionalidade neoclássica é iluminista (...) o indivíduo é encarado como proprietário de sua pessoa e dono de suas capacidades, nada devendo à sociedade por tê-las adquirido”.

Pode-se notar que na teoria dominante o individualismo metodológico e o conceito de racionalidade caminham juntos (consonância entre individualismo metodológico e racionalidade ilimitada), pois o estudo dos fenômenos sociais parte dos indivíduos (agentes econômicos) que agem intencionalmente e racionalmente de modo a maximizar o bem-estar.

Ao restringir o indivíduo a um agente econômico, a teoria neoclássica tira do seu indivíduo qualquer característica propriamente pessoal. É justamente aqui que Paulani (2005a) aborda a crítica de Hayek ao individualismo da teoria neoclássica. De acordo com Paulani (2005a), Hayek considera o individualismo metodológico da teoria neoclássica como falso e o chama de individualismo reducionista.

Os clássicos, ao formularem seus conceitos pautados no individualismo metodológico admitem, embora não de forma explícita, o coletivismo, visto que não negam a existência das classes econômicas (nos clássicos o conceito de classes era essencial para entender o funcionamento do sistema econômico) e seus conceitos são historicamente situados – advento do capitalismo. Já o individualismo metodológico presente na teoria

neoclássica (individualismo reducionista) é mais radical, pois não se trata mais de classes sociais que detêm fatores de produção, mas sim agentes econômicos (redução do indivíduo a agente econômico) que demandam e/ou ofertam seus fatores de produção em qualquer tempo, de modo a maximizar uma função objetiva.

A teoria neoclássica coroa a noção positivista na ciência econômica ao retirar o conteúdo histórico e social dos conceitos econômicos. Dessa forma, o campo econômico acaba sendo visto como autônomo e auto-suficiente. Ou seja, a economia política é substituída pela *economics* (economia pura).

Não obstante, para entender o método na abordagem heterodoxa, torna-se imperativo entender a natureza da crítica marxiana à economia política. Para tanto, é necessário considerar a influência hegeliana sobre Marx (Marx é um “seguidor” de Hegel – a dialética idealista de Hegel é transformada por Marx em uma dialética materialista), como também é necessário entender o rompimento de Marx com os hegelianos de esquerda (PAULANI, 2005b, p. 190).

Hegel rompe com o mundo kantiano ao reaproximar o sujeito do objeto. Para Kant, como visto, não era possível passar do pensar para o ser, visto que o sujeito só percebe o fenômeno e não o objeto em si – afastamento entre sujeito e objeto. Ou seja, a consciência não seria capaz de chegar ao objeto. Entretanto, Hegel considera a possibilidade do sujeito ser capaz de pôr determinações ao objeto – permite a passagem do pensar para o ser, mas nesta passagem seria necessária uma síntese. Daí a utilização do método dialético. A concepção dialética “atua” no campo das contradições, no campo das pressuposições, onde uma tese (determinada situação histórica) se antepõe a uma antítese (contida na própria tese), que gera uma síntese diversa das partes que a originaram. Nesse sentido, Hegel, diferentemente de Kant (que só admite contradição na consciência, na razão e não no objeto), admite contradições reais, objetivas.

No entanto, para Marx, a passagem da idéia para o objeto não ocorre livremente, de forma linear, pois o pensar é influenciado pelo próprio objeto – o objeto limita o sujeito, a razão. Na abordagem marxiana as idéias não

são desvinculadas do contexto social onde surgiram. Assim, Marx também adota o método dialético, mas, diferentemente do de Hegel (que estava do lado das idéias), o seu discurso dialético está do lado do objeto, da realidade material. Dessa forma, Marx adota a dialética materialista, no sentido de que o objeto limita e influencia a idéia. Ou seja, Marx assevera a primazia da realidade objetiva sobre o mundo das idéias (PAULANI, 2005b).

Para Marx, não é a consciência que transforma as relações materiais, mas o contrário: é através dos processos sociais materiais, notadamente do trabalho, que a consciência é formada. Vale dizer que nossas relações materiais se exprimem nas nossas idéias. Assim, embora o processo seja o mesmo: tese–antítese–síntese, em Hegel a idéia entra em contradição com as relações materiais e transforma as condições históricas para algo novo; em Marx as relações de produção entram em contradição com as idéias e apontam para algo novo (NOVELLI, 1998). Assim, ao contrário de Hegel, para Marx não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência e, em última instância, a própria história. Portanto, a história molda as necessidades humanas.

A perspectiva materialista de Marx está presente na ideologia alemã. É nela que Marx irá romper com os hegelianos de esquerda, que, a seu ver, continuaram concebendo a história como um processo de desenvolvimento da consciência² (PAULANI, 2005b). De acordo com Paulani (2005b), Feuerbach asseverava que a única forma do homem se desalienar (da idéia de Deus, da religião) seria se libertando dos produtos da sua própria consciência, substituindo-os pela verdadeira consciência humana, aceitando sua essência puramente material. Entretanto, Marx critica o materialismo dos hegelianos de esquerda, sobretudo o de Feuerbach, porque o mesmo não apresenta o objeto (a realidade) como produto do próprio fazer do sujeito, como produto de sua prática humana. A dialética em Marx está

² De acordo com Paulani (2005b, p. 9), uma das coisas que mais incomodava Marx com relação ao materialismo filosófico dos hegelianos de esquerda era seu caráter passivo, sua suposição implícita de que se transformaria a realidade mudando, apenas, o discurso sobre ela. Para Marx esse tipo de filosofia era fruto da atrasada Alemanha, que conferia às idéias uma densidade teórica que elas não possuíam no seu espaço de origem.

relacionada com uma teoria da práxis (prática). Para Marx, a humanidade é que produz a história.

Os seres humanos se diferenciam dos outros animais pela forma que asseguram sua existência, qual seja, pela produção apoiada no trabalho produtivo, na relação de produção. As forças produtivas, que envolvem o ser humano e impõem o instrumental da força de trabalho (o trabalho não é mais instintivo, mas sim força física colocada em ação – trabalho enquanto história), a interdependência dos indivíduos, imposta pela divisão do trabalho, e a consciência são fundamentais para a construção da história.

Assim, para Marx não há uma “essência humana”, mas sim um conjunto de relações sociais, de modo que a produção da consciência procede à vida material. É a vida material que produz a consciência. Para Marx a natureza humana não é só fisiológica, mas é ao mesmo tempo fundamentada em bases históricas, está relacionada às atividades produtivas, de forma que a natureza humana não é estanque. Dessa forma, na concepção materialista de Marx “a essência humana não é uma abstração inerente ao indivíduo singular (**oposição ao individualismo**)³, mas é o conjunto das relações sociais” (PAULANI, 2005b, p.5). Aqui cabe ressaltar que para Marx o indivíduo é fruto da sociedade moderna, do capitalismo – é com a igualdade jurídica, a disseminação da propriedade privada e com a divisão do trabalho que o homem passa a ser colocado como indivíduo.

Em Marx a fundamentação da atividade humana está pautada nos aspectos materiais e históricos, de modo que sua reflexão não nega que a consciência e o conhecimento refletem aquilo que a sociedade elabora em gerações passadas – para Marx a mudança necessita do prévio. Diante de tal perspectiva, o método utilizado por Marx para conceituar a economia é um método abstrato/concreto, onde “a realidade é um todo e as determinações recíprocas entre o todo e as partes constituem a essência do seu método dialético” (CORAZZA, 1996, p. 36).

O conhecimento é uma ação intelectual para produzir uma interpretação, no caso, da existência social. Com

“O conhecimento é uma ação intelectual para produzir uma interpretação, no caso, da existência social”

base em Germer (2000), o processo de conhecimento na economia em Marx é totalizante e realiza-se em duas fases. Primeiramente temos uma idéia do real. Este, é complexo, é uma totalidade. Não podemos entender este concreto real só via sensações, pois há distorções – não há como capturar a essência do real para ele ser interpretado, visto que a ação humana é de caráter social. Assim, o concreto real surge como aparência. Dessa forma, para entender o concreto real, deve agir mediante uma abstração⁴ – decompor a primeira totalidade, o concreto real (ponto de partida do processo de conhecimento e que designa o mundo material realmente existente), de modo a transformá-lo em partes. Na segunda fase as partes analisadas com a abstração serão recolocadas, reorganizadas de forma a produzir uma nova realidade, que seria o concreto pensado – a teoria, a explicação da essência.

O concreto pensado seria, portanto, uma reinterpretação do concreto real. Ou seja, o concreto pensado é o resultado do processo de conhecimento, onde as partes decompostas do concreto real se combinam através da reflexão, estabelecendo uma síntese, uma totalização das partes interligadas – síntese como resultado e não como ponto de partida. Marx defende que o ponto para a elaboração do conhecimento é o concreto pensado, aquele que ilustra a percepção da realidade imediata pelo uso direto dos sentidos. Esse concreto pensado não é o concreto real, pois este último representa a realidade material (totalidade, conjunto de abstrações),

³ Grifo do autor.

⁴ Para Marx, abstrair significa retirar da realidade perceptível (como instrução mental) uma parte ou aspecto específico que constitui um todo, ou seja, eliminar as características não essenciais de um conjunto de fenômenos, preservando a característica geral comum a todos eles.

pressuposto a qualquer pensamento, do ponto de vista do materialismo marxista. O concreto pensado é, portanto, uma categoria do pensamento, não uma categoria da realidade. Como tal, não pode encontrar correspondência direta na realidade empírica.

Com base no princípio da elaboração do conhecimento a partir da prática, defendido por Marx, segue-se que a evolução das idéias deve refletir as mudanças nas relações sociais nas quais o ser humano está inserido. Assim, a história das idéias é destituída de sentido se desligada da história da prática humana, uma vez que as idéias se condicionam às relações de produção presentes na sociedade. Aqui há uma contradição em relação ao individualismo, pois este postula precisamente que a explicação para a constituição da sociedade deve ser buscada nas motivações do indivíduo (que no capitalismo são as motivações capitalistas do indivíduo), interpretadas como motivações do ser humano em geral, independente do momento histórico no qual ele está inserido.

De forma geral, as abordagens heterodoxas, diferentemente da abordagem neoclássica, consideram em sua análise, assim com a abordagem marxiana – visto que aquelas em certa medida “bebem” do método utilizado nesta –, os aspectos históricos, culturais e sociais, sendo eles fundamentais para o entendimento do sistema econômico. Nesse sentido, a escola heterodoxa não admite o equilíbrio estático, visto que a economia é essencialmente dinâmica.

Possas (1987) faz uma discussão dos fundamentos teóricos de uma abordagem dinâmica da economia capitalista. Neste sentido, o autor aborda duas questões, segundo ele, essenciais para a construção de uma teoria dinâmica da economia: o paradigma do equilíbrio e a questão do tempo econômico.

No que tange ao princípio do equilíbrio, Possas (1987) dispensa qualquer referência a um equilíbrio, afirmando a “impossibilidade de conciliar dinâmica e equilíbrio como métodos de análise econômica” (POSSAS 1987, p.21). Ainda de acordo com o autor, a impossibilidade de utilizar o referencial de equilíbrio para análise da economia capitalista é uma necessidade imposta pela própria natureza do objeto de análise, qual seja, a própria

“[...] devido à própria natureza da economia capitalista, não é possível explicar devidamente a crise [...] se o instrumental metodológico utilizado para tal explicação estiver apoiado no princípio do equilíbrio [...]”

economia capitalista. O autor afirma que em uma economia capitalista as decisões dos agentes econômicos são autônomas e que seus efeitos são interdependentes no tempo. Assim, de acordo com Possas (1987, p. 22), “a abstração ou redução a priori a um plano secundário de qualquer destes elementos (...) constitui uma deformação inaceitável da natureza do objeto”. Ou seja, para Possas a economia capitalista inevitavelmente passa por transformações estruturais, resultado de perturbações endógenas derivadas do próprio sistema econômico, e por isso deve ser analisada a partir da instabilidade.

Dessa forma, ao rejeitar metodologicamente o instrumental analítico apoiado no princípio do equilíbrio para tratar da economia capitalista, que é dinâmica por natureza, Possas (1987), por conseguinte, também rejeita o paradigma do equilíbrio para explicar a crise, visto que a considera como uma das instâncias de uma teoria da dinâmica econômica capitalista.

Assim, pode-se explicar a crise financeira americana de acordo com a abordagem proposta por Possas (1987). O autor afirma que a crise, como uma forma de abordagem dinâmica da teoria capitalista, “diz respeito ou a um processo histórico que extrapola as dimensões econômicas, ou a um momento específico do próprio ciclo, que só tem explicada sua existência a partir deste, mas que tem uma lógica e contornos próprios” (POSSAS, 1987, p. 15).

Assim, devido à própria natureza da economia capitalista, não é possível explicar devidamente a crise – sendo ela

uma instância da teoria dinâmica da economia capitalista – se o instrumental metodológico utilizado para tal explicação estiver apoiado no princípio do equilíbrio, visto que a economia capitalista está apoiada em fatores históricos, nas relações sociais interdependentes e, portanto, sujeita a mudanças estruturais, sempre em transformação.

Dessa forma, Bueno (1997) propõe um critério de demarcação para caracterizar quaisquer teorias no escopo da economia política, qual seja, atribuição de um papel essencial à história em seus modelos, pois, de acordo com este critério, entende-se que a evolução histórica das sociedades transforma qualitativamente suas relações econômicas fundamentais, o que implica que a economia política focaliza sua atenção no processo de mudança estrutural, sustentando sua análise na presença da instabilidade estrutural. Tal critério corrobora o argumento da impossibilidade de explicação da crise via paradigma do equilíbrio, mesmo que o mesmo esteja em equilíbrio relativamente estável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se concluir de maneira sumária que o pressuposto teórico do equilíbrio, fruto da própria abordagem metodológica – individualismo metodológico –, mostra-se inconsistente ao restringir o comportamento dos agentes econômicos, as relações sociais e a história, além de não levar em conta elementos cruciais como o tempo e a incerteza. O paradigma do equilíbrio, predominantemente atemporal, é, portanto, inadequado para lidar com o processo de mudanças estruturais típicas de uma economia capitalista dinâmica, evidenciada nos dias de hoje por meio do que está acontecendo com o mercado financeiro de Wall Street.

REFERÊNCIAS

- BUENO, N. P. Um critério de demarcação para a abordagem da economia política. *Pesquisa & Debate*, São Paulo, v. 8, n. 1, 1997.
- CORAZZA, G. O todo e as partes: uma introdução ao método da economia política. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 26, n. esp., p. 35-50, 1996.
- DUMÉNIL, Gerard; LÉVY, Dominique. *The three dynamics of third volume of Marx's capital*. Paris, MODEM-CNRS; CEPRE-MAP-CNRS, 1999. Disponível em: <<http://www.jourdan.ens.fr/levy/>>. Acesso em: 22 ago. 2008.
- GERMER, C. M. *Contribuição ao entendimento do método da economia política, segundo Marx*. Curitiba: UFPR, 2000. Mimeo.
- MARX, K.; ENGELS, F. Feurbach: a oposição entre as concepções materialista e idealista In: *Os Pensadores*. São Paulo: Nova Cultural, 1987. V. 1. Cap. 1 de A ideologia alemã.
- NOVELLI, P. G. A. *O idealismo de Hegel e o materialismo de Marx: demarcações questionadas*. 1998. Tese (Doutorado) Faculdade de Educação, UNICAMP, Campinas, 1998.
- PAULANI, L. M. *Modernidade e discurso econômico*. São Paulo: Boitempo, 2005a.
- _____. A (anti)filosofia de Karl Marx. *Cadernos IHU Idéias*. Rio Grande do Sul, v. 3, n. 41, p.1679-2316, 2005b.
- POSSAS, Mário Luis. *Dinâmica da economia capitalista*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- _____. Marx e os fundamentos da dinâmica econômica capitalista. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 4, n. 3, p. 63-84, jul./set. 1984.
- PRADO, Eleutério F. A constelação pós-walrasiana. São Paulo, *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 14, n. 4, p. 110-117, out./dez. 1994.
- _____. O caráter monológico da racionalidade neoclássica. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 26, n. esp, 1996.



PIB da Bahia cresce no terceiro trimestre e deverá encerrar 2008 com **expansão de 4,8%**

Denis Veloso da Silva*
Gustavo Casseb Pessoti**

O Produto Interno Bruto do Estado da Bahia, no terceiro trimestre de 2008, em comparação ao mesmo período do ano anterior, apresentou uma expansão de 6,3%, segundo as estimativas realizadas pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). Foram fundamentais para tal resultado os desempenhos registrados no segmento industrial (7,6%) e, sobretudo, na agropecuária, que apresentou uma expansão de aproximadamente 7,1%, recuperando-se dos resultados insatisfatórios obtidos nos dois trimestres anteriores.

* Economista (UCSAL) e técnico da equipe de Contas Regionais da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI)

** Economista (UFBA), mestre em Análise Regional (Unifacs) e coordenador de Contas Regionais e Finanças Públicas da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI)

O setor de serviços também apresentou um bom desempenho nesse período, com taxa de crescimento de 5,3%, em comparação ao terceiro trimestre de 2007. No acumulado de 12 meses, isto é, entre outubro de 2007 e setembro de 2008, o PIB da Bahia registrou uma expansão de 5,5%. Como o quarto trimestre de 2007 representa uma base bastante expandida e levando-se em consideração que os efeitos da crise financeira mundial já devem começar a ser percebidos no último trimestre do ano – principalmente em dezembro, quando as indústrias automotiva, de borracha e plástico e de papel e celulose anunciaram férias coletivas para diminuir o nível dos estoques –, acredita-se que a economia baiana deverá encerrar o ano de 2008 com uma expansão média de cerca de 4,8% no indicador do PIB.

A taxa registrada para o estado no terceiro trimestre de 2008 merece especial destaque, pois evidencia que a economia baiana continua acompanhando o ritmo de crescimento econômico do Brasil. O PIB brasileiro, nesse mesmo corte analítico, registrou uma expansão de 6,8% em relação a igual período do ano de 2007. As informações setoriais do desempenho trimestral da Bahia, bem como a comparação Bahia/Brasil, podem ser observadas na Tabela 1 e no Gráfico 1.

As primeiras estimativas para o balanço do ano de 2008 indicam que, a despeito do bom desempenho do setor de serviços, os principais destaques ficarão por conta da agropecuária e do segmento industrial, por



Gráfico 1
PIB trimestral – Bahia* – 2007-2008¹

Fonte: SEI

* Dados sujeitos a retificação

¹ Variação trimestral em relação ao trimestre anterior

Tabela 1
PIB 3º trimestre* – Bahia e Brasil – 2008¹

Atividades	2008/3º trimestre	
	Bahia	Brasil
Agropecuária	7,1	6,4
Indústria	7,6	7,1
Serviços	5,3	5,9
Valor Adicionado básico	6,1	6,3
Imposto sobre o produto	6,9	10,1
PIB a preço de mercado	6,3	6,8

Fonte: SEI/IBGE

*Dados sujeitos a retificação

¹ Variação em relação ao trimestre do ano anterior

razões bastante similares. A agropecuária por apresentar durante dois anos consecutivos incremento superior a 5% na atividade, devendo encerrar 2008 com uma expansão de aproximadamente 5,5% e bater o recorde na produção de grãos, com aproximadamente 6,4 milhões de toneladas. O segmento industrial, por sua vez, deverá configurar-se, também, como grande destaque da economia, sobretudo pelos resultados da indústria de transformação e da construção civil – cerca de 4,5% e 8%, respectivamente. Destaca-se que o segmento industrial continua sendo alvo de maciços investimentos pelo governo estadual a partir de sua política induzida de atração de investimentos industriais, que segundo os dados da Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração do Estado implementou R\$ 3,6 bilhões em novos investimentos ao longo do período 2007-2008 (BAHIA, 2008). Com o novo programa de atração de investimentos industriais, Pronaval – estimulando o segmento da indústria naval na região do recôncavo baiano –, acredita-se que em 2009, a despeito do cenário de crise mundial, a indústria baiana ainda seguirá sua tendência de expansão.

A Tabela 2 mostra o balanço do ano de 2008 com base nas primeiras estimativas realizadas pela equipe de Contas Regionais da SEI.

A agropecuária apresentou no terceiro trimestre de 2008 uma expansão de 7,1%, comparativamente ao mesmo período do ano anterior. Esse comportamento

está relacionado ao bom desempenho das safras de um conjunto de produtos colhidos no terceiro trimestre/08, diferentemente daqueles produtos que foram colhidos nos dois trimestres imediatamente anteriores, quando comparados ao mesmo período do ano anterior.

O desempenho da agropecuária baiana no terceiro trimestre de 2008 é corroborado pelas informações contidas no Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) do IBGE, que evidencia resultados positivos para praticamente todas as lavouras da Bahia, excetuando-se as de mandioca, cana-de-açúcar e cacau, que apresentaram leves retrações na produção em 2008, conforme a Tabela 3. Cabe ressaltar que essa mesma pesquisa revela um aumento de 16% na produção de grãos, devendo ser a mesma superior a 6,3 milhões de toneladas, estabelecendo recorde na safra da Bahia. A soja, devidamente recuperada das perdas do ano de 2006, apresentou uma expansão de aproximadamente 20%, com uma safra estimada em 2,7 milhões de toneladas. A SEI estima que a agricultura encerre o ano de 2008 com uma crescimento na produção de aproximadamente 7%.

No segmento industrial, merece destaque o resultado alcançado pela indústria de transformação (7,6%), e pela construção civil, que há 11 trimestres consecutivos apresenta expansão na produção. No terceiro trimestre de 2008, em comparação com igual período anterior, a atividade expandiu-se em 8,9%. A indústria extrativa mineral, embora em menor intensidade, também voltou a apresentar resultado positivo no terceiro trimestre de 2008. O avanço desta última atividade atingiu 2%, como reflexo do aumento na extração de minérios de cobre e gás natural, tendo este último crescido, aproximadamente, 30% em relação ao mesmo período do ano anterior. A queda de 2% na extração de petróleo foi o fato que impediu um melhor desempenho para esta atividade, dada a representatividade que a mesma exerce no total da atividade de extração mineral no estado da Bahia.

No setor da indústria de transformação, segundo as informações do relatório da Pesquisa Industrial Mensal do IBGE, observa-se que o mesmo vem sustentando resultados positivos há cinco trimestres consecutivos, nas comparações contra igual período do ano anterior. No terceiro trimestre de 2008, a indústria de

Tabela 2
Estimativa de crescimento dos principais setores do PIB
Bahia – 2008

Atividades	1ª estimativa de crescimento para 2008	%
Agropecuária	5,5	
Agricultura	7,0	
Indústria	5,2	
Ind. transformação	3,7	
Construção civil	8,0	
Serviços	4,3	
Comércio	7,0	
PIB	4,8	

Fonte: SEI/Coordenação de Contas Regionais

Tabela 3
Estimativas de produção física, áreas plantada e colhida e rendimento dos principais produtos agrícolas
Bahia – 2007/2008

Produtos/ safras	Produção física (t)			Área plantada (ha)			Área colhida (ha)			Rendimento (kg/ha)		
	2007 ¹	2008 ²	Var. (%)	2007 ¹	2008 ²	Var. (%)	2007 ¹	2008 ²	Var. (%)	2007	2008	Var. (%)
Mandioca	4.665.855	4.609.098	-1,22	390.529	388.606	-0,49	352.889	350.642	-0,64	13.222	13.145	-0,58
Cana-de-açúcar	6.179.203	6.154.815	-0,39	108.389	118.211	9,06	106.352	108.753	2,26	58.101	56.594	-2,59
Cacau	136.718	133.943	-2,03	574.002	559.884	-2,46	560.905	515.172	-8,15	244	260	6,67
Café	151.607	167.496	10,48	162.730	160.950	-1,09	149.926	154.716	3,19	1.011	1.083	7,06
Grãos	5.464.038	6.380.525	16,77	2.676.862	2.707.019	1,13	2.486.556	2.540.626	2,17	2.197	2.511	14,29
Algodão	1.125.240	1.194.402	6,15	301.928	315.380	4,46	301.928	315.380	4,46	3.727	3.787	1,62
Feijão	319.402	348.817	9,21	634.136	595.460	-6,10	539.447	513.680	-4,78	504	679	34,82
Milho	1.635.849	1.985.868	21,40	843.328	825.938	-2,06	747.711	741.495	-0,83	1.940	2.678	38,07
Soja	2.298.000	2.747.634	19,57	851.000	905.018	6,35	851.000	905.018	6,35	2.700	3.036	12,43
Sorgo	85.547	103.804	21,34	46.470	65.223	40,36	46.470	65.053	39,99	1.841	1.596	-13,32
Total	-	-	-	3.912.512	3.934.670	0,57	3.656.628	3.669.909	0,36	-	-	-

Fonte: IBGE - LSPA/GCEA

Elaboração: CAC - SEI

¹ LSPA/IBGE safra 2007.

² LSPA/IBGE setembro 2008

³ Rendimento = produção física/área colhida.

transformação da Bahia avançou 7,5%, taxa superior à assinalada no segundo (6,4%) e no primeiro trimestre (5,0%). Este ganho de dinamismo, na passagem do segundo para o terceiro trimestre, foi explicado, em grande parte, pelo ganho de ritmo em algumas atividades, com destaque para o segmento de produtos químicos, que passou de uma retração de 4,3% no segundo trimestre para uma expansão de 3,7% no terceiro trimestre; e celulose e papel, que acelerou o ritmo de crescimento (de 38,0% para 53,6%).

Ainda nessa comparação trimestral, é importante destacar, também, o desempenho da indústria de borracha e plástico, em função dos pesados investimentos realizados principalmente no segmento de pneumáticos. Diariamente, a indústria baiana de pneumáticos produz cerca de 36 mil unidades. No terceiro trimestre de 2008, em relação a igual período do ano anterior, a indústria de borracha e plásticos obteve um incremento de 22%. Este é um dos segmentos que deverá apresentar alguma retração no último trimestre de 2008, uma vez que 50% da produção interna são destinadas para o exterior, que, em função da crise mundial e da recessão econômica nos principais países da Europa e nos Estados Unidos, tem diminuído suas encomendas às fábricas localizadas na Bahia (ALCÂNTARA, 2008).

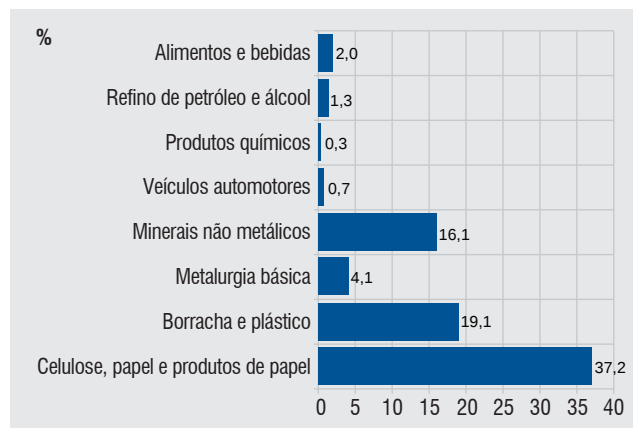


Gráfico 2
Crescimento da indústria de transformação segundo subsetores de atividades
Bahia – jan-set 2008-jan-set 2007

Fonte: PIM-PF/IBGE

Em outubro de 2008, já se percebeu um impacto da crise financeira internacional no resultado global da indústria baiana, que se retraiu 0,6% em relação ao mesmo período do ano anterior. O setor petroquímico foi o mais duramente atingido, com expressiva retração de 12,2%. Assim, há uma forte expectativa de que o impacto da crise financeira mundial já seja percebido pela indústria baiana no quarto trimestre de 2008. Os piores

desempenhos deverão ficar por conta das indústrias de papel e celulose, química e automobilística, esta última já em férias coletivas desde 25 de novembro. Ainda assim, o resultado estimado pela equipe de contas regionais da SEI indica que a indústria de transformação deverá apresentar uma taxa de crescimento de aproximadamente 3,7% no acumulado do ano.

Reflexo imediato da finalização das obras do metrô de Salvador, bem como do chamado boom imobiliário – que tem expandido, em média, 40% ao ano a oferta de imóveis –, a construção civil, segmento que absorve uma elevada quantidade de mão-de-obra, voltou a apresentar expansão na atividade, com crescimento de 8,9% no terceiro trimestre de 2008, em relação ao mesmo período de 2007. As expectativas para o resultado do ano são de manutenção desse desempenho, em que pese alguns reflexos da crise financeira mundial comecem a ser sentidos nesse segmento, especialmente no último trimestre do ano. A SEI estima que o resultado global da atividade da construção civil possa atingir 8% em 2008.

Segundo os dados do Cadastro Geral de Emprego e Desemprego (Caged), a construção civil, somente no período entre janeiro e setembro de 2008, criou, na Bahia, aproximadamente 12 mil empregos com carteira assinada, sendo o segundo setor mais importante em geração de empregos, conforme evidencia a Tabela 4.

No bojo dessa análise, merece especial destaque o setor do comércio, que, conforme os dados da Tabela 4, gerou aproximadamente 8.823 novos postos de trabalho no período compreendido entre janeiro e setembro de 2008. Corroborando esse resultado, há de se mencionar o bom desempenho das suas vendas, que, na Bahia, há 58 meses consecutivos apresentam incrementos reais na atividade. No terceiro trimestre do ano de 2008, em relação ao igual período do ano anterior, o comércio baiano apresentou uma expansão de 7,3%, acumulando, no período compreendido entre outubro de 2007 e setembro de 2008, um incremento de 9% nas vendas reais.

De janeiro a setembro de 2008, os setores mais ligados ao crediário apresentaram as mais significativas expansões na atividade. Por isso o clima de cautela deve imperar

no quarto trimestre, quando o crescimento da atividade poderá ser mais lento diante de uma possível escassez de crédito.

Entre janeiro e setembro de 2008, o segmento de móveis e eletrodomésticos apresentou uma expansão acumulada de 21,2%. Impulsionados pelas facilidades de acesso ao crédito, pelas reduções de preços, principalmente dos eletroeletrônicos, e pela elasticidade dos prazos de pagamento, o segmento vem, há três anos, apresentando sucessivos desempenhos positivos.

Outro segmento importante a apresentar expansão foi o de venda de veículos, motos e acessórios, que

Tabela 4
Emprego formal por setor de atividade econômica
Bahia – set 2008/jan-set 2008

Atividade econômica	Total de admitidos	Total de desligados	Saldo (adm.-deslig.)	Var. % no estoque
Setembro de 2008				
Total	54.895	49.582	5.313	0,41
Extrativa mineral	397	179	218	1,82
Indústria de transformação	7.167	6.251	916	0,49
Serviços ind. e de util. pública	181	304	-123	-0,76
Construção civil	8.418	7.679	739	0,69
Comércio	11.843	9.465	2.378	0,80
Serviços	19.463	15.368	4.095	0,77
Administração pública	278	115	163	0,57
Agropecuária	7.148	10.221	-3.073	-2,78
Janeiro a setembro de 2008				
Total	473.321	410.375	62.946	5,18
Extrativa mineral	2.011	1.449	562	4,87
Indústria de transformação	61.081	50.506	10.575	6,04
Serviços ind. e de util. pública	1.993	1.692	301	1,91
Construção civil	76.709	64.871	11.838	12,87
Comércio	95.538	86.715	8.823	3,06
Serviços	158.492	139.507	18.985	3,73
Administração pública	1.975	1.238	737	2,63
Agropecuária	75.522	64.397	11.125	11,85

Fonte: MTE - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) - Lei 4.923/65.

Nota: A variação no estoque de empregos é obtida mediante a divisão da variação absoluta sobre o estoque do primeiro dia do mês. No acumulado do ano, a variação é medida para o conjunto de meses, comparando o estoque no início do período com o estoque final. Mostra o desempenho do emprego em termos percentuais.

nesse mesmo corte temporal expandiu 17,8%. Salienta-se que no ramo de bens duráveis, cerca de 75% das transações comerciais são financiadas. Foram fatores preponderantes para impulsionar os negócios do ramo: o aumento do emprego na economia baiana, a expansão do crédito e as constantes promoções. Vale ressaltar que muitos consumidores, ao assumirem um financiamento, levam em consideração um valor de prestação que seja compatível com seus orçamentos e a elasticidade dos prazos, de maneira que os valores a serem pagos não os impossibilitem de assumir novos compromissos.

Tabela 5
Desempenho do comércio varejista segundo grupos de atividades – Bahia – jan-set 2008

Atividades	Acumulado no ano de 2008 ¹	
	Valor nominal de vendas	Volume de vendas ²
Comércio varejista*	13,0	8,1
1 - Combustíveis e lubrificantes	11,3	10,6
2 - Hipermercados, supermercados, prods. aliment., bebidas e fumo	12,9	0,3
2.1 - Hipermercado e supermercado	11,5	-0,2
3 - Tecidos, vestuário e calçados	6,2	2,0
4 - Móveis e eletrodomésticos	15,0	21,2
5 - Art. farm. med. ort. e de perfum.	13,5	12,7
6 - Equip. mat. p/ esc.inf. comunicação	1,7	16,9
7 - Livros, jornais, rev. e papelaria	23,3	24,0
8 - Outros art.de uso pess. e domest.	27,3	23,8
9 - Veículos e motos, partes e peças	22,1	17,8
10 - Material de construção	20,8	14,9

Fonte: IBGE/PMC

* O Indicador do comércio varejista é composto pelos resultados das ativ. numeradas de 1 a 8.

¹ Compara a variação acumulada do período de referência com igual período do ano anterior.

² Resulta do deflacionamento dos valores nominais de vendas por índices de preços específicos para cada grupo de atividade.

O resultado do comércio exterior também merece destaque nessa análise do desempenho econômico da Bahia em 2008. Principalmente se analisarmos que a despeito de toda a crise financeira mundial, que tem provocado turbulências no cenário internacional, o estado da Bahia, no período janeiro/outubro, já superou o valor exportado ao longo de todo o ano de 2007. No período

de dez meses do ano de 2008, já foram contabilizados, segundo os dados do Promo Bahia, cerca de US\$ 7,6 bilhões, contra US\$ 7,4 bilhões nos 12 meses de 2007 (COMÉRCIO EXTERIOR DA BAHIA, 2008, p.1).

Até o mês de outubro, observa-se crescimento de 28,6% no valor total das exportações. Se observarmos apenas o mês de outubro, na comparação com o mesmo mês em 2007, tem-se crescimento de 6,7%, enquanto na comparação com o mês de setembro houve queda de 10,8%. Ainda neste período, a maior variação negativa foi observada nas exportações de produtos manufaturados (16,3%), enquanto os produtos básicos registraram decréscimo de 1,2%. A redução nas exportações entre setembro e outubro de 2008 pode ser um indicador da contaminação das exportações baianas pela crise mundial, bem como pelo desaquecimento da demanda nos Estados Unidos e Europa.

Apesar disso, segundo as informações do relatório de análise do comércio exterior realizado pelo Promo, as exportações nos últimos meses de 2008 não devem arrefecer, a despeito da crise mundial, pois a maioria das *commodities* embarcadas até o final do ano pela Bahia já estão, em sua maioria, "seladas por contratos já fechados no período de alta das cotações". Segundo o referido relatório, possíveis impactos na balança comercial da Bahia poderão ser percebidos somente no início do ano de 2009.

Os prováveis reflexos da queda nas cotações das *commodities*, assim como uma desaceleração nos pedidos, só terão efeito na balança comercial baiana no início de 2009, caso o cenário atual de escassez de crédito e volatilidade do dólar seja mantido, assim como um encolhimento nas vendas, resultado de um desaquecimento da economia mundial. [...] O efeito sobre as *commodities* é mais rápido, já que são o primeiro elo da cadeia e, diante da perspectiva de retração da economia, são os primeiros produtos a terem a demanda reduzida (COMÉRCIO EXTERIOR DA BAHIA, 2008, p.2).

A Tabela 6 evidencia o desempenho das principais exportações baianas realizadas em 2008. Percebe-se que o volume de exportações de papel e celulose foi tão grande,

Tabela 6
Exportações principais segmentos
Bahia – jan/set – 2007/2008

Segmentos	Valores (US\$ 1.000 FOB)		Var. %	Part. %
	2007	2008		
Petróleo e derivados	626.177	1.223.022	95,3	17,8
Químicos e petroquímicos	1.188.833	1.110.901	-6,6	16,1
Papel e celulose	604.177	1.104.927	82,9	16,0
Metalúrgicos	791.542	1.006.332	27,1	14,6
Soja e derivados	296.432	595.214	100,8	8,6
Automotivo	556.183	519.000	-6,7	7,5
Minerais	174.344	208.634	19,7	3,0
Cacau e derivados	167.308	195.402	16,8	2,8
Borracha e suas obras	161.302	183.065	13,5	2,7
Café e especiarias	80.585	91.058	13,0	1,3
Algodão e seus subprodutos	84.716	84.082	-0,7	1,2
Couros e peles	78.585	80.999	3,1	1,2
Sisal e derivados	67.522	69.718	3,3	1,0
Calçados e suas partes	60.384	71.814	18,9	1,0
Frutas e suas preparações	65.318	69.486	6,4	1,0
Maq., apars. e mat. elétricos	56.314	63.342	12,5	0,9
Móveis e semelhantes	47.097	35.199	-25,3	0,5
Fumo e derivados	14.270	17.264	21,0	0,3
Pesca e aquicultura	5.050	6.301	24,8	0,1
Demais segmentos	109.329	148.751	36,1	2,2
Total	5.235.468	6.884.511	31,50	100,00

Fonte: MDIC/SECEX, Dados Coletados em 10/10/2008

Elaboração: PROMO - Centro Internacional de Negócios da Bahia

principalmente no período janeiro/setembro, quando esta *commoditie* apresentava demanda internacional aquecida e preço elevado, que fez do segmento o segundo mais importante na pauta de exportações do estado. No acumulado de dez meses, a celulose desbancou os poderosos setores de produtos químicos e petroquímicos, assim como as vendas de veículos, um dos segmentos mais afetados pela crise internacional. Registre-se que o segmento automotivo foi uma dos poucos que apresentou queda no valor exportado, em comparação ao período janeiro/outubro de 2007.

Para finalizar esse breve balanço de conjuntura econômica em 2008, cumpre explicitar o desempenho do setor de serviços, que também apresentou um bom resultado

em suas principais atividades, devendo encerrar o ano como uma expansão de aproximadamente 4,6%. Como demonstrado anteriormente pelos dados do Caged, que medem apenas o emprego formal, o setor de serviços foi o que mais empregos criou no período compreendido entre janeiro e setembro de 2008.

Estima-se que em 2008 diversas atividades ligadas ao setor de serviços apresentem expansão no nível da atividade, entre elas os setores ligados ao turismo, que deverão se favorecer pelo aumento do dólar, que desestimula as viagens para o exterior. O setor de alojamento e alimentação é outro segmento para o qual se prevê uma expansão em torno de 5%, como reflexo imediato do incremento turístico esperado. A análise do setor de transporte aéreo, atrelado ao turismo, corrobora com os resultados estimados. Entre janeiro e setembro de 2009, o fluxo de passageiros desembarcados na Bahia aumentou cerca de 14%.

Além disso, em função da diminuição do desemprego na Região Metropolitana de Salvador, que segundo a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) caiu 5,1% na comparação com o ano de 2007, as expectativas de que os demais serviços venham a apresentar resultados satisfatórios é bastante grande. O nível de ocupações no setor de serviços cresceu 3,2% em 2008.

Revela a mesma pesquisa que em relação ao período janeiro/setembro de 2007, em 2008 houve crescimento do rendimento real médio tanto da população ocupada (12,4%) quanto da assalariada (11,1%). No mesmo período houve expressiva elevação da massa de salários dos ocupados (aproximadamente 17%), já descontando a inflação acumulada no período de nove meses.

Assim, a despeito da crise econômica financeira internacional e do arrefecimento das principais economias da Europa, Japão e Estados Unidos, países que mantêm relações comerciais com a Bahia, a economia baiana novamente apresentará uma taxa de incremento do PIB, seguindo a tendência da economia brasileira. O patamar estimado pela equipe da SEI se configura como o mais alto desde 2004. A soma de todas as riquezas produzidas na Bahia certamente será superior a R\$ 110 bilhões.

REFERÊNCIAS

ACOMPANHAMENTO CONJUNTURAL. Salvador: FIEB, 15 set. 2008. Disponível em: <<http://www.fieb.org.br>>. Acesso em: 1 dez. 2008.

ALCÂNTARA, Débora. Fábricas de pneus anunciam férias coletivas no Estado. *A Tarde*, 19 nov. 2008.

BAHIA. Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração. Investimentos industriais da Bahia no período 2007-2008. [Salvador]: SICM, [2008]. Disponível em: <<http://www.sicm.ba.gov.br>>. Acesso em: 1 dez. 2008.

BOLETIM DO CAGED. Salvador: SEI, [2008]. Disponível em: <www.sei.ba.gov.br>. Acesso em: 20 out. 2008.

COMÉRCIO EXTERIOR DA BAHIA: informativo do comércio exterior. Salvador: PROMO-BA, [2008]. Disponível em: <<http://www.promobahia.com.br>>. Acesso em: 20 nov. 2008.

LEVANTAMENTO SISTEMÁTICO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA. Rio de Janeiro: IBGE, [2008]. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 28 nov. 2008.

PESQUISA DE EMPREGO E DESEMPREGO (PED). Salvador: SEI, [2008]. Disponível em: <<http://www.sei.ba.gov.br>>. Acesso em: 1 dez. 2008.

PESQUISA INDUSTRIAL MENSAL PRODUÇÃO FÍSICA – REGIONAL. Rio de Janeiro: IBGE, [2008]. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 28 nov. 2008.

PESQUISA MENSAL DO COMÉRCIO. Rio de Janeiro: IBGE, [2008]. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 28 nov. 2008.

PIB TRIMESTRAL DO BRASIL. Rio de Janeiro: IBGE, [2008]. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 9 dez. 2008.

PNAD 2007: principais características socioeconômicas da Bahia

Equipes da Copes e Copesp*



* Daniela Franco Cerqueira, Ivana Tavares Muricy, Laumar Neves de Souza, Lucas Marinho Lima, Luis André de Aguiar Alves, Marcelo Santana, Maria Margarete de C. A. Perazzo e Patricia Chame Dias.

Tabela 1
População residente, por situação de domicílio e taxa de urbanização
Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas do Nordeste – 2007

Brasil, Nordeste e Unidades da Federação	População residente, por situação do domicílio e sexo (1.000 pessoas)			Taxa de urbanização
	Total	Urbana	Rural	
Brasil	189.820	158.453	31.368	83,5
Nordeste	52.305	37.535	14.770	71,7
Maranhão	6.280	4.250	2.030	67,7
Piauí	3.071	1.908	1.162	62,1
Ceará	8.358	6.388	1.970	76,4
Região Metropolitana de Fortaleza	3.493	3.388	105	97,0
Rio Grande do Norte	3.092	2.247	845	72,7
Paraíba	3.655	2.864	791	78,4
Pernambuco	8.608	6.522	2.086	75,8
Região Metropolitana de Recife	3.702	3.614	88	97,6
Alagoas	3.092	2.124	968	68,7
Sergipe	2.040	1.667	372	81,7
Bahia	14.109	9.564	4.545	67,8
Região Metropolitana de Salvador	3.475	3.419	56	98,1

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios/2008

DINÂMICA DEMOGRÁFICA

Os resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) de 2007 confirmam a Bahia como o quarto maior contingente demográfico entre os estados brasileiros, com uma população de aproximadamente 14,1 milhões de habitantes – inferior apenas a dos estados de São Paulo (41,7 milhões), Minas Gerais (19,7 milhões) e Rio de Janeiro (15,7 milhões). O estado manteve sua liderança em termos populacionais na região Nordeste, concentrando 27% dos residentes regionais – percentual este praticamente igual ao registrado em 2006. Entre 2006 e 2007, o incremento absoluto da população estadual foi de 135.000 pessoas, ao passo que o da região nordestina correspondeu a 592.000 pessoas.

A Região Metropolitana de Salvador (RMS) reuniu, neste mesmo período, cerca de 3,4 milhões de habitantes, o que implicou uma pequena ampliação de sua participação no conjunto da população estadual, passando de um patamar de 24,4%, em 2006, para 24,6% em 2007. No entanto, este percentual ainda é inferior ao apresentado pelas demais regiões metropolitanas do País, cujos valores variaram entre 25,68% (Região Metropolitana de Belo Horizonte) e 75,0% (Região Metropolitana do Rio de Janeiro). Assim, a RMS permanece entre as quatro regiões metropolitanas do Brasil de menor porte demográfico, perdendo, inclusive, para a de Recife, também localizada na região Nordeste.

O processo de urbanização do estado também se intensificou, entre 2006 e 2007, com o aumento, em termos absolutos, da população residente nas áreas urbanas e uma diminuição do volume da população rural. Com uma população urbana de cerca

de 9,5 milhões, em 2007, a taxa de urbanização passou de 67,4% em 2006, para 67,8 % em 2007. Patamar este inferior a média brasileira (83,5 %) e nordestina (71,76%), e que coloca o estado entre os menos urbanizados do País, perdendo apenas para Piauí (62,1%), Maranhão (67,7%) e Alagoas (68,7).

Esse menor nível de urbanização do estado da Bahia em comparação ao conjunto do País é uma consequência direta do elevado porte demográfico de sua população rural, que mesmo com a redução de aproximadamente 10 mil pessoas para cada entre 2006 e 2007, ainda corresponde ao maior contingente rural entre os estados brasileiros. Em 2007, esta população somava aproximadamente 4,5 milhões de habitantes, o que equivalia a cerca de 14,5% dos residentes nas áreas rurais brasileiras.

Como acontece no cenário nacional, a população feminina da Bahia permanece maior do que a masculina. Em 2007, eram cerca de 7,1 milhões de mulheres e 6,9 milhões de homens, o que equivalia a uma razão de sexo de 97,6% (ou seja, 97,6 homens para cada 100 mulheres). Comparando com os resultados de 2006, verifica-se que houve uma pequena redução na participação masculina, uma vez que a razão de sexo deste ano correspondeu a 97,9% (97,9 homens para cada 100 mulheres). Esta tendência também foi observada para o conjunto do País, cujo diferencial entre os contingentes masculinos e femininos, em 2007, era ainda mais elevado do que o registrado na Bahia neste mesmo período: 95 homens para cada 100 mulheres. Neste ano, apenas os estados do Acre, Amazonas, Roraima e Mato Grosso apresentaram uma maior participação masculina no conjunto de suas populações.

De uma maneira geral, as áreas urbanas brasileiras possuem uma razão de sexo menos elevada, indicativa da maior presença feminina. Na Bahia, este indicador para a população urbana correspondia, em 2007, a 97,6 homens para cada 100 mulheres. Na Região Metropolitana de Salvador (caracterizada por intenso grau de urbanização) o desequilíbrio entre os contingentes femininos e masculinos era ainda mais elevado, com 90,7 homens para cada 100 mulheres – razão de sexo que correspondia a uma das menores entre as regiões metropolitanas do País, perdendo apenas para a do Rio

de Janeiro (88,5 homens para cada 100 mulheres). Entre a população rural do estado da Bahia, a situação se inverte com uma predominância masculina: 110 homens para cada 100 mulheres.

O fenômeno da sobremortalidade masculina, bastante conhecido pelos demógrafos, consiste numa das principais causas da predominância feminina no conjunto das populações. Nas áreas urbanas (sobretudo nas grandes cidades), este fenômeno tem se intensificado, nas últimas décadas, com o aumento das mortes provocadas pela violência urbana, que atinge sobretudo os jovens do sexo masculino¹. Os movimentos migratórios desempenham um papel complementar a esses fenômenos, contribuindo para intensificar, amenizar ou mesmo reverter a predominância feminina.

Assim, observa-se que as áreas rurais de todos os estados nordestinos apresentavam, em 2007, razões de sexo elevadas, todas indicativas da maior participação masculina no conjunto da população, em consequência da maior presença feminina nos fluxos de emigração originados dessas áreas. É o que alguns autores, a exemplo de Abramovay, Camarano e Pinto (1997), vêm chamando de tendência de "masculinização" da população rural brasileira. Os desdobramentos da migração também são os principais responsáveis pelas diferenças nas razões de sexo por faixas etárias dentro de uma mesma população, com exceção das faixas etárias correspondentes aos idosos (65 ou mais anos de idade). Nesta população, os deslocamentos demográficos são poucos significativos e os desequilíbrios na proporção entre homens e mulheres decorrem, basicamente, da maior intensidade da mortalidade masculina.

O crescimento global da população do estado, nesses primeiros anos da década de 2000, se manteve num patamar bastante próximo ao registrado na década passada: 1,12% ao ano entre 2000-2007 e 1,08% ao ano entre 1991-2002. Assim como se verificou entre 2006 e 2007, o ritmo de crescimento foi mais elevado na área urbana (1,49%) do que na rural (0,84%). Destaca-se

¹ É possível perceber os reflexos desse fenômeno nas pirâmides etárias das grandes cidades, a exemplo de São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador, com as reentrâncias nas faixas representativas dos jovens do sexo masculino.

Tabela 2
Razão de sexo por situação de domicílio, segundo as unidades da Federação
Regiões Metropolitanas do Nordeste – 2007

Brasil, Nordeste e Unidades da Federação	Razão de sexo		
	Total	Urbana	Rural
Brasil	95,3	92,6	110,0
Nordeste	95,4	90,5	109,0
Maranhão	96,3	88,9	113,9
Piauí	95,0	87,7	108,0
Ceará	94,2	89,9	109,3
Região Metropolitana de Fortaleza	89,1	88,8	101,9
Rio Grande do Norte	98,5	94,0	112,2
Paraíba	93,7	90,5	105,0
Pernambuco	93,6	90,2	104,8
Região Metropolitana de Recife	87,8	87,3	107,1
Alagoas	94,8	90,6	104,2
Sergipe	91,0	97,7	107,8
Bahia	97,6	92,0	110,3
Região Metropolitana de Salvador	90,7	90,3	115,3

Fonte: IBGE. Síntese de Indicadores Sociais, 2008

que estes patamares de crescimento correspondem a cerca da metade daqueles registrados nos períodos de 1980-1991 (2,09% ao ano) e 1970-1980 (2,35% ao ano) (MURICY, 2003, p. 15).

Essa drástica redução do crescimento populacional reflete, em grande medida, as mudanças de longa duração ocorridas nos componentes endógenos da

reprodução demográfica: fecundidade (número médio de filhos que uma mulher teria ao final do seu período fértil) e mortalidade, que juntos determinam o crescimento vegetativo de uma população. Os mecanismos exógenos da reprodução, representados pelos movimentos migratórios, que tradicionalmente exerceram forte impacto no crescimento demográfico do estado, desempenharam um papel secundário no contexto dessas transformações ainda em curso nos anos 2000.

As estimativas apresentadas pela Síntese dos Indicadores Sociais (IBGE, 2008) com base na PNAD apontam para 2007 uma fecundidade na Bahia da ordem de 1,9 filhos por mulher, patamar abaixo do nível de reposição da população. Este nível de fecundidade calculado para o estado ficou próximo ao estimado, em 2007, para o conjunto do País (1,95 filhos por mulher) e das regiões Sul (1,78 filhos por mulher), Sudeste (1,62 filhos por mulher) e Centro-Oeste (2,01 filhos por mulher), assim como para todos os estados que compõem essas regiões. Para a região Nordeste, a taxa estimada foi de 2,29 filhos, sendo que metade dos estados apresentou níveis de fecundidade inferior a este patamar, enquanto a outra metade registrou níveis mais elevados.

A redução da mortalidade ocorrida, nas últimas décadas, em todos os âmbitos sócio-espaciais do País (com diferenças de intensidade, velocidade e forma) pode ser melhor captada mediante a análise do indicador de

Tabela 3
Taxas de fecundidade e de mortalidade infantil e esperança de vida ao nascer
Brasil, região Nordeste e estados nordestinos – 2007

Brasil / Nordeste / UF	Taxa de fecundidade total	Taxa de mortalidade infantil (‰)	Esperança de vida ao nascer		
			Total	Homens	Mulheres
Brasil	1,95	24,32	72,7	69,0	76,5
Nordeste	2,29	35,60	69,7	66,2	73,4
Maranhão	2,58	39,20	67,6	63,8	71,7
Piauí	2,19	28,20	68,9	66,0	72,1
Ceará	2,08	29,70	70,3	66,0	72,1
Rio Grande do Norte	2,38	34,80	70,4	66,7	74,4
Paraíba	2,18	38,0	69,0	65,6	72,6
Pernambuco	2,30	38,40	68,3	64,9	71,9
Alagoas	2,22	50,00	66,8	62,9	70,9
Sergipe	2,08	33,80	70,9	67,9	74,4
Bahia	1,90	33,40	72,0	68,8	75,4

Fonte: IBGE. Síntese de Indicadores Sociais, 2008.

esperança de vida ao nascer. Em 2006, esse indicador correspondia a 71,7 anos na Bahia; já em 2007 observa-se um pequeno aumento, passando para 72 anos. Apesar das melhorias verificadas, a esperança de vida ao nascer no estado ainda era inferior, em 2007, a média do país (72,7 anos) e das regiões Sul (74,7 anos), Sudeste (74,1 anos) e Centro-Oeste (73,7 anos), assim como a de todos os estados que compõem essas regiões. No entanto, este indicador é superior a média do Nordeste (69,7 anos), Norte (71,6 anos) e de todos os estados destas regiões, com exceção do Pará, cujo valor apresentado é o mesmo do estado da Bahia.

Os níveis de mortalidade são mais elevados entre os homens, que por essa razão possuem uma expectativa de vida menor do que as mulheres. Na Bahia, a esperança de vida ao nascer entre os homens em 2006 correspondia a 68,5 anos, e entre as mulheres atingia um patamar de 75,1 anos. Em 2007, ocorre uma pequena diferença da mortalidade entre homens e mulheres, com a esperança de vida ao nascer entre os homens situada em 68,8 anos, enquanto a das mulheres era de 75,4 anos.

A taxa de mortalidade infantil também apresentou uma pequena redução, entre 2006 e 2007, passando de um patamar de 34,5% para 33,4%. Este nível é bem mais elevado do que a média alcançada, em 2007, pelo conjunto da população brasileira, correspondente a 24,3%. No entanto, é inferior a média da região nordestina (35,6%) e da maioria dos estados que compõem esta região, com exceção do Piauí (28,2%) e do Ceará (29,7%).

A composição etária da população do estado da Bahia revelada pelos resultados da PNAD 2007 confirma o progressivo envelhecimento da população, que se traduz na diminuição da participação das faixas etárias mais jovens, em contraposição ao aumento da representatividade das faixas de idades mais avançadas, que pode ser observado, entre outros recortes, nas proporções de pessoas de 0 a 9 anos e de 40 anos e mais.

Com uma estrutura etária bastante similar a de 2006, os dados de 2007 revelam uma maior quantidade de pessoas com 40 anos ou mais de idade, cerca de 4,2

milhões ou 29,8% do total, em comparação com aquelas com 9 anos ou menos de idade, aproximadamente 2,5 milhões ou 17,6%.

Em 2006, as pessoas com 40 anos ou mais de idade correspondiam a cerca de 4 milhões, que representavam 28,6% do conjunto da população estadual, enquanto as pessoas de 0 a 9 anos somavam 2,5 milhões, o que equivalia a 18,1% da população total. Observa-se, portanto, uma tendência de sentido contrário entre os dois grandes grupos etários analisados, com a redução em termos absolutos da quantidade de crianças (0 a 9 anos) em contraposição ao aumento do número de pessoas com 40 anos ou mais de idade. Como consequência dessas tendências, verifica-se um aumento da diferença entre as participações desses dois grupos etários, que em 2006 correspondia a 10,5 pontos percentuais e, em 2007, atinge um patamar superior a 12,2 pontos percentuais.

As mudanças na estrutura etária em direção ao envelhecimento são observadas tanto na população feminina quanto na masculina, e nos distintos âmbitos sócio-espaciais, com diferentes graus de intensidade e velocidade, decorrentes das especificidades dessas populações.

O fenômeno da sobremortalidade masculina, comentado anteriormente, é um dos principais fatores que leva a população feminina do estado a ser mais envelhecida do que a masculina. Em 2007, as mulheres das faixas etárias de 40 ou mais anos de idade representavam 15,7% do total da população do estado, enquanto os grupos com 9 ou menos anos de idade respondiam por cerca de 8,6%. Já entre os homens, apesar da predominância dos segmentos mais maduros, observa-se que o diferencial entre a participação das faixas etárias de 40 ou mais anos de idade (14,1%) e das de 9 anos (8,9%) é menor do que o observado entre as mulheres. Entre os homens a diferença entre esses dois grupos etários é de 5,2 pontos percentuais, e entre as mulheres corresponde a 7,1 p.p.

Os menores níveis de fecundidade e de mortalidade são os principais fatores que levam a população urbana baiana a ser mais envelhecida do que a rural. Em 2007, a proporção de crianças de 0 a 9 anos correspondia

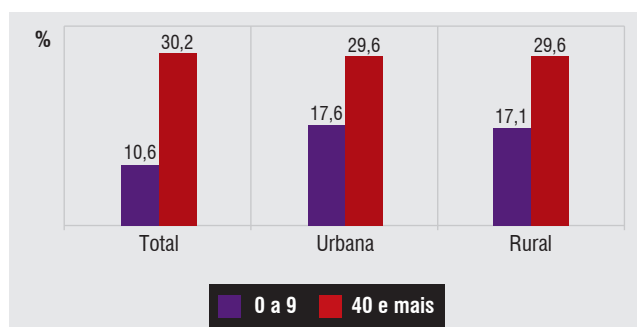


Gráfico 1
População de 0-9 anos e 40 anos ou mais, segundo situação de domicílio – Bahia – 2007

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios/2007

a 17,1% da população urbana do estado da Bahia; entre a população rural esse percentual era de 18,6%. Enquanto a população de 40 ou mais anos de idade correspondia a 29,6% da população urbana e 30,2% da população rural. Ou seja, a diferença entre as participações desses grupos etários é de 12,5 pontos percentuais na população urbana e de 11,6 p.p. na população rural.

Apesar da intensificação do processo de envelhecimento da população, observa-se que a diferença entre as populações de 0 a 9 anos e 40 ou mais anos é menor na Bahia do que no conjunto do País (17,1%). A média do Brasil é fortemente influenciada pela região Sudeste, que juntamente com a Sul apresenta o maior diferencial entre essas populações, alcançando patamares de 22,3 e 22,6 pontos percentuais, respectivamente. Na região Nordeste essa diferença alcança 11,3 pontos percentuais, enquanto a região Norte, a menos envelhecida, apresenta o menor diferencial, apenas de 2,5 pontos percentuais.

Em relação à composição por raça ou cor da população residente no estado da Bahia, em 2007 verificou-se a predominância de pardos (62,90%), seguidos dos brancos (20,85%) e dos pretos (15,66%). Assim, a participação do que convencionalmente passou a se denominar de negros, ou seja, a soma dos pardos e pretos, correspondeu a 79,07%. Para o conjunto do País, a distribuição encontrada, neste mesmo ano, foi bastante diferente, com a maior participação dos

brancos (49,4%), seguidos dos pardos (42,3%) e pretos (7,4%). Destaca-se que a participação dos pretos no conjunto da população brasileira correspondeu a menos da metade da verificada para o contingente residente na Bahia. Situação semelhante à encontrada para a população negra no Brasil, cujo percentual de participação (49,7%) foi quase a metade do verificado para o conjunto dos residentes na Bahia.

MERCADO DE TRABALHO

Os dados da PNAD revelam que na Bahia, em 2007, existiam 11,6 milhões de Pessoas em Idade Ativa (PIA), o que representava 82,4% da população residente no estado. Em comparação com os dados de 2006, percebe-se que houve um aumento de 192 mil nesse contingente populacional. Considerando a situação do domicílio, os dois últimos anos mostraram uma estabilidade nos dados, isto é, tanto em 2006 quanto em 2007, 68,2% da PIA residia na zona urbana e 31,8% na área rural. Do ponto de vista do sexo, os dados da Tabela 4 mostram que do contingente de pessoas que integram a PIA, 49,1% eram homens e 50,9% mulheres.

Já a População Economicamente Ativa (PEA), por sua vez, era composta, em 2007, por cerca de 7,1 milhões de pessoas, sendo que 42,2% eram mulheres e 57,8% eram homens. Considerando os grupos etários, observa-se que 22,9% da PEA era formada por jovens entre 15 e 24 anos de idade, quase 42,0% entre 30 e 40 anos de idade e 7,0% com 60 anos ou mais de idade. Do ponto de vista do domicílio, tem-se que 66,8% das pessoas que integravam a PEA residiam em áreas urbanas.

No que se refere ao nível de escolaridade, observa-se que 31,5% da PEA baiana não possuía instrução ou possuía até 3 anos de estudos. Nesse ponto, é importante ressaltar que para a PEA feminina essa proporção diminuía para 25,9% e para a PEA masculina aumentava para 35,6%. Acrescente-se a essa informação, ainda, que apenas 23,4% dos homens tinham mais de 11 anos de estudos contra 37,7% das mulheres. Esses dados demonstram, de maneira inequívoca, as maiores credenciais educacionais do universo feminino baiano vis-à-vis ao masculino.

Tabela 4
Indicadores do Mercado de Trabalho
Bahia – 2006/2007

Especificação	Pessoas de 10 anos ou mais de idade (1.000 pessoas)					
	2006			2007		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
População residente	13.974	6.914	7.060	14.109	6.969	7.140
População em Idade Ativa (PIA)	11.439	5.608	5.832	11.631	5.712	5.919
PIA sobre a população total (%)	81,9	81,1	82,6	82,4	82,0	82,9
População Economicamente Ativa (PEA) (em mil)	7.093	4.097	2.996	7.149	4.134	3.015
PEA sobre a população total (%)	50,8	59,3	42,4	50,7	59,3	42,2
Taxa de atividade (PEA/PIA) (%)	62,0	73,1	51,4	61,5	72,4	50,9
Ocupados	6.440	3.818	2.622	6.489	3.859	2.630
Taxa de desocupação (desocupados/PEA) (%)	9,2	6,8	12,5	9,2	6,7	12,7

Fonte: IBGE, PNAD 2006 e 2007

Ainda de acordo com a Tabela 4, observa-se que a variação da PEA (0,8%), entre 2006 e 2007, foi inferior à verificada para a PIA (1,7%). Neste aspecto cabe mencionar que a dificuldade de inserção no mercado de trabalho e a ligeira diminuição do trabalho infantil em 2007 (14,1%), quando comparado com 2006 (14,3%), contribuíram, provavelmente, para a menor variação da PEA em relação à verificada para a PIA.

As referidas movimentações tanto em termos da PIA quanto da PEA no estado da Bahia, de 2006 para 2007, acabaram modificando, por via de consequência, a magnitude da taxa de participação – indicador que serve para medir a pressão dos trabalhadores sobre o mercado de trabalho. Em termos mais precisos, tem-se que esse indicador situou-se, em 2007, num patamar um pouco inferior (61,5%) ao verificado em 2006 (62,0%). Cabe ressaltar que, conforme também indica a Tabela 4, permaneceram as diferenças entre homens e mulheres para esse indicador, sendo que os primeiros apresentaram uma taxa superior a 70,0% em 2006 e 2007, enquanto apenas 50,9% das mulheres, em 2007, e 51,4%, em 2006, se inseriram no mercado de trabalho.

A taxa de desocupação da Bahia, por seu turno, permaneceu estável entre os anos de 2006 e 2007, conforme mostra a Tabela 4. Do ponto de vista dos atributos pessoais, ainda de acordo com essa tabela, vê-se que para

as mulheres a taxa de desocupação era, em 2007, quase o dobro da verificada para os homens.

Uma informação interessante quando se avalia a questão da desocupação no estado da Bahia é que uma proporção significativa dos desocupados possuía boas credenciais educacionais. Prova disso é que 36,6% deles tinham de 11 a 14 anos de estudo e 24,0% possuíam de 8 a 10 anos. Acrescente-se ainda que a maioria dos desocupados pertencia aos grupos etários constituídos por pessoas de 20 a 24 anos de idade (24,9%) e de 30 a 39 anos (19,5%), além de estar concentrada nos domicílios urbanos (89,1%).

Ao se considerar o perfil dos ocupados, percebe-se, também de acordo com os dados da PNAD/2007, que 59,5% eram homens e 64,6% residiam em domicílios localizados nas áreas urbanas. No tocante à faixa etária, tem-se que 20,8% dos ocupados tinham entre 15 e 24 anos, 43,0% encaixavam-se na faixa de 30 a 49 anos e 7,6% tinham 60 anos ou mais. Do ponto de vista da cor ou raça, 62% dos ocupados eram pardos, 20,4% brancos e 17% pretos.

Considerando a distribuição dos ocupados segundo a posição na ocupação, a Tabela 5 mostra que os vínculos mais frequentes no mercado de trabalho baiano eram, em 2007, os de *conta-própria*, que representavam 25,2% dos ocupados e os de *empregados sem carteira de trabalho assinada*, que respondiam por 22,6% da inserção

Tabela 5
Proporção de pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, segundo a posição na ocupação
Bahia – 2007

Posição na ocupação	Pessoas de 10 anos ou mais, ocupadas na semana de referência
Total (1.000 pessoas)	6.489
Empregados	48,2
Com carteira de trabalho assinada	20,3
Militares e funcionários públicos estatutários	5,3
Outros	22,6
Trabalhadores domésticos	7,1
Com carteira de trabalho assinada	1,1
Sem carteira de trabalho assinada	6,0
Conta própria	25,2
Empregadores	2,7
Trabalhadores na produção para o próprio consumo	6,7
Trabalhadores na construção para o próprio uso	0,1
Não-remunerados	10,0

Fonte: IBGE, PNAD 2007

ocupacional dos trabalhadores baianos. Nesse último caso, houve uma diminuição na participação em relação aos dados de 2006, quando os empregados sem carteira representavam 23,3% dos ocupados.

No que se refere aos grupamentos de atividade, a agrícola continuava, em 2007, como aquela com a maior proporção de ocupados do estado. Apesar de vir apresentando um declínio de sua participação relativa, ainda respondia por cerca de 35,3% dos trabalhadores baianos, proporção um pouco inferior aos 36,0% registrados em 2006 (Tabela 6).

Chama atenção o fato de que apenas 7,4% dos ocupados na agricultura contribuíam, em 2007, para a previdência social, uma proporção um pouco superior à verificada no ano de 2006 (6,2%). Esta pequena participação se deve à importância dos pequenos produtores e dos membros das suas famílias ocupados na pequena produção agrícola tradicional e de subsistência, conforme demonstra o Gráfico 2, onde esses ocupados estão representados por parte dos *conta-própria* (25,7%), pelos *não-remunerados* (22,5%) e pelos *trabalhadores na produção para o próprio consumo* (19,8%).

Tabela 6
Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por contribuição para instituto de previdência no trabalho principal, segundo o sexo e os grupamentos de atividade do trabalho principal
Bahia – 2007

Sexo e grupamentos de atividade do trabalho principal	Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência (1.000 pessoas)		
	Total	Contribuição para instituto de previdência no trabalho principal	
		Contribuintes	Não-contribuintes
Total	6.476	2.079	4.398
Agrícola	35,3	7,4	92,6
Indústria	7,6	52,4	47,6
Indústria de transformação	6,8	50,5	49,5
Construção	6,2	24,8	75,2
Comércio e reparação	15,0	35,5	64,5
Alojamento e alimentação	3,9	25,4	74,6
Transporte, armazenagem e comunicação	4,1	44,5	55,5
Administração pública	4,5	89,3	10,7
Educação, saúde e serviços sociais	7,7	79,5	20,5
Serviços domésticos	7,1	17,3	82,7
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	3,3	26,8	73,2
Outras atividades	5,0	70,7	29,3
Atividades mal definidas	0,2	4,7	95,3

Fonte: IBGE, PNAD 2007



Gráfico 2
Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na agricultura na semana de referência, segundo a posição na ocupação – Bahia – 2007

Fonte: IBGE, PNAD 2007

Ademais, os números acima também refletem a tradição de pouca formalização das relações de trabalho assalariadas no campo, uma vez que, embora quase 1/3 dos trabalhadores agrícolas estivessem na condição de empregados, a participação do setor na contribuição previdenciária (7,4%) se mostrou bastante inferior à proporção de empregados (30,7%).

As atividades comerciais, conforme demonstra a Tabela 6, responderam pela segunda maior proporção de ocupados na Bahia em 2007. Tal participação é superior à verificada em 2006, momento em que a PNAD contabilizou que 14,5% dos ocupados do estado estavam inseridos no comércio. Ainda de acordo com as informações contidas nessa tabela, apenas 35,5% dos trabalhadores do comércio contribuíam para a previdência social em 2007, quadro esse idêntico ao verificado em 2006. Deve-se frisar que a importância dos *conta-própria* é um elemento explicativo dessa baixa contribuição, haja vista que estes trabalhadores, na grande maioria das vezes, estão associados aos pequenos empreendimentos familiares espalhados por todo o estado.

É importante mencionar que a proporção de pessoas ocupadas no comércio que contribuíam para o sistema previdenciário (35,5%), inferior à participação de empregados do setor (52,8%), conforme mostra o Gráfico 3, reflete a inserção



Gráfico 3
Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas no comércio na semana de referência, segundo a posição na ocupação – Bahia – 2007

Fonte: IBGE, PNAD 2007



Gráfico 4
Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na indústria de transformação na semana de referência, segundo a posição na ocupação – Bahia – 2007

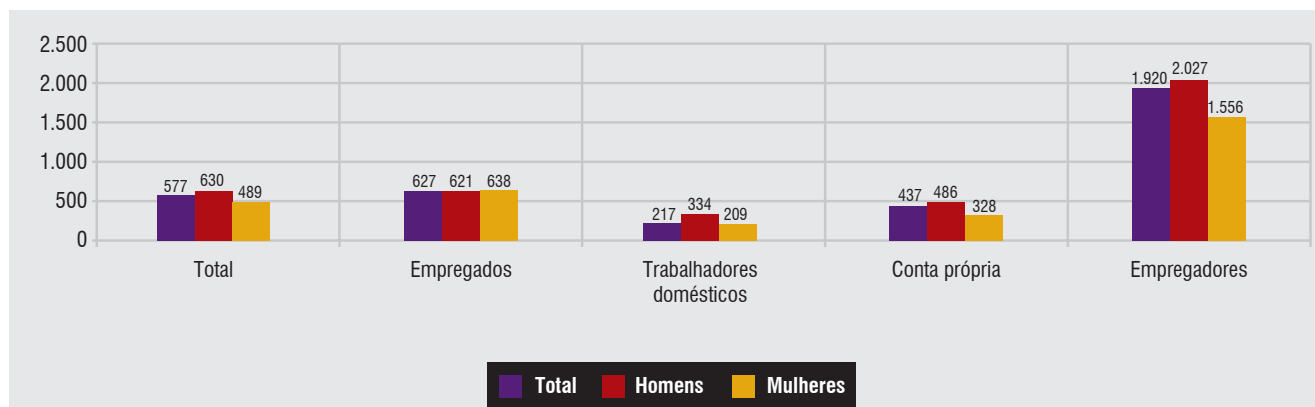
Fonte: IBGE, PNAD 2007

precária dos empregados do setor, que são contratados à margem da legislação trabalhista. De acordo com Santos (2006), a maior parte dos empregos da RMS está ligada às microempresas e pequenas empresas. Boa parte deste universo funciona sem registros nos órgãos oficiais, estendendo assim a informalidade para as relações de trabalho.

Para a Indústria de Transformação, os dados da Tabela 6 evidenciaram uma inversão do tipo de vínculo predominante: de um setor caracterizado por um alto grau de formalização até o início dos anos de 1990, para uma atividade onde menos da metade dos ocupados contribuem para a previdência social, o que demonstra a generalização do emprego sem carteira de trabalho assinada no setor. Nesse aspecto cabe ressaltar que, assim como nas atividades comerciais, na indústria a proporção de contribuintes para a previdência (50,5%) era inferior à participação de empregados (66,2%), como mostra o Gráfico 4. Mencione-se, ainda, que em relação ao ano de 2006 houve um acréscimo tanto da participação dos empregados no setor (64,9%), quanto da proporção daqueles que contribuíam para a previdência social (49,1%).

RENDIMENTOS

No tocante à questão do rendimento, uma informação que salta aos olhos quando se observa a PNAD/2007 é

**Gráfico 5**

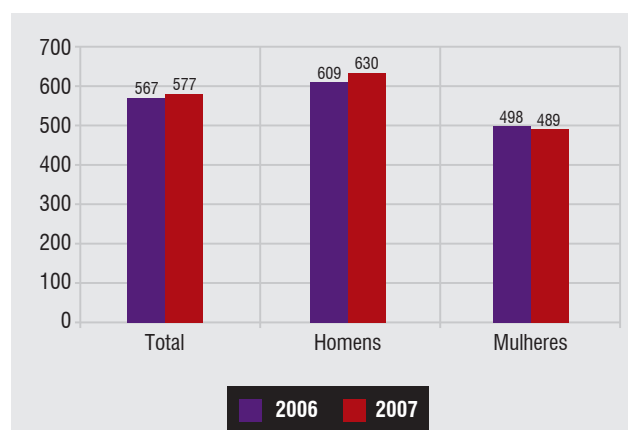
Rendimento médio mensal do trabalho principal das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, com rendimento no trabalho principal, total, por sexo, segundo a posição da ocupação no trabalho principal – Bahia – 2007

Fonte: IBGE, PNAD 2007

que as mulheres ganhavam em média 77,6% dos salários médios dos homens. Considerando-se a posição na ocupação, observa-se que no emprego doméstico as mulheres recebiam em média 62,5% do rendimento médio masculino; entre os ocupados por conta-própria o rendimento médio das mulheres correspondia a 67,5% do rendimento masculino, enquanto entre os empregadores o rendimento médio das mulheres representava 76,7% do rendimento dos homens. Já entre os empregados, as mulheres ganhavam em média 2,7% a mais que os homens (Gráfico 4).

Em termos de rendimentos nominais, no geral a média ficou em torno de R\$ 577,00. Levando-se em consideração a posição na ocupação, tem-se que os empregados apresentaram rendimentos médios de R\$ 627,00, os empregados domésticos ganharam em média R\$ 217,00, os trabalhadores por conta-própria receberam em média R\$ 437,00 e, por fim, os empregadores ganharam em média R\$ 1.920,00.

O Gráfico 5 compara os rendimentos reais médios para os anos de 2006 e 2007, segundo o gênero. Observa-se que no geral houve um pequeno aumento de 1,7% nos rendimentos médios do trabalho principal. No entanto, ao decompor por sexo, constata-se que o ganho real concentrou-se nos rendimentos dos homens, que apresentaram um ganho real de 3,5%, enquanto as mulheres tiveram uma perda real nos rendimentos de 1,8%.

**Gráfico 6**

Rendimento real médio mensal do trabalho principal das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, com rendimento no trabalho principal, total e por sexo Bahia – 2006/2007

Fonte: IBGE, PNAD 2006 e 2007

EDUCAÇÃO

A população do estado da Bahia, segundo a PNAD, era de aproximadamente 14.100 mil habitantes em 2007. Deste total, cerca de 4.750 mil (33,7%) estavam freqüentando os diversos níveis de ensino do sistema educacional baiano, desde as creches e pré-escolas, até os cursos de graduação e pós-graduação, além de cursos de alfabetização de adultos, supletivos não seriados e cursos de pré-vestibular.

Esse pouco mais de um terço de baianos que estudavam (proporção um pouco acima da média brasileira, que era de 30,7%), distribuía-se, evidentemente, de maneira bastante desigual quando considerados grupos etários distintos. Tomando-se em consideração apenas as pessoas com idades entre 0 e 24 anos – faixa etária que, em tese, concentra a imensa maioria das pessoas que freqüenta creches e escolas de qualquer nível – observa-se que, em 2007, apenas 22,5% das pessoas de 0 a 4 anos de idade encontravam-se nessa situação, o que dá a dimensão do quanto se precisa avançar no atendimento escolar dessa população específica. Já para o grupo etário constituído por pessoas de 5 e 6 anos de idade, a freqüência à escola era significativamente elevada (cerca de 89%), e mais ainda para as pessoas de 7 a 17 anos de idade (93,4%), decrescendo, porém, quando o grupo etário considerado era aquele integrado por pessoas de 18 a 24 anos de idade (33,6%). Resta assinalar que cerca de 350 mil pessoas com 30 anos ou mais de idade estavam freqüentando algum nível de ensino em 2007, o que, certamente, guarda relação, sobretudo, com a crescente demanda por cursos de nível superior por pessoas dessa faixa etária, bem como com a procura por cursos de alfabetização e/ou de educação de adultos.

Independentemente da idade, o nível de ensino que, de longe, mais absorvia alunos era o fundamental, com 61,9% do total da freqüência escolar, vindo em seguida o nível médio, com 16,2%, a pré-escola, com 11,6%, o ensino superior, com 6,5%, e, finalmente, as creches e a educação de jovens e adultos, ambas com não mais que 2,1%. No atendimento dessa demanda – constituída por homens e mulheres em proporção bastante equilibrada –, a rede pública de ensino era responsável pela imensa maioria das vagas (84,2%).

Observando-se os dados da Tabela 7, percebe-se que, em todos os níveis de ensino, excetuando-se apenas o superior, houve variação negativa no número de alunos entre 2006 e 2007. No nível fundamental, ou mesmo na pré-escola, tais decréscimos podem estar associados a fatores propriamente demográficos, já que a quantidade de pessoas das faixas etárias que compunham a demanda específica desses níveis de ensino (4 a 6 e 7 a 14 anos de idade) vem diminuindo nos últimos anos em função da queda da fecundidade. Como o atendimento para estes grupos etários já é bastante elevado, é razoável supor que o aspecto demográfico

constitua realmente a causa principal da queda do número de estudantes. Para as creches e para o nível médio, porém, a variação negativa no atendimento não pode ser explicada apenas pelo fator demográfico (que existe), mas, também, por uma provável retração, ou má qualidade, na oferta de vagas, no caso das creches, e de um tipo de ensino que não consegue reter na escola jovens entrando na idade adulta, no caso do nível médio. Finalmente, o crescimento verificado no ensino superior, algo que vem ocorrendo nos últimos anos, resulta da combinação de uma oferta amplificada de vagas, principalmente nas escolas privadas, e da crescente exigência do mercado de trabalho por profissionais com nível de formação superior (não podendo se esquecer, também, dos efeitos do ProUni (Programa Universidade para Todos, do Governo Federal, que tem conseguido atrair para os cursos superiores) por meio de bolsas de estudos – um número significativo de pessoas).

No que se refere à taxa de analfabetismo das pessoas de 10 anos ou mais de idade, não houve alteração entre 2006 e 2007, mantendo-se em 16,8%, bastante superior àquela do Brasil como um todo, que era de 9,2% em 2007 (Tabela 8). Deve-se registrar que mesmo ostentando uma taxa de analfabetismo ainda elevada (que, em termos absolutos, significava que cerca de 1.950 mil pessoas de 10 anos ou mais de idade não sabiam ler ou escrever), ela vem decrescendo significativamente na Bahia, sendo bastante lembrar que no ano 2000 a taxa era de 21,6% (a do Brasil, de 12,8%).

No mais, o analfabetismo permanece incidindo muito mais fortemente sobre a população rural (17,2 pontos percentuais

Tabela 7
Variação percentual do total de estudantes, de 5 anos ou mais de idade, por nível de ensino
Bahia – 2006/2007

Nível de ensino	Variação 2006/2007 (%)
Infantil*	-6,4
Creches	-2,8
Pré-escola	-7,1
Fundamental	-1,0
Médio	-3,6
Superior	3,0

Fonte: IBGE, PNAD 2006 e 2007

*Além das creches e das pré-escolas, estão incluídas as pessoas que freqüentavam classes de alfabetização.

Tabela 8
Taxa de analfabetismo das pessoas de 10 anos ou mais de idade, por sexo, segundo a situação do domicílio Bahia – 2006/2007

Localização	Taxa de analfabetismo das pessoas de 10 anos ou mais (%)					
	2006			2007		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Mulheres	Homens
Total	16,8	17,5	16,2	16,8	17,4	16,1
Rural	11,4	11,1	11,7	11,3	10,9	11,6
Urbana	28,4	29,9	26,8	28,5	29,9	26,9

Fonte: IBGE, PNAD 2006 e 2007

Tabela 9
Taxa de analfabetismo das pessoas de 10 a 14 anos de idade Bahia – 2006/2007

Anos	Total			Urbana			Rural		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
2006	4,4	6,3	2,3	3,5	5,0	1,8	5,9	8,6	3,1
2007	4,8	6,8	2,8	3,7	5,1	2,2	6,8	9,7	3,9

Fonte: IBGE, PNAD 2006 e 2007

Tabela 10
Taxa de analfabetismo funcional* das pessoas de 10 anos ou mais de idade, por sexo, segundo a situação do domicílio – Bahia – 2006/2007

Localização	Taxa de analfabetismo funcional das pessoas de 10 anos ou mais (%)					
	2006			2007		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Total	35,0	38,0	32,1	35,3	38,2	32,5
Urbana	26,0	27,7	24,5	26,3	27,9	24,8
Rural	54,3	58,2	50,1	54,5	58,0	50,6

Fonte: IBGE, PNAD 2006 e 2007

* Pessoas que, mesmo com alguma escolarização, mostrem-se incapazes de ler, escrever ou entender um bilhete simples (aproximativamente, convencionou-se considerar analfabeto funcional a pessoa com menos de 4 anos completos de estudo).

a mais), e levemente superior entre os homens do que entre as mulheres (diferença de 1,3 ponto percentual).

Observando-se os dados da Tabela 9, pode-se antever que a tendência declinante do analfabetismo na Bahia deverá permanecer vigorando nos próximos anos, tendo em vista que a taxa de analfabetismo entre as pessoas de 10 a 14 anos de idade vem se mantendo significativamente inferior à da população com 10 anos ou mais de idade (resultado evidente do avanço de escolarização entre a população mais jovem, sobretudo entre as pessoas que freqüentam o nível fundamental de ensino). Chama a atenção, também, que para esse grupo etário específico a proporção de

homens analfabetos superava em quatro pontos percentuais a de mulheres nessa mesma condição.

O analfabetismo funcional, no entanto, ainda englobava mais de um terço (35,3%) dos baianos com 10 anos ou mais de idade, bem acima, portanto, da média brasileira, que era de 23,9%. Tal como o analfabetismo puro e simples, o funcional também afetava mais fortemente a zona rural (onde mais da metade da população enquadrava-se nessa condição), bem como estava mais presente entre os homens do que entre as mulheres (só que, neste caso, de forma mais incisiva, com 5,7 pontos percentuais a mais entre os primeiros) (Tabela 10).

CONDIÇÕES DE HABITAÇÃO E POSSE DE BENS DURÁVEIS

Visando levantar elementos para a análise das condições de vida da população baiana, neste tópico trabalhou-se com dados referentes ao acesso a serviços de saneamento básico, bem como com informações sobre a presença de determinados bens de consumo nos domicílios. Verificou-se, ainda, a proporção de moradias onde havia serviços de telefonia (móvel ou fixa) e microcomputador com acesso à Internet.

Em se tratando dos serviços de saneamento básico, verificou-se o percentual de domicílios com acesso à água fornecida por rede geral, com esgotamento sanitário adequado e com coleta de lixo. A observação desses itens baseou-se no pressuposto de que tais serviços se constituem em elementos determinantes das condições de habitação, na medida em que sua ausência produz reflexos diretos no cotidiano da população, implicando maior vulnerabilidade (especialmente de crianças e idosos) a determinadas doenças, à poluição e à degradação ambiental. Por conseguinte, a maior ou menor qualidade dos serviços de saneamento repercute nas condições de vida das populações.

A apresentação de informações sobre a presença de determinados bens de consumo (fogão, geladeira, máquina de lavar e freezer, bem como telefone e computador) igualmente partiu da premissa de que tais itens trazem maior conforto, bem-estar e salubridade aos domicílios. Sendo assim, contribuem para que os indivíduos vivam melhor.

Saneamento básico

Com relação ao saneamento, de 2006 a 2007 observou-se uma relativa estabilidade na proporção de moradias da Bahia que utilizavam água proveniente da rede geral (Gráfico 6). Em 2007, a água tratada, elemento essencial para a preservação da saúde, chegava a 76,3% das residências, percentual ligeiramente inferior ao registrado em 2006 (76,9%). Note-se que dentre as moradias com acesso a água oriunda de rede geral, a proporção de

residências com ao menos um ponto de distribuição de água no seu interior – condição que, sabidamente, aumenta a possibilidade de higiene pessoal e no trato dos alimentos – elevou-se em 2,1 pontos percentuais: de 71,0% para 73,1%, de 2006 para 2007 (Gráfico 7).

Já quanto ao esgotamento adequado e à coleta de lixo, observou-se crescimento da cobertura entre 2006 e 2007 (Gráfico 6).

Com relação à destinação dos dejetos, em 86,9% do total de domicílios baianos existia alguma forma de esgotamento sanitário no primeiro ano analisado, o que foi ampliado para 88,6% no ano seguinte. Vale observar que

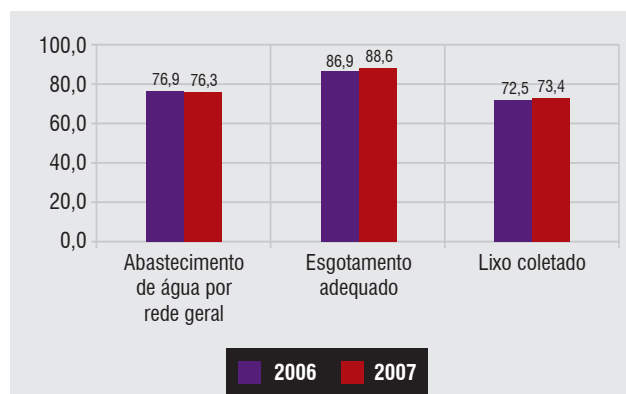


Gráfico 7
Percentual de domicílios atendidos pelos serviços de saneamento básico – Bahia – 2006/2007

Fonte: IBGE, PNAD 2006 e 2007

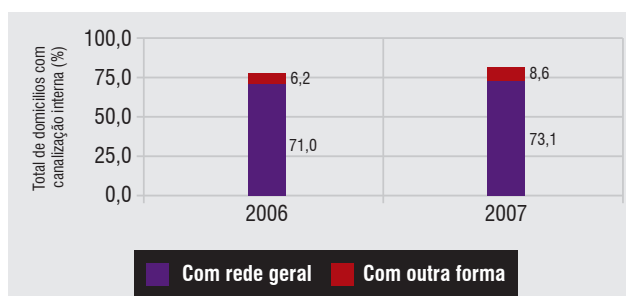


Gráfico 8
Percentual de domicílios com canalização interna Bahia – 2006/2007

Fonte: IBGE, PNAD 2006 e 2007

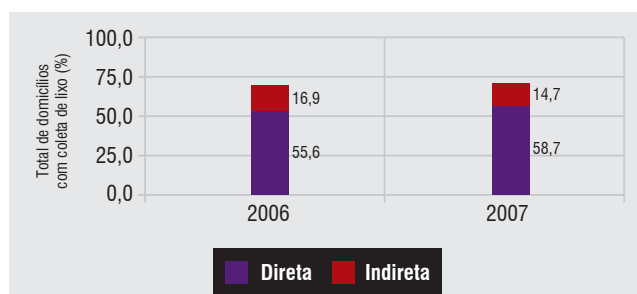


Gráfico 10
Percentual de domicílios por tipo de coleta de lixo
Bahia – 2006/2007

Fonte: IBGE, PNAD 2006 e 2007

dentre os tipos de escoamento considerados adequados pela PNAD estão a *rede coletora* e a *fossa séptica* (a categoria *outra forma* é identificada como inadequada). Em 2007, a *rede coletora* e a *fossa séptica* foram identificadas em 42,7% e 17,6% das residências, respectivamente, valores que superaram os registrados em 2006 para as mesmas categorias.

Já com *outra forma* de escoamento – categoria que inclui as fossas rudimentares (fossa negra, poço, buraco, etc.) nas quais os dejetos são conduzidos para a rede, para valas, rio, lago ou mar –, em 2006, foi encontrada em 34,9% dos domicílios do estado. Em 2007, em 28,3% das residências fazia-se uso desse tipo de esgotamento sanitário (Gráfico 8). Em outros termos, ainda que as formas que efetivamente são adequadas do ponto de vista da preservação ambiental tenham ampliado sua importância no total de residências da Bahia, em mais de ¼ desse conjunto utilizava-se um tipo de esgotamento considerado inadequado.

A cobertura por serviços de coleta de lixo passou de 72,5%, em 2006, para 73,4%, em 2007 (Gráfico 6). Com base nas informações do Gráfico 9 podemos observar que a proporção de domicílios com coleta direta (aquela onde a empresa responsável recolhe o lixo na porta do domicílio) elevou-se entre 2006 e 2007: de 55,6% para 58,7%. Paralelamente, o percentual de residências com coleta indireta (onde é o próprio morador que deposita o lixo em determinado local para sua posterior coleta) diminuiu de 16,9% (em 2006) para 14,7% (em 2007).

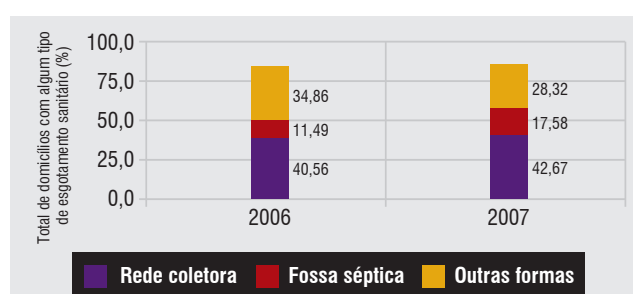


Gráfico 9
Percentual de domicílios por forma de escoamento
sanitário – Bahia – 2006/2007

Fonte: IBGE, PNAD 2006 e 2007

Bens duráveis e acesso a serviços de informação e comunicação

Partindo-se do pressuposto acima mencionado, de que a posse de alguns bens duráveis contribui para o bem-estar no domicílio, facilitando, inclusive, a conservação e a preparação dos alimentos, ao se investigar a evolução da proporção dos domicílios onde havia fogão, filtro de água, geladeira, freezer e máquina de lavar roupas, evidenciou-se que, dentre esses, o fogão foi o item mais presente nas residências baianas. Tanto em 2006 quanto em 2007, foi registrado em cerca de 95% do conjunto de moradias. Já o freezer constituiu-se no bem mais ausente, tendo sido contado em 7,0% e 6,7% das residências, em 2006 e 2007, respectivamente (Gráfico 10).

Além destes dois itens, notou-se que a Bahia apresentou um pequeno declínio do percentual de domicílios que contavam com filtro de água. Ou seja, se em 2006 este bem estava presente em 61,9% dos domicílios, em 2007 esta proporção passou a ser de 61,1% (Gráfico 10).

Já a quantidade relativa de domicílios onde havia máquina de lavar roupa e geladeira elevou-se. Com relação à geladeira, experimentou-se um tímido incremento no período: em 2006, em 11,6% das residências contava-se com esse bem, valor que passou para 12,4% em 2007, sendo, portanto, o segundo bem mais escasso nas moradias baianas.

Desse grupo de bens, o item geladeira foi o que observou maior incremento de 2006 a 2007, uma elevação de 3,5 pontos percentuais.

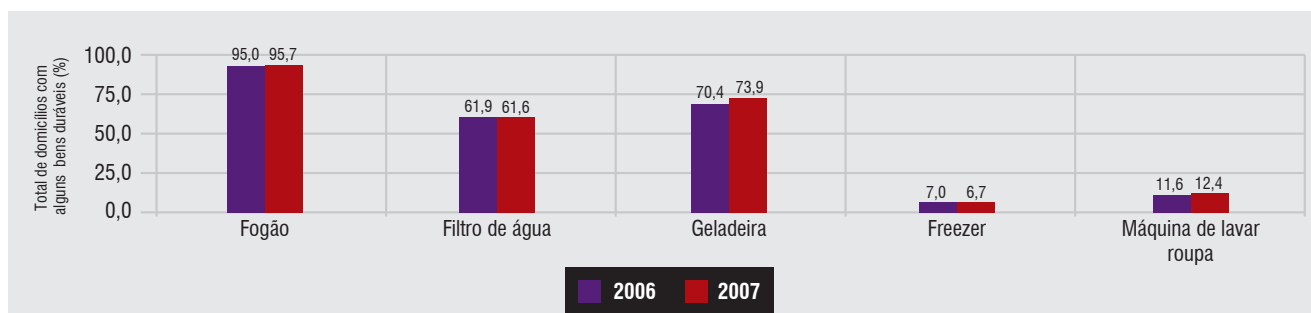


Gráfico 11
Percentual de domicílios com alguns bens duráveis – Bahia – 2006/2007

Fonte: IBGE, PNAD 2006 e 2007

Vale ressaltar que, na PNAD, pergunta-se apenas pela presença do bem. Não são feitas indagações sobre a forma como foram obtidos. Assim, por exemplo, uma TV pode estar em determinada residência porque foi comprada, mas também por doação, empréstimo, ou diversas outras situações. Do mesmo modo, ficaram fora da pesquisa suas características físicas e funcionais, ou seja, tanto pode ser o mais novo e moderno modelo existente no mercado, quanto um muito antigo, que nem esteja funcionando. O que essa pesquisa levanta é apenas a presença do bem no domicílio, não importando se houve compra, ou se está em uso, pois tais aspectos não são questionados pela pesquisa. Para avaliar a qualidade da condição de habitação considerando a posse de bens duráveis, portanto, deve-se ter em mente que embora a presença pressuponha uso, isso pode não ser verdadeiro em alguns casos.

Com relação aos bens que permitem acesso à informação e que favorecem a comunicação, verificou-se que ocorreu um aumento de sua disponibilidade. Em outros termos, o número relativo de domicílios com televisão, rádio, telefone e/ou microcomputador com acesso à Internet elevou-se, em alguns casos de forma modesta, em outros de forma mais expressiva, no período de um ano.

De acordo com os dados da Tabela 11, tanto no ano de 2006 quanto em 2007 o percentual de domicílios onde foram registrados aparelhos de televisão e de rádio revelou-se superior a 80% do total. Nota-se que a proporção de domicílios onde havia televisão aumentou cerca de 3,4 pontos percentuais (de 84,5%,

em 2006, passou para 87,9%, em 2007), enquanto a proporção daqueles onde se encontraram rádios manteve-se praticamente inalterada (81,7% em 2006 e 81,0% em 2007).

Ainda levando-se em consideração os dados constantes na Tabela 11, percebe-se que o percentual de domicílios com telefones (fixo ou móvel) teve um crescimento de 6,1 pontos percentuais entre 2006 e 2007. Com isso, no último ano em análise, mais da metade das residências baianas passou a dispor desse serviço. Observe-se que a quantidade de domicílios com os dois tipos de telefones permaneceu praticamente estável – 20,3% em 2006 e 22,1% em 2007. Paralelamente, evidenciou-se

Tabela 11
Percentual de domicílios com alguns bens duráveis e serviços de acesso à informação e comunicação Bahia – 2006/2007

Bens e serviços de acesso à informação e comunicação	Ano	
	2006	2007
Rádio	81,7	81,0
Televisão em cores	84,5	87,9
Microcomputador		
Tinham	10,6	13,8
Com acesso à Internet	7,5	10,3
Telefone		
Tinham	50,1	56,2
Somente celular	21,6	26,9
Somente fixo convencional	8,3	7,2
Celular e fixo convencional	20,3	22,1

Fonte: IBGE. PNAD de 2006 e 2007.

a expansão da telefonia móvel, que em 2006 estava disponível em 21,6% das residências, o que ampliou-se para 26,9% em 2007. Já a proporção daquelas onde só havia telefone fixo declinou de 8,3% para 7,2%, em 2006 e 2007, respectivamente.

A existência de computador no domicílio e o percentual daqueles com acesso à Internet cresceram praticamente na mesma velocidade. Em 2006, do total de domicílios da Bahia, em 10,6% havia computador e em 7,5% deles era possível fazer uso da Internet. No ano seguinte, em 13,8% das residências existia computador e em 10,3% tinha-se acesso à Internet.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R.; CAMARANO, A. A.; PINTO, M.S. Êxodo rural, envelhecimento e masculinização do Brasil: tendências recentes. *Como Vai a População Brasileira*. Brasília, v.2, n.2, p.1-11, set. 1997.

IBGE, *síntese de indicadores sociais*: uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 2008 (Estudos e pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica, n.23).

MURICY, Ivana Tavares. Novos padrões de reprodução sociodemográfica na Bahia. In: SUPERINTENDÊNCIAS DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Dinâmica sociodemográfica da Bahia: 1980-2000*. Salvador: SEI, 2003. (Série estudos e pesquisas, 60). p.15-43.

SANTOS, Eletice Rangel. Perfil dos ocupados no Comércio da Região Metropolitana de Salvador: uma análise para os biênios 1997-1998 e 2004-2005. *Bahia Análise & Dados*: 10 anos da PED, Salvador, v.15, n.4, p.563-569, mar. 2006.

País precisa de uma estratégia contra a crise

Clemente Ganz Lúcio
Engenheiro e diretor técnico do Departamento
Intersindical de Estatística e Estudos
Socioeconômicos (Dieese)



A crise já chegou ao Brasil e seus efeitos poderão ser graves. É prudente a postura pessimista na análise, para se entender suas dimensões e seus efeitos, bem como o otimismo na ação para envidar todos os esforços para desviar o país das possibilidades desse cenário indesejável. Não será o otimismo da análise que nos afastará dos problemas, mas sim o pleno reconhecimento da gravidade do problema e uma ação corajosa de enfrentamento cotidiano e coordenado.

Não se conhece exatamente o tamanho da crise, pois sua base está no sistema financeiro paralelo, sem regulação, que promoveu uma alavancagem financeira, porém fictícia, da economia real. Há um longo ajuste pela frente, em que a recessão é o mecanismo conhecido pelo mercado para resolver esse problema. A festa acabou com gravíssimas consequências para a produção, os estados e a população. Os prejuízos poderão ser incalculáveis e o mercado financeiro não enfrentará sozinho esse problema.

O Brasil corre sérios riscos de ter os mesmos efeitos sobre a economia real, apesar de não estar no centro da crise. Com uma economia interna forte, hoje o País está integrado ao mercado internacional e as relações comerciais desempenham papel relevante na estratégia de crescimento. O freio na economia mundial já traz

graves efeitos à nossa realidade: a redução do crédito, que já foi sentida internamente; os efeitos sobre as exportações são visíveis, com possíveis reflexos no balanço de pagamentos; os estoques aumentaram e os pedidos rarearam. Os sinais de desemprego já aparecem com demissões nas grandes empresas.

E será pior se houver queda na renda, pois criará dificuldades para as famílias honrarem o crediário, o que acarretará inadimplência e efeitos para as empresas e o sistema financeiro. O resultado poderá ser a redução do ritmo do crescimento econômico ou a recessão, à semelhança do que já ocorre nos países centrais.

O Brasil tem sido teimoso e cresce há dezenas de trimestres continuamente acima do PIB potencial. Recuperou-se a relação saudável entre crescimento e desenvolvimento, ainda que insuficiente diante do enorme déficit social aqui presente. As desigualdades se reduziram lentamente, a renda dos mais pobres cresceu e parte do contingente de excluídos passou a participar do mercado consumidor. As empresas voltaram a ter projetos de investimento e a curva dos lucros acelerou.

A demanda por trabalho retornou, as ocupações cresceram, com maior formalização nas relações de trabalho. A partir do crédito para o investimento, consumo, agricultura familiar e habitação, as empresas e famílias puderam recuperar a visão prática de futuro e de planejamento. As políticas de renda, em especial o Bolsa Família, e de valorização do salário mínimo, a vigorosa geração de

¹ Texto publicado no jornal Gazeta Mercantil/Caderno A, pág. 6, de 30 de dezembro de 2008.

empregos e os resultados conquistados pelos sindicatos nas negociações coletivas fizeram crescer a massa de rendimentos disponível.

Criou-se um ciclo de revitalização do mercado interno, onde o consumo das famílias e os investimentos públicos e privados formaram a base do nosso crescimento econômico recente.

Vamos perder tudo isso? Temos chance de construir caminhos alternativos para transitar pela crise, absorvendo seus efeitos e conduzindo o País por um caminho que mantenha um nível razoável de crescimento?

A resposta é sim, há alternativas, cuja base política é uma ação corajosa e vigorosa de coordenação e articulação que mobilize os agentes econômicos para objetivos e metas bem definidos, e ações constantemente avaliadas. Missão do Estado, tarefa de governo.

O ponto de partida é considerar que a superação das mazelas pode ser uma estratégia de transição durante este período crítico. As carências de infra-estrutura, habitação, saneamento e transporte, bases para o crescimento econômico, podem dar racionalidade produtiva ao investimento público e privado ao fazer obras necessárias a um novo estágio de desenvolvimento. Tudo o que for feito neste sentido tem utilidade estratégica no curto e no longo prazo.

O desafio é a continuidade do crescimento, com a meta de, no mínimo, um aumento do PIB de 3,5% – o que, diante da crise, não será pouca coisa. Para isso, é necessária a manutenção de taxas positivas de investimento produtivo, público e privado. Por outro lado, o acesso ao crédito no mundo ficou e permanecerá mais difícil e o custo do capital vai aumentar. Aqui reside um desafio para as políticas públicas de crédito. Deve-se aproveitar nossa nova solidez econômica para atrair capitais, bem como articular ações de aporte ao crédito, com forte participação do BNDES, dos bancos públicos e a colaboração decisiva do sistema financeiro nacional.

Sustentar a demanda interna de consumo é tão importante quanto viabilizar o investimento. Nessa perspectiva, a manutenção da renda por meio do emprego é fundamental, bem como as políticas de transferência de renda e de valorização do salário mínimo. A chance desta renda ser usada para consumo é alta e serve para manter o vigor do mercado interno, sendo, ao mesmo tempo, de alto impacto em termos de justiça social. O emprego e a renda permitirão que não ocorra inadimplência no crediário, evitando mais esse tipo de crise na economia real e mantendo a segurança para o crédito futuro.

O sucesso dessa estratégia depende da capacidade de intervenção econômica do Estado. Para isso, é essencial que se reduza o superávit primário, dando folga ao orçamento público para as inversões que as medidas exigem. A redução da taxa primária de juros é essencial para gerar conforto orçamentário e animar os agentes econômicos, sinalizando para uma ousada ação no sentido de políticas anticíclicas.

Além do incremento de políticas de proteção ao desemprego – aumento do número de parcelas do seguro desemprego e formação profissional –, há a possibilidade de adoção de medidas provisórias de ajuste tributário que facilitem a vida das empresas neste período de crise.

É fundamental que esteja claro para a sociedade a prioridade de se manter o crescimento sustentado na demanda interna, com forte intervenção econômica do Estado e decisiva ação para preservar o emprego e a renda, em especial a dos mais pobres.

Há a exigência de ação rápida na construção desse plano estratégico, pois os efeitos da crise são diversos e ocorrem em uma velocidade muito alta. O momento permite fortalecer a capacidade de diálogo social e de compromisso com o futuro. Pode-se também aprender a desenhar coletivamente novas estratégias de desenvolvimento para quando esta crise fizer parte do passado.

Investimentos industriais previstos para a Bahia deverão gerar, até 2012, um volume de aproximadamente R\$ 20,7 bilhões

Esse volume global dos investimentos industriais previstos agrega 516 projetos de empresas de diversos setores com a intenção de investir no estado, e que devem gerar 83.936 empregos diretos.

Verifica-se também que, nos Territórios de Identidade, os investimentos concentram-se no território Metropolitana de Salvador, com um volume de aproximadamente R\$ 4,4 bilhões e 245 projetos previstos. No Extremo Sul, a soma chega a R\$ 3,7 bilhões em investimentos previstos e 16 projetos em vista de implantação, e o Sertão Produtivo, que agrega R\$ 3,7 bilhões e 4 empresas com intenção de investimento, destacando-se neste território a atividade mineral e de beneficiamento e a extração de minérios.

Por complexo de atividade, os investimentos estão concentrados na Atividade mineral e beneficiamento, com um volume de aproximadamente R\$ 6,3 bilhões e 31 projetos em vistas de serem implantados, no complexo Químico-Petroquímico, com uma soma de R\$ 5,2 bilhões em investimentos, no complexo Madeireiro, com R\$ 3,1 bilhões e 22 projetos, e no complexo Agroalimentar, com R\$ 2,2 bilhões e 100 projetos de empreendimentos em vias de instalarem suas plantas industriais.

A política de atração de investimentos industriais, adotada pelo Governo do Estado da Bahia, vem contribuindo significativamente para a diversificação do parque industrial e pela mudança gradativa na matriz industrial do estado, com a vinda de empreendimentos dos mais variados portes e segmentos. Esta ação governamental com o objetivo de desenvolver o setor industrial baiano vem ocorrendo desde 1991, com a implantação de programas de incentivos especiais. Atualmente, esses incentivos podem ser solicitados via Programa Desenvolve, cujo objetivo é conceder benefícios fiscais para as empresas dos mais variados setores que tenham a intenção de investir no estado.





Tabela 01
Investimentos industriais previstos para a Bahia
Volume de investimento e número de empresas por complexo de atividade
2008-2012

Complexo	Volume (R\$ 1.000,00)	Nº de projetos	Volume (%)	Projeto (%)
Agroalimentar	2.228.825.907	100	10,8%	19%
Atividade mineral e beneficiamento	6.258.528.611	31	30,2%	6%
Calçados/Têxtil/Confecções	960.715.397	59	4,6%	11%
Complexo madeireiro	3.102.092.945	22	15,0%	4%
Eletroeletrônico	156.129.345	52	0,8%	10%
Metal-mecânico	643.533.117	49	3,1%	9%
Químico-petroquímico	5.184.565.004	117	25,0%	23%
Transformação petroquímica	816.166.483	70	3,9%	14%
Reciclagem	4.800.000	1	0,0%	0%
Outros	1.369.290.019	15	6,6%	3%
Total	20.724.646.829	516	100%	100%

Fonte: SICM. Elaboração: Coinc/SICM

Nota: Dados preliminares, sujeito a alterações. Coletados até 31.10.2008

Tabela 02
Investimentos industriais previstos para a Bahia
Volume de investimento e número de empresas por Território de Identidade
2008-2012

Território	Volume (R\$1.000,00)	Nº. de projetos	Volume (%)	Projeto(%)
Agreste de Alagoinhas/Litoral Norte	343.019.785	17	1,7%	3,3%
Bacia do Jacuípe	14.364.490	3	0,1%	0,6%
Baixo Sul	685.866.869	7	3,3%	1,4%
Chapada Diamantina	4.322.137	4	0,0%	0,8%
Extremo Sul	3.695.520.366	16	17,8%	3,1%
Irecê	22.193.000	2	0,1%	0,4%
Itapetinga	189.270.227	12	0,9%	2,3%
Litoral Sul	64.437.557	41	0,3%	7,9%
Médio Rio das Contas	541.936.237	12	2,6%	2,3%
Metropolitana de Salvador	4.390.563.001	245	21,2%	47,5%
Oeste Baiano	617.441.098	14	3,0%	2,7%
Piemonte da Diamantina	22.975.297	2	0,1%	0,4%
Piemonte do Paraguaçu	26.910.161	5	0,1%	1,0%
Piemonte Norte do Itapicuru	22.000.000	1	0,1%	0,2%
Portal do Sertão	323.796.134	45	1,6%	8,7%
Recôncavo	2.339.047.268	21	11,3%	4,1%
Semi-Árido Nordeste II	12.336.622	2	0,1%	0,4%
Sertão do São Francisco	53.904.375	9	0,3%	1,7%
Sertão Produtivo	3.740.083.086	4	18,0%	0,8%
Sisal	14.500.000	5	0,1%	1,0%
Vale do Jiquiriçá	1.939.183.000	7	9,4%	1,4%
Velho Chico	503.000.000	2	2,4%	0,4%
Vitória da Conquista	92.307.136	19	0,4%	3,7%
A definir	1.065.668.983	21	5,1%	4,1%
Total	20.724.646.829	516	100,0%	100,0%

Fonte: SICM. Elaboração: Coinc/SICM

Nota: Dados preliminares sujeitos a alterações. Coletados até 31.10.2008



Fonte: SICM. Elaboração:Coinc/SICM

Nota: Dados preliminares, sujeito a alterações. Coletados até 31/10/08

METODOLOGIA DA PESQUISA DE INVESTIMENTOS INDUSTRIAIS PREVISTOS

A metodologia utilizada pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) para levantar as intenções de investimentos industriais previstos para os próximos quatro anos no estado da Bahia, desenvolvida inicialmente pela Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia (Seplan), consiste em coletar diariamente as informações primárias dos prováveis investimentos a serem implantados no estado, divulgadas pelos principais meios de comunicação, e obter sua confirmação junto às respectivas empresas. Essas informações são coletadas nas seguintes publicações: Gazeta Mercantil, Valor Econômico, A Tarde, Correio da Bahia e Diário Oficial do Estado da Bahia. O levantamento desses dados também é obtido junto à Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração do Estado da Bahia (SICM) através dos protocolos de intenção e projetos econômico-financeiros entregues à Secretaria para o requerimento de incentivos dos programas Probahia, Bahiaplast e do atual Desenvolve.

Após a verificação dos dados coletados e a confirmação das empresas a serem implantadas no estado, identifica-se a existência de dupla contagem dos dados. Depois de consistidos, os dados serão apresentados sob a forma de tabelas e gráficos contendo o volume e participação dos investimentos industriais por complexo de atividade, por eixo de desenvolvimento e o número de projetos. Os valores dos investimentos anunciados estão expressos em reais.

Os dados mais desagregados estão sendo disponibilizados e atualizados mensalmente no site da SEI, com dados a partir de 1999, apresentando valores acumulados.

A água está mudando
a paisagem da zona rural.
E enchendo de esperança a vida
dos baianos que vivem lá.

nova / dep



Fotos cedidas pela Agecom.



O Governo da Bahia, através da CAR, está levando água, emprego e qualidade de vida para todo o Estado. De 2007 até hoje, a CAR está presente em mais de mil projetos, que incluem a construção de 135 sistemas de água, 26.000 cisternas, 8.887 sanitários residenciais e 54 barragens. Além de 286 projetos de geração de renda, que levam mais desenvolvimento e inclusão social para o interior do Estado. E mudam para melhor a vida de milhares de baianos.

FUNCEP
Fundo de Combate e
Erradicação da Pobreza





VIVER POR UM FIO

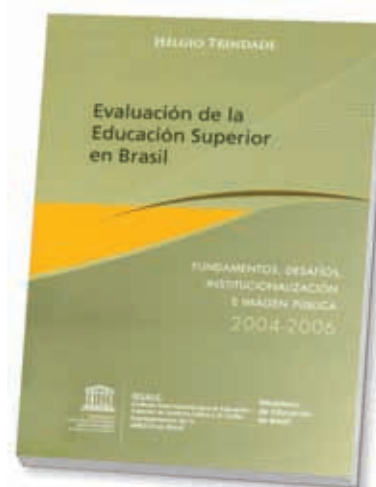
Anete Ivo analisa a questão social como uma das grandes vertentes da modernidade. Dialoga com autores clássicos decisivos na formulação do “social”, discute a responsabilidade do Estado na organização da proteção social e o papel da sociologia em racionalizar a estruturação das sociedades urbano-industriais. A análise das mudanças da sociedade brasileira entre os anos 80 e 2000 é esclarecedora das tentativas de os governantes enfrentarem a pobreza mediante políticas sociais de “focalização” que, se, por um lado, minimizam a fome e as desigualdades da renda, por outro, constituem ainda medidas distantes dos desafios maiores colocados pela universalidade da proteção social e pela necessidade de um desenvolvimento mais equitativo.



ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL

Com este livro, a representação da Unesco no Brasil busca contribuir para um aprofundamento do conhecimento sobre o processo histórico e atual de alfabetização no País. Por meio de um conjunto de práticas ofertadas, por instituições governamentais e não-governamentais, visa identificar elementos que são fundamentais para a efetiva aprendizagem crítica dos jovens e adultos. As políticas e programas de alfabetização mencionados compõem uma amostra representativa de iniciativas, de cujos acertos e erros é possível extrair ensinamentos relevantes.

Disponível na Biblioteca da SEI.



EVALUACIÓN DE LA EDUCACIÓN SUPERIOR EN BRASIL

Nas últimas décadas, com o crescimento acelerado do número de Instituições de Ensino Superior no Brasil, tornou-se necessário para o Estado dispor de mecanismos eficientes de avaliação dessas instituições. É nesse contexto que o livro analisa a atuação da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (Conaes) e os desafios enfrentados por este órgão nos seus primeiros anos de funcionamento. A publicação objetiva prestar contas à comunidade educacional e fazer um balanço crítico do processo de implementação do novo sistema de avaliação introduzido no Brasil.

Disponível na Biblioteca da SEI.



SITUAÇÃO DA POPULAÇÃO MUNDIAL 2007: DESENCADEANDO O POTENCIAL DO CRESCIMENTO URBANO

A publicação apresenta o fenômeno do aumento da população urbana no mundo e suas implicações nos países em desenvolvimento, e discute as medidas que devem ser tomadas, visando uma preparação para esse aumento. Através de um levantamento das necessidades específicas da população urbana pobre, define as políticas prioritárias para o enfrentamento dos problemas advindos da crescente urbanização, como políticas de redução da pobreza e de sustentabilidade ambiental.

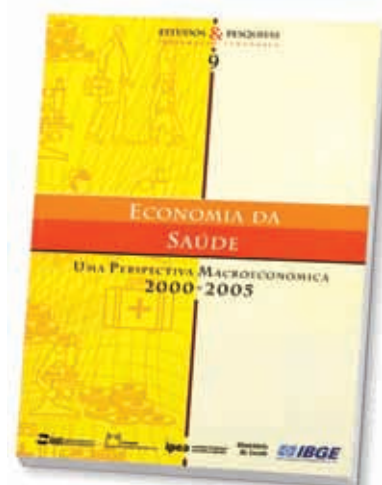
Disponível na Biblioteca da SEI.



HÁBITAT Y FINANCIACIÓN

O livro mostra a política de financiamento habitacional da Colômbia, que prevê mais do que financiar uma casa própria. Preocupa-se também em melhorar as condições de vida da população através de uma habitação integrada com as políticas de água potável, saneamento básico e transporte público. É uma política de desenvolvimento urbano que promove a dignidade do ser humano, traduzindo-se numa estratégia de luta contra a pobreza.

Disponível na Biblioteca da SEI.

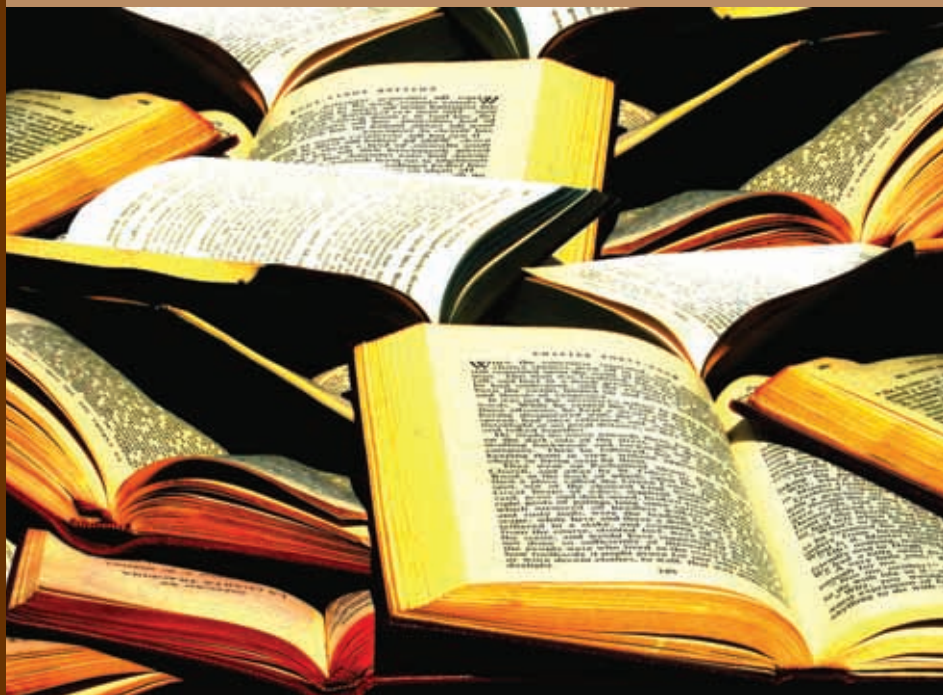


ECONOMIA DA SAÚDE 2000-2005

Este trabalho do IBGE mostra a participação do setor de saúde na economia brasileira. Apresenta análises que podem dar subsídio à formulação de políticas públicas setoriais, tais como: valor da produção dos bens e serviços de saúde gerados, insumos consumidos nos processos produtivos, salários, postos de trabalho, beneficiários dos planos de saúde, entre outros aspectos. Considerar a saúde como atividade econômica é fundamental para o desenvolvimento eficiente do setor.

Disponível na Biblioteca da SEI.

Conjuntura Econômica Baiana



Em meio ao ambiente de crise internacional, os principais indicadores da economia baiana demonstram que a atividade econômica no estado tem sofrido os impactos da retração econômica mundial. Esses impactos não estão associados diretamente a um processo de retração, mas de ligeira redução no ritmo de crescimento da economia baiana.

A produção da indústria baiana de transformação registrou, segundo a PIM-IBGE, crescimento de 4,6% entre janeiro e outubro de 2007 na comparação com o mesmo período de 2007. Os segmentos que registraram as maiores altas foram: *celulose, papel e produtos de papel* (4,8%), *borracha e plástico* (17,0%), *minerais não-metálicos* (17,0%) e *metalurgia básica* (3,6%). O setor de *produtos*, com forte peso na indústria baiana, registrou queda de 1,0%.

A balança comercial baiana registrou, até o mês de outubro de 2008, expansão significativa tanto das exportações quanto das importações. Nesse período, as exportações registraram crescimento de 28,6%, com valor total exportado de US\$ 7,6 bilhões, enquanto as importações cresceram 26,3%, totalizando US\$ 5,7 bilhões.

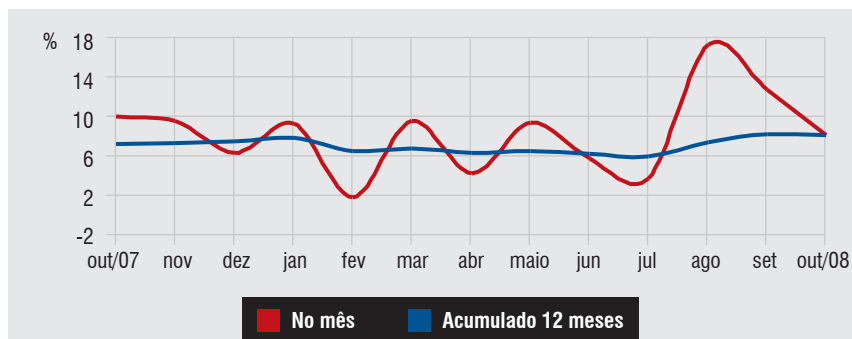
No acumulado do ano, o saldo comercial da Bahia está em US\$ 1,8 bilhão.

O comércio varejista continua mantendo o nível de expansão verificado nos últimos quatro anos. Entre janeiro e outubro de 2008, as vendas registraram crescimento de 8,1%. Os segmentos que evidenciaram as maiores taxas de crescimento no ano foram: *livros, jornais e papelaria* (24,0%), *outros artigos de uso pessoal e doméstico* (23,8%) e *móveis e eletrodomésticos* (21,2%). As vendas de *veículos, motos e peças* registraram crescimento de 17,8% no mesmo período.

O Índice de Preços ao Consumidor (IPC-SEI), para Salvador, registrou alta de 4,7% entre janeiro e outubro de 2008. *Alimentos e bebidas* (8,4%), *saúde e cuidados pessoais* (7,2%) e *despesas pessoais* (6,5%) são os itens que apresentaram as maiores variações no ano.

No mercado de trabalho, conforme dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED-SEI/Dieese/Seade), a taxa média de desemprego em 2008 está em 20,4%, enquanto o rendimento médio dos trabalhadores apresenta crescimento de 8,9% no acumulado do ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

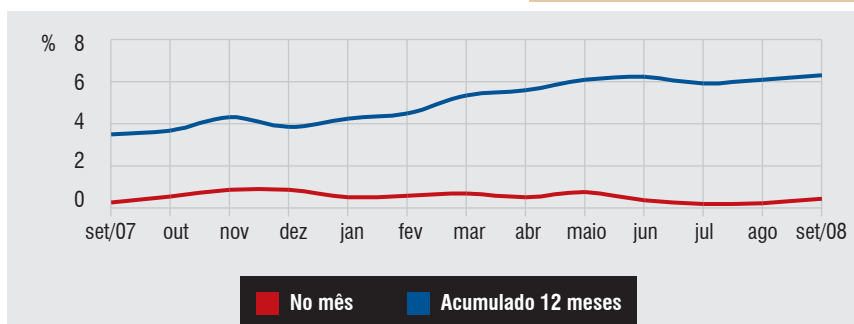
O Índice de Movimentação Econômica (Imec), que mede a atividade econômica no município de Salvador, registrou, em outubro de 2008, expansão de 8,1% na comparação com o mesmo mês de 2007. Tomando como base os dois meses imediatamente anteriores, o índice expressa a tendência de redução na atividade econômica. No acumulado dos doze meses, o índice apresentou pequena queda (0,1 p.p.) entre os meses de setembro e outubro.



Índice de Movimentação Econômica (Imec) – Salvador

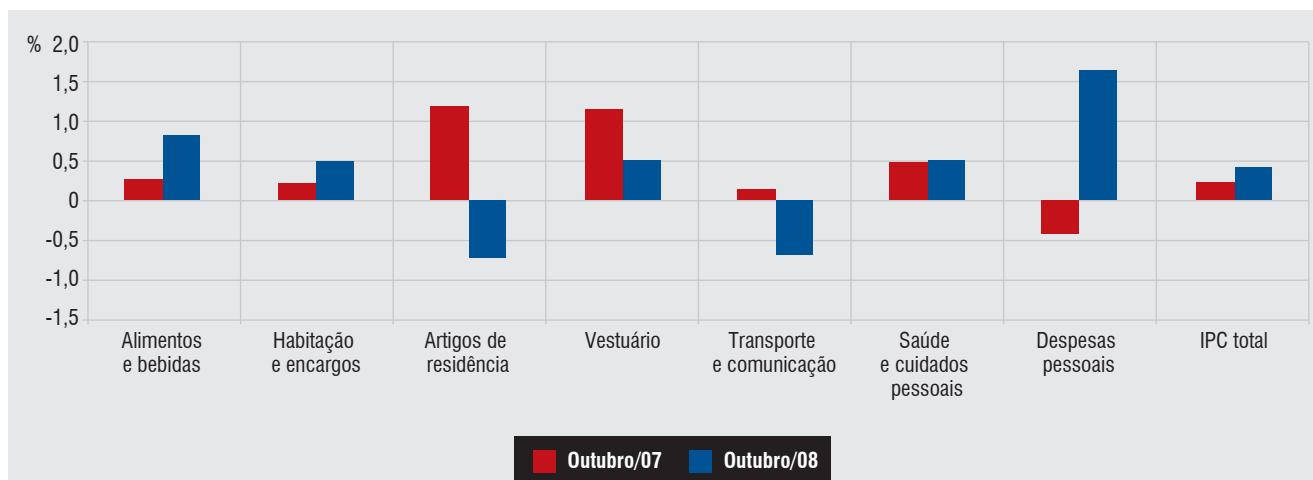
Fonte: SEI. Elaboração: CAC - SEI

No mês de outubro de 2008, o Índice de Preços ao Consumidor (IPC), divulgado pela SEI, registrou variação positiva de 0,38%, taxa superior à registrada no mesmo mês do ano passado, quando teve acréscimo de 0,20%. No acumulado dos doze meses, a tendência de elevação dos preços foi mantida, porém em um ritmo menos acelerado, uma vez que se verifica acréscimo de apenas 0,2 p.p., passando de 5,9% para 6,1%. *Alimentos e bebidas* (12,6%) e *saúde e cuidados pessoais* (8,0%) foram os grupos que mais pressionaram o índice no acumulado dos doze meses.



Taxa de variação do IPC-SEI – Salvador

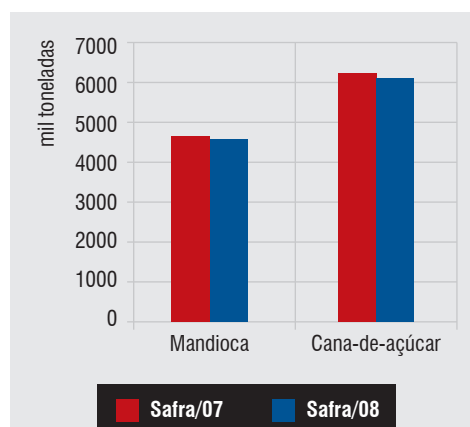
Fonte: SEI. Elaboração: CAC - SEI



Taxa de variação do IPC-SEI: grupos selecionados – Salvador

Fonte: SEI. Elaboração: CAC - SEI

Os grupos *despesas pessoais* (1,5%) e *alimentos e bebidas* (0,8%) apresentaram, no mês de outubro, as maiores contribuições para a elevação da inflação em Salvador. Com relação a esses grupos, os subgrupos *recreação* (4,5%) e *alimentos prontos* (1,0%) foram os que apresentaram as maiores variações no período, determinadas pelo aumento de alguns produtos, tais como: *excursão não-escolar* (16,6%); *cruzeiro marítimo* (12,0%); *massa pronta para viagem* (2,0%) e *frango assado/defumado para viagem* (0,5%). Os grupos de *artigos de residência* (0,7%) e *transporte e comunicação* (0,6%) registraram variação negativa no referido mês.

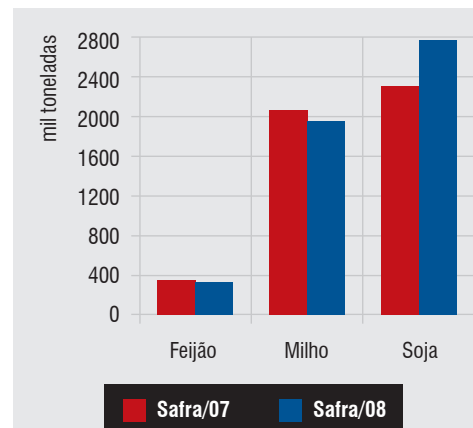


Estimativa da produção agrícola: mandioca e cana-de-açúcar – Bahia

Fonte: LSPA/IBGE. Elaboração: CAC - SEI

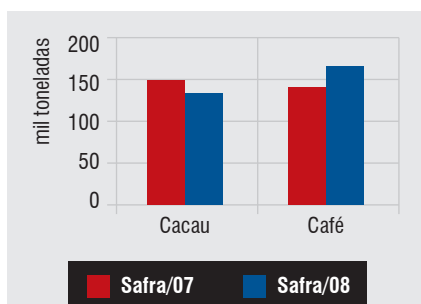
Os resultados para a safra baiana de novembro de 2008, divulgados pelo último Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) do IBGE, apresentam previsões de queda de 2,1% para a produção de mandioca no estado. A cana-de-açúcar segue com queda de produção em torno de 1,9% em relação à safra anterior, que foi influenciada positivamente pelos preços do álcool e do açúcar nos mercados interno e externo.

As estimativas de novembro de 2008 para a safra de feijão apresentam queda em relação ao ano anterior de 5,7%. O milho também apresenta queda de produção em relação à safra 2007, com variação de 5,0%. Tal desempenho do milho é fruto, em especial, do desaquecimento da produção em relação ao ano anterior, que foi motivado pelos mercados internacionais. A produção de soja apresenta crescimento de 19,6%, mantendo comportamento positivo em relação à safra anterior. As boas condições climáticas favorecem o cultivo no Oeste.



**Estimativa da produção agrícola:
feijão, milho e soja – Bahia**

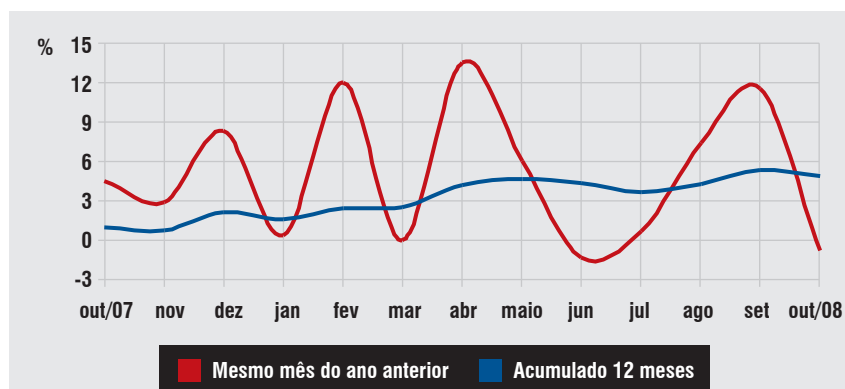
Fonte: LSPA/IBGE. Elaboração: CAC - SEI



**Estimativa da produção agrícola:
cacau e café – Bahia**

Fonte: LSPA/IBGE. Elaboração: CAC - SEI

As estimativas para a produção de cacau em novembro de 2008 são de queda (9,9%) em relação ao desempenho do ano passado, ficando em torno de 134 mil toneladas. Já a safra de café este ano apresenta crescimento de 19,2%. Esse crescimento pode ser explicado, principalmente, pela superação da fase de baixa no ano passado, na qual os produtores enfrentaram a prática de podas drásticas (recepta), aliadas ao menor índice de ocorrência de floradas na região do planalto (tradicional), ao baixo uso de insumos, à substituição do café pelo eucalipto e à bianualidade negativa.

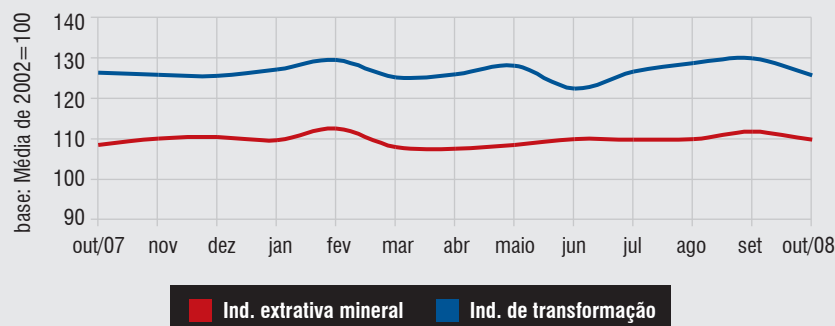


**Taxa de variação da produção física da indústria de transformação –
Bahia**

Fonte: IBGE. Elaboração: CAC - SEI

A indústria de transformação baiana registrou, em outubro de 2008, queda de 0,8% na comparação com o mesmo mês do ano anterior. Com a queda, o indicador, no acumulado dos doze meses, recuou para 4,8% após registrar dois meses de expansão. Com relação a esse último indicador, os segmentos que apresentaram as maiores altas foram: *papel e celulose* (33,3%), *borracha e plástico* (17,2%) e *minerais não-metálicos* (16,6%).

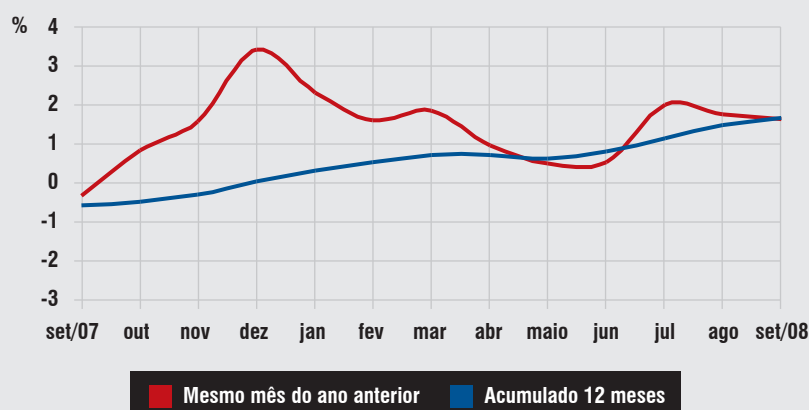
Na série livre de influências sazonais, a indústria de transformação registrou queda de 4,9% em outubro de 2008 na comparação com o mês de setembro do mesmo ano. Esse resultado foi influenciado sobretudo pela queda de 15,7% no ramo de produtos químicos. Além de produtos químicos, os setores que apresentaram queda foram: *celulose, papel e produtos de papel* (6,5%); *refino de petróleo* (2,6%); *borracha e plástico* (1,4%) e *veículos automotores* (0,8%). A indústria extrativa também registrou variação negativa em outubro (3,0%).



Índice dessazonalizado de produção física da indústria de transformação e extrativa mineral – Bahia

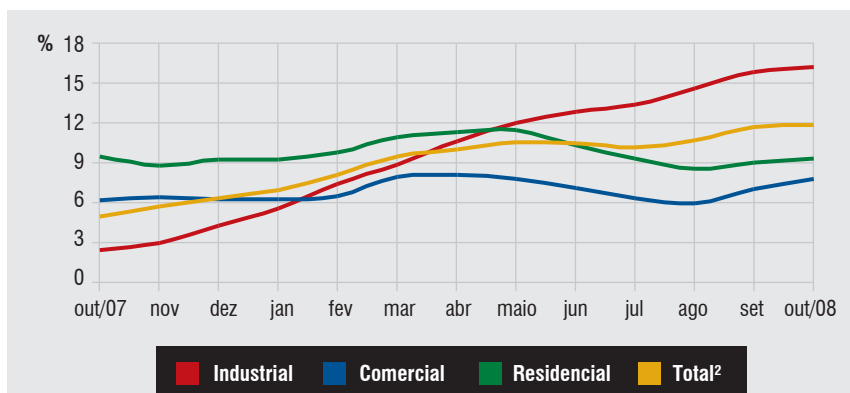
Fonte: IBGE. Elaboração: CAC - SEI

Em setembro de 2008, a indústria baiana de transformação aumentou em 1,6% o nível de emprego quando comparada com o mesmo mês de 2007. No acumulado dos doze meses, a taxa foi de 1,7%, preservando a tendência de crescimento na geração de empregos na indústria, que se mantém desde dezembro de 2007. Com relação ao acumulado dos doze meses, cabe destacar os segmentos que apresentaram as maiores taxas de crescimento na expansão dos postos de trabalho: *máquinas e equipamentos, exclusive elétrico-eletrônicos, de precisão e de comunicações* (16,7%); *minerais não-metálicos* (16,5%) e *calçados e couros* (11,3%).



Taxa de variação do pessoal ocupado – indústria de transformação – Bahia

Fonte: IBGE. Elaboração: CAC - SEI



Taxa de variação do consumo de energia elétrica¹ – Bahia

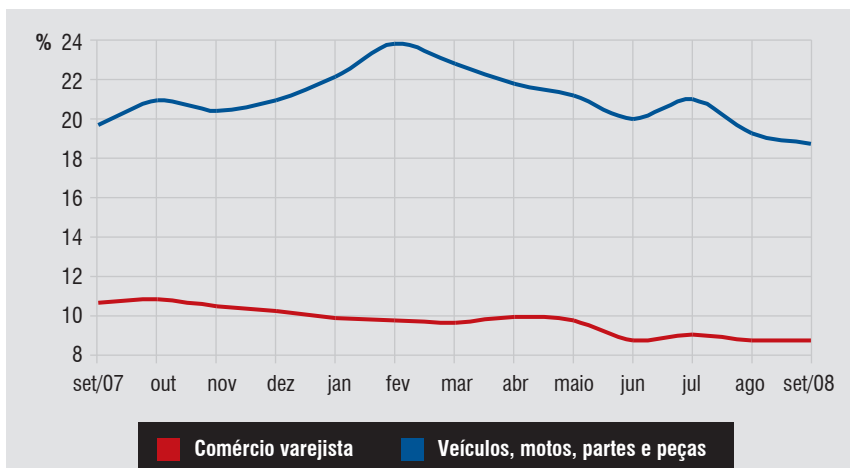
Fonte: Coelba/CO/CGM. Elaboração: CAC - SEI

¹ Acumulado 12 meses

² Total = Rural + Irrigação + Resid. + Indust. + Comercial + Util. Pública + S. Público + Concessionária

O consumo industrial corresponde a Coelba e Chesf

O consumo total de eletricidade no estado da Bahia registrou, no mês de outubro de 2008, acréscimo de 8,6% em relação ao mesmo mês de 2007. No acumulado dos doze meses, o consumo de energia elétrica registra expansão de 11,8%. Dentre os principais setores de consumo, destaca-se o crescimento verificado no setor industrial (16,0%). Os outros dois principais setores, residencial e comercial, se expandiram 9,3% e 7,8% respectivamente.

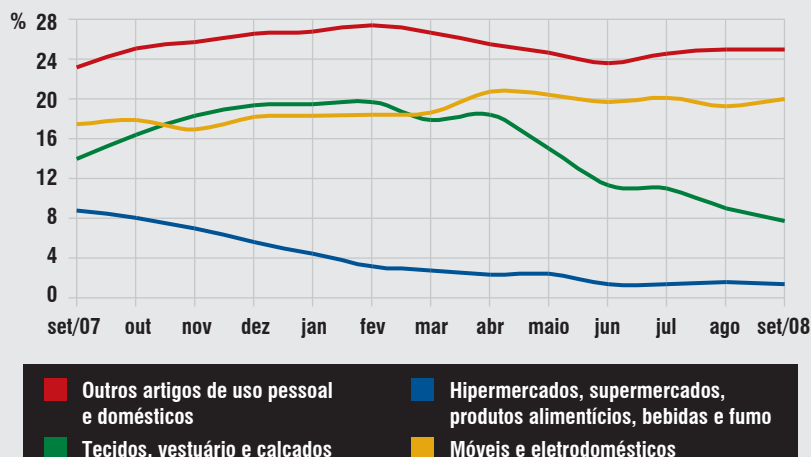


Taxa de variação de volume de vendas no varejo¹ – Bahia

Fonte: PMC - IBGE. Elaboração: CAC - SEI

¹ Acumulado nos últimos 12 meses

Os dados da Pesquisa Mensal de Comércio (PMC/IBGE) revelam que, em setembro/08, o volume de vendas do varejo baiano cresceu 9,3%, comparado a setembro de 2007, acumulando no ano alta de 8,1%. Nos doze meses a taxa manteve-se estável em 8,5%. O segmento de veículos, motos e peças, que no mês de setembro/08 registrou variação de 19,0% em relação ao mesmo mês do ano anterior, aponta alta de 18,7% no acumulado dos doze meses.



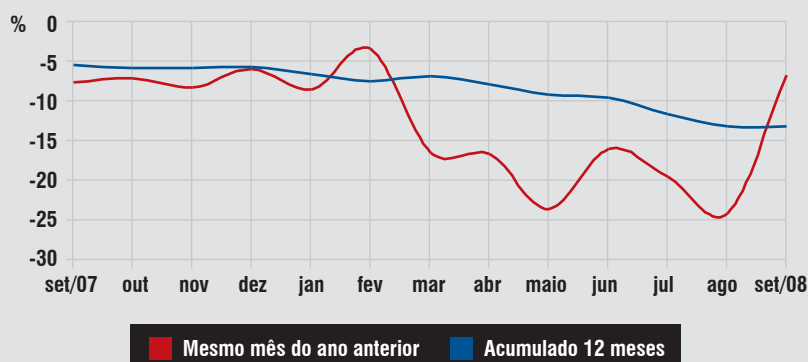
Taxa de variação do volume de vendas no varejo¹: principais segmentos – Bahia

Fonte: PMC-IBGE. Elaboração: CAC - SEI

¹ Acumulado nos últimos 12 meses

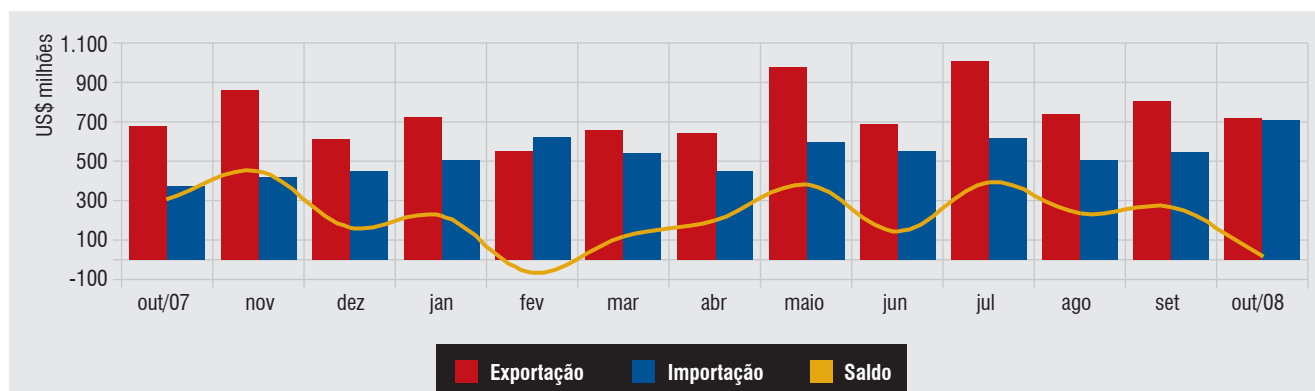
Dentre os principais seguimentos do comércio varejista, outros artigos de uso pessoal e doméstico é o que apresenta a maior variação no acumulado dos doze meses (25,1%), seguido de perto por móveis e eletrodomésticos (20,1%). Ainda em relação ao acumulado dos doze meses, cabe destacar as oscilações de tecidos, vestuários e calçados e hipermercados, supermercados, produtos alimentícios e fumo, os quais apresentaram grande queda no período; no primeiro setor, o acumulado do ano fechou em 7,6%, ao passo que no mesmo mês de 2007 a taxa estava em 14,0%. Já no segundo, o índice passou de 8,7% em setembro de 2007 para 1,2% em setembro de 2008.

Em setembro de 2008 foram emitidos 293,6 mil cheques sem fundos na Bahia, representando queda de 6,7% na comparação com o mesmo mês de 2007. As sucessivas taxas negativas registradas desde julho de 2007 determinaram a trajetória de queda também no acumulado dos doze meses. Desde o mês de março de 2007 têm-se verificado taxas negativas no acumulado dos doze meses, culminando com o percentual de 13,9% em setembro de 2008.



Quantidade de cheques sem fundos – Bahia

Fonte: Bacen. Elaboração: CAC - SEI

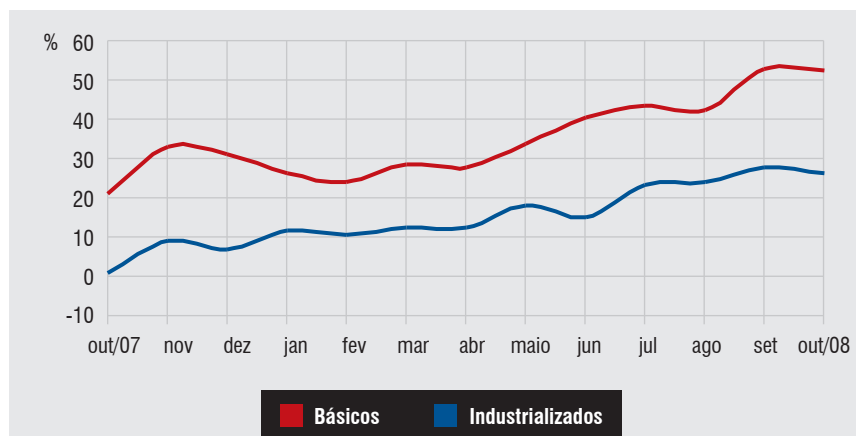


Balança comercial – Bahia

Fonte: Secex. Elaboração: CAC - SEI

As exportações baianas somaram, em outubro de 2008, US\$ 729,8 milhões e as importações, US\$ 717,3 milhões, resultando num superávit mensal de apenas US\$ 12 milhões. Confrontando outubro de 2008 com o mesmo mês do ano anterior, as exportações baianas registraram crescimento de apenas 6,7%, enquanto as importações cresceram 90,2%. No ano, até o mês de outubro, a balança comercial baiana registra superávit de US\$ 1,9 bilhão.

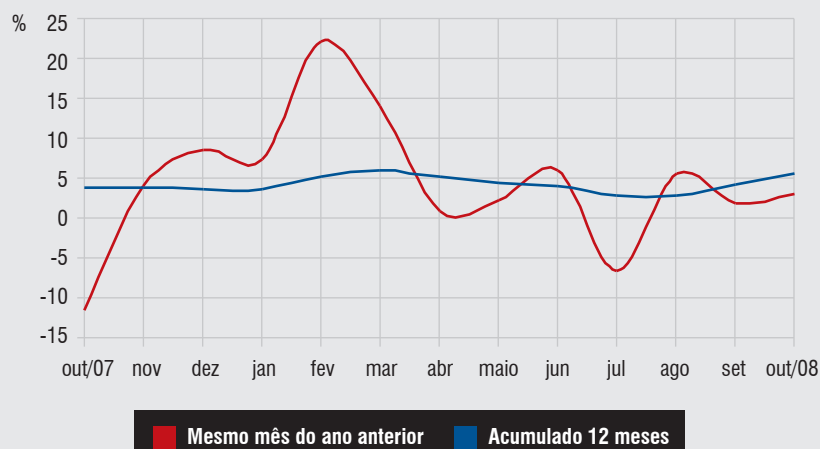
As exportações por fator agregado, na comparação entre outubro de 2008 e outubro de 2007, registraram crescimento apenas nas vendas de produtos básicos (31,3%). As vendas de produtos industrializados recuaram em 1,4%. Já no acumulado dos 12 meses, tanto as exportações dos básicos como os industrializados registraram variações positivas de 48,7% e 24,6%, respectivamente; os dados demonstram que as exportações de produtos básicos estão crescendo duas vezes mais que a de produtos industrializados. É importante destacar que esse crescimento é pautado, em grande parte, mais sobre o valor dos produtos do que sobre a quantidade dos mesmos.



Taxa de variação das exportações baianas por fator agregado¹ – Bahia

Fonte: Secex. Elaboração: CAC - SEI

¹ Acumulado 12 meses

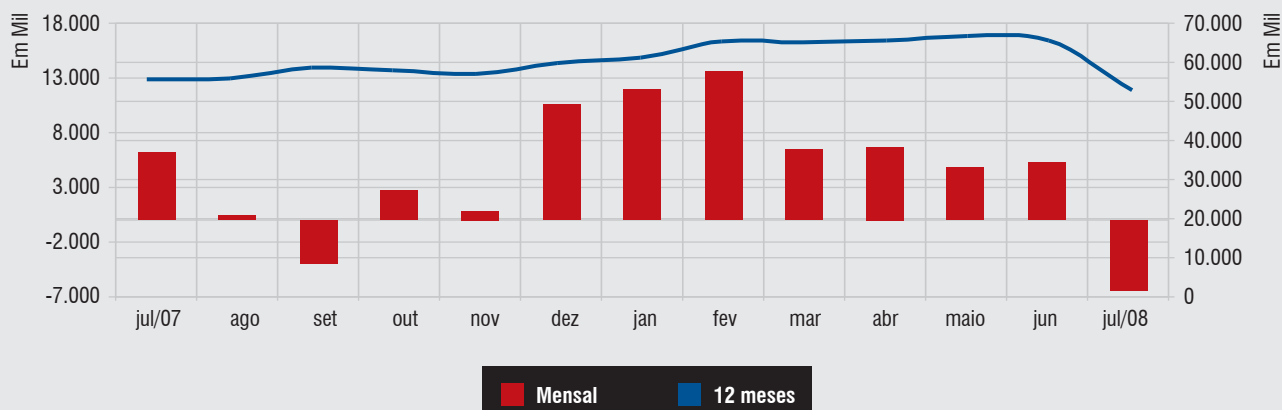


Taxa de variação real da arrecadação de ICMS a preços constantes - Bahia

Fonte: Sefaz/SAF/Dicop. Elaboração: CAC - SEI
Deflator IGP-DI

A arrecadação de ICMS no estado da Bahia registrou, em outubro de 2008, crescimento de 2,8% na comparação com o mesmo mês de 2007. Nesse mês, a arrecadação foi de R\$ 832 milhões. No ano, a arrecadação total alcançou R\$ 8,0 bilhões, com crescimento de 5,2% em relação ao mesmo período do ano anterior. Já no acumulado dos doze meses, a arrecadação manteve a tendência de crescimento, fechando em outubro de 2008 com expansão de 5,4%.

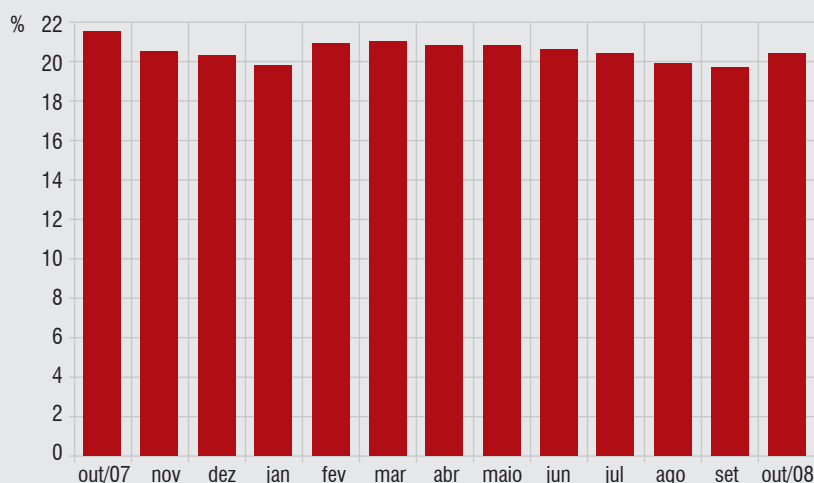
Em outubro, o saldo total de empregos com carteira de trabalho assinada na Bahia registrou a maior queda desde dezembro de 2006 (-6.446 postos de trabalho). O saldo acumulado nos últimos doze meses, que até então mantinha-se estável, com pequenas oscilações para mais ou para menos, registrou, em outubro, o seu menor nível desde outubro de 2007, marcando assim o início de uma possível trajetória descendente.



Geração de empregos celetistas na Bahia

Fonte: Caged. Elaboração: CAC - SEI

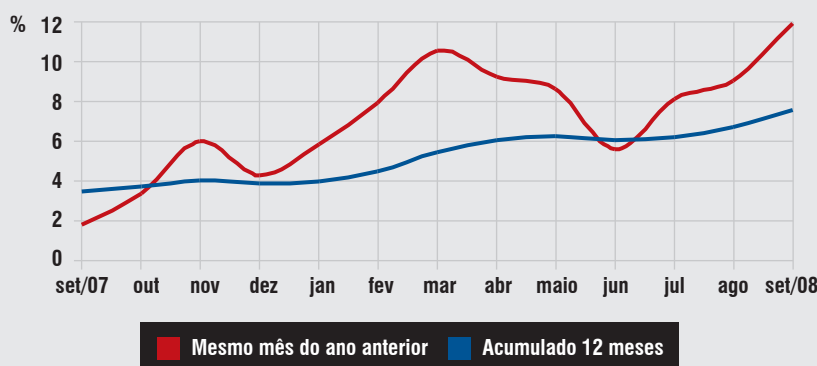
A Taxa de Desemprego na Região Metropolitana de Salvador alcançou 20,4% da População Economicamente Ativa (PEA), segundo os dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) para outubro de 2008, uma elevação de 3,6% em relação à Taxa de setembro/08. Nos últimos seis meses a Taxa de Desemprego vinha apresentando declínios sucessivos; esse ligeiro aumento reflete em grande parte o aumento do número de pessoas na PEA e a redução de 4 mil postos de trabalho no período.



Taxa de desemprego total - RMS

Fonte: PED-SEI/Setre/UFBA/Dieese/Seade. Elaboração: CAC - SEI

O rendimento médio real dos ocupados no mês de setembro de 2008, em comparação ao mesmo mês de 2007, apresentou alta de 1,1%, conforme a PED para a Região Metropolitana de Salvador (RMS). O valor desse rendimento foi estimado em R\$ 955,00 no período. Quanto à massa de rendimentos, verificou-se um incremento de 2,1%, segundo a mesma pesquisa.



Taxa de variação do rendimento médio real¹ - RMS

Fonte: PED-SEI/Setre/UFBA/Dieese/Seade. Elaboração: CAC - SEI

¹ Ocupados no trabalho principal

Indicadores Conjunturais



INDICADORES ECONÔMICOS

Índice de Preços

Índice de Preços ao Consumidor (IPC) ¹ – Salvador – out 2008						
Grandes Grupos	Variações do mês (%)		Variações acumuladas (%)		Índice acumulado	
	outubro/07	outubro/08	No ano ²	Últimos 12 meses ³	Jun/07 = 100	Jun/94 = 100
Alimentos e bebidas	0,23	0,75	8,43	12,57	116,30	284,74
Habitação e encargos	0,18	0,45	1,60	2,49	104,85	718,84
Artigos de residência	1,09	-0,68	-2,04	-3,09	95,75	220,34
Vestuário	1,05	0,46	2,75	3,54	102,68	184,14
Transporte e comunicação	0,11	-0,64	2,35	2,67	102,60	735,68
Saúde e cuidados pessoais	0,44	0,46	7,23	8,03	109,86	368,20
Despesas pessoais	-0,40	1,51	6,46	7,74	108,04	426,17
Geral	0,20	0,38	4,72	6,08	107,25	360,52

Fonte: SEI

¹ O IPC de Salvador representa a média de 15.000 cotações de uma cesta de consumo de 375 bens e serviços pesquisados em 634 estabelecimentos e domicílios, para famílias com rendimentos de 1 - 40 salários mínimos² Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior³ Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores

Pesquisa Nacional da Cesta Básica Custo e variação da cesta básica – capitais brasileiras – out 2008					
Capitais	Valor da cesta (R\$)	Variação no mês ¹ (%)	Variação acumulada (%)		Porcentagem do salário mínimo
			No ano ²	12 meses ³	
Aracaju	180,07	2,28	5,2	18,9	47,16
Belém	195,31	2,15	2,8	13,1	51,16
Belo Horizonte	222,71	0,79	8,7	19,2	58,33
Brasília	220,44	-0,27	14,1	24,0	57,74
Curitiba	221,40	1,51	18,3	23,6	57,99
Florianópolis	228,44	2,22	19,7	22,1	59,83
Fortaleza	183,36	8,07	15,8	24,8	48,03
Goiânia	200,70	1,22	6,0	24,1	52,57
João Pessoa	177,32	-0,28	14,3	23,9	46,44
Natal	198,23	7,99	18,1	30,4	51,92
Porto Alegre	239,82	3,30	12,6	12,1	62,81
Recife	169,40	0,98	9,0	19,2	44,37
Rio de Janeiro	220,99	2,51	13,6	13,8	57,88
Salvador	182,61	4,80	15,1	20,4	47,83
São Paulo	238,15	1,48	11,0	18,3	62,38
Vitória	213,56	4,13	12,7	16,8	55,94
Manaus	221,35	5,79	nd	nd	57,98

Fonte: Dieese

Obs: "nd" significa que o dado não está disponível

¹ Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior² Variação acumulada observada no ano em relação ao mesmo período do ano anterior³ Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores

Agricultura

Produção física e rendimento médio dos principais produtos – Bahia – 2007/2008

Produtos do LSPA¹	Produção física (t)			Rendimento médio (kg/ha)		
	2007²	2008³	Variação (%)	2007²	2008³	Variação (%)
Lavouras temporárias						
Abacaxi⁴	195.188	151.368	-22,5	21.513	24.794	15,3
Algodão herbáceo	1.045.240	1.189.928	13,8	3.480	3.774	8,4
Alho	5.583	4.042	-27,6	6.953	6.782	-2,5
Amendoim	8.719	7.198	-17,4	1.101	1.070	-2,8
Arroz total	41.547	41.157	-0,9	1.810	1.602	-11,5
Arroz sequeiro	35.709	35.650	-0,2	1.810	1.489	-17,7
Arroz irrigado	5.838	5.507	-5,7	3.139	3.145	0,2
Batata-inglesa	274.495	291.820	6,3	39.130	39.768	1,6
Cana-de-açúcar	6.275.410	6.154.815	-1,9	57.369	56.594	-1,4
Cebola	234.675	254.783	8,6	23.087	23.392	1,3
Feijão total	350.944	330.892	-5,7	636	659	3,6
Feijão 1ª safra	134.926	111.327	-17,5	602	602	0,0
Sequeiro	57.521	31.417	-45,4	625	469	-25,0
Irrigado	11.280	14.601	29,4	3.592	2.926	-18,5
Caupi	66.125	65.309	-1,2	512	578	12,9
Feijão 2ª safra	216.018	219.565	1,6	660	693	5,0
Sequeiro	189.311	174.929	-7,6	635	613	-3,5
Irrigado	15.448	34.346	122,3	2.391	2.643	10,5
Caupi	11.259	10.290	-8,6	495	554	11,9
Fumo	12.603	9.344	-25,9	1.011	1.013	0,2
Mamona	73.777	100.409	36,1	611	826	35,2
Mandioca	4.710.015	4.609.098	-2,1	12.840	13.145	2,4
Milho total	2.045.598	1.943.768	-5,0	2.859	2.669	-6,6
Milho 1ª safra	1.525.923	1.466.165	-3,9	3.249	3.703	14,0
Sequeiro	1.072.312	1.293.650	20,6	3.118	3.443	10,4
Irrigado	80.611	172.515	114,0	7.364	8.557	16,2
Milho 2ª safra	519.675	477.603	-8,1	1.441	1.437	-0,3
Sequeiro	518.570	472.985	-8,8	1.439	1.428	-0,8
Irrigado	1.105	4.618	317,9	2.908	3.694	27,0
Soja	2.298.000	2.747.634	19,6	2.700	3.036	12,4
Sorgo granífero	81.967	103.804	26,6	1.739	1.595	-8,3
Tomate	219.735	253.436	15,3	39.908	44.824	12,3
Lavouras permanentes						
Banana⁵	1.289.463	1.413.309	9,6	15.020	15.482	3,1
Cacau	148.703	133.943	-9,9	275	260	-5,5
Café	140.565	167.496	19,2	955	1.083	13,4
Castanha-de-cajú	6.345	5.439	-14,3	236	223	-5,5
Coco-da-baía⁴	628.888	607.373	-3,4	7.712	7.292	-5,4
Guaraná	1.885	2.068	9,7	295	317	7,5
Laranja⁵	804.247	1.021.115	27,0	14.992	16.928	12,9
Mamão⁵	890.317	1.114.110	25,1	54.951	63.729	16,0
Pimenta-do-reino	3.597	4.255	18,3	2.257	2.393	6,0
Sisal	236.947	237.921	0,4	896	867	-3,2
Uva	120.654	101.777	-15,6	29.681	23.121	-22,1

Fonte: IBGE - LSPA/GCEA

¹ A relação de produtos pesquisados pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) corresponde a 94,4% do Valor Bruto da Produção (VBP), segundo a Produção Agrícola Municipal (PAM) de 1996

² Estimativas do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias (GCEA), dezembro/2007 (dados sujeitos a retificação)

³ Estimativas do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias (GCEA), novembro/2008 (dados sujeitos a retificação)

⁴ Produção física em mil frutos e rendimento médio em frutos por hectare

⁵ Produção física em tonelada e rendimento médio em quilo por hectare, a partir de setembro. Desconsiderar variação percentual

Área plantada, área colhida e área perdida dos principais produtos – Bahia – 2007/2008

Produtos do LSPA¹	Área plantada (ha)			Área colhida (ha)			Área perdida (ha)⁴	
	2007²	2008³	Variação (%)	2007²	2008³	Variação (%)	2007²	2008³
Lavouras temporárias								
Abacaxi	10.636	8.460	-20,5	9.073	6.105	-32,7	1.563	2.355
Algodão herbáceo	300.376	315.308	5,0	300.376	305.308	1,6	0	10.000
Alho	803	596	-25,8	803	596	-25,8	0	0
Amendoim	7.919	6.724	-15,1	7.919	6.724	-15,1	0	0
Arroz total	21.592	25.699	19,0	21.592	25.699	19,0	0	0
Arroz sequeiro	19.732	23.948	21,4	19.732	23.948	21,4	0	0
Arroz irrigado	1.860	1.751	-5,9	1.860	1.751	-5,9	0	0
Batata-inglesa	7.015	7.338	4,6	7.015	7.338	4,6	0	0
Cana-de-açúcar	111.046	118.211	6,5	109.386	108.173	-1,1	1.660	10.038
Cebola	10.165	10.892	7,2	10.165	10.892	7,2	0	0
Feijão total	625.790	587.060	-6,2	551.540	502.040	-9,0	74.250	85.020
Feijão 1ª safra	298.547	266.765	-10,6	224.297	184.985	-17,5	74.250	81.780
Sequeiro	165.927	138.718	-16,4	92.038	66.953	-27,3	73.889	71.765
Irrigado	3.140	4.990	58,9	3.140	4.990	58,9	0	0
Caupi	129.480	123.057	-5,0	129.119	113.042	-12,5	361	10.015
Feijão 2ª safra	327.243	320.295	-2,1	327.243	317.055	-3,1	0	3.240
Sequeiro	298.048	288.487	-3,2	298.048	285.477	-4,2	0	3.010
Irrigado	6.460	12.995	101,2	6.460	12.995	101,2	0	0
Caupi	22.735	18.813	-17,3	22.735	18.583	-18,3	0	230
Fumo	12.465	9.226	-26,0	12.465	9.226	-26,0	0	0
Mamona	120.780	124.306	2,9	120.780	121.606	0,7	0	2.700
Mandioca	397.922	388.606	-2,3	366.833	350.642	-4,4	31.089	37.964
Milho total	808.364	812.229	0,5	715.541	728.291	1,8	92.823	83.938
Milho 1ª safra	447.690	477.549	6,7	354.867	395.916	11,6	92.823	81.633
Sequeiro	436.744	457.389	4,7	343.921	357.756	4,0	92.823	99.633
Irrigado	10.946	20.160	84,2	10.946	20.160	84,2	0	0
Milho 2ª safra	360.674	334.680	-7,2	360.674	332.375	-7,8	0	2.305
Sequeiro	360.294	333.450	-7,5	360.294	331.125	-8,1	0	2.325
Irrigado	380	1.250	228,9	380	1.250	228,9	0	0
Soja	851.000	905.018	6,3	851.000	905.018	6,3	0	0
Sorgo granífero	47.135	65.223	38,4	47.135	65.053	38,0	0	170
Tomate	5.606	5.654	0,9	5.606	5.654	0,9	0	0
Lavouras permanentes								
Banana	85.741	95.846	11,8	85.566	91.286	6,7	175	4.560
Cacau	596.430	559.884	-6,1	540.046	515.172	-4,6	56.384	44.712
Café	165.167	160.950	-2,6	151.792	154.716	1,9	13.375	6.234
Castanha-de-cajú	28.497	24.841	-12,8	28.370	24.354	-14,2	127	487
Coco-da-baía	81.565	83.773	2,7	81.487	83.291	2,2	78	482
Guaraná	6.399	6.683	4,4	6.399	6.528	2,0	0	155
Laranja	53.654	60.370	12,5	53.629	60.321	12,5	25	49
Mamão	16.217	17.543	8,2	16.191	17.482	8,0	26	61
Pimenta-do-reino	1.594	1.849	16,0	1.594	1.778	11,5	0	71
Sisal	284.571	281.063	-1,2	267.008	274.528	2,8	17.563	6.535
Uva	4.071	4.402	8,1	4.065	4.402	8,3	6	0

Fonte: IBGE - PAM/LSPA/GCEA - Elaboração CAC-SEI

¹ A relação de produtos pesquisados pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) corresponde a 94,4% do Valor Bruto de produção (VBP), segundo a Produção Agrícola Municipal (PAM) de 1996

² Estimativas do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias (GCEA), safra/2007 (dados sujeitos a retificação)

³ Estimativas do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias (GCEA), novembro/2008 (dados sujeitos a retificação)

⁴ Equivale à área plantada menos a área colhida

Indústria

Produção física da indústria e dos principais gêneros – Bahia – set 2008

%

Classes e Gêneros	Mensal ¹	Acumulado no ano ²	Acumulado 12 meses ³
Indústria Geral	10,9	5,1	5,1
Extrativa Mineral	2,6	1,4	1,9
Indústria de Transformação	11,3	5,3	5,2
Alimentos e bebidas	2,5	2,0	0,5
Celulose, papel e produtos de papel	80,3	37,2	33,7
Refino de petróleo e álcool	4,9	1,3	2,2
Produtos químicos	7,5	0,3	1,5
Borracha e plástico	24,9	19,1	19,7
Minerais não metálicos	34,5	15,7	14,9
Metalurgia básica	-1,0	4,1	2,7
Veículos automotores	0,3	0,7	0,8

Fonte: IBGE. Elaboração: CAC - SEI

¹ Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior² Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior³ Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores

Variação mensal do índice da indústria de transformação – Bahia – set 2007-set 2008

%

Períodos	Mensal ¹	Acumulado no ano ²	Acumulado 12 meses ³
Setembro 2007	-1,7	1,1	1,0
Outubro	4,4	1,4	0,9
Novembro	2,8	1,6	0,8
Dezembro	8,2	2,1	2,1
Janeiro	0,4	0,4	1,5
Fevereiro	11,7	5,7	2,4
Março	0,0	3,8	2,4
Abril	13,2	6,0	4,1
Maio	5,9	6,0	4,6
Junho	-1,3	4,8	4,2
Julho	0,6	4,1	3,6
Agosto	7,3	4,5	4,1
Setembro 2008	11,3	5,3	5,2

Fonte: IBGE. Elaboração: CAC - SEI

¹ Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior² Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior³ Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores

Energia

Variação percentual do consumo de energia elétrica por classe – Bahia – out 2008					%
Classes	No mês ³	Mensal ⁴	Acumulado no ano ⁵	Acumulado 12 meses ⁶	
Rural/Irrigação	5,8	7,5	6,5	12,0	
Residencial	10,3	12,0	9,6	9,3	
Industrial ¹	-0,8	11,5	17,2	16,0	
Comercial	10,2	14,6	8,4	7,8	
Utilidades públicas ²	5,7	-1,2	0,7	1,1	
Setor público	9,4	13,0	6,7	5,9	
Concessionária	9,9	7,3	-1,9	1,8	
Total	3,9	10,7	12,2	11,8	

Fonte: Chesf/Coelba/CO-GMCH. Elaboração: CAC - SEI

¹ Consumo industrial corresponde à Coelba e Chesf

² Corresponde a Iluminação Pública, Água, Esgoto e Saneamento e Tração elétrica

³ Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior

⁴ Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior

⁵ Variação acumulada observada no ano em relação ao mesmo período do ano anterior

⁶ Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores

Serviços

Variação no volume de vendas no varejo ¹ – Bahia – set 2008			
Classes e Gêneros	Mensal ²	No ano ³	12 meses ⁴
Comércio Varejista	9,3	8,1	8,5
Combustíveis e lubrificantes	11,2	10,6	9,1
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	0,9	0,3	1,2
Hipermercados e supermercados	-1,0	-0,2	1,0
Tecidos, vestuário e calçados	0,8	2,0	7,6
Móveis e eletrodomésticos	24,1	21,2	20,1
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	13,3	12,7	13,2
Livros, jornais, revistas e papelaria	32,7	24,0	24,3
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	17,9	16,9	13,6
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	27,3	23,8	25,1
Veículos, motos e peças	19,0	17,8	18,7
Material de construção	20,2	14,9	14,5

Fonte: IBGE. Elaboração: CAC - SEI

¹ Dados deflacionados pelo IPCA

² Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior

³ Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior

⁴ Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores

Total de cheques compensados – Bahia – set 2007-set 2008

%

Períodos	Quantidade			Valor (R\$)		
	No mês ¹	Mensal ²	Acum. ano ³	No mês ¹	Mensal ²	Acum. ano ³
Setembro 2007	-11,1	-9,9	-5,0	-11,0	2,0	6,3
Outubro	19,3	-3,9	-4,9	19,8	8,3	6,5
Novembro	-8,8	-8,6	-5,2	-7,8	0,8	6,0
Dezembro	-3,5	-10,4	-5,7	-0,3	-1,0	5,4
Janeiro	14,3	-9,3	-9,3	16,7	5,1	5,1
Fevereiro	-16,4	-5,4	-7,6	-15,9	9,9	7,3
Março	1,0	-10,9	-8,6	2,4	0,6	5,1
Abril	-6,5	-15,9	-10,4	-3,0	-0,2	3,8
Maiο	-1,6	-18,2	-11,9	0,0	-4,1	2,2
Junho	1,2	-9,5	-11,6	1,1	5,0	2,6
Julho	5,3	-15,5	-12,1	9,3	5,3	3,0
Agosto	-6,7	-17,5	-12,8	-6,0	-0,84	2,5
Setembro 2008	11,0	3,0	-11,2	9,3	21,8	4,5

Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração: CAC - SEI

¹ Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior² Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior³ Variação acumulada observada no ano em relação ao mesmo período do ano anterior

INDICADORES SOCIAIS

Emprego

Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) Taxas de desemprego e de participação Região Metropolitana de Salvador – out 2008				%
Taxas	RMS	Salvador	Demais municípios	
Desemprego Total	20,4	19,3	25,1	
Desemprego aberto	12,6	12,0	15,0	
Desemprego oculto	7,8	7,3	10,1	
Participação (PEA/PIA)	60,5	60,7	60,0	

Fonte: PED RMS-SEI/Setre/UFBA/Dieese/Seade

Taxa de desemprego aberto e taxa de participação Região Metropolitana de Salvador – jan 2007-out 2008					%
Períodos	Taxa de desemprego aberto		Taxa de participação		
	RMS	Salvador	RMS	Salvador	
Janeiro 2007	13,9	13,5	60,8	61,6	
Fevereiro	13,9	13,7	60,7	61,2	
Março	14,7	14,5	60,8	61,7	
Abril	15,1	14,8	60,6	61,7	
Maio	14,5	14,2	61,2	62,1	
Junho	14,0	13,5	61,5	62,2	
Julho	13,4	12,9	61,5	62,0	
Agosto	13,3	12,5	61,1	61,7	
Setembro	13,2	12,6	61,1	62,0	
Outubro	13,6	12,9	61,5	62,3	
Novembro	13,5	12,9	61,5	62,3	
Dezembro	13,1	12,5	61,5	62,1	
Janeiro 2008	11,7	11,1	61,8	62,5	
Fevereiro	11,9	11,1	61,4	61,7	
Março	12,3	11,6	60,9	61,3	
Abril	12,6	12,0	60,1	60,3	
Maio	12,4	11,7	59,9	60,1	
Junho	12,2	11,5	59,7	59,9	
Julho	12,2	11,3	59,6	60,2	
Agosto	12,2	11,5	60,0	60,7	
Setembro	12,2	11,6	60,3	60,8	
Outubro	12,6	12,0	60,5	60,7	

Fonte: PED RMS-SEI/Setre/UFBA/Dieese/Seade

**Estimativa da população total e economicamente ativa e dos inativos maiores de 10 anos, taxas globais de participação e taxa de desemprego total
Região Metropolitana de Salvador – jan 2007-out 2008**

%

Períodos	População Economicamente Ativa (PEA)						Inativos maiores de 10 Anos		Taxas		População total ¹	
	Total		Ocupados		Desempregados							
	Números absolutos ¹	Índice ²	Números absolutos ¹	Índice ²	Números absolutos ¹	Índice ²	Números absolutos ¹	Índice ²	Participação (PEA/PIA)	Desemprego total (DES/PEA)		
Janeiro 2007	1.783	135,9	1.389	132,8	394	148,1	1.150	125,5	60,8	22,1	3.433	
Fevereiro	1.785	136,1	1.387	132,6	398	149,6	1.155	126,1	60,7	22,3	3.439	
Março	1.791	136,5	1.381	132,0	410	154,1	1.155	126,1	60,8	22,9	3.445	
Abril	1.790	136,4	1.371	131,1	419	157,5	1.163	127,0	60,6	23,4	3.451	
Maio	1.811	138,0	1.403	134,1	408	153,4	1.148	125,3	61,2	22,5	3.457	
Junho	1.824	139,0	1.423	136,0	401	150,8	1.142	124,7	61,5	22,0	3.463	
Julho	1.828	139,3	1.435	137,2	393	147,7	1.145	125,0	61,5	21,5	3.469	
Agosto	1.821	138,8	1.424	136,1	397	149,2	1.158	126,4	61,1	21,8	3.475	
Setembro	1.825	139,1	1.429	136,6	396	148,9	1.162	126,9	61,1	21,7	3.482	
Outubro	1.841	140,3	1.445	138,1	396	148,9	1.152	125,8	61,5	21,5	3.488	
Novembro	1.845	140,6	1.467	140,2	378	142,1	1.155	126,1	61,5	20,5	3.494	
Dezembro	1.849	140,9	1.474	140,9	375	141,0	1.158	126,4	61,5	20,3	3.500	
Janeiro 2008	1.862	141,9	1.493	142,7	369	138,7	1.151	125,7	61,8	19,8	3.506	
Fevereiro	1.855	141,4	1.467	140,2	388	145,9	1.165	127,2	61,4	20,9	3.512	
Março	1.844	140,5	1.457	139,3	387	145,5	1.183	129,1	60,9	21,0	3.518	
Abril	1.824	139,0	1.445	138,1	379	142,5	1.210	132,1	60,1	20,8	3.524	
Maio	1.822	138,9	1.443	138,0	379	142,5	1.220	133,2	59,9	20,8	3.531	
Junho	1.820	138,7	1.445	138,1	375	141,0	1.229	134,2	59,7	20,6	3.537	
Julho	1.821	138,8	1.449	138,5	372	139,8	1.235	134,8	59,6	20,4		
Agosto	1.838	140,1	1.472	140,7	366	137,6	1.225	133,7	60,0	19,9		
Setembro	1.851	141,1	1.486	142,1	365	137,2	1.219	133,1	60,3	19,7		
Outubro	1.862	141,9	1.482	141,7	380	142,9	1.216	132,8	60,5	20,4		
Variação mensal												
Out-08/set-08		0,6		-0,3		4,1		-0,2		0,3		3,6
Variação no ano												
Out-08/dez-07		0,7		0,5		1,3		5,0		-1,6		0,5
Variação anual												
Out-08/out-07		1,1		2,6		-4,0		5,6		-1,6		-5,1

Fonte: PED RMS-SEI/Setre/UFBA/Dieese/Seade

¹ Em 1.000 pessoas. A partir de fevereiro/2001 as projeções da população foram ajustadas com base nos resultados do Censo 2000² Base: Dezembro 1996 = 100

A partir de janeiro/2002 as projeções da população em idade ativa foram ajustadas com base nos resultados do Censo 2000

Distribuição dos ocupados por setor de atividade econômica no trimestre
Região Metropolitana de Salvador – jan 2007-out 2008

%

Períodos	Setores de Atividade Econômica						
	Indústria de transformação	Construção civil	Comércio	Serviços produção ¹	Serviços pessoais ²	Serviços domésticos	Outros
Janeiro 2007	8,8	5,6	16,3	31,8	28,3	8,2	1,0
Fevereiro	8,5	5,8	15,8	33,4	27,4	8,1	1,0
Março	8,7	5,7	16,1	33,2	27,1	8,1	1,1
Abril	8,5	5,6	16,6	33,0	26,8	8,5	1,0
Maio	8,9	5,4	17,0	32,0	26,9	9,0	0,8
Junho	9,2	5,5	16,9	32,6	26,1	8,8	0,9
Julho	9,4	5,4	17,0	32,1	26,3	8,8	1,0
Agosto	9,3	5,3	16,8	32,4	26,5	8,8	0,9
Setembro	9,2	5,0	16,3	32,2	27,3	9,1	0,9
Outubro	9,1	5,0	15,9	33,1	26,8	9,1	1,0
Novembro	9,1	5,5	15,8	32,6	27,1	9,1	0,8
Dezembro	9,3	5,7	16,6	32,2	26,6	8,8	0,8
Janeiro 2008	9,4	6,3	16,5	31,6	26,8	8,6	0,8
Fevereiro	9,5	6,0	17,0	31,6	26,5	8,4	1,0
Março	9,2	5,8	16,1	31,9	27,5	8,2	1,3
Abril	9,0	4,9	16,2	32,5	28,1	8,0	1,3
Maio	8,4	5,2	15,7	33,7	27,7	8,0	1,3
Junho	8,7	5,5	15,3	34,0	27,1	8,4	1,0
Julho	8,5	5,9	15,2	34,2	26,6	8,6	1,0
Agosto	8,6	5,8	15,6	33,5	27,0	8,5	1,0
Setembro	8,5	5,7	15,5	33,3	27,5	8,7	0,8
Outubro	8,8	6,2	15,2	32,7	27,6	8,3	1,2

Fonte: PED RMS-SEI/Setre/UFBA/Dieese/Seade

¹ Incluem Transporte e armazenagem; Utilidade pública; Especializados; Administração pública, Forças Armadas e polícia; Creditícios e financeiros: Comunicação; diversão, radiodifusão, e televisão; Comércio, administração de valores mobiliários e de imóveis; Serviços auxiliares; Outros serviços de reparação e limpeza² Incluem Serviços pessoais diversos, alimentação, educação, saúde, serviços comunitários, oficinas de reparação mecânica e outros serviços

Distribuição dos ocupados por posição na ocupação no trimestre
Região Metropolitana de Salvador – jan 2007-out 2008

%

Períodos	Posição na ocupação									
	Assalariados				Autônomos					
	Total	Assalariado priv. c/carteira	Assalariado priv. s/carteira	Assalariado público	Total	Autônomo trab. p/público	Autônomo trab. p/empresa	Empregador	Domésticos	Outros ¹
Janeiro 2007	63,8	39,0	10,6	14,1	22,3	19,0	3,3	3,3	8,2	2,4
Fevereiro	64,7	40,0	10,6	14,0	21,4	18,4	3,1	3,6	8,1	2,2
Março	64,4	40,1	10,7	13,5	21,6	18,7	2,9	3,3	8,1	2,6
Abril	64,8	40,4	10,8	13,5	21,2	18,2	2,9	3,5	8,5	2,0
Maiο	64,8	40,1	10,7	13,9	20,2	17,4	2,9	3,7	9,0	2,3
Junho	64,6	40,1	10,5	14,0	20,3	17,4	2,9	4,0	8,8	2,3
Julho	64,4	39,7	10,8	14,0	20,1	17,3	2,8	4,2	8,8	2,5
Agosto	64,3	39,9	10,9	13,5	20,7	17,9	2,8	4,0	8,8	2,2
Setembro	64,1	40,1	10,9	13,0	20,7	17,9	2,8	3,8	9,1	2,3
Outubro	64,4	40,4	10,7	13,2	20,6	17,9	2,8	3,5	9,1	2,4
Novembro	64,2	39,9	10,3	13,9	20,8	18,1	2,7	3,5	9,1	2,4
Dezembro	63,3	39,7	9,8	13,8	22,1	18,7	3,4	3,0	8,8	2,8
Janeiro 2008	61,9	39,3	9,7	12,8	23,4	19,3	4,1	2,9	8,6	3,2
Fevereiro	61,2	39,1	9,3	12,8	23,8	19,1	4,7	3	8,4	3,6
Março	61,9	38,6	9,7	13,6	23,2	18,9	4,3	3,5	8,2	3,2
Abril	63,2	38,7	10,1	14,4	22,5	18,6	3,9	3,4	8,1	2,8
Maiο	63,8	39,1	10,7	14,0	22,5	19,2	3,4	3,2	8,0	2,5
Junho	64,8	39,7	10,9	14,3	21,6	18,9	2,8	2,9	8,4	2,3
Julho	64,7	39,9	10,7	14,0	21,7	19,3	2,4	2,9	8,6	2,1
Agosto	64,5	39,7	10,6	14,0	21,7	19,2	2,5	3,1	8,5	2,2
Setembro	64,5	40,2	10,6	13,6	21,4	18,8	2,6	3,2	8,7	2,2
Outubro	64,9	40,3	10,5	14,0	21,4	18,8	2,5	3,4	8,3	2,0

Fonte: PED RMS-SEI/Setre/UFBA/Dieese/Seade

1 Incluem trabalhadores familiares e donos de negócios familiares

Rendimento real trimestral dos ocupados e dos assalariados no trabalho principal ¹ Região Metropolitana de Salvador – jan 2007-set 2008							R\$
Períodos	Rendimento médio real						
	Ocupados ¹			Assalariados ²			
	Valor absoluto ³		Índice ⁴	Valor absoluto ³		Índice ⁴	
	Média	Mediana		Média	Mediana		
Janeiro 2007	871,6	510,9	85,2	963,0	579,6	82,1	
Fevereiro	848,3	503,9	82,9	937,2	568,2	79,9	
Março	818,3	482,2	80,0	914,1	556,0	77,9	
Abril	837,3	492,6	81,9	939,1	587,9	80,1	
Maio	864,3	512,8	84,5	969,1	601,5	82,6	
Junho	890,4	512,8	87,1	978,6	588,4	83,4	
Julho	874,9	512,7	85,5	964,3	587,2	82,2	
Agosto	862,5	519,0	84,3	959,3	596,3	81,8	
Setembro	849,0	529,5	83,0	945,2	624,3	80,6	
Outubro	858,0	528,4	83,9	955,7	634,1	81,5	
Novembro	884,5	527,9	86,5	986,4	633,1	84,1	
Dezembro	905,9	525,8	88,6	1023,7	630,1	87,3	
Janeiro 2008	925,0	525,7	90,4	1.047,8	625,0	89,3	
Fevereiro	918,4	521,2	89,8	1.020,2	620,0	87,0	
Março	908,8	516,4	88,9	1.018,2	619,9	86,8	
Abril	917,8	532,5	89,7	1.025,9	638,4	87,5	
Maio	942,3	557,5	92,1	1.062,1	663,9	90,6	
Junho	942,5	556,6	92,2	1.067,5	659,3	91,0	
Julho	949,2	552,8	92,8	1.073,0	657,2	91,5	
Agosto	943,8	553,0	92,3	1.051,4	656,2	89,6	
Setembro	954,6	551,0	93,3	1.049,8	650,0	89,5	
Variação mensal							
Set-08/ago-08	1,1	-0,4	1,1	-0,2	-1,0	-0,2	
Variação no ano							
Set-08/dez-07	5,4	4,8	5,4	2,5	3,2	2,5	
Variação anual							
Set-08/set-07	12,4	4,1	12,4	11,1	4,1	11,1	

¹ Excluídos os assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício.

² Excluídos os assalariados que não tiveram remuneração no mês.

³ Inflator utilizado - Índice de Preços ao Consumidor - SEI. Valores em reais de setembro - 2008

⁴ Índice de variação da média. Base: Dezembro -1996 = 100.

Rendimento real médio trimestral dos ocupados por grau de instrução¹
Região Metropolitana de Salvador – jan 2007-set 2008

R\$

Períodos	Rendimento real médio trimestral dos ocupados por grau de instrução				
	Analfabetos	1º grau incompleto	1º grau completo/ 2º incompleto	2º grau completo/ 3º incompleto	3º grau completo
Janeiro 2007	306	476	561	894	2.388
Fevereiro	286	471	578	872	2.271
Março	308	439	548	820	2.220
Abril	335	459	554	834	2.283
Maio	379	468	527	869	2.354
Junho	384	467	540	899	2.422
Julho	371	455	568	886	2.365
Agosto	384	454	589	874	2.291
Setembro	420	469	599	858	2.189
Outubro	433	477	572	857	2.245
Novembro	371	487	584	888	2.335
Dezembro	376	501	577	930	2.371
Janeiro 2008	368	510	591	953	2.331
Fevereiro	407	500	589	922	2.355
Março	373	481	590	881	2.363
Abril	362	475	585	879	2.380
Maio	361	478	587	895	2.380
Junho	341	468	588	917	2.371
Julho	336	487	603	922	2.443
Agosto	330	486	595	922	2.458
Setembro	323	515	575	913	2.552

Fonte: PED RMS-SEI/Setre/UFBA/Dieese/Seade

¹ Inflator utilizado - Índice de Preços ao Consumidor - SEI. Valores em reais de setembro - 2008.

Rendimento real médio trimestral dos assalariados no setor privado por setor de atividade econômica e carteira de trabalho assinada e não assinada pelo atual empregador¹
Região Metropolitana de Salvador – jan 2007-set 2008

R\$

Períodos	Rendimento real médio trimestral dos assalariados no setor privado					
	Total	Setor de atividade			Carteira de trabalho	
		Indústria	Comércio	Serviços	Assinada	Não-assinada
Janeiro 2007	814	1.100	659	803	890	516
Fevereiro	794	1.051	669	783	869	502
Março	776	1.002	639	776	850	495
Abril	789	1.000	628	790	866	495
Maio	807	1.059	616	811	883	511
Junho	810	1.102	619	798	894	493
Julho	798	1.108	612	786	876	508
Agosto	802	1.086	625	778	879	514
Setembro	795	1.003	635	788	860	543
Outubro	794	1.006	650	785	865	515
Novembro	819	1.007	651	828	881	558
Dezembro	864	1.096	663	853	938	545
Janeiro 2008	881	1.104	667	867	951	570
Fevereiro	856	1.061	663	832	940	508
Março	840	1.112	662	811	917	535
Abril	853	1.183	675	823	942	520
Maio	870	1.249	733	827	961	535
Junho	889	1.262	766	844	986	519
Julho	891	1.251	806	837	985	523
Agosto	892	1.197	782	854	988	517
Setembro	887	1.227	749	842	980	511

Fonte: PED RMS-SEI/Setre/UFBA/Dieese/Seade

¹ Inflator utilizado - Índice de Preços ao Consumidor - SEI. Valores em reais de setembro - 2008.

Nota: Exclui os assalariados que não tiveram remuneração no mês.

**Distribuição do rendimento real trimestral entre os ocupados e os assalariados no trabalho principal¹
Região Metropolitana de Salvador – jan 2007-set 2008**

R\$

Períodos	Rendimento real trimestral									
	Ocupados²					Assalariados³				
	10% ganham até	25% ganham até	50% ganham até	75% ganham até	90% ganham até	10% ganham até	25% ganham até	50% ganham até	75% ganham até	90% ganham até
Janeiro 2007	193	376	511	946	1.954	376	413	580	1.073	1.960
Fevereiro	188	375	504	923	1.823	375	418	568	1.051	1.931
Março	175	374	482	859	1.715	374	407	556	992	1.926
Abril	171	375	493	908	1.817	374	427	588	1.069	1.928
Maio	182	374	513	962	1.924	374	427	601	1.070	1.977
Junho	192	405	513	960	1.927	405	426	588	1.068	2.034
Julho	202	404	513	956	1.918	404	421	587	1.063	2.030
Agosto	202	403	519	935	1.907	403	424	596	1.059	2.011
Setembro	212	402	530	942	1.800	402	424	624	1.059	1.906
Outubro	211	402	528	951	1.800	402	423	634	1.058	1.906
Novembro	210	401	528	953	1.906	401	423	633	1.056	2.103
Dezembro	207	396	526	1.004	2.086	396	422	630	1.085	2.113
Janeiro 2008	207	396	526	1.035	2.086	393	424	625	1.147	2.164
Fevereiro	206	392	521	1.030	2.069	391	417	620	1.138	2.086
Março	205	392	516	1.024	1.965	390	425	620	1.127	2.060
Abril	204	401	532	1.018	2.027	391	425	638	1.142	2.048
Maio	203	421	557	1.024	2.035	421	425	664	1.221	2.099
Junho	202	418	557	1.018	2.027	418	427	659	1.221	2.138
Julho	201	416	553	1.013	2.027	416	432	657	1.207	2.219
Agosto	200	416	553	1.003	2.013	416	431	656	1.178	2.174
Setembro	200	415	551	1.003	2.006	415	419	650	1.108	2.110

Fonte: PED RMS-SEI/Setre/UFBA/Dieese/Seade

¹ Inflator utilizado - Índice de Preços ao Consumidor - SEI. Valores em reais de setembro - 2008

² Exclusive os assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os Trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício

³ Exclusive os assalariados que não tiveram remuneração no mês

Emprego formal

Flutuação mensal do emprego Bahia – jan 2007-out 2008					
Períodos	Saldo líquido (Admissões – desligamentos)				
	Total ¹	Ind. transformação	Const. civil	Comércio	Serviços
2007	58.720	10.432	9.499	14.699	19.580
Janeiro	3.473	491	564	508	702
Fevereiro	1.606	587	378	764	1.290
Março	7.966	1.556	926	197	2.134
Abril	10.592	3.536	1.787	1.037	1.679
Maio	9.326	1.456	1.193	1.828	966
Junho	6.678	762	1.468	1.429	737
Julho	6.387	376	1.427	868	822
Agosto	3.484	659	1.652	9	2.376
Setembro	6.542	1.633	1.514	1.421	2.803
Outubro	6.219	2.249	269	2.471	2.811
Novembro	391	-1.470	-302	2.686	2.594
Dezembro	-3.944	-1.403	-1.377	1.481	666
2008	56.500	10.242	8.004	10.963	17.668
Janeiro	2.714	691	1.564	154	-506
Fevereiro	810	-277	1.508	708	-764
Março	10.595	767	3.561	88	4.854
Abril	11.990	2.600	2.390	573	2.793
Maio	13.619	3.340	3.181	1.256	1.781
Junho	6.427	161	-485	2.177	2.570
Julho	6.685	1.033	-1.425	-552	3.040
Agosto	4.793	1.344	805	2.041	1.122
Setembro	5.313	916	739	2.378	4.095
Outubro	-6.446	-333	-3.834	2.140	-1.317
nov./07 – out./08	52.947	7.369	6.325	15.130	20.928

Fonte: MTE - Cadastro de Empregados e Desempregados - Lei 4.923/65 - Perfil do Estabelecimento

¹ Incluem todos os setores. Dados preliminares

Flutuação mensal do emprego
Região Metropolitana de Salvador – jan 2007-out 2008

Períodos	Saldo líquido (Admissões – desligamentos)				
	Total ¹	Ind. transformação	Const. civil	Comércio	Serviços
2007	30.255	3.929	6.173	5.767	13.363
Janeiro	273	246	142	-5	-196
Fevereiro	825	-39	-39	230	703
Março	2.968	52	522	-28	2.251
Abril	3.482	289	1.243	406	1.523
Maiο	3.236	769	708	878	725
Junho	2.690	99	1.424	552	298
Julho	2.232	247	1.151	-11	690
Agosto	1.936	402	1.013	-282	842
Setembro	4.893	859	1.456	534	2.071
Outubro	4.918	1.677	-249	1.113	2.197
Novembro	3.349	61	-166	1.584	1.829
Dezembro	-547	-733	-1.032	796	430
2008	23.503	2.505	4.395	3.545	12.046
Janeiro	67	121	1.378	-313	-1.122
Fevereiro	1.241	-58	925	366	-159
Março	6.943	55	2.495	87	4.250
Abril	3.287	419	1.465	7	1.444
Maiο	5.375	611	2.810	344	1.427
Junho	2.592	318	-517	595	1.983
Julho	96	44	-1.689	-384	1.958
Agosto	2.074	488	21	810	512
Setembro	4.909	528	76	1.101	3.096
Outubro	-3.081	-21	-2.569	932	-1.343
nov./07 – out./08	26.305	1.833	3.197	5.925	14.305

Fonte: MTE - Cadastro de Empregados e Desempregados - Lei 4.923/65 - Perfil do Estabelecimento

¹ Incluem todos os setores. Dados preliminares

FINANÇAS PÚBLICAS

União

Demonstrativo das Receitas da União Orçamentos fiscal e da Seguridade Social – jan-out 2008							
R\$ 1.000							
Receitas	Previsão inicial (a)	Previsão atualizada (b)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (b-d)
			set-out/2008 (c)	% (c/b)	Até o bimestre (d)	% (d/b)	
Receitas (Exceto Intra-Orçamentárias) (I)	935.720.166	935.720.166	159.510.578	17,05	779.268.218	83,28	156.451.948,00
Receitas Correntes	716.015.923	716.015.923	132.309.722	18,48	626.885.390	87,55	89.130.533,00
Receita tributária	240.997.649	240.997.649	43.091.139	17,88	210.982.187	87,55	30.015.462,00
Receita de contribuições	376.669.144	376.669.144	67.235.452	17,85	312.883.229	83,07	63.785.915,00
Receita patrimonial	47.388.300	47.388.300	11.128.153	23,48	47.556.355	100,35	(168.055,00)
Receita agropecuária	25.737	25.737	3.437	13,35	18.076	70,23	7.661,00
Receita industrial	506.380	506.380	127.752	25,23	407.835	80,54	98.545,00
Receita de serviços	27.847.432	27.847.432	5.272.652	18,93	26.263.050	94,31	1.584.382,00
Transferências correntes	403.283	403.283	38.266	9,49	139.561	34,61	263.722,00
Receitas correntes a classificar	-	-	(30.893)	-	5.999	-	(5.999,00)
Outras receitas correntes	22.177.997	22.177.997	5.443.803	24,55	28.629.098	129,09	(6.451.101,00)
Receitas de Capital	219.704.203	219.704.203	27.200.856	12,38	152.382.827	69,36	67.321.376,00
Operações de crédito	168.015.428	168.015.428	16.076.464	9,57	108.235.717	64,42	59.779.711,00
Alienação de bens	5.401.665	5.401.665	245.478	4,54	899.426	16,65	4.502.239,00
Amortizações de empréstimos	19.279.651	19.279.651	3.013.707	15,63	16.235.640	84,21	3.044.011,00
Transferências de capital	74.418	74.418	315.645	424,15	363.822	488,89	(289.404,00)
Outras receitas de capital	26.933.081	26.933.081	7.549.562	28,03	26.648.223	98,94	284.858,00

Fonte: Siafi - STN/CCONT/Geinc

Receitas	Previsão inicial (a)	Previsão atualizada (b)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (b-d)
			set-out/2008 (c)	% (c/b)	Até o bimestre (d)	% (d/b)	
Receitas (Intra-Orçamentárias) (II)	10.192.146	10.192.146	1.568.752	15,39	7.019.815	68,87	3.172.331
Receitas Correntes	10.192.146	10.192.146	1.568.752	15,39	7.019.815	68,87	3.172.331
Receita tributária	-	-	45	-	657	-	(657)
Receita de contribuições	10.035.246	10.035.246	1.532.340	15,27	427	0,00	10.034.819
Receita patrimonial	209	209	382	182,78	2.439	1.166,99	(2.230)
Receita industrial	121.288	121.288	27.010	22,27	106.081	87,46	15.207
Receita de serviços	33.819	33.819	7.907	23,38	32.813	97,03	1.006
Outras receitas correntes	1.584	1.584	1.067	67,36	4.351	274,68	(2.767)
Subtotal das Receitas (III) = (I + II)	945.912.311	945.912.311	161.079.330	17,03	786.288.033	83,12	159.624.278
Operações de Crédito - Refinanciamento (IV)	416.355.701	416.355.701	17.219.161	4,14	191.349.517	45,96	225.006.184
Operações de crédito internas	416.355.701	416.355.701	17.219.161	4,14	190.349.517	45,72	226.006.184
Mobiliária	416.355.701	416.355.701	17.219.161	4,14	190.399.937	45,73	225.955.764
Operações de crédito externas	-	-	-	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal com Refinanciamento (V) = (III + IV)	1.362.268.013	1.362.268.013	178.298.490	13,09	977.637.549	71,77	384.630.462
Déficit (VI)	-	-	-	-	-	-	-
Total (VII) = (V + VI)	1.362.268.013	1.362.268.013	178.298.490	13,09	977.637.549	71,77	384.630.462
Saldo de Exercícios Anteriores	-	182.696.956	-	-	162.056.638	-	-

Fonte: siafi - STN/CCONT/Geinc

Demonstrativo das Receitas da União Orçamentos fiscal e da Seguridade Social – jan-out 2008										R\$ 1.000
Despesas	Dotação Inicial (a)	Créditos adicionais (b)	Dotação atualizada (c= a+ b)	Despesas empenhadas		Despesas Liquidadas		%	Saldo a liquidar (j= c-g)	
				Set-Out/2008 (d)	Até o bimestre (e)	set-out/2008 (f)	Até o bimestre (g)			
Despesas (Exceto Intra-Orçamentárias) (VIII)	873.165.164	168.982.058	1.042.147.222	98.649.121	868.620.381	160.848.105	688.851.728	66,10	353.295.494	
Despesas Correntes	748.084.527	12.709.306	760.793.833	44.328.054	693.259.580	97.421.311	552.385.027	72,61	208.408.806	
Pessoal e encargos sociais	126.827.123	8.103.215	134.930.338	20.579.441	103.476.943	21.148.857	103.188.622	76,48	31.741.716	
Juros e encargos da dívida	152.219.855	318	152.220.173	4.249	147.719.418	7.096.366	91.652.122	60,21	60.568.051	
Outras despesas correntes	469.037.549	4.605.773	473.643.322	19.498.875	442.063.218	69.176.088	357.544.283	75,49	116.099.039	
Transf.A estados, DF e municípios	168.042.542	2.422.465	170.465.007	8.755.352	162.462.882	22.782.819	128.992.966	75,67	41.472.041	
Benefícios previdenciários	193.859.765	-	193.859.765	(1.363.621)	187.889.951	29.575.662	155.219.529	80,07	38.640.236	
Demais despesas correntes	107.135.242	2.183.308	109.318.550	12.107.144	91.710.386	16.817.608	73.331.789	67,08	35.986.761	
Despesas de Capital	101.548.119	157.072.752	258.620.871	54.321.067	175.360.801	63.426.794	136.466.701	52,77	122.154.170	
Investimentos	37.829.588	4.519.129	42.348.717	3.621.852	20.296.007	2.186.751	4.851.848	11,46	37.496.869	
Inversões financeiras	35.920.930	13.358.333	49.279.263	5.772.408	39.836.701	4.031.537	31.158.185	63,23	18.121.078	
Amortização da dívida	27.797.600	139.195.290	166.992.890	44.926.806	115.228.093	57.208.506	100.456.669	60,16	66.536.221	
Reserva de Contingência	23.532.519	(800.000)	22.732.519	-	-	-	-	-	22.732.519	
Despesas (Intra-Orçamentárias) (IX)	12.383.496	196.123	12.579.619	1.708.830	9.027.675	1.911.207	8.326.130	66,19	4.253.489	
Despesas Correntes	11.271.076	196.723	11.467.799	1.707.360	7.951.737	1.777.783	7.846.065	68,42	3.621.734	
Pessoal e encargos sociais	10.785.476	186.154	10.971.630	1.633.937	7.551.620	1.682.790	7.545.179	68,77	3.426.451	
Outras despesas correntes	485.600	10.569	496.169	73.423	400.118	94.993	300.885	60,64	195.284	
Despesas de Capital	1.112.420	(600)	1.111.820	1.470	1.075.938	133.423	480.066	43,18	631.754	
Investimentos	47.207	(600)	46.607	685	10.853	3.058	6.772	14,53	39.835	
Inversões financeiras	1.065.213	-	1.065.213	784	1.065.086	130.365	473.294	44,43	591.919	
Subtotal das Despesas (X) =(VIII+ IX)	885.548.660	169.178.181	1.054.726.841	100.357.951	877.648.056	162.759.312	697.177.858	66,10	357.548.983	
Amortização da Dívida - Refinanciamento (XI)	476.719.352	-	476.719.352	64.245.308	473.990.259	5.795.327	278.557.398	58,43	198.161.954	
Amortização da dívida interna	452.603.147	-	452.603.147	64.346.551	388.256.596	5.626.855	272.420.853	60,19	180.182.294	
Dívida mobiliária	452.602.074	-	452.602.074	64.346.551	388.255.524	5.626.709	272.420.081	60,19	180.181.994	
Outras dívidas	1.073	-	1.073	-	1.073	145	773	72,04	300	
Amortização da dívida externa	24.116.205	-	24.116.205	(101.243)	21.488.355	168.472	6.136.545	25,45	17.979.600	
Dívida mobiliária	3.254.458	-	20.861.747	(14.833)	19.316.285	(208.430)	4.995.417	23,95	15.866.330	
Outras dívidas	-	-	3.254.458	86.410	2.085.659	376.902	1.141.128	35,06	2.113.330	
Subtotal com Refinanciamento (XII) = (X+ XI)	1.362.268.013	169.178.181	1.531.446.193	164.603.259	1.351.638.315	168.554.639	975.735.256	63,71	555.710.937	
Superávit (XIII)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Total XIV =(XII+XIII)	1.362.268.013	169.178.181	1.531.446.193	164.603.259	1.351.638.315	168.554.639	975.735.256	63,71	555.710.937	

Fonte: Siafi - STW/CCONT/Geinc

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão agregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64.

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Estado

Balço Orçamentário – Receita Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social – jan-out 2008							
R\$ 1.000 (Continua)							
Receitas	Previsão inicial	Previsão atualizada (a)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (a-c)
			set-out/2008 (b)	% (b/a)	Até o bimestre (c)	% (c/a)	
Receitas (Exceto Intra-orçamentárias) (I)	17.743.308.407	19.914.915.868	3.081.354.088	15,47	14.960.458.785	75,12	4.954.457.083,10
Receitas Correntes	16.719.232.318	18.471.457.054	3.048.643.103	16,50	14.700.096.441	79,58	3.771.360.613,17
Receita tributária	9.475.152.178	10.197.585.139	1.874.790.955	18,38	9.117.974.854	89,41	1.079.610.285,46
Impostos	9.159.690.227	9.882.123.188	1.807.897.641	18,29	8.832.811.304	89,38	1.049.311.883,57
Taxas	315.461.951	315.461.951	66.893.314	21,20	285.163.549	90,40	30.298.401,89
Contribuição de melhoria	-	-	-	-	-	-	-
Receita de contribuições	950.510.000	950.510.000	170.782.385	17,97	801.256.873	84,30	149.253.126,51
Contribuições sociais	950.510.000	950.510.000	170.782.385	17,97	801.256.873	84,30	149.253.126,51
Contribuições econômicas	-	-	-	-	-	-	-
Receita patrimonial	304.547.640	329.670.017	45.008.955	13,65	179.477.510	54,44	150.192.506,85
Receitas imobiliárias	11.443.506	11.433.506	2.943.127	25,74	12.551.482	109,78	(1.117.976,11)
Receitas de valores mobiliários	279.236.064	304.358.441	40.662.291	13,36	156.286.104	51,35	148.072.336,86
Receitas de concessões e permissões	9.565.000	9.565.000	1.334.210	13,95	9.544.930	99,79	20.070,05
Outras receitas patrimoniais	4.303.070	4.303.070	69.327	1,61	1.094.994	25,45	3.208.076,05
Receita agropecuária	1.537.100	1.537.100	(1.401)	(0,09)	14.871	0,97	1.522.228,65
Receita da produção vegetal	12.100	12.100	(2.448)	(20,23)	2.713	22,42	9.387,50
Receita da produção animal e derivados	1.210.000	1.210.000	1.041	0,09	9.884	0,82	1.200.115,51
Outras receitas agropecuárias	315.000	315.000	-	-	2.274	0,72	312.725,64
Receita industrial	120.000	120.000	-	-	113	0,09	119.887,50
Receita da indústria de transformação	120.000	120.000	-	-	113	0,09	119.887,50
Receita da indústria de construção	-	-	-	-	-	-	-
Outras receitas industriais	-	-	-	-	-	-	-
Receita de serviços	87.450.751	98.477.795	13.378.370	13,59	49.895.933	50,67	48.581.861,81
Receita de serviços	87.450.751	98.477.795	13.378.370	13,59	49.895.933	50,67	48.581.862,00
Transferências correntes	6.698.511.096	6.995.593.120	1.176.546.976	16,82	5.792.270.165	82,80	1.203.322.955,41
Transferências intergovernamentais	6.468.384.769	6.745.877.686	1.155.397.131	17,13	5.651.006.072	83,77	1.094.871.614,49
Transferências de instituições privadas	-	-	-	-	7.808	-	(7.808,00)
Transferências do exterior	3.210.000	3.210.000	-	-	-	-	3.210.000,00
Transferências de pessoas	-	-	-	-	-	-	-
Transferências de convênios	226.916.327	246.505.434	21.149.845	8,58	141.256.285	57,30	105.249.148,92
Transferências para o combate à fome	-	-	-	-	-	-	-
Outras receitas correntes	1.114.208.363	1.810.798.693	123.418.807	6,82	563.684.538	31,13	1.247.114.155,35
Multas e juros de mora	145.709.013	146.041.282	25.830.684	17,69	117.442.132	80,42	28.599.150,36
Indenizações e restituições	160.423.115	160.423.115	1.208.836	0,75	20.064.501	12,51	140.358.613,77
Receita da dívida ativa	8.356.068	10.356.067	1.658.089	16,01	10.525.459	101,64	(169.392,30)
Receitas diversas	799.720.167	1.493.978.229	94.721.198	6,34	415.652.445	27,82	1.078.325.783,52
Conta retificadora da receita orçamentária	(1.912.804.810)	(1.912.804.810)	355.031.933	(18,56)	(1.804.476.417)	94,34	(108.328.393,32)
Receitas de Capital	1.024.076.089	1.443.458.814	32.710.984	2,27	260.362.344	18,04	1.183.096.469,93
Operações de crédito	325.911.000	695.841.000	9.921.651	1,43	106.326.381	15,28	589.514.619,06
Operações de crédito internas	185.998.000	185.998.000	4.772.337	2,57	66.663.914	35,84	119.334.085,53
Operações de crédito externas	139.913.000	509.843.000	5.149.314	1,01	39.662.466	7,78	470.180.533,53
Alienação de bens	180.557.305	180.557.305	6.026.126	3,34	7.996.080	4,43	172.561.225,04
Alienação de bens móveis	175.687.554	175.687.554	236.526	0,13	1.378.836	0,78	174.308.718,00

Balanco Orçamentário – Receita
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social – jan-out 2008**R\$ 1.000**
(Conclusão)

Receitas	Previsão inicial	Previsão atualizada (a)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (a-c)
			set-out/2008 (b)	% (b/a)	Até o bimestre (c)	% (c/a)	
Alienação de bens imóveis	4.869.751	4.869.751	5.789.600	118,89	6.617.244	135,88	(1.747.492,96)
Amortização de empréstimos	4.782.123	62.490.056	6.662.346	10,66	56.645.955	90,65	5.844.100,54
Amortização de empréstimos	4.782.123	62.490.056	6.662.346	10,66	56.645.955	90,65	5.844.100,54
Transferências de capital	512.815.661	504.560.453	10.100.861	2,00	88.651.906	17,57	415.908.546,51
Transferências intergovernamentais	43.565.268	43.565.268	-	-	-	-	43.565.268,00
Transferências de instituições privadas	810.000	810.000	-	-	-	-	810.000,00
Transferências do exterior	122.000	122.000	-	-	-	-	122.000,00
Transferências de pessoas	-	-	-	-	-	-	-
Transferências de outras instituições públicas	-	-	-	-	-	-	-
Transferências de convênios	468.318.393	460.063.185	10.100.862	2,20	88.651.906	19,27	371.411.278,51
Transferências para o combate à fome	-	-	-	-	-	-	-
Outras receitas de capital	10.000	10.000	-	-	742.021	7.420,21	-
Integralização do capital social	-	-	-	-	-	-	-
Div. Atv. Prov. Da amortiz. De emp. E financ.	-	-	-	-	-	-	-
Restituições	-	-	-	-	-	-	-
Outras receitas	10.000	10.000	-	-	742.021	7.420,21	-
Receitas (Intra-orçamentárias) (II)	1.287.402.000	1.287.402.000	206.203.454	17	1.015.811.720	79	271.590.280
Subtotal das Receitas (III)=(I+II)	19.030.710.407	21.202.317.868	3.287.557.541	15	15.976.270.505	75	5.226.047.363
Operações de Crédito - Refinanciamento (IV)	-	-	-	-	-	-	-
Operações de crédito internas	-	-	-	-	-	-	-
Para refinanciamento da dívida mobiliária	-	-	-	-	-	-	-
Para refinanciamento da dívida contratual	-	-	-	-	-	-	-
Operações de crédito externas	-	-	-	-	-	-	-
Para refinanciamento da dívida mobiliária	-	-	-	-	-	-	-
Para refinanciamento da dívida contratual	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal com Refinanciamentos (V)=(III+IV)	19.030.710.407	21.202.317.868	3.287.557.541	15	15.976.270.505	79	5.226.047.363
Déficit (VI)	-	-	-	-	-	-	-
Total (VII)= (V+VI)	19.030.710.407	21.202.317.868	3.287.557.541	15	15.976.270.505	75	5.226.047.363
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)					612.184.583		

Receitas Intra-orçamentárias	Previsão inicial	Previsão atualizada (a)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (a-c)
			set-out/2008 (b)	% (b/a)	Até o bimestre (c)	% (c/a)	
Receitas Correntes	1.287.402.000	1.287.402.000	206.203.454	16,02	1.015.811.720	78,90	271.590.280
Receita de contribuições	1.287.402.000	1.287.402.000	206.203.454	16,02	1.015.811.720	78,90	271.590.280
Contribuições sociais	1.287.402.000	1.287.402.000	206.203.454	16,02	1.015.811.720	78,90	271.590.280
Total	1.287.402.000	1.287.402.000	206.203.454	16,02	1.015.811.720	78,90	271.590.280

Fonte: Sefaz/Sicot/SAF/Dicop

Balanco Orçamentário – Despesa
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social – jan-out 2008

Despesas	Dotação (d)	Créditos (e)	Dotação (f=d+e)	Despesas empenhadas		Despesas liquidadas		% (j/f)	Saldo a executar (f-i)	R\$ 1.000
				Set-out/2008 (g)	Até o bimestre (h)	Set-out/2008 (i)	Até o bimestre (j)			
Despesas (Exceto intra-orçamentárias) (I)	18.161.877.307	1.968.327.188	20.130.204.495	3.236.656.500	14.606.129.916	3.118.140.410	14.126.734.765	70,18	6.003.469.730	
Despesas Correntes	15.376.499.818	576.367.954	15.952.867.772	2.646.528.721	12.460.199.569	2.603.184.944	12.129.908.871	76,04	3.822.958.901	
Pessoal e encargos sociais	8.156.240.170	(160.153.642)	7.996.086.528	1.287.079.366	6.369.247.137	1.301.816.574	6.349.185.495	79,40	1.646.901.033	
Juros e encargos da dívida	575.313.000	24.926.870	600.239.870	90.819.213	434.334.326	90.819.213	434.334.326	72,36	165.905.544	
Outras despesas correntes	6.644.946.648	711.926.870	7.356.873.518	1.268.630.142	5.656.618.105	1.210.549.157	5.346.389.049	72,67	2.010.484.469	
Transferências a municípios	2.485.468.194	34.000.000	2.519.468.194	473.444.193	2.322.536.285	473.444.193	2.322.536.285	92	196.931.909	
Demais despesas correntes	4.159.478.454	677.594.626	4.837.073.080	795.185.949	3.334.081.820	737.104.964	3.023.852.764	62,51	1.813.220.316	
Despesas de Capital	2.760.537.489	1.361.822.614	4.122.360.103	590.127.779	2.145.930.347	514.955.466	1.996.825.894	48,44	2.125.534.209	
Investimentos	1.575.230.837	416.683.574	1.991.914.411	277.701.333	770.699.696	203.969.024	623.035.247	31,28	1.368.879.164	
Inversões financeiras	115.066.000	158.044.675	273.110.675	50.895.382	156.855.776	49.455.379	155.415.773	56,91	117.694.902	
Amortização da dívida	1.070.240.652	787.094.365	1.857.335.017	261.531.063	1.218.374.874	261.531.063	1.218.374.874	65,60	638.960.143	
Reserva de Contingência	24.840.000	(10.216.220)	14.623.780	-	-	-	-	-	14.623.780	
Reserva do RPPS	-	40.352.840	40.352.840	-	-	-	-	-	40.352.840,00	
Despesas (Intra-orçamentárias) (II)	868.833.100	203.280.273	1.072.113.373	155.014.921	970.121.425	169.219.011	969.068.417	90,39	103.044.956	
Subtotal das Despesas (III)=(I+II)	19.030.710.407	2.171.607.461	21.202.317.868	3.391.671.421	15.576.251.341	3.287.359.421	15.095.803.182	71,20	6.106.514.686	
Amortização da Dívida/Refinanciamento (IV)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Amortização da dívida interna	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Dívida mobiliária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Outras dívidas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Amortização da dívida externa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Dívida mobiliária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Outras dívidas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Subtotal com Refinanciamento (V)=(III+IV)	19.030.710.407	2.171.607.461	21.202.317.868	3.391.671.421	15.576.251.341	3.287.359.421	15.095.803.182	71	6.106.514.686	
Superávit (VI)	-	-	-	-	-	-	880.467.323	-	-	
Total (VII) = (V+VI)	19.030.710.407	2.171.607.461	21.202.317.868	3.391.671.421	15.576.251.341	3.287.359.421	15.976.270.505	75	6.106.514.686	

Despesas Intra-orçamentárias	Dotação inicial (d)	Créditos adicionais (e)	Dotação atualizada (f=d+e)	Despesas empenhadas		Despesas liquidadas		% (j/f)	Saldo a executar (f-i)
				set-out/2008 (g)	Até o bimestre (h)	set-out/2008 (i)	Até o Bimestre (j)		
Despesas Correntes	868.833.100	203.280.273	1.072.113.373	155.014.921	155.014.921	970.121.425	969.068.417	90,49	103.044.956
Pessoal e Encargos Sociais	868.833.100	203.280.273	1.072.113.373	155.014.921	155.014.921	970.121.425	969.068.417	90,49	103.044.956
Total	868.833.100	203.280.273	1.072.113.373	155.014.921	155.014.921	970.121.425	969.068.417	90,49	103.044.956

Fonte: Sefaz/Sicof/SAF/Dicop

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão agregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64.

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

Receita tributária mensal – Bahia – jan 2007-out 2008						
R\$ 1.000						
Janeiro-Fevereiro/2008	ICMS		Outras		Total	
	2007	2008	2007	2008	2007	2008
Janeiro	686.829	799.172	54.915	80.784	741.744	879.956
Fevereiro	658.719	873.329	88.980	105.360	747.699	978.689
Março	613.636	762.968	73.067	91.822	686.703	854.790
Abril	684.917	759.911	71.947	102.448	756.864	862.358
Maiο	652.214	746.918	120.539	128.088	772.753	875.006
Junho	689.535	831.137	97.797	117.469	787.332	948.606
Julho	678.286	725.767	102.972	131.386	781.258	857.154
Agosto	712.421	847.276	111.949	139.349	824.370	986.625
Setembro	722.414	821.628	105.617	130.227	828.031	951.855
Outubro	720.888	832.036	92.445	90.900	813.333	922.936
Novembro	732.449		67.094		799.543	
Dezembro	809.230		109.217		918.447	
Total	8.361.537		1.096.537		9.458.074	

Fonte: Sefaz - Balancetes mensais

Elaboração: SEI

MUNICÍPIO

Balanco orçamentário

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social – jan-out 2008							R\$ 1.000 (Continua)
Receitas	Previsão inicial	Previsão atualizada (a)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (a-c)
			Set-out/ 2008 (b)	% (b/a)	Até o bimestre (c)	% (c/a)	
Receitas (exceto intra-orçamentárias) (I)	2.647.947	2.685.597	411.546	14,89	2.068.257	77,01	617.340
Receitas Correntes	2.604.339	2.641.989	421.935	15,69	2.111.242	79,91	530.747
Receita tributária	803.523	811.601	133.205	14,80	665.580	82,01	146.021
Impostos	695.909	695.909	116.518	14,61	572.716	82,30	123.193
Taxas	104.936	113.014	16.436	16,32	91.828	81,25	21.186
Outras receitas tributárias	2.678	2.678	252	5,73	1.035	38,66	1.643
Receita de contribuições	88.620	98.389	13.368	13,80	72.695	73,89	25.694
Contribuições sociais	29.620	39.389	5.645	13,11	31.659	80,38	7.730
Contribuições econômicas	59.000	59.000	7.723	14,15	41.035	69,55	17.965
Receita patrimonial	47.764	47.764	13.189	17,49	53.164	111,31	(5.400)
Receitas imobiliárias	2.434	2.434	4.416	19,20	12.546	515,43	(10.112)
Receitas de valores mobiliários	17.387	17.387	5.272	25,78	23.170	133,26	(5.783)
Receitas de concessões e permissões	27.443	27.443	3.501	12,41	17.448	63,58	9.995
Outras receitas patrimoniais	500	500	-	-	-	-	500
Receita industrial	1.485	1.485	886	80,22	3.077	207,22	(1.592)
Receita da indústria de construção	1.485	1.485	886	80,22	3.077	207,22	(1.592)
Receita de serviços	13.525	13.525	267	1,24	1.704	12,60	11.821
Receita de serviços	13.525	13.525	267	1,24	1.704	12,60	11.821
Transferências correntes	1.526.568	1.528.871	242.875	16,20	1.210.563	79,18	318.308
Transf. intergovernamentais	1.400.489	1.400.489	237.166	17,53	1.185.473	84,65	215.016
Transf. de instituições privadas	3.819	3.819	140	(5,23)	3.742	97,98	77
Transf. de pessoas	110	110	7	0,20	8	7,59	102
Transferências de convênios	122.150	124.453	5.562	1,72	21.340	17,15	103.113
Outras receitas correntes	122.854	140.354	18.144	16,54	104.458	74,42	35.896
Multas e juros de mora	51.482	68.982	10.559	25,76	55.714	80,77	13.268
Indenizações e restituições	6.780	6.780	930	1,55	2.565	37,83	4.215
Receita da dívida ativa	53.664	53.664	5.962	10,34	38.021	70,85	15.643
Receitas diversas	10.928	10.928	693	12,81	8.158	74,66	2.770
Receitas de Capital	172.231	172.231	10.408	6,04	59.309	34,44	112.922
Operações de crédito	10.642	10.642	2.405	22,60	2.405	22,60	8.237
Operações de crédito internas	10.642	10.642	2.405	22,60	2.405	22,60	8.237
Alienação de bens	100	100	222	-	56	55,73	44
Alienação de bens móveis	100	100	222	-	56	55,73	44
Transferências de capital	161.389	161.389	8.033	4,98	56.848	35,22	104.541
Transf. Intergovernamentais	1.400.489	1.400.489	-	-	-	-	-
Transferências de convênios	122.150	122.150	8.033	6,58	56.648	46,38	65.502
Outras receitas de capital	100	100	-	-	-	-	-
Receitas de capital diversas	100	100	-	-	-	-	-
Dedução da Receita Corrente	(128.623)	(128.623)	(20.797)	16,17	(102.294)	79,53	(26.329)
Receitas intra-orçamentárias (II)	37.411	43.111	7.794	18,08	36.234	84,05	6.877

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social – jan-out 2008

R\$ 1.000
(Conclusão)

Receitas	Previsão inicial	Previsão atualizada (a)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (a-c)
			Set-out/2008 (b)	% (b/a)	Até o bimestre (c)	% (c/a)	
Subtotal das Receitas (III) = (I + II)	2.685.358	2.728.708.203	419.340.431	15,37	2.104.490.690	77,12	624.217.513
Déficit (IV)	-			-	-		-
Total (V) = (III + VI)	2.685.358	2.728.708.203	419.340.431	15,37	2.104.490.690	77,12	624.217.513
Saldos de Exercícios Anteriores	-			-	-	-	

Fonte: Sefaz/CGM/Supig

Nota: Administração Direta e Indireta da PMS-Sistema de Gestão Fiscal(SGF).

R\$ 1.000							
Receitas Intra-orçamentárias	Previsão inicial	Previsão atualizada (a)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (a-c)
			Set-out/2008 (b)	% (b/a)	Set-out/2008 (c)	% (c/a)	
Receitas Correntes	37.411	43.111	7.794	18,08	36.234	84,05	6.877
Receita de contribuições	34.816	34.816	7.301	20,97	32.674	93,85	2.142
Receita de serviços	2.595	8.295	493	5,94	3.559	42,91	4.736
Total	37.411	43.111	7.794	18,08	36.234	84,05	6.877

Fonte: Sefaz/CGM/Supig

Nota: Administração Direta e Indireta da PMS-Sistema de Gestão Fiscal(SGF).

Balanco Orçamentário Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social – Salvador – jan-out 2008										RS 1.000
Despesas	Dotação inicial (a)	Créditos adicionais (b)	Dotação atualizada (c)	Despesas				% (h=g/c)	Saldo (i= c-g)	
				Empenhadas		Liquidadas				
				Set-out/ 2008 (d)	Até o bimestre (e)	Set-out/ 2008 (f)	Até o bimestre (g)			
Despesas (exceto intra-orçamentárias)(I)	2.647.947	40.233	2.688.180	212.248	2.422.937	428.668	1.957.657	72,82	730.523	
Despesas Correntes	2.255.155	159.895	2.415.050	198.848	2.189.211	384.376	1.759.978	72,88	655.072	
Pessoal e encargos sociais	708.935	98.895	807.776	47.940	77.707	134.755	628.530	77,81	179.246	
Juros e encargos da dívida	75.195	(823)	74.372	53	73.476	11.888	59.630	80,18	14.742	
Outras despesas correntes	1.471.025	61.877	1.532.902	1.508.548	1.341.028	233.733	1.071.818	69,92	461.084	
Despesas de Capital	386.093	(112.962)	273.131	13.400	233.726	44.292	197.680	72,38	75.451	
Investimentos	239.480	(89.331)	150.149	12.266	111.731	21.814	89.778	59,79	60.371	
Inversões financeiras	3.900	-	3.900	-	3.824	700	3.272	83,90	628	
Amortização da dívida	142.713	(23.631)	119.082	1.134	118.171	21.778	104.630	87,86	14.452	
Reserva de Contingência	6.699	(6.699)	-	-	-	-	-	-	-	
Despesas (Intra-orçamentárias) (II)	37.411	6.148	43.559	3.690	40.683	7.258	33.000	75,76	10.558	
Subtotal das Despesas (III) = (I+II)	2.685.358	46.381.295	2.731.739	215.938.290	2.463.620.023	435.926.078	1.990.658	72,87	741.082	
Superávit (IV)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Total (V) = (III + IV)	2.685.358	46.381.295	2.731.739	215.938.290	2.463.620.023	435.926.078	1.990.658	72,87	741.082	

Fonte: Sefaz/CGM/Supig - Administração Direta e Indireta da PMS-Sistema de Gestão Fiscal (SGF).

Despesas Intra-orçamentárias										RS 1.000
	Dotação inicial (a)	Créditos adicionais (b)	Dotação atualizada (c)	Despesas				% (h=g/c)	Saldo (i=c-g)	
				Empenhadas		Liquidadas				
				Set-out/ 2008 (d)	Até o bimestre (e)	Set-out/ 2008 (f)	Até o bimestre (g)			
Despesas Correntes	36.761	6.648	43.409	3.690	40.684	7.258	33.000	76,02	10.408	
Pessoal e encargos sociais	34.816	4.681	39.497	3.605	39.404	6.811	32.253	81,66	7.243	
Outras despesas correntes	1.945	1.967	3.912	86	1.279	447	747	19,10	3.165	
Despesas de Capital	650	(499.990)	150	-	-	-	-	-	150	
Investimentos	650	(499.990)	150	-	-	-	-	-	150	
Total	37.411	6.148	43.559	3.690	40.638	7.258	33.000	75,76	10.558	

Fonte: Sefaz/CGM/Supig - Administração Direta e Indireta da PMS-Sistema de Gestão Fiscal (SGF).



BAHIA COMEMORA RECORDE NAS EXPORTAÇÕES EM 2008

Estatísticas do Promo-Centro Internacional de Negócios da Bahia revelam que as exportações baianas registraram novo recorde histórico em 2008 - US\$ 8,7 bilhões. As importações chegaram a US\$ 6,5 bilhões. O saldo comercial alcançou US\$ 2,2 bilhões e a corrente de comércio (soma das exportações e importações) US\$ 15,2 bilhões. A Bahia permanece na liderança das exportações do Nordeste, com 56,3% de participação, e como 8º maior estado exportador do Brasil.

Queremos conhecer de perto a sua empresa, o seu potencial, para apresentar novos mercados, novos horizontes, novos negócios. No mundo global, exportar é um desafio e, principalmente, oportunidade para o sucesso.

**Solicite gratuitamente a visita dos
nossos consultores.**

Tel: 71 2101-9400
Fax: 71 2101-9434
www.promobahia.com.br



**PROMO: Desde 1970
o caminho certo
para bons negócios.**